

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA ATHAYDE

**CORPO, SEXUALIDADE E PRAZER**  
**Um olhar historiográfico sobre periódicos feministas**  
**de Brasil e Argentina (1974-1985)**

FLORIANÓPOLIS – SC  
2010



MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA ATHAYDE

**CORPO, SEXUALIDADE E PRAZER**  
**Um olhar historiográfico sobre periódicos feministas**  
**de Brasil e Argentina (1974-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Roselane Neckel e co-orientação Prof<sup>a</sup> Dra. Joana Maria Pedro.

FLORIANÓPOLIS – SC  
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

A865c Athayde, Maria Cristina de Oliveira  
Corpo, sexualidade e prazer [dissertação] : um olhar  
historiográfico sobre periódicos feministas de Brasil  
e Argentina (1974-1985) / Maria Cristina de Oliveira  
Athayde ; orientadora, Roselane Neckel, co-orientadora,  
Joana Maria Pedro. - Florianópolis, SC, 2010.  
197 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Sexualidade. 3. Corpo. 4. Prazer. 5.  
Aborto. 6. Métodos contraceptivos. 7. Imprensa - Brasil -  
Periódicos. 8. Imprensa - Argentina - Periódicos. I.  
Neckel, Roselane. II. Pedro, Joana Maria. III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
História. IV. Título.

CDU 93/99

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA ATHAYDE

**CORPO, SEXUALIDADE E PRAZER**  
**Um olhar historiográfico sobre periódicos feministas**  
**de Brasil e Argentina (1974-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Roselane Neckel e co-orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Joana Maria Pedro.

**Banca examinadora:**

Orientadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Roselane Neckel – UFSC

Co-orientadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Joana Maria Pedro – UFSC

Membro:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Luzinete Simões Minella – UFSC

Membro:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marlene de Fáveri – UDESC

Suplente:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Cristina Scheibe Wolff – UFSC

Suplente:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Núcia Alexandra S. de Oliveira – UDESC

FLORIANÓPOLIS – SC  
Março de 2010



## **Agradecimentos**

No processo de escrita desta dissertação várias pessoas foram fundamentais. Agradeço imensamente às professoras Joana Pedro pela extrema paciência e tolerância com os meus atrasos e pela leitura minuciosa dos meus textos e Roselane Neckel pelo apoio e compreensão em relação aos problemas pessoais que enfrentei no transcurso da escrita.

Agradeço a Ana Maria Veiga, que com sua revisão preciosa tornou possível a realização desta dissertação.

Ao Zé, que de forma amorosa me ajudou a terminar o trabalho e me apoiou incondicionalmente nesta jornada.

Às amigas e companheiras de mestrado Bia, Fezinha, Mirtoca e Ana, que tornaram esse caminhar menos tumultuado.

À equipe do LEGH: Soraia, Veridiana, Gabeira, Gabi, Luciana, Maristela, Lilian, Larissa, Juliano... que com seus fichamentos de textos e dos periódicos tornaram bem tranqüila a leitura e a análise dos artigos.

À minha mãe Maria e à minha irmã Lúcia, porque sempre me incentivaram a ir além.

Agradeço a Cristina Scheibe Wolff e a Luzinete Simões Minella por suas contribuições e sugestões na banca de qualificação.

Ao CNPq pela bolsa recebida que oportunizou que eu me dedicasse integralmente ao mestrado.

A todos o meu muito obrigada.





## Resumo

A partir de uma análise comparativa, proponho a compreensão da maneira como três periódicos, sendo um da Argentina e dois do Brasil, discutiram as questões relacionadas ao sexo e ao prazer, que faziam parte das reivindicações do movimento feminista pós-1960, expressas pelo slogan “O nosso corpo nos pertence”. Minha intenção neste trabalho é analisar criticamente os discursos das escritoras, jornalistas e militantes que publicavam seus textos nos periódicos feministas, e também nos da grande imprensa, tendo em mente que esses escritos estiveram permeados de intencionalidade e foram produzidos em um *locus* específico, de mulheres que escreviam para outras mulheres. Ao lado disso, busco entender como essas representantes da imprensa feminista, parte da chamada imprensa alternativa, traziam para o seu público leitor – em sua maioria composto por mulheres – as questões pertinentes à sexualidade, ao prazer e ao corpo, que estavam sendo debatidas naquele momento pela mídia mais ampla nos dois países. O cenário das ditaduras militares completa o quadro, trazendo relações ambíguas vividas pelas feministas, de alianças políticas até o silêncio diante de alguns temas centrais do movimento, forçado pela repressão e pela ameaça do regime militar.

|   |
|---|
| <b>Palavras-chave:</b> sexualidade, corpo, prazer, aborto, métodos contraceptivos, imprensa feminista, Brasil e Argentina |
|---|



## ***Abstract***

*From a comparative analysis, I purpose the comprehension of the way how three journals, one from Argentina and two from Brazil, discussed the questions related to sex and pleasure, that made part of the feminist movement vindications post-sixties, expressed by the slogan “Our bodies belong to us”. My intention with this work is to analyze critically the writers, journalists and militants speeches, published in the feminist newspapers, and at the bigger press as well, having on mind that these writings used to be permeated by intentionality and they were produced in a specific locus, of women that wrote to other women. Besides that, I am seeking to understand how these representatives of feminist press, part of the alternative press, brought to their readers – the most of them women – the questions pertinent to sexuality, pleasure and bodies, that were been diffused at that moment by the wider media in the two countries. The military dictatorships scenery completes the picture, bringing ambiguous relationships performed by feminists, from political alliances until the silence in front of some central subjects of the movement, forced by repression and by the military political system threats.*

|   |
|---|
| <p><b><i>Key-words:</i></b> <i>sexuality, body, pleasure, abortion, contraceptive methods, feminist press, Brazil and Argentina</i></p> |
|---|



## Sumário

|   |            |
|---|------------|
| Apresentação .....  | 15         |
| <b>1 O MOVIMENTO FEMINISTA EM DEBATE NAS PÁGINAS DE <u>PERSONA</u>, <u>NÓS MULHERES</u> E <u>MULHERIO</u> .....</b> | <b>32</b>  |
| <b>1.1 Os periódicos .....</b>  | <b>37</b>  |
| <b>1.2 Nas capas .....</b>  | <b>47</b>  |
| <b>1.3 Os nomes.....</b>  | <b>51</b>  |
| <b>1.4 Feminismos .....</b>   | <b>59</b>  |
| 1.4.1 O movimento feminista nos periódicos.....   | 60         |
| <b>2 O ABORTO E MÉTODOS CONTRACETIVOS, NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS .....</b>   | <b>76</b>  |
| 2.1 A difícil escolha.....  | 90         |
| 2.2 A quem pertence o corpo das mulheres?.....  | 108        |
| <b>3 A SEXUALIDADE IMPRESSA.....</b>  | <b>122</b> |
| <b>3.1 Sexo e pecado.....</b>   | <b>126</b> |
| <b>3.2 O corpo: objeto do desejo, fonte de prazer e de controle.....</b>  | <b>142</b> |
| 3.2.1 Mãe também sente prazer? .....  | 156        |
| <b>Considerações Finais.....</b>  | <b>163</b> |
| <b>Fontes .....</b>   | <b>170</b> |
| <b>Referências Bibliográficas.....</b>  | <b>171</b> |
| <b>Referências Eletrônicas.....</b>   | <b>182</b> |
| <b>Anexos .....</b>   | <b>186</b> |
| Anexo 1: Capas .....  | 186        |
| Anexo 2: Tabelas .....  | 188        |



## Apresentação

Para começar, esclareço que esta pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado Feminismos e movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1964–1989)<sup>1</sup>. Ela tem relação com meu Trabalho de Conclusão de Curso, onde estudei como Marta Suplicy problematizava em seus escritos questões como sexualidade, prazer e consciência corporal<sup>2</sup>. Durante a elaboração da pesquisa, percebi que inúmeras questões estavam sendo deixadas de lado, devido à delimitação que aquele tipo de trabalho impunha. Como integrante de um grupo de pesquisa<sup>3</sup>, tive acesso aos periódicos feministas Mulherio e Nós Mulheres. Ao fichar e fazer os sumários desses periódicos, percebi que a sexualidade, o prazer e o corpo eram abordados de maneiras diferentes da que observei nos escritos da psicóloga Marta Suplicy. Será que realmente existia uma forma de abordagem diferenciada entre as militantes feministas, dependendo do lugar de onde se falava? Partindo desta observação e desse primeiro contato com a fonte de pesquisa, encontrei naquele momento o objeto e um começo para este presente estudo.

O contato com os escritos da feminista brasileira Rose Marie Muraro, por meio do livro Memórias de uma mulher impossível, me colocou diante da seguinte afirmação:

[...] foi muito importante na década de 70 o aprendizado da sexualidade pelas mulheres de classes populares. Com esse e outros programas (refere-se ao programa TV Mulher da Rede Globo), a cabeça do povo brasileiro mudou. Tornou-se diferente do resto da América Latina, que é muito atrasada em matéria de sexualidade até hoje<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Coordenado pela professora Joana Maria Pedro, com a participação das professoras Roselane Neckel e Cristina Scheibe Wolff.

<sup>2</sup> Cf. ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. Prazer em conhecer: feminismo e sexualidade nas obras de Marta Suplicy. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

<sup>3</sup> Particpei como bolsista de PIBIC (2004-2005) do projeto Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985), coordenado pela professora Joana Maria Pedro.

<sup>4</sup> MURARO, Rose Marie. O feminismo nos anos 70. In: \_\_\_\_\_. Memórias de uma mulher impossível. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999, p. 181.

Esta afirmação me levou a indagar como a autora podia afirmar que somos mais avançadas(os) com relação a vivenciar, experimentar e debater a sexualidade. Instigada por essa reflexão, escolhi analisar como essas questões foram abordadas por grupos de militantes feministas brasileiras, através dos periódicos Nós Mulheres<sup>5</sup> e Mulherio<sup>6</sup>, e também por algumas argentinas, por meio do periódico feminista Persona<sup>7</sup>, minhas principais fontes de pesquisa, no período de 1974 a 1985<sup>8</sup>.

Minha proposta aqui é analisar os discursos das escritoras, jornalistas e militantes que escreviam nos periódicos feministas e nos da grande imprensa, tendo em mente que estiveram permeados de intencionalidades e que foram produzidos em um *locus* específico, de mulheres que escreviam para outras mulheres.

Algumas delas apoiavam-se num saber médico-psicológico – como Marta Suplicy e Maria Rita Kehl –, o que as tornava mais “legítimas” ao tratar os temas abordados. Seus artigos eram permeados de referências a Freud, William H. Masters e Virginia Johnson, além de Alfred Kinsey e outros.

Ao optar pela abordagem comparativa<sup>9</sup> entre Brasil e Argentina no que se refere ao movimento feminista da chamada Segunda Onda, encontrei algumas dificuldades ao longo desta jornada. O artigo

---

<sup>5</sup> Nós Mulheres foi um dos primeiros periódicos brasileiros a se declarar feminista. Seu contemporâneo, lançado um ano antes, Brasil Mulher, se apresentou como jornal feminista apenas em seu segundo editorial. O periódico Brasil Mulher não será objeto deste estudo, pois entendo que, ao escolher Nós Mulheres e Mulherio como objetos de pesquisa, estarei abrangendo uma parte significativa da imprensa feminista alternativa brasileira do período.

<sup>6</sup> O periódico Mulherio foi fundado em 1981, em São Paulo, Brasil.

<sup>7</sup> Persona foi fundado em 1974, em Buenos Aires, Argentina, saindo de circulação durante a última ditadura militar daquele país (iniciada em 1976), mas voltando a circular no período de redemocratização, a partir de 1980 (o regime se estendeu até 1983).

<sup>8</sup> A coleção pesquisada do periódico Nós Mulheres pode ser encontrada no Arquivo Edgard Leuenroth – Campinas, SP e no Centro de Informação da Mulher – CIM – em São Paulo. Os exemplares analisados do periódico Mulherio podem ser encontrados no acervo da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo e no NIGS/UFSC. Quanto ao periódico argentino Persona, pode ser encontrado no CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina) – Buenos Aires – e também no CIM, em São Paulo. Além disso, todos eles foram digitalizados pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH – da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>9</sup> Alguns textos que abordam o surgimento de uma história comparada ou comparativa são HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998, p.205-216; e FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada. São Paulo: Editora 34, 2004.



“História Comparada: olhares plurais”<sup>10</sup> nos apresenta o “Modelo Detienne”<sup>11</sup>, que propõe um aporte metodológico para abordagens comparativas. Nele, a comparação leva os pesquisadores a “[...] colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço”. Ao se colocar em comparação várias experiências, novos espaços de inteligibilidade e de reflexão são forjados<sup>12</sup>. As autoras argumentam ainda que a História Comparada “[...] é o método de pesquisa que convida a uma mudança de atitude no modo de fazer História; é uma nova perspectiva dos pesquisadores como sujeitos em relação ao objeto de pesquisa”<sup>13</sup>.

Refletindo sobre as dificuldades enfrentadas em uma análise comparativa, observamos que nos é “imposto” certo estranhamento e um distanciamento maior com relação a um dos objetos de pesquisa, aquele situado em outro país. É um navegar um tanto incerto em alguns momentos, já que torna-se quase impossível igualar quantitativamente as referências bibliográficas. Esse peso desigual certamente será notado ao longo deste estudo. Relembro que a comparação sempre tem como referência algo já conhecido: aquilo que o(a) historiador(a) vive e viveu.

Para abordar os periódicos como fonte, busquei o trabalho da historiadora Tânia Regina de Luca. No artigo “História dos, nos e por meio dos periódicos”, essa autora realiza uma análise sucinta das correntes historiográficas e do lugar que a historiografia brasileira dedicou à imprensa, destacando pesquisas que tiveram os periódicos como objeto de estudo. A autora destaca os cuidados metodológicos que um(a) pesquisador(a) deve observar quando se utiliza dos periódicos como objeto de investigação, entre eles: historicizar a fonte, observar a função social dos impressos, a quem eram destinados (o público-alvo), e atentar para não desvincular o periódico de seu tempo, fazendo leituras anacrônicas<sup>14</sup>.

A imprensa feminista brasileira já foi tema de vários estudos, entre eles podemos mencionar: Família e feminismo no Brasil: reflexões

---

<sup>10</sup> THEML, Neyde e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Revista de História Comparada, Vol. 1, N.1, jun.2007. Disponível em: [www.hcomparada.ifcs.ufjf.br/revistahc/revistahc.htm](http://www.hcomparada.ifcs.ufjf.br/revistahc/revistahc.htm). Acessado em 20.03.2008.

<sup>11</sup> “O *Modelo Detienne* ocorre no momento em que experimentamos, no dia a dia, o impacto da abertura de novos campos do saber, da multiplicação e generalização dos meios e suportes de informação”. Ibidem, p. 14.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 10-11.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-151.

sobre papéis femininos na imprensa para mulheres, de Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>15</sup>; Imprensa Feminista pós-1974, de Elizabeth Machado<sup>16</sup>; e A imprensa alternativa pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, de Rosalina de Santa Cruz Leite<sup>17</sup>.

Diferentemente desses estudos, objetivei analisar como representantes de uma imprensa feminista, também alternativa<sup>18</sup>, traziam para o seu público leitor – em sua maioria composto por leitoras – as questões relacionadas a sexualidade, prazer e corpo, que estavam sendo debatidas naquele momento pela mídia em geral<sup>19</sup>.

Entretanto, quando voltei minha atenção para as pesquisas realizadas na Argentina, encontrei apenas alguns estudos que se aproximavam da temática e que tinham como objeto de pesquisa revistas e/ou periódicos destinados às mulheres<sup>20</sup>. Esta constatação corrobora com a afirmativa da historiadora Karin Grammatico, de que a historiografia argentina “esquece” de incluir a experiência política do movimento feminista quando aborda os movimentos de resistência ao regime ditatorial ocorrido no país da década de sessenta até meados dos setenta<sup>21</sup>. No entanto, podemos encontrar uma considerável bibliografia

---

<sup>15</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim. Família e feminismo no Brasil: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, PUC, SP, 1982.

<sup>16</sup> Elizabeth Machado relata a existência de 32 periódicos feministas de 1974 a 1985. Cf. MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo, USP, 2004.

<sup>17</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. A imprensa alternativa pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2004.

<sup>18</sup> Estou entendendo como alternativo o que naquele momento não estava inserido num espaço de visibilidade maior, como as bancas de revistas, pois esses periódicos eram distribuídos em sindicatos, associações e clubes de mães e a maior parte de sua renda provinha das assinaturas que conseguiam angariar. Em relação ao periódico Persona, em alguns momentos de sua publicação podia ser comprado em algumas livrarias de Buenos Aires.

<sup>19</sup> Entre os nomes que abordam sexualidade e imprensa temos os das historiadoras Roselane Neckel e Denise Bernuzzi Sant'Anna, que trabalham a questão do corpo na contemporaneidade. Cf. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995; SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC, 2004.

<sup>20</sup> COSSE, Isabella. La revolución de Claudia y los cambios en el modelo femenino en la Argentina. Comunicação apresentada no III Encuentro Internacional de Publicaciones Feministas, realizado em Buenos Aires de 22 a 24 de novembro de 2007. Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Cristina Scheibe Wolff pela indicação.

<sup>21</sup> GRAMMATICO, Karin. Las "mujeres políticas" y las feministas en los tempranos setenta: ¿un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (et alii). Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 20. A ausência do movimento feminista dos anos de 1970 na historiografia contemporânea argentina é abordada também por Alejandra Vassallo no artigo

sobre o movimento feminista e o movimento de mulheres na Argentina<sup>22</sup>.

A crítica literária Beatriz Sarlo, em 1997, se perguntava como as mulheres estavam escrevendo a

[...] história, a história das mulheres, história de uma resistência, história de uma transformação, história de uma inversão de função e papel, história da prática e da invenção das práticas, do tradicional que resulta em ruptura. Como pode tudo isso ser escrito? Como as mulheres escrevem esse processo? O que elas escrevem a respeito?<sup>23</sup>

É claro que a autora argentina não se referia às militantes que escreviam nos periódicos feministas aqui analisados, mas sim às primeiras “mulheres das letras”. Aquelas, de classe média, educadas e instruídas, que perceberam que sua escrita literária era bem “tolerada” e aceita pela sociedade patriarcal.

A historiadora francesa Michelle Perrot, no livro Mulheres Públicas, também problematiza a escrita feminina e mostra como as mulheres, através da escrita, conseguiram se inserir nas redes de poder. A autora afirma que essa inserção se deu inicialmente pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa<sup>24</sup>, e destaca que o exercício do “[...] jornalismo significa ao mesmo tempo ter uma parte ativa na construção da opinião pública, liberdade de movimento e abertura para o mundo. Uma mutação completa na condição das mulheres [...]”<sup>25</sup>.

Beatriz Sarlo refere-se a um jornalismo feminino que, juntamente com a literatura feminina, “[...] tem ouvido e registrado vozes de diferentes atores e reconstruído eventos históricos por meio da apresentação dessas vozes, que são ao mesmo tempo estranhamente ‘objetivas’, em textos pessoais.” No entanto, nenhuma das duas autoras problematiza a escrita feminista e sim a escrita feminina. Sarlo aborda

---

“‘Las mujeres dicen basta’: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los ‘70”, do mesmo livro. Disponível em [www.feminaria.ar](http://www.feminaria.ar).

<sup>22</sup> Entre eles podemos destacar ANDÚJAR, Andrea (et alii). Op. Cit.; e GÓMEZ-FERRER, G.; CANO, G.; BARRANCOS, D. y LAVRIN, A. (Coords.) Historia de las mujeres en España y América Latina, del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madrid: Cátedra, 2006.

<sup>23</sup> SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: \_\_\_\_\_. Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: Editora da USP, 1997, p. 192.

<sup>24</sup> PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: UNESP, 1998, p. 76.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 84.

em seu texto a questão de como as mulheres estavam “[...] sendo treinadas na difícil arte da intervenção pública e tentando encontrar estratégias discursivas para discutir sobre assuntos diversos e independentes”<sup>26</sup>. A autora destaca o gênero da autobiografia como uma dessas estratégias discursivas, podendo ser “[...] um instrumento de debate ideológico ou propaganda política”<sup>27</sup>. Podemos observar, em relação à Argentina, um número expressivo de relatos autobiográficos de militantes feministas. O livro de María Elena Oddone *La pasión por la libertad: memorias de una feminista*<sup>28</sup>, é um bom exemplo da utilização dessa estratégia.

Uma das dificuldades encontradas foi localizar outras pesquisas que abordassem questões relacionadas a sexualidade, prazer e corpo nos periódicos feministas. Como mencionado acima, localizei trabalhos que têm como objeto de pesquisa a imprensa feminista, mas que não contemplam a mesma problemática do presente estudo.

Desde que iniciei o Mestrado, em 2007, entrei em contato com algumas pesquisas que realizavam uma história comparativa do movimento feminista no Cone Sul. Esse redescobrir da América hispanófila e feminista pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) reverte a afirmação da feminista Marisa Navarro, que pontuou que o Brasil literalmente estava de costas para os outros países da América do Sul e que tinha se voltado para a Europa, mais especificamente para a França. A fala da pesquisadora uruguaia se referia às relações entre as feministas brasileiras, argentinas e uruguaias<sup>29</sup>.

É possível que outras(os) pesquisadoras(es) estejam investigando neste momento algo semelhante ao que apresento, contudo tenho apenas o conhecimento dos estudos que citei, além do trabalho de Karina Janz Woitowicz, que aborda em sua tese de doutorado como os periódicos feministas repercutiam em suas páginas as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> SARLO, Beatriz. Op. Cit., p. 194.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> ODDONE, María Elena. *La pasión por la libertad: memorias de una feminista*. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, s/d. Autobiografia da principal editora do periódico *Persona*.

<sup>29</sup> Conversa com a pesquisadora Marisa Navarro no Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC em 01.12.2003.

<sup>30</sup> WOITOWICZ, Karina Janz. *Dizeres e fazeres feministas: A tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Em cena, nos anos sessenta, havia novos atores e/ou sujeitos históricos e políticos, entre eles o “sujeito mulher”, segundo Yasmine Ergas, que juntamente com os negros e outras minorias reivindicavam a ampliação de direitos políticos, sociais e econômicos<sup>31</sup>.

A historiadora francesa Françoise Thébaud nos mostra que o “[...] feminismo é plural, marcado por conflitos de atribuição e debates internos, ligado, apesar da sua vontade de universalidade, a contextos políticos nacionais”<sup>32</sup>. Esta afirmação pode ser verificada ao se observar o momento histórico vivido pelo movimento feminista no Brasil e na Argentina, como também em outros países.

O ano de 1975 foi declarado pela ONU – Organização das Nações Unidas – o Ano Internacional da Mulher, bem como início da Década da Mulher (1975-1985). A década foi celebrada inicialmente com uma conferência na Cidade do México (1976), depois em Copenhague (1980) e por último em Nairóbi (1985). Segundo Yasmine Ergas, o resultado dessa mobilização “[...] sublinhou a visibilidade pública alcançada pelas questões das mulheres”, como também as brechas entre as feministas<sup>33</sup>.

Um dos embates mais conhecidos foi protagonizado pela mineira<sup>34</sup> boliviana Domitila Barrios de Chungara na Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada no México em 1976. A fala de Domitila destacou a diferença entre as feministas burguesas e as militantes latino-americanas presentes ao encontro<sup>35</sup>. Nela estavam presentes vários aspectos que distinguiam os diferentes feminismos e, por conseguinte, as militantes do movimento feminista ocidental contemporâneo. Domitila Chungara se considerava representante do movimento dos mineiros bolivianos, que lutava contra a opressão

---

<sup>31</sup> ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Org.). História das mulheres no Ocidente. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 583-611.

<sup>32</sup> THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: ARIES, Philippe e DUBY, Georges (Orgs.). Historia da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 547.

<sup>33</sup> ERGAS, Yasmine. Op. Cit.

<sup>34</sup> Segundo Cristina Scheibe Wolff, Domitila Chungara se autodenominava esposa de mineiro e dona de casa. Informação pontuada na banca de qualificação desta dissertação.

<sup>35</sup> “A senhora chega cada manhã com um vestido diferente; e, no entanto, eu não. [...] Eu vejo que todas as tardes a senhora tem um chofer esperando-a num carro [...] e, no entanto, eu não. Diga-me, agora, senhora: a senhora tem algo semelhante a minha situação? [...] Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento, ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece?” Cf. CHUNGARA, Domitila Barrios de apud VIEZZER, Moema. Na Tribuna do Ano Internacional da Mulher. In: VIEZZER, Moema. Se me deixam falar: depoimento de uma mineira boliviana. 11 ed. São Paulo: Global, 1986, p. 186.

sofrida frente ao capitalismo internacional; a chamada luta geral pregava num primeiro instante a revolução contra o sistema capitalista, para que depois pudesse ocorrer a revolução feminista (que não seria mais necessária, já que toda opressão viria do capitalismo). Enquanto isso, de acordo com ela, “as burguesas”, que tinham uma estrutura de apoio em relação à vida doméstica, exigiam a igualdade com os homens em termos de direitos políticos e contra a opressão masculina, a luta específica<sup>36</sup>. Como ela, as militantes feministas negras<sup>37</sup> também não se reconheciam nas demandas propostas pelo movimento feminista dos anos setenta<sup>38</sup>.

A partir das considerações acima, podemos afirmar que as categorias de análise iniciais – mulher, depois mulheres –, não davam conta de englobar “sujeitos mulheres” tão díspares, tanto em suas reivindicações como em suas experiências de vida<sup>39</sup>.

Trazendo um exemplo mais próximo das discussões dos periódicos feministas brasileiros da época, enquanto as mulheres metalúrgicas necessitavam e necessitam de creches, escolas em período integral e outros tipos de suporte para mulheres que trabalham fora de casa, as da classe média alta já contavam com essa rede estruturada. Portanto, o que Domitila Chungara evidenciava era que as demandas eram específicas da experiência e do cotidiano. Claro que muitas demandas perpassavam e perpassam a algumas mulheres, de todas as

---

<sup>36</sup> Esse debate está presente na fala da feminista brasileira Jacqueline Pitanguy, que no exílio se viu confrontada com a questão de luta geral versus luta específica. “[...] nosso processo de libertação estava associado a uma ideia de sofrimento, de uma disciplina política muito grande, de um certo puritanismo”. Cf. PITANGUY, Jacqueline apud PIMENTEL, Gláucia C. Guerrilha do Prazer: Rita Lee Mutante e os textos de uma transgressão. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, p.142.

<sup>37</sup> Margareth Rago, aponta que “O movimento negro fortaleceu-se, invadindo os espaços públicos das universidades às praças, defendendo o *black is beautiful* e colocando em cena as novas exigências e críticas das mulheres negras, diferenciando-se, por sua vez, das demandas dos feminismos ‘brancos’”. In: RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys. N. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acessado em 15.11.2008.

<sup>38</sup> A esse respeito, cf. CARNEIRO, Suely. Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. Nouvelles Questions Féministes, Vol. 24. N. 2. 2005, p. 21-26. Dossiê: Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. Edición especial en castellano. Ediciones fem-e-libros. Disponível em: [www.creatividadfeminista.org](http://www.creatividadfeminista.org). Acessado em 15.11.2008; RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. Estudos Feministas. Vol. 14. N. 3. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2006, p. 801-811.

<sup>39</sup> Sobre a constituição de algumas categorias de análise como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo” usadas por historiadores(as) cf. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História. Vol. 24. N.1. Franca, 2005, p.77-98.

classes, etnias e gerações, como foi o direito ao voto conquistado (ou “cedido”) às mulheres, e a partir da Segunda Onda a questão da descriminalização do aborto.

Com isso também pretendo mostrar que os feminismos foram e são múltiplos em suas reivindicações, propostas e deliberações, mas algumas vezes coeso em suas demandas. Ergas historiciza essas multiplicidades do movimento feminista em seu texto “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. Ela relata que no final dos anos setenta o feminismo “[...] parecia destinado a tornar-se um termo de uso doméstico, se não um fenômeno doméstico”<sup>40</sup>. Enquanto que nos anos oitenta uma aparência de fora de moda tinha “[...] envolvido vários dos mais consagrados movimentos feministas”. A autora constata o mesmo que várias feministas brasileiras<sup>41</sup>: a indiferença e desvalorização das conquistas obtidas pelas militantes do movimento feminista.

É importante ressaltar que, ao utilizar genericamente o termo movimento feminista, percebo que ele é permeado por divisões e identidades múltiplas, bem como por demandas e reivindicações muitas vezes diferentes. Seria *per se* ilusório pensar numa “massa” homogênea de mulheres pugnando por interesses comuns. “Mulheres do mundo, uni-vos”. A história mostra que não era bem isso o que acontecia.

Nas décadas de 1970 e 1980 o movimento feminista brasileiro, diverso tanto em seus intentos quanto nas diretrizes, conseguiu resistir a um período onde a *manu militar* vigorou. Adaptando-se às exigências da sociedade e da moral vigente, sobreviveu para lutar por novos ideais na redemocratização. Liberdade de escolha, opção sexual, controle sobre o próprio corpo eram questões fundamentais para a “mulher” brasileira das camadas médias urbanas. Esse ressurgimento foi pensado por algumas autoras como a Segunda Onda do movimento feminista<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> ERGAS, Yasmine. Op. Cit., p. 586.

<sup>41</sup> Entrevistadas para o projeto Feminismos e movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul (1960-1989). Op. Cit.. Este projeto até o presente momento conta com cerca de cento e quarenta entrevistas, realizadas com mulheres e homens do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

<sup>42</sup> Constância Lima Duarte, pesquisadora que une a literatura ao feminismo, pensa o movimento feminista brasileiro fragmentado em quatro momentos-ondas, a saber: 1830, 1870, 1920 e 1970. Cf. DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos Avançados, Vol. 17. N. 49. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, p. 152. Para a filósofa espanhola Amélia Valcárcel, o feminismo pode ser pensado como tendo três grandes momentos: Primeiro, um feminismo iluminista (desde as “origens” até a revolução francesa); depois o feminismo liberal-sufragista (desde o manifesto de Seneca [1848] até ao fim da Segunda Guerra Mundial); e por fim o feminismo contemporâneo (que começou em 1968 e que continua no século XXI). Cf. VÁLCÁRCEL, Amélia. O que é o feminismo e que desafios

Essa mesma insatisfação, sentida pelas mulheres nos dois hemisférios do globo, foi respaldada pelos movimentos sociais e políticos que emergiram em vários lugares. A memória do ano de 1968 evoca acontecimentos que marcaram toda uma geração de jovens e adolescentes. Assim como as mulheres, os ativistas políticos, os jovens, foram os “novos sujeitos” que fizeram a história. “Não há como esquecer que foi naquele momento que milhões de homens e mulheres tiveram o sentimento de estarem (sic) construindo a história e não apenas de serem vítimas de forças do destino que não conseguem visualizar, quanto mais entender”<sup>43</sup>. Esse mesmo sentimento esteve presente em diferentes países, promovendo ações, reuniões, movimentação, publicação de livros e periódicos, por mulheres.

De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes, mesmo que houvesse uma conscientização de que as mulheres eram oprimidas e que muitas feministas buscassem entender naqueles anos de 1960 e 1970 quais as razões da opressão feminina, naquele momento encontraram no patriarcado a razão primeira dessa opressão. A autora reconhece que a dificuldade maior residia na conscientização das próprias feministas, que não se reconheciam como objeto dessa opressão; no entanto, o primeiro editorial do Nós Mulheres trazia a frase “Somos oprimidas porque somos mulheres”. Ainda de acordo com Moraes, esse editorial foi de fundamental importância, porque denunciava a “[...] dupla moral sexual e a repressão sexual” e por “[...] ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista”<sup>44</sup>.

Por estas palavras podemos perceber como as relações entre mulheres feministas e mulheres em geral foram pensadas naquele momento dentro de um contexto histórico específico. Eram mulheres brancas, intelectualizadas, de classe média, que em sua grande maioria não necessitavam de um emprego remunerado, que viajavam para o exterior, muitas como acompanhantes dos maridos, e que iam continuar seus estudos. A hierarquia se estabeleceu: as outras eram as operárias, as que deveriam ser libertadas do jugo da opressão. Nessa complexa relação de gênero e classe, a diferença se estabelecia entre as mulheres

---

apresenta? Disponível em:

[www.diba.es/urball12/cdseminari/ponencias/ameliavalcarcelportu.pdf](http://www.diba.es/urball12/cdseminari/ponencias/ameliavalcarcelportu.pdf). Acessado em 20.07.2008.

<sup>43</sup> GARCIA, Marco A. Introdução. In: GARCIA, Marco A. e VIEIRA, Maria A. (Orgs.). Rebeldes e Contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7.

<sup>44</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara, SP: UNESP, 1990, p. 23.



“já liberadas”, portanto mais mulheres, e aquelas ainda “não liberadas”, que tinham o que aprender com elas.

Como suporte para a questão de gênero, procuro me apoiar nos escritos de Joan W. Scott, mas também nos textos de pesquisadoras brasileiras como Maria Lygia Quartim de Moraes, Rose Marie Muraro e Anette Goldberg.

Gênero é uma palavra de múltiplos significados. Segundo Verena Stolcke no artigo “La mujer es puro cuento: la cultura del género”, o psicanalista estadunidense Robert Stoller teria sido o primeiro a utilizar o termo *gender* em 1968<sup>45</sup> em seu livro *Sex and gender*<sup>46</sup>. Não é objetivo deste trabalho abarcar todas as reflexões elaboradas sobre a categoria de análise gênero<sup>47</sup>, mas acho necessário historicizar brevemente esta categoria.

Joan Scott, em 1989, esclarece que desenvolveu a ideia do gênero como categoria de análise ao historicizar a categoria “mulheres”<sup>48</sup>.

[...] quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente,

---

<sup>45</sup> Maria Lygia Moraes também coloca Robert Stoller como “[...] o primeiro a propor a utilização de uma categoria que diferenciava a pertinência anatômica (o sexo) da pertinência a uma identidade social ou psíquica (gênero)”. Mas, diferentemente de Verena Stolcke, aponta o ano de 1964. Cf. MORAES, Maria Lygia Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: *Crítica Marxista*. N. 11. São Paulo, 2000, p. 96. Disponível em: [www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/06maria.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/06maria.pdf). Acessado em 10.10.2006.

<sup>46</sup> STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Estudios Feministas*. Vol. 12. N. 2. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2004, p. 86.

<sup>47</sup> Para isso, cf. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate... Op. Cit.

<sup>48</sup> GROSSI, Miriam, HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudios Feministas*. V. 6. N.1, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998, p. 117.

que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos<sup>49</sup>.

Podemos perceber que a própria categoria de análise gênero vai sendo transmutada em seus significados; entendo que gênero é esse construir na relação entre homens e mulheres, mas que não exclui todas as diversidades, ou melhor, especificidades envolvidas, as intersecções entre homens e homens, mulheres e mulheres e as mais diversas formas de relações possíveis: geracionais, étnicas, entre outras.

Para Rose Marie Muraro, gênero é “[...] uma categoria criada para explicar como se articulam as relações entre homens e mulheres e como elas influem nas instituições, na filosofia, nas ciências e na sociedade”<sup>50</sup>. Refletindo sobre essas conceituações de gênero, pretendi analisar como os discursos das autoras feministas estudadas refletiam esse construir de identidades, de que maneira foi sendo desconstruída a noção da superioridade masculina, principalmente no que concerne à questão do direito ao corpo e ao prazer.

Expressões ou palavras de ordem pretendiam e pretendem traduzir o pensar de toda uma geração, de um movimento social ou das chamadas “tribos”. Entre essas frases, que marcaram os muros de Paris e décadas depois também os de Recife, entre outras cidades brasileiras, encontramos a seguinte: “Pergunta se ela goza!”<sup>51</sup>, que traduziria o lugar ocupado pela sexualidade feminina naquele momento. Se essas palavras instigantes expressavam um questionamento vigente, mesmo que de uma minoria, será que esse mesmo pensar em relação ao direito ao corpo e o direito ao prazer estava expresso nos jornais feministas que surgiram nas décadas de 1970 a 1980 no Brasil e na Argentina?

Algumas publicações que abordavam a temática da sexualidade como um todo já estavam circulando desde a década de 1940 nos Estados Unidos, como o estudo de Kinsey. E nos anos de 1970, Shere Hite fez uma pesquisa que foi sintetizada em seu conhecido Relatório Hite. Publicado em 1976 nos Estados Unidos, no Brasil sua primeira edição é de 1978. A revista Veja publicou uma entrevista com Hite<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>50</sup> MURARO, Rose M. Op. Cit., p. 178.

<sup>51</sup> Sonia Correia relata “Em um dos anos durante o tempo em que morei no Recife, pichamos a cidade no dia Internacional da Mulher com a frase ‘Pergunta se ela goza!’”. Disponível em: [www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=54422](http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=54422). Acessado em 20.01.2009.

<sup>52</sup> PATARRA, Judith. Contra os favores do homem. Entrevista com Shere Hite. Veja. São Paulo, 24.05.1978. N. 507, p. 3-6. Acervo do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História.

naquele momento. Segundo a entrevistadora, foram distribuídos 100.000 questionários

[...] a mulheres de todos os Estados Unidos através de grupos feministas, publicações dedicadas a assuntos da mulher e até boletins de igrejas. Shere Hite recebeu de volta 3.019 questionários respondidos, de mulheres com idades variando de 14 a 78 anos. Com tais respostas e suas próprias opiniões, elaborou o estudo que acaba de chegar às livrarias brasileiras<sup>53</sup>.

Com a efervescência dessas discussões, objetivei analisar de que maneira temas ligados diretamente a algumas das demandas do movimento feminista da Segunda Onda, como o direito ao corpo e o direito ao prazer, foram abordados e de que forma eram levados para além desse “círculo alternativo”.

É interessante ter em mente o lugar de onde os discursos partiam para fazermos uma análise crítica das fontes, das próprias relações de poder que se estabeleciam entre as editoras dos jornais, percebendo o papel desempenhado pelo exílio<sup>54</sup> nas suas escritas, diferentemente das provenientes de mulheres que permaneceram em seus países. Para quem essas mulheres estavam falando e com qual intencionalidade? E como esses periódicos feministas conseguiram sobreviver por um bom período em países que estavam em um regime ditatorial?

Uma das dificuldades que encontrei foi localizar trabalhos, no campo da história, que abordassem a temática da sexualidade no mesmo recorte temporal da pesquisa. Dentro da perspectiva de gênero e sexualidade, destacamos a tese de Roselane Neckel Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979), que nos mostra o lugar ocupado pelos veículos de informação, nesse caso

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> A questão do exílio não aparece como central para esta dissertação. Sobre esse tema, cf. COSTA, Albertina de Oliveira (et alii). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999; WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). In: História Unisinos. Vol. 13. N. 2. São Leopoldo, maio/agosto de 2009, p. 124-130; PEDRO, Joana M. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-1989). In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (Orgs.). Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro, FGV, 2008, p. 157-169.

revistas, na “[...] produção e divulgação de relacionamentos sexuais entre homens e mulheres”<sup>55</sup>.

Essa escassez encontra eco nas palavras de Eni de Mesquita Samara ao comentar uma exposição de Margareth Rago<sup>56</sup>: “No meu entender, a historiografia sempre teve uma dificuldade muito grande em realizar a ponte entre a cultura erótica e a ciência, o que transparece especialmente em alguns autores analisados”<sup>57</sup>. Samara refere-se aos autores abordados por Rago no artigo “Sexualidade e identidade na historiografia brasileira”. Partindo dessa constatação, podemos refletir sobre como a historiografia vem tratando temas como a sexualidade, a questão do corpo, o prazer, o erótico.

Margareth Rago em “Epistemologia feminista, gênero e história” relata que os historiadores como um todo não “[...] pensavam as relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade e como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente”<sup>58</sup>. Em outro artigo, “Feminizar é preciso: por uma cultura filógena”, Rago destaca a importância em se discutir a sexualidade no Brasil. Com base em Richard Parker, a autora explica que a dominação masculina brasileira e patriarcal foi justificada em cima de uma “sensualidade tropical”, “[...] característica fundamental das mulheres, das índias nuas às mulatas carnavalescas de Sargentelli”, tendo como consequência a exclusão das mulheres do mundo dos negócios e da política<sup>59</sup>.

O que podemos perceber num sucinto levantamento empírico é que os temas mais pesquisados pela historiografia com relação ao corpo estão relacionados às intervenções e representações que se faz sobre ele. No livro O corpo feminino em debate<sup>60</sup> as autoras nos mostram como a historiografia e as ciências humanas vêm discutindo o corpo em seus diversos recortes temáticos. O corpo feminino aparece como um lugar de significados e representações, como um corpo que pode ser

---

<sup>55</sup> NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de Doutorado em História. PUC, São Paulo, 2004.

<sup>56</sup> Seminário realizado no Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas, nos dias 7 e 8 de julho de 1997.

<sup>57</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. Sexualidade e história: comentários sobre a exposição de Margareth Rago. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 296.

<sup>58</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 30.

<sup>59</sup> RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. Perspectiva. Vol. 15. N. 3. São Paulo, jul./set 2001, p.53-66.

<sup>60</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel (Orgs.). O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003.

confiscado, analisado, investigado; um alvo de normatizações e de políticas de reprodução.

Se corpo e prazer estão imbricados, então, como descolar o prazer e o controle da reprodução do corpo, que é seu suporte? Para realizar essa taxionomia do que é pertencente ao corpo, separado do que está relacionado à sexualidade, optei por uma divisão das questões relacionadas ao direito ao prazer nos periódicos: orgasmo, masturbação e prazer. Com relação ao direito ao corpo, escolhi questões que de algum modo interferissem no direito de escolha das mulheres, como o uso de pílulas anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos e, por fim, a descriminalização do aborto.

Esta dissertação pretende ocupar lugar na historiografia ao propor um debate sobre como as demandas da Segunda Onda do movimento feminista, com relação à sexualidade, estiveram vinculadas ao contexto político, econômico e social em países como o Brasil e a Argentina. Relembro que o recorte temporal de 1974 a 1985<sup>61</sup>, ao qual esta pesquisa está vinculada, foi um dos momentos mais conturbados da história desses países. No período que ficou conhecido como a “era das ditaduras”, vários países da América Latina estavam sendo governados por regimes ditatoriais, entre eles Brasil e Argentina.

No ano de 1964, brasileiros e brasileiras foram confrontados(as) com um golpe militar<sup>62</sup> que derrubou o regime civil brasileiro e instituiu um regime de força que se estendeu até 1985. Em 28 de junho de 1966, sob o comando de Juan Carlos Onganía, o Exército Argentino derrubou o governo civil da União Cívica Radical – UCR<sup>63</sup>. Enquanto no Brasil o governo ditatorial foi contínuo, a Argentina experienciou entre os anos de 1973 a 1976 um breve intervalo democrático<sup>64</sup>, com a volta do peronismo ao poder. A contextualização do momento vivido no Brasil e na Argentina perpassa o presente estudo em toda a sua extensão, sem

---

<sup>61</sup> Cabe ressaltar aqui que o viés temporal escolhido está relacionado ao período em que começou a ser editado o periódico argentino *Persona*, a partir de outubro de 1974.

<sup>62</sup> O movimento de 31 março de 1964 também foi denominado contrarrevolução, golpe militar ou ainda golpe civil-militar. Para este trabalho escolhi usar o termo “golpe militar”.

<sup>63</sup> COGGIOLA, Osvaldo. Op. Cit., p. 11-17.

<sup>64</sup> As eleições nacionais argentinas, que tinham sido outorgadas pelos militares para março de 1973, foram vencidas por Héctor Cámpora, representante da coalizão Frejuli – *Frente Justicialista de Liberación Nacional* –, arquetetada por Juan Domingo Perón, que se encontrava impossibilitado de ser candidato à presidência do país. Cf. COGGIOLA, Osvaldo. Op. Cit., p. 30-32.

negligenciar toda a efervescência cultural, política e social que abalou as sociedades ocidentais após o maio francês de 1968<sup>65</sup>.

Busco então focalizar, através da análise de alguns artigos, como as questões relacionadas ao controle do corpo e do direito de escolha das mulheres estiveram presentes na escrita das militantes feministas que produziram os periódicos situados nesse período. Uma característica da escrita dessas militantes que perpassava a maioria dos artigos era a discricção em relação à abordagem de temas relacionados às demandas do movimento feminista. Cabe ressaltar que, mesmo localizando vários artigos em cujo título encontramos as palavras aborto, prazer, orgasmo, não os qualifico como provocadores, instigantes e capazes de levar a uma conscientização de que as mulheres teriam e têm o direito de escolha e de decisão em relação aos seus corpos. Embora em alguns momentos substituída pela rebeldia, como poderemos constatar no decorrer do texto, em geral a discricção foi a tônica desses discursos.

Nos artigos do Nós Mulheres brasileiro e do Persona argentino, essa temática esteve quase totalmente ausente, se formos pensar em termos estatísticos. Com relação ao periódico brasileiro Mulherio, no decorrer da análise dos artigos publicados, a discricção foi sendo substituída por mais visibilidade, o que refletia o contexto histórico do momento.

A constatação inicial é de que as questões aqui analisadas não estavam entre as preocupações mais prementes dos jornais feministas. Aqui e ali, um artigo tinha como foco o aborto ou o corpo. Em duas edições do periódico Mulherio a palavra orgasmo apareceu apenas como anúncio de uma peça de teatro, mas ao avançarmos na pesquisa, esses temas começaram a brilhar nos títulos de artigos.

Num primeiro momento, abordarei os artigos que traziam em seus títulos palavras como aborto, orgasmo, sexualidade, prazer, sexo, contracepção, planejamento familiar, etc., que contemplavam demandas do movimento feminista da Segunda Onda: direito ao corpo e ao prazer.

---

<sup>65</sup> Além do maio francês (entendendo por maio francês a movimentação ocorrida nas ruas de Paris em maio de 1968) outros acontecimentos sacudiram as estruturas políticas e sociais daquele 1968, como a Primavera de Praga e o início da Ofensiva Tet por parte do Vietcong e do Vietnã do Norte contra a ocupação da Indochina pelo exército dos Estados Unidos. Outro estudo que aborda os anos de 1968 é o livro Rebeldes e Contestadores. Op. Cit. Segundo Coggiola, entre os anos de 1968-1969, “[...] os governos militares entraram em profunda crise devido à onda de mobilizações populares que percorreu toda a América Latina, desde o México (onde em 1968, ano dos jogos olímpicos, aconteceu o massacre de estudantes da Praça de Tlatelolco) até a Argentina e o Uruguai”. COGGIOLA. Op. Cit., p. 30-32.

Num segundo momento, analisarei artigos que, mesmo não trazendo em seu título essas palavras, contemplavam tais temáticas ao abordarem outros assuntos. Não trazer a temática nos títulos podia significar não chamar a atenção da Igreja Católica e não atrair a ira de moralistas. Em suma, realizei uma análise extensiva dos periódicos, não pesquisando apenas por títulos, mas trazendo uma leitura intensiva das edições às quais tive acesso. Ao mesmo tempo, mesmo que brevemente, informo de que forma esses temas apareciam em anúncios de simpósios, em entrevistas, como temas de pesquisas e como títulos de livros.

O primeiro capítulo apresenta o modo como os periódicos feministas Nós Mulheres, Mulherio e Persona divulgaram e repercutiram em suas páginas as manifestações relacionadas ao movimento feminista e ao movimento de libertação das mulheres, além de trazer uma análise mais detalhada de cada periódico. O segundo capítulo analisa como as questões relacionadas à sexualidade eram abordadas e veiculadas nos periódicos pesquisados. E por fim o terceiro capítulo traz a reivindicação do direito ao próprio corpo, abordando como as questões pertinentes ao seu controle estavam sendo debatidas, apropriadas e veiculadas nas páginas dos periódicos feministas, objetos deste estudo.

Cada um dos periódicos é um universo particular, pleno de possíveis interpretações e também de armadilhas, que podem desviar o rumo previamente traçado. O trabalho com as fontes é uma história à parte, de erros e acertos que formam o processo de uma pesquisa.

Há um espaço que pode ser preenchido com novas observações e outras propostas de reflexão, ao se buscar compreender o que as feministas elaboraram em seus discursos e também o que ficou de fora deles. Como Joan Scott nos coloca, “[...] o papel dos estudos históricos é o de iluminar a especificidade de tais processos”<sup>66</sup>. A autora, quando fala de processos, está falando de movimentos políticos de resistência e reivindicação, neste caso especificamente, do feminismo. Entendo que ao estudar questões concernentes ao tema sexualidade, prazer e corpo, estou adentrando uma área de estudos interdisciplinar, que exige consciência dos desafios a ser enfrentados quando extrapolamos as questões historiográficas e cruzamos as fronteiras disciplinares. Então vamos a eles.

---

<sup>66</sup> SCOTT, Joan W. Cidadãs, mas não indivíduos: antes e depois do direito ao voto. In: \_\_\_\_\_. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 285.

## 1 O MOVIMENTO FEMINISTA EM DEBATE NAS PÁGINAS DE PERSONA, NÓS MULHERES E MULHERIO

A emancipação da mulher, para mim, não quer dizer que queremos tomar o lugar do homem, ser homens ou concorrer com eles. [...] Queremos ser dignamente emancipadas. Queremos viver num mundo melhor, sem insegurança e violência. Para o progresso. Mulheres e homens juntos, livres, emancipados, sem neuroses. Uma emancipação cultural, econômica e sexual. O poder de escolha em nosso País.

*Norma Benguel*<sup>67</sup>

A citação acima, da atriz brasileira Norma Benguel, publicada no periódico Nós Mulheres, é exemplar para se pensar o momento vivido, o contexto histórico, social e político daqueles anos 1970 e 1980. As mulheres sul-americanas, as europeias e as norte-americanas estavam, em grande parte, vivenciando mudanças significativas em seu modo de viver e de ser.

O ressurgimento do movimento feminista, comumente denominado Segunda Onda, abalou significativamente as estruturas das relações familiares ao questionar valores até então pensados como direitos adquiridos e inalienantes dos homens e de uma sociedade patriarcal. As mulheres saíam às ruas das grandes cidades para lutar por seus direitos em relação ao corpo e ao prazer, bem como para lutar lado a lado pelo direito de outras minorias, como os negros e os homossexuais<sup>68</sup>. Debatia-se o “casamento aberto” e novas formas de se viver em comunidades alternativas.

---

<sup>67</sup> Nós Mulheres. Cartas. N. 6. São Paulo, agosto/setembro 1977, p. 14. Acervo Edgard Leuenroth.

<sup>68</sup> Juliet Mitchell em La condición de la mujer destaca que ao se estudar o período histórico em que surgiu o movimento feminista (aqui a autora refere-se ao feminismo de Segunda Onda) “[...] tenemos que considerar los movimientos radicales o revolucionários contemporâneos con los que se encuentran aliados, o de los que se ramifico: el movimiento estudiantil, el Poder Negro, la resistencia al alistamiento, los grupos sectarios ya existentes y los grupos femeninos reformistas, así como las luchas del Tercer Mundo. Tenemos que considerar la condición específica de la mujer durante la década que produjo la revuelta”. In: MITCHELL, Juliet. La condición de la mujer. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 11-12.



Palavras de ordem e expressões como “O prazer sem limites”, “É proibido proibir” e “Quanto mais faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução” se misturavam e se confundiam em passeatas que agrupavam ativistas feministas, líderes antirracistas, hippies, entre outros. Todo um novo pensamento estava surgindo, nesse período pós-guerra. Segundo Jean Claude Guillebaud,

[...] um imenso frêmito libertário atravessou, de 1964 a 1973, todas as sociedades industrializadas. Do Japão à Califórnia, da velha Europa à jovem América, uma mesma insurreição contra a autoridade, a proibição, a repressão, o pessimismo carnal mobilizaram a juventude contra a “ordem antiga”, subitamente tornada insuportável<sup>69</sup>.

Esta mesma visão é percebida por Pascal Bruckner que pontua que “Paris era a vanguarda, oásis de liberdade, em uma França que estava mais fácil de viver, mas ainda era prisioneira dos velhos preconceitos”<sup>70</sup>. E continua: “A sexualidade estava agora incluída num movimento que buscava fabricar um mundo novo, onde o sujeito amoroso podia se imaginar vagueando entre seus desejos sem freios nem penalidades”<sup>71</sup>.

Países como a Argentina e o Brasil, entre outros sul-americanos, acompanharam toda essa movimentação social e cultural. Mas como todas essas ideias chegaram ao nosso país e à vizinha Argentina? De que maneira essa “agitação” toda foi apresentada às leitoras(es) dos periódicos feministas nesses dois países?

Pelas leituras realizadas, observo que seria quase impossível pensar no feminismo como um todo. Com relação à América Latina, o

---

<sup>69</sup> GUILLEBAUD, Jean-Claude. A tirania do prazer. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 44.

<sup>70</sup> Anette Cruz nos mostra que na França de 1968 existia uma oposição às formas autoritárias de relações e organização social e os avanços técnicos e econômicos. As mulheres francesas conquistaram o direito ao voto em 1944, tinham acesso a todo tipo de educação formal desde o final do século dezanove, mas continuavam subordinadas aos homens no nível familiar e na sociedade conjugal através do pátrio-poder e outras leis remanescentes do Código Napoleônico. Cf. CRUZ, Anette G. V. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): os primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (Org.). O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 41.

<sup>71</sup> BRUCKNER, Pascal apud NECKEL, Roselane. A “revolução sexual” e o prazer. In: \_\_\_\_\_. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de Doutorado em História. PUC, São Paulo, 2004, p. 145.

movimento é pensado em seus tempos e contextos diferentes, se comparado ao feminismo de Segunda Onda europeu e estadunidense. Podemos afirmar o mesmo com relação às ditaduras que dominaram os países da América do Sul nas décadas de 1960 a 1980. O Brasil vivenciou de 1964 a 1985 um regime ditatorial que se utilizou de várias formas de repressão. Em meados da década de 1970 a Argentina “[...] fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido en muchos otros países”<sup>72</sup>.

Diante de tal cenário, como era mostrado nos periódicos feministas o protagonismo das militantes?<sup>73</sup> Volto a destacar que este estudo é dedicado a perceber como as militantes feministas repercutiam em seus escritos, mais especificamente nos periódicos feministas Nós Mulheres e Mulherio (editados no Brasil) e Persona (publicado na Argentina), o movimento feminista da Segunda Onda. Compreendo esses periódicos, quiçá suas editoras, colaboradoras e demais participantes na elaboração dos respectivos periódicos, como “redes-chaves” na divulgação e difusão de uma consciência feminista. Portanto, neste capítulo mostrarei como os mencionados periódicos divulgaram e repercutiram em suas páginas as manifestações relacionadas ao movimento feminista e ao movimento de liberação das mulheres.

Amy Farrell utiliza o conceito “redes-chaves” ao problematizar a revista Ms. como alimentadora e promotora da conscientização feminina, oferecendo “[...] uma conexão vital para centenas de milhares de mulheres”<sup>74</sup>. Em sua análise, Farrell também lança um olhar sobre o lugar ocupado pelas editoras e redatoras da Ms. que, em sua opinião, “[...] validaram e ajudaram a promover o movimento feminista”<sup>75</sup>. O conceito “redes-chaves” foi desenvolvido por Mary Fainsod Katzenstein que, ao estudar os movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, argumentou que os estudiosos deveriam “[...] identificar as múltiplas redes através das quais a consciência feminista é alimentada e a militância promovida”<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> COMISIÓN NACIONAL sobre la DESAPARICIÓN de PERSONAS.(CONADEP). Prólogo. Nunca más. Primera Parte. Buenos Aires, septiembre de 1984.

<sup>73</sup> Podemos citar entre estudos que retratam o protagonismo e a inserção das mulheres nos espaços públicos os livros de Joan Scott A Cidadã Paradoxal e de Natalie Zemon Davis Nas Margens: três mulheres do século XVII.

<sup>74</sup> FARRELL, Amy E. Introdução. In: \_\_\_\_\_. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. São Paulo: Barracuda, 2004, p. 14.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>76</sup> *Idem*.

A revista *Ms.*, é um bom exemplo de um periódico que se propunha a divulgar o feminismo na década de setenta. Lançada nos Estados Unidos em 1972, trazia uma proposta inovadora de difundi-lo por todo o país. Segundo Amy Farrell, a revista prometeu criar o que a autora denomina “feminismo popular”. Mas o que Farrell entende por feminismo? “[...] o comprometimento com a melhoria das vidas das mulheres e a eliminação da dominação por gênero”. E como feminismo popular a autora se refere “[...] tanto ao feminismo disseminado, comum a muitos, como ao que emerge do cerne da cultura popular”<sup>77</sup>.

Sem aprofundar as questões conceituais referentes ao que a autora percebe como cultura popular, podemos pensar nos aspectos relacionados ao papel desempenhado por essas editoras e colaboradoras dos periódicos ao se situarem como “redes-chaves” para a disseminação da consciência feminista.

Para refletir sobre a inserção das feministas nos meios de comunicação, tomo como base o livro As mulheres em movimento<sup>78</sup>, publicação resultante do Encontro do Movimento de Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1981. Leila Barsted nos conta que a partir da década de 1970 novos espaços surgiram no movimento de resistência à imagem estereotipada das mulheres. “Passou-se a buscar um discurso próprio, dando voz às próprias mulheres para que falassem de si mesmas, dos seus problemas, das suas reivindicações e desejos”<sup>79</sup>. A autora nos relata que essa resistência não se constituiu num processo fácil e que as mulheres jornalistas buscaram seus espaços em revistas, boletins, jornais alternativos, assim como na inserção na grande imprensa, na televisão, no rádio e no cinema. Para elas, foi difícil o processo de se aceitarem ou assumirem “[...] o papel de pregadoras das novas ideias, intelectuais orgânicas do movimento de mulheres”<sup>80</sup>. Para Barsted,

[...] esse novo espaço de comunicação surge como uma consciência da importância criativa dos meios de comunicação. Reapropriar-se para educar, para conscientizar, para levar a um número maior de mulheres novas ideias e valores que correspondam ao seu papel ativo na história.

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>78</sup> PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

<sup>79</sup> BARSTED. Leila de A. Linhares. É falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. Ibidem, p.15.

<sup>80</sup> Idem.

Reapropriar-se para mudar a nossa imagem de passividade difundida pela ideologia dominante<sup>81</sup>.

A historiadora feminista Margareth Rago analisa, no artigo “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”<sup>82</sup>, a formação do que ela intitula “feminismo organizado”, que teria surgido dentro do contexto histórico de crise que vivia o Brasil e da construção de novos modelos de subjetividade<sup>83</sup>. Rago pontua que as primeiras organizadoras dos grupos e jornais feministas do Brasil na década de 1970

[...] iniciaram um movimento de recusa radical dos padrões sexuais e do modelo de feminilidade que suas antecessoras haviam ajudado a fundar, nos inícios do século 20. Mais do que nunca, as feministas colocaram em questão o conceito de mulher que a afirmava enquanto sombra do homem e que lhe dava o direito à existência apenas como auxiliar do crescimento masculino, no público ou no privado<sup>84</sup>.

É no contexto exposto acima que situo editoras, colaboradas, conselheiras e demais participantes dos periódicos analisados como “redes-chaves”, ou seja, como mediadoras, divulgadoras e tradutoras de um linguajar teórico para o viver cotidiano, dentro e fora do Brasil. Pontuo que os periódicos aqui analisados contemplam uma pequena parte das publicações feministas da época, como podemos observar com o estudo de Elizabeth Machado, que mapeou mais de trinta publicações<sup>85</sup>. Mas aviso que não é minha intenção abordar a formação de redes feministas naquele período<sup>86</sup>.

---

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys. N. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acessado em 15.11.2008.

<sup>83</sup> Autores como Suely Rolnik abordaram a formação de novos modelos de subjetividades. Cf. ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

<sup>84</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit.

<sup>85</sup> MACHADO, Elizabeth P. Op. Cit.

<sup>86</sup> A pesquisa de Ana Maria Veiga observa a possível formação de redes entre as feministas do Brasil e da Argentina, tendo como parte das fontes analisadas os periódicos brasileiros Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio e os argentinos Persona e Brujas, com os quais realizou um levantamento e um cruzamento de temáticas e informações. Cf. VEIGA, Ana Maria. Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e

Apresentarei a seguir uma breve análise de como os periódicos abordaram as transformações que ocorriam no movimento feminista e buscarei apontar o lugar ocupado por essas militantes jornalistas, editoras e colaboradoras na divulgação das ideias do movimento<sup>87</sup>.

## 1.1 Os periódicos

O *Persona* argentino, assim como os dois periódicos brasileiros analisados, teve um percurso histórico bastante interessante. Cronologicamente, foi o primeiro dos três a ser publicado; sua primeira edição datava de outubro de 1974 e inicialmente contava com periodicidade mensal (sendo que nas fases posteriores alternou publicações bimestrais e trimestrais). Em 1983 passou a ser um boletim, editado mensalmente. Isso demonstra a dificuldade que as militantes tiveram em manter suas publicações, característica que podemos observar também entre as brasileiras. Para fazer frente aos custos editoriais, o jornal trazia anúncios publicitários em seu interior e algumas páginas em branco, propondo a adesão. Em alguns números solicitava explicitamente a quem tivesse lido o *Persona* por empréstimo, que comprasse o próximo número e assim ajudasse na impressão dos próximos exemplares. Na fase final a tiragem era feita mediante assinaturas. Para efeito de análise, classifiquei *Persona* em três etapas, que correspondem ao período em que o periódico foi publicado. Na primeira, dez números foram editados; na segunda, apenas quatro. Em 1976 veio a interrupção da publicação e a dissolução do grupo editor, com o golpe militar, que também afetou outros grupos feministas argentinos, como o primeiro deles, a UFA – *Unión Feminista Argentina* – criado em 1970. O grupo realizador de *Persona*, anteriormente denominado MLF – *Movimiento de Liberación Femenina* – retornou ao cenário argentino em 1980, como OFA – *Organización Feminista Argentina*, reativando a publicação do periódico até meados dessa década.

Em 1974, María Estela Martínez de Perón, conhecida pelo nome artístico (era atriz) Isabelita Perón, assumia a presidência da Argentina; era a primeira mulher a governar um país latino-americano.

---

Buenos Aires (1970-1985). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

<sup>87</sup> Ao final do trabalho será disponibilizada uma tabela onde estarão listados todos os artigos que analisavam ou repercutiam os acontecimentos em torno do movimento feminista.

Ficou na presidência até 1976 e seu governo tornou-se conhecido pelo recrudescimento da repressão aos opositores. Justamente nesse período foi fundado o *Persona*.

À frente do MLF estava María Elena Oddone<sup>88</sup>, que imprimia uma forte liderança pessoal às ações do grupo, de acordo com Silvia Chejter<sup>89</sup>. Em 1973 o grupo inaugurou um escritório, formou uma biblioteca, organizou conferências e debates sobre temas feministas e iniciou o contato com a UFA. O periódico *Persona* pode ser pensado como uma publicação ligada ao feminismo radical<sup>90</sup>.

No entanto, Leonor Calvera em seu livro *Mujeres y feminismo en la Argentina*<sup>91</sup>, nos conta que a inclinação de Oddone teria sido pelas “[...] *análisis existencialistas de Simone de Beauvoir*”<sup>92</sup>, enquanto a UFA teria sido mais influenciada pelo feminismo radical norte-americano. A autora destaca a criação do grupo feminista *Nueva Mujer*, que se formou na Argentina no início da década de 1970, coordenado por Mirta Henault e Isabel Larguía. Teve uma trajetória breve, conseguindo publicar nesse período *Las mujeres dicen basta*<sup>93</sup> (o primeiro livro feminista escrito na Argentina) e *La mitología de la femineidad*<sup>94</sup>.

Mesmo com todas as diferenças, era inegável a existência de uma rede de comunicação entre os diferentes grupos feministas argentinos, mas não podemos deixar de destacar o caráter “personalístico” de alguns grupos feministas, como observamos pela presença marcante e decisiva de María Elena Oddone em todas as edições de *Persona*.

Na Argentina, a movimentação e as publicações do movimento feminista da Segunda Onda antecederam o que ocorreu no Brasil. Entendemos como movimento feminista, “[...] as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação”; enquanto como movimento de mulheres

---

<sup>88</sup> Sobre María Elena Oddone cf. também VEIGA, Ana M. Op. Cit.

<sup>89</sup> CHEJTER, Silvia. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. Cecym – Centro de Encuentros Cultura y Mujer. *Travesías* 5: Temas del debate feminista contemporáneo. Año 4. N. 5, 1996, p. 15.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. Colección Controversia.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>93</sup> HENAULT, Mirta, MORTON, Peggy e LARGUÍA, Isabel. *Las mujeres dicen basta*. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1970.

<sup>94</sup> GISSI, Jorge. *La mitología de la femineidad*. Buenos Aires: Ed. E. Ander-Egg, 1972.

compreendemos os “[...] movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Tratam-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres”<sup>95</sup>. No Brasil, segundo Rose Marie Muraro, o movimento feminista teria conquistado visibilidade através dos meios de comunicação<sup>96</sup>. Aqui, os primeiros grupos feministas surgiram a partir de 1975, embora os grupos de consciência tenham se formado já desde 1972, com a chegada de algumas brasileiras que vinham do exterior<sup>97</sup>.

Na década de 1960, mais acentuadamente a partir de sua segunda metade, aconteceram em diversas partes do mundo numerosas e expressivas mudanças no panorama social, que afetaram as estruturas da sociedade e que envolveram tanto o feminismo como outros movimentos sociais em formação. Um novo pensamento estava surgindo, nesse período pós-guerra. Eric Hobsbawm, em Era dos Extremos, destaca que os turbulentos anos sessenta e setenta geraram um abalo profundo nas relações familiares<sup>98</sup>.

Grandes passeatas, concertos e festivais de *rock* aconteceram nos Estados Unidos e na Inglaterra na segunda metade da década de 1960. Toda essa movimentação na música era seguida de perto pelo movimento *hippie*, com suas comunidades e passeatas pela paz. *Hippies*, *rock*, mochileiros, drogas, viagens místicas expressaram um modo de viver dos jovens naquele momento. Insatisfação? Revolta? Quebra de paradigmas? Reflexo de uma tentativa de romper com a tradição, com o *status quo* vigente. Surgimento de uma individualidade, de uma necessidade de reconhecer-se como sujeito, separado da coletividade e do outro. O espaço público, definidor dos papéis sociais, transferiu-se para o espaço privado; o conhecimento do eu se transmutaria na individualização narcisista<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> A esse respeito, cf. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, como foram constituídas algumas categorias de análise como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, usadas por historiadores(as). História. Vol. 24. N. 1. 2005, p.77.

<sup>96</sup> MURARO, Rose Marie (Org.) Sexualidade, libertação e fé. Por uma erótica cristã: primeiras indagações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 9-10.

<sup>97</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. Vol. 26. N. 52. Dezembro de 2006, p. 249-272.

Disponível em:

[www.scielo.br/scielo.php?script=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci). Acessado em 20.08.2008.

<sup>98</sup> O historiador explicita que a crise familiar foi provocada por “[...] mudanças bastante dramáticas nos padrões políticos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação”. Cf. HOBBSAWM, Eric. Revolução Cultural. In: \_\_\_\_\_. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 316.

<sup>99</sup> BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do século XIX. In: KOTHE, F. (Org.), Walter Benjamin: Sociologia. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

Anette Goldberg pontua que a bifurcação ocorrida dentro do que ela conceitua como “transgressão holista”<sup>100</sup> da “marginália”, “[...] onde se expandiu um *ethos* hedonista, individualista, desvinculado de qualquer projeto de revolução social – é a meu ver, crucial para o entendimento da história do feminismo, que ressurgiu como movimento organizado no Brasil em 1975, e para o estudo e mapeamento das tendências que nele emergiram”<sup>101</sup>. Para ela, essa digressão da transgressão holista sofreu uma forte influência do movimento hippie estadunidense e da “ideologia”<sup>102</sup> da contracultura.

A historiadora argentina Fernanda Gil Lozano compartilha das mesmas impressões que as pesquisadoras brasileiras acerca da influência estadunidense e europeia nos movimentos feministas latino-americanos que por aqui se formaram a partir da década de 1970. Contudo, com o transcorrer “[...] *de un tiempo de práctica social, el feminismo latinoamericano comenzó a adquirir una fisionomía propia y diferenciada*”<sup>103</sup>. A autora relata que em 1969, com o *Cordobazo*<sup>104</sup>, se externou o mal-estar provocado por uma ditadura opressiva e repressora, que se estendeu para a área cultural, com proibição de apresentação da ópera *Bombarzo* do compositor argentino Alberto Ginastera, devido ao seu conteúdo “indecente”. E dentro deste contexto “[...] *hicieron su aparición las primeras organizaciones feministas*”<sup>105</sup>. Segundo Lozano, naquele momento, se amalgamaram as influências teóricas advindas dos Estados Unidos e da Europa com a formação de grupos de reflexão sobre o tema das mulheres. As participantes dos grupos procuravam encontrar pontos em comuns em suas experiências como mulheres que “[...] *ya fueran amas de casa o profesionales, artistas o militantes políticas*”. A dinâmica encontrada foi a criação de grupos de autoconhecimento e “*concienciación*”, que diferia de “*conscientización*”, pois as mulheres queriam criar uma “*conciencia*” e se distinguir dos grupos de esquerda que falavam em conscientização.

---

<sup>100</sup> Para Anette Goldberg, além da “marginália”, a “transgressão holista” englobava uma esquerda jovem revolucionária.

<sup>101</sup> GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1987, p. 39.

<sup>102</sup> Anette Goldberg refere-se à contracultura como uma ideologia. *Idem*.

<sup>103</sup> LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel. *Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Vol. IV. Madrid: Cátedra, p. 881-902.

<sup>104</sup> Revolta de estudantes e operários na cidade de Córdoba contra a ditadura do general Onganía.

<sup>105</sup> LOZANO, Fernanda Gil. *Op. Cit.*, p. 884.



A autora diferencia as mulheres que participavam de grupos feministas dos grupos de mulheres que provinham de partidos políticos. As divergências centrais apareceram durante a realização de um grande ato em 1975, pelo Ano Internacional da Mulher, que deu início à Década da Mulher. As feministas colocaram a necessidade da inclusão de temáticas como sexualidade e aborto, o que foi negado terminantemente pelas chamadas “mulheres políticas”, ligadas a grupos e partidos políticos, por acharem provocativas as discussões em torno desses temas<sup>106</sup>. Nada muito diferente do que aconteceu em alguns encontros do movimento feminista e de mulheres no Brasil<sup>107</sup>.

Na Argentina dos anos 1970<sup>108</sup> observou-se uma grande movimentação feminista. Conforme Karin Grammatico, havia uma intensa atividade política e mobilização social naquele período as organizações feministas se inseriram naquele contexto<sup>109</sup>. A autora afirma que a historiografia argentina tem se mostrado resistente em incluir a experiência política do feminismo dos anos sessenta e setenta entre as distintas manifestações de contestações do período<sup>110</sup>. Mais uma demonstração de como a história das mulheres e das relações de gênero

---

<sup>106</sup> Ibidem, p. 887.

<sup>107</sup> Maria Paula Araújo informa que “Muitas vezes o confronto quase inviabilizava o movimento. Como no I Congresso da Mulher Fluminense, realizado em 1978, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Cristóvão, que quase não conseguiu estabelecer a pauta das suas reuniões. Enquanto militantes de entidades influenciadas pelo PCB exigiram uma pauta voltada para os problemas políticos gerais do país, as feministas queriam uma que focalizasse problemas específicos das mulheres. Entre essas feministas, muitas também eram militantes da APLM (Ação Popular Marxista Leninista). O plenário estava dividido e a mesa condutora não chegava a um consenso sobre a definição da pauta do encontro. De um lado gritava-se “anistia, carestia”, de outro “sexualidade, aborto”. Ao final, o encontro teve um dia de “questões gerais” e outro de “especificidades”. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 162.

<sup>108</sup> Conforme Fernanda Gil Lozano, na década de 1960, as reuniões se fizeram em volta do MLM – Movimiento de Liberación de Mujeres. LOZANO, Fernanda Gil. Op. Cit., p. 884.

<sup>109</sup> Nessa ocasião foi fundada a mencionada UFA por Nelly Bugallo, Leonor Calvera, María Luisa Bemberg e Gabriella Roncoroni de Christeller. Entre 1970 e 1975 se constituíram diversas associações feministas na Argentina. O citado MLF, liderado por María Elena Oddone, foi criado em 1972. Dois anos mais tarde surgiram o Movimento Feminista Popular – MOFEP – nascido da Frente de Izquierda Popular – FIP – e a Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina – ALMA –, fundada por antigas integrantes da UFA e do MLF. No entanto, em 1975 todas essas organizações se uniram e formaram a Frente de Lucha por la Mujer – FLM (que tinha o aborto legal e gratuito entre suas questões principais). Ficou de fora dessa união o MOFEP e juntou-se a ela a MAS – Agrupación das Mulheres Socialistas. Cf. GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). Historia, género y política en los ‘70. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.

<sup>110</sup> Idem.

era percebida como uma história de “perfumaria”, ou de menor relevância que eventuais estudos econômicos, políticos e sociais relacionados ao mesmo período.

No primeiro exemplar de *Persona*, de outubro de 1974, a chefe de redação era Victoria Mungo, enquanto que no segundo número havia uma comissão de redação e no terceiro número aparecia um coordenador jornalístico<sup>111</sup>. Nos jornais da segunda etapa, talvez por problemas financeiros (o que limitaria os gastos com a editoração e tudo o mais), não encontramos uma página dedicada exclusivamente ao sumário e ao expediente, onde constaria o nome das(os) participantes da redação do periódico. Com relação à autoria dos artigos, percebemos que alguns informavam sua procedência, enquanto que em outros não havia identificação. A partir da edição de número 10, na terceira etapa, encontramos uma nota que esclarecia que os artigos publicados sem autoria no periódico eram de responsabilidade de María Elena Oddone, o que corrobora com a afirmação de sua forte liderança pessoal impressa na redação do jornal. Apareciam como colaboradoras Valeria Cano e Diana Cobos e como fotógrafa Alicia D’Amico (primeira etapa) e Sara Torres (apenas na segunda edição da primeira etapa). Hilda Rais era mencionada como revisora na edição de número 7 da terceira etapa<sup>112</sup>.

A partir do número 5, que podemos inferir que tenha sido publicado em 1975, verificamos uma substancial modificação, retratada no editorial escrito por María Elena Oddone. Na capa temos estampado o editorial, o sumário, sem nenhuma imagem (como era o padrão nos números anteriores aqui analisados). Percebemos nesse exemplar a reprodução mais de artigos de autores(as) estrangeiros(as) do que editoriais ou artigos de autoras(es) nacionais. No exemplar de número 2, de 1974, dos quinze artigos publicados, onze são de argentinas; enquanto que no periódico de número 5, com exceção do editorial, todos os artigos (oito) são reproduções de textos de autores(as) estrangeiros(as), como Kate Millet e Ivan Illich, entre outros.

Essa mesma dificuldade em manter um jornal ou revista feminista foi enfrentada pelas brasileiras. O Nós Mulheres conseguiu permanecer ativo pelo período de dois anos. O primeiro número teve a colaboração financeira de Ruth Escobar, conforme o editorial, o que tornou possível sua impressão. Nós Mulheres foi fundado em 1976 e circulou até 1978. Foi publicado sob a responsabilidade da Associação

---

<sup>111</sup> Roberto Domichovsky.

<sup>112</sup> A redação se situava na Calle Corrientes, 848, piso 8, oficina 801, Buenos Aires (primeira etapa) e na Calle Peña, 2214 – 5º Piso E (terceira etapa).

de Mulheres de São Paulo e editado por militantes feministas participantes do grupo clandestino Debates. Entre suas editoras podemos mencionar Maria Lygia Quartim de Moraes, que à época aparecia como Maria Moraes, Bia Kfoury, Maria Inês Castilho e Rachel Moreno. Como colaboradoras estavam Cynthia Sarti e Ruth Toledo, entre outras. Duas mulheres e um homem ocuparam a posição de jornalista responsável durante a breve trajetória do Nós Mulheres: Marisa Correa, responsável até o número 3; Anamarcia Vainsencher, responsável do número 4 até o 7; e Luís Antônio do Nascimento, responsável pela edição do número 8. A redação ficava no porão da Rua Capote Valente, 376 – Pinheiros, São Paulo; a partir da edição de número 4 foi para a Rua Fidalga, 548, sala 26 – Vila Madalena, São Paulo.

A publicação do periódico Nós Mulheres é simultânea à gestação do “milagre brasileiro”, que fincou suas bases nos méritos do futebol e das belas mulheres brasileiras. Enquanto algumas feministas vivenciavam o feminismo no exílio dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, diversos mecanismos de enfrentamento ao regime militar eram exercitados por inúmeros cidadãos brasileiros<sup>113</sup>. Mães, esposas, amigas, companheiras e filhas se mobilizavam de diversas formas para enfrentar o sumiço de seus pais, filhos, maridos, amigos, companheiros, que estavam sendo mortos, presos, torturados, exilados pelo regime militar. Talvez grande parte da população brasileira não estivesse sendo confrontada com essa situação, mas era confrontada com o aumento do custo de vida e com a ausência do Estado em setores vitais como a saúde e a educação. Esse cotidiano de dificuldades econômicas era vivenciado principalmente pelos setores populares.

Céli Pinto nos conta que a luta contra a carestia já fazia parte do cenário político nacional desde o final da década de 1940 e início da de 1950. O movimento de mulheres – que ressurgia com força nesse momento sob a forma de clubes de mães, associações de donas de casa, movimento contra a carestia, movimento pela anistia – é exemplo desse ativismo “político-social”, mesmo não tendo como reivindicação primeira questionar a “condição” das mulheres; entretanto, elas puderam, “[...] a partir da própria condição de dona de casa, esposa e

---

<sup>113</sup> Greves operárias em Osasco (SP) e Contagem (MG); afrontamentos ao regime por parte de setores mais à esquerda da Igreja; sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick e ações de grupos armados. Cf. FAUSTO, Boris O regime militar e a transição para a democracia (1964-1984). In: \_\_\_\_\_. História concisa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2002, p. 257-265.

mãe, intervir no mundo público”<sup>114</sup>. Neste ponto o movimento de mulheres diferenciava-se do movimento feminista, que lutava pela libertação das mulheres da opressão masculina, entre outras reivindicações. Embora por vezes as mulheres dos movimentos populares quisessem se manter à distância dos estereótipos que cercavam as militantes feministas<sup>115</sup>, elas estavam manifestando uma noção de consciência política, pois o que era emblemático nesses movimentos populares era a imagem que a mulher podia representar naquele cenário nacional dentro de uma sociedade explicitamente machista.

Ainda segundo Céli Pinto, os primeiros grupos feministas do Brasil começaram a despontar em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro em 1972, mas a autora ressalta que a não menção de grupos feministas em outros estados não implica sua inexistência. Esses grupos seguiam o modelo estadunidense, isto é, eram grupos informais que reuniam mulheres em torno de seus questionamentos e afinidades, tanto intelectuais como políticas, que ficaram conhecidos como grupos de reflexão.

Branca Moreira Alves, que retornou ao Brasil em 1972, fundou o primeiro grupo “neo-feminista” brasileiro, em 1973, na cidade do Rio de Janeiro. Branca, no início dos anos setenta, morou em Berkeley, nos Estados Unidos. Com um pequeno número de brasileiras “[...] contagiado pelo novo movimento de libertação das mulheres”, formaram um pequeno grupo de consciência<sup>116</sup>.

Muitas dessas mulheres que voltavam do exílio<sup>117</sup> passaram a fazer parte dos corpos editoriais dos periódicos feministas, entre eles Mulherio, que foi editado entre 1981 e 1987. Conforme Adélia Borges<sup>118</sup>, o jornal tinha uma periodicidade bimestral e o terceiro número saiu com uma tiragem de 8.000 exemplares. Tinha circulação

---

<sup>114</sup> PINTO, Céli Regina J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: \_\_\_\_\_. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 43.

<sup>115</sup> Podemos pensar no Movimento Feminino pela Anistia organizado por Therezinha Zerbini, esposa de um general perseguido e preso após 1964, que não aceitava que a chamassem de feminista.

<sup>116</sup> GOLDBERG, Anette. Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exterior. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. (Org.). Mulheres: da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos e democratização. Águas de São Pedro, SP: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

<sup>117</sup> Alguns estudos tratam da questão do exílio de militantes feministas e/ou de esquerda, conforme mencionado na introdução deste trabalho.

<sup>118</sup> Adélia Borges foi a jornalista responsável por Mulherio e uma de suas editoras juntamente com Fúlvia Rosemberg.

nacional e era enviado para grupos de mulheres no exterior. A forma de veiculação era através do sistema de assinaturas. Destacou que o periódico não era vendido em bancas, porque era um processo complicado e caro, e que até 1981 a dinâmica era ter pontos de venda em algumas cidades. Também trabalhavam com venda direta, mão a mão, em algumas livrarias. Adélia Borges informou que até julho de 1981 o periódico contava com mais de 400 assinaturas<sup>119</sup> e ressaltou que o jornal não era ligado a nenhum grupo feminista em particular. Tinha um Conselho editorial formado por mulheres de vários grupos. Uma das conselheiras pertencia à Frente, outras à Associação de Mulheres e outras ao grupo Nós Mulheres. Distribuíam o jornal gratuitamente para instituições e emissoras de televisão e rádio do país todo<sup>120</sup>.

A partir desse relato podemos vislumbrar como ocorria a difusão das demandas do movimento feminista no Brasil. Borges relatou que “[...] alguns jornais de bairro e do interior de São Paulo reproduzem em parte ou inteiramente o jornal **Mulherio**. Algumas rádio do interior chegam mesmo a ler o jornal todo”<sup>121</sup>. A redação do periódico inicialmente estava localizada na Fundação Carlos Chagas<sup>122</sup>, depois foi transferida para o Núcleo de Comunicação Mulherio<sup>123</sup>. A partir do número 16, de 1984, a Fundação Carlos Chagas deixou de ser sua financiadora, conforme foi explicitado no editorial. “Quando a Fundação retirou seu apoio financeiro, o jornal parou de circular”. O periódico deixou de ser rodado a partir de outubro de 1983 para retornar em meados de 1984. As editoras afirmavam que “Constituímo-nos num grupo independente para editar o jornal. É o Núcleo de Comunicação Mulherio, uma associação civil sem fins lucrativos”<sup>124</sup>. Na edição de número 23, de 1985, citaram a colaboração da Fundação Ford do Brasil e da WACC – *World Association for Christian Communication* e informaram a tiragem de cinco mil exemplares, bem como os pontos de venda. Seria interessante pensar as relações que o periódico estabeleceu para poder se manter ativo, mas esse não é um dos objetivos desta pesquisa. Quero ressaltar que a equipe de Mulherio basicamente se manteve a mesma durante todo o período de veiculação. As

---

<sup>119</sup> BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, p. 22.

<sup>120</sup> A edição de número 2 do Mulherio informava que a distribuição gratuita do jornal para as instituições de pesquisas, grupos de mulheres e órgãos de imprensa, que a partir da edição de número 3 seria na proporção de um exemplar para cada.

<sup>121</sup> BORGES, Adélia. Op. Cit., p. 24. (grifo da autora)

<sup>122</sup> Av. Prof. Francisco Morato, 1.565, São Paulo.

<sup>123</sup> Rua Amália de Noronha, 268, Pinheiros, São Paulo.

<sup>124</sup> Mulherio. Ano 4. N. 16. São Paulo, maio/junho, 1984, p. 2.

participantes da equipe se denominavam conselheiras; acadêmicas em sua maioria, entre elas estavam Eva Blay, Maria Rita Khel, Carmem Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini e Maria Lygia Moraes.

Nós Mulheres e Mulherio, juntamente com Brasil Mulher, “[...] marcam o nascimento e o desenvolvimento de um feminismo moderno no Brasil”<sup>125</sup>, influenciados sobretudo pelo movimento feminista francês, já que entre as editoras se encontravam militantes políticas que voltavam do exílio na França, sofrendo menor influência do feminismo estadunidense.

Margareth Rago lembra que muitas das feministas que escreviam nos periódicos brasileiros eram ex-ativistas políticas e vinham do exílio forçado no exterior ou então das prisões. Elas “[...] entenderam que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas que despontavam em múltiplos espaços sociais e políticos pela redemocratização no país”<sup>126</sup>. Essas mulheres também combatiam e denunciavam a dominação sexista dos próprios companheiros de esquerda<sup>127</sup>. Rago ressalta que muitas delas “[...] traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos”. E pautados nessa ideologia estavam os dois principais jornais feministas fundados no período: Brasil Mulher e Nós Mulheres, que “[...] visavam conscientizar as trabalhadoras pobres, iniciando-as numa linguagem marxista, inicialmente destinada a pensar a luta entre as classes sociais e não precisamente a ‘guerra entre os sexos’”<sup>128</sup>. Tal estratégia, segundo Margareth Rago, objetivava por um lado conseguir o reconhecimento social do movimento; e por outro estabelecer alianças com outros setores da esquerda envolvidos na luta pela democratização.

Maria Lygia Quartim de Moraes nos conta que tanto a escrita como o conteúdo e também as manchetes eram de decisão do coletivo que compunha o periódico, o que por vezes se alongava em discussões quase intermináveis. Percebemos essa forma de trabalho coletivo

---

<sup>125</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 160.

<sup>126</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys.

<sup>127</sup> Sheila Rowbotham relata que começou também a perceber as próprias diferenças dentro do movimento “revolucionário”, onde os militantes lutavam contra a opressão, mas ao mesmo tempo tomavam atitudes de desrespeito com suas companheiras, com atitudes zombeteiras. Foi através de conversas com outras militantes que expressavam os mesmos sentimentos em relação aos conflitos que Sheila teve o “reconhecimento de nós mesmas como mulheres”. ROWBOTHAM, Sheila. A Conscientização da Mulher no Mundo do Homem. P. 57.

<sup>128</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil... Op. Cit.

também na ausência da identificação da autoria da matéria<sup>129</sup>. Joana Maria Pedro, em seu artigo “*Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne*”<sup>130</sup>, identifica a ausência da assinatura em alguns dos artigos e editoriais dos periódicos analisados e salienta que é importante observar essa questão,

[...] principalmente se for lembrado que, no feminismo de Segunda Onda, a atribuição de autoria e a constituição da “porta-voz” foi muitas vezes questionada. O pressuposto era de que se tratava de um trabalho coletivo sobre o qual ninguém teria propriedade, nem deveria se constituir em representante<sup>131</sup>.

Entretanto, como afirma Joana Pedro, esta prática não foi observada no *Nosotras* de Paris, “[...] no qual a expressão de opinião precisava vir assinada para não ser entendida como representando a posição de todo o grupo”<sup>132</sup>. O mesmo foi observado nos periódicos *Mulherio* e *Persona* aqui analisados. Em *Mulherio*, desde o número 0 (zero) os artigos eram assinados por suas autoras, prática igualmente recorrente nos artigos publicados em *Persona*. Cabe ressaltar entretanto, que nem todos os artigos e os editoriais desse jornal tinham sua autoria identificada.

## 1.2 Nas capas

Na capa da primeira edição de *Persona* vê-se estampada uma imagem. As editoras a identificam: “[...] *entre la multitud que puebla nuestras calles se distingue la figura de una nueva mujer. Decidida, estudiosa y trabajadora, ella avanza hasta el porvenir liberada de tabúes y prejuicios, y con la seguridad de ser una PERSONA*”<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> MORAES, Maria Lygia de. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara, SP: UNESP, 1990, p. 25.

<sup>130</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne* – Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). Leituras em rede: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 320.

<sup>132</sup> *Idem*.

<sup>133</sup> “Entre a multidão que povoa nossas ruas se destaca a figura de uma nova mulher. Decidida, estudiosa e trabalhadora, ela se dirige a um futuro livre de tabus e preconceitos e com a

A capa é o exemplo emblemático de como seria essa “nova mulher” que estava em busca da sua individualidade e, por conseguinte, de ser uma pessoa (*persona*). É interessante observar quais as características que deviam compor essa pessoa: decidida, estudiosa, trabalhadora e livre de tabus e preconceitos – características antes pensadas como “masculinas”. Logo abaixo do título do periódico vê-se o nome *Movimiento de Liberación Femenina* – um “movimento” ou grupo formado na Argentina em 1972, nos moldes e fundamentos similares aos movimentos feministas surgidos na Europa e nos Estados Unidos na década de sessenta do século passado<sup>134</sup>. As primeiras páginas são dedicadas a explicar o porquê do nome *Persona* e seu significado, assim como o objetivo do periódico. Encontraremos questões parecidas nos jornais brasileiros aqui estudados.

Nós Mulheres, em sua primeira edição, estampava na capa a seguinte frase: “Quem somos?”<sup>135</sup>. A capa, uma montagem, retratava a imagem de mulheres brasileiras em diferentes atividades, como a de margarida (varredora de rua) e copeira, entre outras. Para ressaltar a diversidade da formação étnica e social brasileira, trazia imagens de mulheres índias, negras e brancas, de várias gerações e classes sociais. Entretanto, o que pairava como uma presença onipresente era uma “bunda” dentro de um biquíni, ou seja, as nádegas de uma figura de mulher e os seios desnudos de outra. Podemos inferir que a utilização da “bunda” e dos seios tivesse um tom de ironia, já que boa parte do movimento feminista de então era totalmente contrária à exploração do corpo das mulheres como objeto de consumo pela publicidade<sup>136</sup>.

---

segurança de ser uma PESSOA”. Tradução livre. *Persona*. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, Octubre 1975, p. 1. Acervo do CIM (grifo da autora).

<sup>134</sup> Um dos primeiros movimentos de liberação da “mulher” foi o Women’s Liberation Movement surgido nos Estados Unidos na década de 1960, que deu origem pouco depois aos movimentos similares surgidos em vários países europeus. Conforme Anette Goldberg Velasco e Cruz, maio de 1968 “[...] abriu um período de germinação para o ressurgimento das lutas de mulheres na França”. Em outubro de 1968, a partir de um seminário de psicanálise, nasceu o grupo *Psychanalyse et Politique* (Psicanálise e Política) que configuraria uma das tendências do MLF francês. Mas foi em agosto de 1970, com a prisão de manifestantes francesas que haviam colocado uma coroa de flores no monumento do Arco do Triunfo com a inscrição “Em honra à mulher ainda mais desconhecida do que o soldado desconhecido”, é que o movimento ganhou visibilidade. “[...] a imprensa noticiou o fato no dia seguinte, batizando o grupo de *Movement des Liberation des Femmes* (MLF)”. Na Itália, a autora descreve a trajetória do MLD (Movimento di Liberazione delle Donne). In: CRUZ, Anette G. V. Op. Cit., p. 40-47.

<sup>135</sup> Além do título do jornal “Nós, mulheres”, a vírgula não estará presente nos números posteriores.

<sup>136</sup> Essas questões são alvo de considerações no capítulo 3.



Refletindo sobre essas duas imagens, pensamos também a quem eram destinadas as publicações. No Persona – como relato acima – aparecia a imagem de uma mulher nova, bonita, decidida, elegantemente vestida à europeia<sup>137</sup>. Por outro lado, a edição de número 1 do Nós Mulheres estampava em sua capa um tipo de caricatura montada com imagens variadas de mulheres. Das edições que pesquisei, apenas as três iniciais do Persona estampavam uma imagem na capa, certamente esse é um reflexo da dificuldade em se manter a circulação de um periódico.

A minha intenção, ao analisar sucintamente as capas das edições inaugurais dos periódicos, é a de demonstrar que essas imagens podem indicar a intenção aprofundada nos artigos escritos ou reproduzidos no interior do periódico. Mas uma análise mais demorada das capas já faria parte de outra pesquisa. Elas são importantes para pensarmos as estratégias para atrair leitoras(es), como argumenta Maria Teresa Santos Cunha em seu estudo Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly<sup>138</sup>, em que dedica um capítulo à análise das capas dos livros publicados no Brasil pela Biblioteca das Moças. A autora, apoiada nos trabalhos de pesquisadores como Roger Chartier, mostra que:

As imagens que estampam as capas dos livros podem ser decifradas como um conjunto de signos, como um suporte para representações ideológicas; a linguagem das disposições tipográficas pode dar uma organização mais ou menos clara à leitura. Isso nunca escapa aos leitores<sup>139</sup>.

Partindo dessa constatação, penso que a apreciação das capas pode ajudar a compreender como as ideias feministas ganhavam visibilidade nesses periódicos.

É possível inferir que o brasileiro Nós Mulheres buscava atingir um número maior de leitoras e leitores de todas as classes sociais e as mulheres em suas mais variadas profissões, atividades, idades, etnias e orientações sexuais, pretendendo ser percebido não apenas como um periódico feminista, mas também como um formador de opinião e

---

<sup>137</sup> O lançamento da edição de número 1 data de outubro, em plena primavera.

<sup>138</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>139</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Em primeiras cerimônias de apropriação de capas, de títulos, de letras. *Ibidem*, p. 51.

divulgador das ideias e demandas dos movimentos feminista e de mulheres. Certamente almejavam a uma conquista maior: “[...] a libertação da opressão de todos os trabalhadores e de todas as mulheres”. Observo, entretanto, que essa publicação era produzida por mulheres brancas, intelectualizadas e militantes políticas de esquerda. Persona, por sua vez, aparentemente estava endereçado a um público leitor mais intelectualizado, afinal publicava, diferentemente de Nós Mulheres, artigos academicamente mais elaborados e de ativistas feministas estrangeiras, como Kate Millet<sup>140</sup> e Susan Sontag<sup>141</sup>. Millet figurava como colaborada no número 3, de dezembro de 1974. Além dessa participação<sup>142</sup>, outros dois artigos seus foram publicados no Persona<sup>143</sup>. Isso denota uma relação muito próxima às demandas do feminismo radical mencionadas anteriormente. Entretanto, para mostrar o “sujeito” múltiplo que compunha o movimento feminista, outras figuras emblemáticas como Simone de Beauvoir<sup>144</sup>, vista como igualitarista, e Betty Friedan<sup>145</sup>, apontada como feminista liberal, foram citadas. Alguns trechos dos livros O segundo sexo<sup>146</sup> e A mística feminina<sup>147</sup> foram citados em diversos artigos. Uma peculiaridade do Persona, presente nos três primeiros exemplares analisados, era a citação em forma de epígrafe, que por vezes ocupava uma página inteira do jornal e aparecia ao final de um artigo.

A primeira edição do Mulherio, publicada em 1981, foi considerada pelas editoras apenas um folheto e teve uma repercussão considerável. Não trazia nenhuma imagem na capa e sim os objetivos do jornal e o porquê do nome “Mulherio”. Isso também aparece nos outros dois periódicos estudados e será abordado mais à frente.

Portanto o número zero do Mulherio era mais uma carta de intenções, um *lay out*, do que propriamente um exemplar do periódico.

---

<sup>140</sup> Kate Millet, feminista radical estadunidense, autora do livro Política Sexual, publicado em 1970.

<sup>141</sup> Susan Sontag, escritora estadunidense.

<sup>142</sup> Persona. La fuerza del patriarcado. Ano 1. N. 3. Buenos Aires, dezembro de 1974, p. 15-17.

<sup>143</sup> Persona. La cultura sexista. N. 1. Ano 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 14-17 e De lo economico y educacional. N. 2. Ano 1. Buenos Aires, novembro de 1974, p. 7-8. O artigo publicado na edição de número 2 era excerto do capítulo II de seu livro Política Sexual.

<sup>144</sup> Simone de Beauvoir, filósofa francesa, autora de O segundo sexo, livro em dois volumes lançado em 1949, no pós-guerra europeu.

<sup>145</sup> Feminista norte-americana autora de A Mística Feminina.

<sup>146</sup> O livro O segundo sexo foi publicado na França em 1949 e é entendido como o precursor do movimento feminista conhecido como Segunda Onda.

<sup>147</sup> Este livro foi lançado em 1963 nos Estados Unidos e publicado no Brasil 1971, sendo traduzido por Rose Marie Muraro. É considerado uma das obras de grande importância para o movimento feminista.

A intenção era fazer um periódico com dezesseis páginas<sup>148</sup>, que traria “[...] sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico. [...] Várias reportagens e notas curtas abordarão (abordariam) a mulher no Brasil e no mundo”<sup>149</sup>. Havia também uma seção dedicada a dar visibilidade às pesquisas, teses e outros estudos sobre “a mulher” e um espaço para os grupos feministas e femininos divulgarem suas atividades. Com relação à área cultural, o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças teatrais seria acompanhado com resenhas e críticas.

Num primeiro olhar, a estrutura dos três periódicos era muito parecida. Em Mulherio, como vimos, a organização das seções foi claramente explicitada pelo editorial. Nós Mulheres e Persona seguiram uma estrutura semelhante, com artigos de fundo, seções de livros e de atualidades. Mas também são muito perceptíveis as diferenças entre esses periódicos. No Persona, até por ter um número maior de páginas que os demais, observamos uma quantidade mais expressiva de artigos que debatiam questões relacionadas ao movimento feminista, ao movimento de libertação da mulher e ao patriarcado, entre outros temas. Disso poderíamos concluir que esse periódico almejava ter como público-alvo leitoras e leitores mais intelectualizados, dado o estilo da escrita dos artigos que veiculou, com uma clara intenção de divulgar o movimento feminista como um todo.

Cabe destacar que nos primeiros exemplares do Persona as questões relacionadas à sexualidade e ao direito de escolha estavam quase invisíveis. Mesmo mudando de país e de periódico, a situação não era mais favorável à divulgação das demandas relacionadas à sexualidade no brasileiro Nós Mulheres. Percebo que essas questões pertinentes à sexualidade, ao corpo e ao prazer tiveram um espaço maior, ou seja, ganharam uma maior visibilidade, no periódico Mulherio.

### 1.3 Os nomes

O que vem à mente ao lermos ou escutarmos palavras como Mulherio, Nós Mulheres e ou Persona? Mulherio remete quase que

---

<sup>148</sup> A partir da edição de número 2, o número de páginas passou para 24 e manteve-se assim em todos os exemplares pesquisados.

<sup>149</sup> BORGES, Adélia. Mulherio. Ano 1. N. 0, março-abril 1981, capa. São Paulo. Acervo NIGS/UFSC.

imediatamente a um “monte” de mulheres juntas. A utilização dessa palavra é pensada, atualmente, como politicamente incorreta. Mas como foi isso naquele ano de 1981, ao ser lançado o periódico Mulherio?

Como que percebendo antecipadamente a polêmica que seria criada em torno do nome escolhido, essa discussão já foi abordada na edição de número 0. As editoras relatavam, então, que a palavra Mulherio era e é quase sempre empregada em sentido pejorativo, mas questionavam qual palavra que relacionada à mulher não teria essa conotação. E afirmavam que o verbete mulher era apresentado de forma especial no consagrado dicionário Aurélio Buarque de Holanda<sup>150</sup>. E Mulherio nada mais é do que

[...] “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizada ou dogmática<sup>151</sup>.

Em suma, Mulherio se propunha a evidenciar que havia estereótipos e clichês construídos a respeito do feminismo e dos grupos de mulheres para desvalorizar suas propostas e ações; mesmo assim as editoras do periódico resolveram enfrentar a situação e lutar abertamente para acabar com eles. O periódico argentino Persona também compartilhava o mesmo objetivo: “[...] elegimos *PERSONA* como nombre de nuestra publicación que, esperamos, cumpla nuestro propósito fundamental de información y desmitificación al ser humano *MUJER*”<sup>152</sup>.

Em relação à escolha do nome Nós Mulheres, ela não aparece sinalizada no periódico, mas Maria Lygia Quartim de Moraes, uma das editoras, afirma que o nome foi dado como uma tradução do *Nosotras*,

---

<sup>150</sup> “Mulher: 1. pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra mulher: ‘à toa’, ‘da comédia’, ‘da rua’, ‘da vida’, ‘da zona’ [...] todas sinônimos de meretriz. Há três exceções: ‘mulher de César’ (de reputação inatacável), ‘mulher de piolho’ (muito teimosa) e a cinematográfica ‘mulher fatal’”. Mulherio. Capa. Ano 1. N. 0. São Paulo, março-abril 1981.

<sup>151</sup> Mulherio. Capa. Ano 1. N. 0. São Paulo, março-abril 1981.

<sup>152</sup> “[...] escolhemos *PERSONA* como o nome de nossa publicação que, esperamos, cumpra nosso propósito fundamental de informação e desmitificação do ser humano *MULHER*”. Tradução livre. Persona. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro 1974, p. 3.

editado Paris, do qual ela havia participado”<sup>153</sup>. Joana Maria Pedro aponta a proposta de união como sentido principal da afirmação simultânea do sujeito “mulheres” em diversos jornais feministas espalhados pelo mundo<sup>154</sup>.

Refletindo brevemente sobre as citações acima, podemos pensar um pouco mais sobre a quem estavam destinadas as publicações, ou seja, a que público se dirigiam e com qual objetivo. Como apontou o editorial, *Mulherio* foi concebido com o objetivo de “recuperar” as ditas características femininas na imprensa feminista, mas sem o acréscimo de algumas características percebidas como pertencentes ao sexo masculino, no espaço público. Mas, de acordo com o relatado na primeira edição deste periódico, as fundadoras – pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas<sup>155</sup> – tinham a intenção de ser um “canal” de interlocução entre os seguintes públicos: os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas. As dezesseis pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas<sup>156</sup> que fundaram o periódico também formavam o conselho editorial e decidiam o que comporia a pauta de cada edição, como podemos verificar pela citação a seguir.

[...] o Conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto — seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos,

---

<sup>153</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis – SC, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

<sup>154</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nosotras...* Op. Cit., p. 324.

<sup>155</sup> A Fundação Carlos Chagas surgiu em meados da década de 1960, “[...] sob o impulso de um grupo de professores universitários-pesquisadores. [...] Buscavam eles uma resposta melhor para a seleção de alunos para o nível universitário”. O grupo Socialização e Relações de Gênero e Raça compõe um dos cinco grupos de pesquisa da Fundação. O interesse por estudos e pesquisas sobre as mulheres nessa instituição remonta ao início dos anos 1970, quando foi constituído um grupo informal denominado Coletivo de pesquisas sobre Mulher. “A partir da experiência acumulada, Carmen Barroso e um grupo de pesquisadoras elaboram, em 1978, a proposta do Programa de Estudos sobre Mulher, Educação e Trabalho e solicitam recursos à Fundação Ford”. Tendo a Fundação Carlos Chagas recebido da Fundação Ford uma das mais vultosas doações na área de ciências humanas do país. Cf. SORJ, Bila. *Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*. In: COSTA, Albertina de O., MARTINS, Angela M. e FRANCO, Maria Laura P. (Orgs.). *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 120-121.

<sup>156</sup> As pesquisadoras que estudavam a “condição feminina” no Brasil trabalhavam na Fundação Carlos Chagas e contavam com o apoio da Fundação Ford. Eram elas: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria (Lygia Quartim de) Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso.

sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições<sup>157</sup>.

No decorrer deste estudo poderemos observar se esse princípio se manteve. Uma constatação interessante apontada pelas editoras foi de como a imprensa brasileira abordava as questões relacionadas com a “mulher”, até então relegadas às páginas de culinária e dicas de beleza dos jornais e revistas convencionais. “O assunto mulher” que estava sendo descoberto pela imprensa de então ainda se mantinha com informações superficiais, esparsas e contraditórias.

Acreditavam também que podiam ser o veículo que serviria de “[...] orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação”<sup>158</sup>. Uma inspiração por demais ambiciosa para um jornal feminista, mesmo com apoio institucional<sup>159</sup>. Contudo, observei durante a pesquisa que a grande mídia divulgava e mantinha espaços dedicados às questões relacionadas ao movimento feminista e suas demandas. Podemos apontar como exemplo um suplemento do dia 11 de outubro de 1979 do caderno Folhetim<sup>160</sup> que era dedicado exclusivamente à “mulher”, assim como, o de 8 de março de 1981, que punha ênfase nas demandas feministas. Entre seus editores estava a jornalista e feminista Maria Carneiro Cunha, que também era uma das editoras do jornal Mulherio. Entretanto, como nos conta Irene Cardoso em 1981:

Outra coisa que nós conseguimos em São Paulo, depois de muito tempo de luta, foi começar a escrever, há 8 anos atrás, na Folha de São Paulo, sobre a mulher. E quem ajudou muito, levantando dados, foram as mulheres da Fundação Carlos Chagas, com as pesquisas que levantaram sobre a realidade da mulher brasileira. E na Folha de São Paulo conseguimos páginas inteiras sobre a mulher. Mas eles começaram a ficar muito incomodados, achavam que era muito espaço

---

<sup>157</sup> Mulherio. Capa. Ano 1. N. 0. São Paulo, março-abril 1981.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> Menciono novamente que Mulherio era distribuído gratuitamente aos órgãos de imprensa, instituições acadêmicas e grupos organizados de mulheres em todo o Brasil.

<sup>160</sup> Folhetim era o suplemento dominical de cultura da Folha de São Paulo publicado no final dos anos 1970. O primeiro número foi veiculado no dia 23 de janeiro de 1977. Disponível em: [almanaque.folha.uol.com.br/folhetim\\_index.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/folhetim_index.htm). Acessado em 16.09.2006.

dedicado a isso. Isso mais ou menos há 7 anos e, afinal acabaram dando para nós uma coluna de feminismo. É uma coluna pequenininha<sup>161</sup>.

Como relatado acima, percebemos a importância dos estudos realizados pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, mas que também outro espaço, mesmo que pequeno, já havia sido conquistado pelas demandas feministas. De uma forma ou outra, essa visibilidade era mediada pelas pesquisadoras ligadas à Fundação.

Podemos pensar nessas militantes feministas que dirigiram, fundaram ou escreveram nesses periódicos como transgressoras? Pioneiras? Michel Foucault nos mostra em seu livro A ordem do discurso<sup>162</sup> que dificilmente um autor se descola do momento e do contexto vividos. E pelo que pude observar durante a pesquisa, essas militantes feministas retratavam em seus escritos o momento vivido e as questões que estavam sendo pensadas naquele contexto histórico. Por serem militantes de um movimento social que pugnava pelo direito de escolha com relação ao próprio corpo, supunha-se que essas questões estivessem mais presentes nesses periódicos, já que ganhavam visibilidade nos meios de comunicação de massa como um todo.

Uma pioneira no Brasil em questionar assuntos relacionados ao cotidiano das mulheres foi Carmen da Silva que, com artigos fundamentados na psicologia, iniciara sua trajetória em setembro de 1963, na revista Cláudia<sup>163</sup>. É interessante perceber que uma revista como Claudia tivesse como redatora uma feminista. No artigo “O Sistema percebeu a força explosiva do movimento feminista e se assustou”, Carmen da Silva fazia uma breve análise da imprensa brasileira em relação “à mulher” durante os quase vinte anos em que ela atuou na revista. Num primeiro momento, relatou a reação do público feminino quanto ao que ela escrevia na revista, para em seguida analisar que a grande imprensa “[...] farejou a oportunidade da temática e, [...] finalmente passou a ter sua ‘lua de mel’ com a mulher [...] a procurar a ajudá-la a ser ‘feliz e realizada’ – dentro das instituições, é claro”<sup>164</sup>. Mas, quando o sistema percebeu a força do feminismo, tentou enquadrá-

---

<sup>161</sup> CARDOSO, Iredé. Temos que invadir os meios de comunicação. In: PROJETO MULHER. As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, s/d, p.25-26.

<sup>162</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

<sup>163</sup> Sobre Carmen da Silva cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. Série História e Memória do Jornalismo.

<sup>164</sup> SILVA, Carmen da. O Sistema percebeu a força explosiva do movimento feminista e se assustou. In: PROJETO MULHER. As mulheres em movimento. Op. Cit., p. 29.

lo e reduzi-lo a “[...] seus aspectos ‘menores’ e mais inócuos, dirigi-lo, cortar-lhe as asas”<sup>165</sup>. Citou como exemplo a própria revista Claudia, que num dado momento assumiu uma posição pioneira e a apoiou. “[...] hoje em dia me mantém muito aquém desses limites”. Finalizou esse texto expondo com clareza como era a relação da imprensa com o feminismo:

[...] enquanto se tratava apenas de melhorar o relacionamento do par, mas sem questionar o casamento; de criar mais harmonia entre as gerações, mas sem contestar a família nem o princípio de autoridade; de incitar a mulher a trabalhar ‘para realizar-se’, mas sem competir no campo econômico, tudo bem com a imprensa em geral. Enquanto se tratava de reivindicações exclusivamente *sociais*, válidas para ambos os sexos (p. ex. igualdade salarial etc.), tudo bem com a imprensa alternativa de esquerda. Mas feminismo propriamente dito, em toda a extensão de suas propostas, é um tema sutilmente censurado nos órgãos de comunicação<sup>166</sup>.

Talvez possamos refletir um pouco sobre algumas iniciativas que, mesmo “isoladas” e “pífias”, tinham a temática do feminismo como objeto. Podemos destacar o espaço ocupado por Irede Cardoso, mencionado acima. Temos que lembrar também que a partir de 1981 a psicóloga clínica, sexóloga e feminista Marta Suplicy iniciou sua trajetória como articulista da Folha de S. Paulo e que a Rede Globo abriu seu espaço para seriados como Malu Mulher (1979-1980), Amizade Colorida (1981) e o programa diário TV Mulher, em que a própria Marta Suplicy apresentava o quadro Comportamento Sexual<sup>167</sup>.

Maria Lygia de Moraes, ao comentar os “efeitos multiplicadores” das iniciativas das feministas no Brasil dos anos setenta, relata que “[...] o tema teria sido incorporado às bandeiras de

---

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>167</sup> Marta Suplicy apresentou o quadro Comportamento Sexual durante seis anos (de 1980 a 1986) na Rede Globo, com duração diária de 5 minutos, apresentado de segunda a sexta-feira. Depois apresentou, de 1987 até 1988, o programa Comportamento Sexual na TV Manchete. Cf. TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 38.



luta de esquerda”<sup>168</sup>, bem como absorvido “pelos meios de comunicação de massas”. Destaca que a série de televisão *Malu Mulher* era o exemplo “[...] mais expressivo da ligação entre realidade e mito”, pois seria baseada na “[...] vida real de muitas feministas que, com a qualidade de sua militância, enriqueceram o imaginário social com novas heroínas”<sup>169</sup>. Extraíndo a licença poética da socióloga em relação às “novas heroínas”, encontrei informações que relatam encontros da socióloga Ruth Cardoso com a atriz Regina Duarte e os produtores da série para dar uma maior veracidade e ou autenticidade aos dilemas enfrentados pelas mulheres que estavam entrando com maior intensidade no mercado de trabalho<sup>170</sup>.

Como nos mostra Dulcília Buitoni, que analisou a imprensa feminina brasileira de 1880 a 1970, as revistas dedicadas a um público feminino reforçavam os estereótipos relacionados às mulheres<sup>171</sup>. A imprensa estadunidenses foi uma das responsáveis pelo retorno das mulheres daquele país ao lar. Betty Friedan assumiu sua parcela de culpa enquanto redatora/editora de revista. As reportagens publicadas nessas revistas incentivavam as mulheres a retomarem seus lares, a ocuparem novamente sua função como “rainha do lar”, ressaltando a sua feminilidade através da docilidade, da aparência sempre jovem, emagrecendo. As mulheres profissionais, tão em voga nas reportagens nas décadas de vinte e trinta, acabaram por perder espaço nas reportagens que valorizavam a vida doméstica da mulher. Esse retorno ao lar, capitaneado pela imprensa e pelos segmentos mais conservadores da sociedade, resultou no chamado “problema sem nome”, que levou a um consumo preocupante de paliativos, como tranquilizantes, sedativos, jogos de bridge e o consumismo sem limites<sup>172</sup>.

Podemos dizer que os periódicos analisados tinham a intenção de quebrar com essa dinâmica de uma imprensa dirigida às mulheres que as mantivesse “prisioneiras” do lar, através de artigos e reportagens que reforçavam padrões e estereótipos de mulheres que buscavam

---

<sup>168</sup> A autora informa que as feministas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador participavam das frentes de luta pelas “liberdades democráticas” nos anos 1970 e “[...] impulsionando e criando o discurso para reivindicações populares como a luta por creches, bem como denunciando abusos e discriminações contra as mulheres trabalhadoras.” MORAES, Maria Lygia Q. de, *Vinte anos de feminismo*. Op. Cit., p. 11-12.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-249902,00.html>. Acessado em 12.12.2009.

<sup>171</sup> BUITONI, Dulcília H. S. Formas de representação. In: \_\_\_\_\_. *Mulher de papel*: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

<sup>172</sup> FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

apenas uma distração ao comprar uma revista feminina. Pretendiam, portanto, ser um contraponto às publicações que reforçavam o gênero.

No primeiro editorial do Nós Mulheres, veiculado em 1976, vemos explicitado ao que se propunha o periódico. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, não apenas a refletir sobre “[...] o tom direto e pouco doutrinário, no que se refere à descrição da opressão da mulher, mas ‘retrata com simplicidade o cotidiano da mulher jovem, principalmente de classe média, que brincou de casinha, ficou com inveja da liberdade do irmão mais velho, revoltou-se com a frase que a mãe lhe dizia, enquanto fazia apertadas tranças que arrancavam lágrimas dos olhos: ‘quem quer ser bonita padece!’”<sup>173</sup>. No editorial do número 5 de 1977, as autoras, num breve relato, historicizavam o surgimento do periódico e as dificuldades enfrentadas por ter sido a primeira experiência dessas militantes em fazer uma publicação. Mas, mesmo em um ambiente de confusão e insegurança, elas tinham um objetivo que se manteve claro: “Fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona de casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual”<sup>174</sup>.

Enfim, queriam um jornal que englobasse as preocupações tanto das mulheres das classes populares como daquelas pensadas como “pequeno-burguesas”. E continuavam afirmando que o periódico deveria ser um espaço “[...] onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher”. Mas tinham consciência de que um jornal com essas características, que debatesse “[...] a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros”<sup>175</sup>.

As editoras ressaltavam que sobre elas também pesava o fato de se declararem feministas, já naquela época uma palavra tão desgastada. Poderia ter sido mais conveniente, segundo o editorial, que fechassem os olhos à opressão para “[...] contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais”. De acordo com elas, “O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista”<sup>176</sup>, inserindo-se em um tipo de

---

<sup>173</sup> MORAES, Maria Lygia de. A experiência... Op. Cit., p. 23.

<sup>174</sup> Nós Mulheres. Editorial. N. 5. São Paulo, junho-julho 1977, p. 2.

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Idem.

“irmandade”<sup>177</sup>, com ideais solidários. Observamos essa preocupação no trecho abaixo destacado.

Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo<sup>178</sup>.

Não se poderia pensar em liberdade enquanto houvesse ainda mulheres que fossem exploradas. E isso poderia acontecer de diversas maneiras, como pela prostituição, pela exploração dos corpos das mulheres na publicidade, entre outros tipos.

Nesse mesmo editorial as autoras relatavam as dificuldades econômicas enfrentadas para manter o periódico circulando. E mesmo com a falta de liberdade de expressão, elas conseguiam fazer o trabalho ao qual tinham se proposto, tendo como suporte o apoio de amplos setores da imprensa. Índícios de uma provável rede que se formava entre os jornais da imprensa alternativa. Por exemplo, encontramos no Nós Mulheres publicidade do jornal Movimento<sup>179</sup>; e ainda jornalistas que escreviam em mais de um veículo da imprensa alternativa. Podemos citar, entre outras, a jornalista e psicóloga Maria Rita Kehl, que publicava no Mulherio e escrevia também no Movimento.

## 1.4 Feminismos

Após abordarmos a formação de cada periódico feminista, torna-se necessário analisar de que forma as informações sobre o movimento feminista e sobre o movimento de libertação da “mulher” ganhavam espaço nos periódicos (as demandas relacionadas ao direito

---

<sup>177</sup> Um texto emblemático que aborda e problematiza a questão da “sororidade” é o de Elizabeth Fox-Genovese, Para além da irmandade. In: Estudos Feministas. N. 0. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 31-56.

<sup>178</sup> Nós Mulheres. Editorial. Ano 2. N. 5. São Paulo, junho-julho 1977, p. 2.

<sup>179</sup> Anne-Marie Smith nos informa que a imprensa brasileira na época do regime militar de 1964-1985 era bastante diversificada, mas pode ser dividida em duas categorias gerais: a grande imprensa e a imprensa alternativa. O jornal Movimento, fundado em 1975 por dissidentes do jornal Opinião, fazia parte desta última. Cf. SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ao corpo e o direito ao prazer serão tratadas nos capítulos seguintes). Com tal objetivo realizei uma seleção dos artigos presentes nos periódicos, que estará disponível em anexo no final deste trabalho. Contudo, nem todos serão analisados.

Durante o processo de pesquisa das fontes, percebi que seria inconcebível realizar uma análise global de todos os artigos que abordavam a temática do feminismo face às exigências relacionadas a uma dissertação. A seguir tratarei de alguns dos artigos que problematizavam o movimento feminista e de alguns editoriais, que expressavam a opinião do grupo editor. Com isso pretendo analisar de que forma esses periódicos se constituíram como “redes-chaves” na divulgação do movimento feminista e como suas questões estavam sendo divulgadas para o público leitor.

#### 1.4.1 O movimento feminista nos periódicos

Para criar uma alternativa, um grupo oprimido precisa destruir imediatamente o mundo auto-refletido (sic) que o rodeia e simultaneamente projetar na história a sua própria imagem. Para descobrir a sua identidade distinta da do opressor precisa tornar-se visível a si mesmo<sup>180</sup>.

Essa fala da feminista inglesa Sheila Rowbotham retrata em vários aspectos o que estava escrito nos periódicos analisados e que eram veiculados na década de 1970, tanto no Brasil como na Argentina. A década de 1980 reservava algumas rupturas que podem ter sido favorecidas pelo retorno das exiladas, independentemente das condições que as tenham levado ao exílio. É importante destacar também a influência da psicanálise e da psicologia nos periódicos *Persona* da terceira etapa e *Mulherio*. Mesmo que sutis, as demandas relacionadas ao corpo e ao prazer estiveram presentes em suas páginas nos primeiros anos de reabertura democrática.

No periódico *Persona* vários artigos abordavam a temática pertinente ao movimento feminista, enquanto que no *Nós Mulheres*, mesmo dizendo-se explicitamente um jornal feminista, poucos de seus artigos traziam nos títulos a palavra feminismo. No *Persona* localizei quatro textos, num total de quatorze – apenas na primeira edição – que

---

<sup>180</sup> ROWBOTHAM, Sheila. A conscientização da mulher no mundo do homem. Porto Alegre: Ed. Globo, 1983, p. 61.

traziam no título as palavras movimento feminista e ou liberação das mulheres. No brasileiro Nós Mulheres, em oito edições localizei apenas um artigo que trazia em seu título a palavra “mulher”. Contudo, as questões que envolviam o movimento feminista e de mulheres estavam bem presentes nos editoriais e diluídas dentro de alguns artigos, como poderemos observar a seguir. Isso pode ser explicado pela proposição do periódico em combater toda forma de opressão advinda do capitalismo. Sabemos que muitas das mulheres que escreviam para o Nós Mulheres tinham formação marxista e, segundo Margareth Rago, o periódico estava voltado para orientar as trabalhadoras em sua “missão histórica”, assim as ideias das editoras “[...] articulavam-se para fora, deste modo, com os outros movimentos de luta pela redemocratização no país e, deste modo, eram legitimadas”<sup>181</sup>.

No Mulherio, na edição de número 1, de 1981, nenhum título traz as palavras movimento feminista ou movimento de mulheres, com exceção de uma nota que informava sobre o primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que seria realizado em Bogotá, na Colômbia, entre os dias 16 e 19 de julho. Entretanto, localizei as palavras “movimento feminista”, “movimento de mulheres” e “feminismo” em vários artigos e notas. Também em 1981, ano da fundação do periódico e período de redemocratização no Brasil, era criado o SOS-Mulher, no Rio de Janeiro.

Façamos um parêntesis para voltar dois anos na história e lembrar que em março de 1979 assumia a presidência do Brasil o militar João Batista de Oliveira Figueiredo, general que procurou atender algumas demandas dos movimentos populares e de oposição, como a luta pela anistia<sup>182</sup>. Naquele momento teve início um período onde a democracia lentamente começava a recuperar espaço. Exilados e exiladas retornavam, entre eles(as) algumas feministas como Rosiska Darcy de Oliveira. Também em 1979 havia sido criado o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Além disso, vimos o fim da censura prévia que havia vigorado por quase uma década<sup>183</sup>.

Os meios de comunicação do Brasil, que com a implantação do regime de força viram-se submetidos à atuação de censores e ao cerceamento de uma imprensa livre e democrática, com a publicação do Ato Institucional número 5 em dezembro de 1968, viram essa censura

---

<sup>181</sup> RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Op. Cit.

<sup>182</sup> FAUSTO, Boris. Op. Cit., p. 280.

<sup>183</sup> Segundo Anne-Marie Smith, durante o regime militar no Brasil dois tipos de censura contra a imprensa foram praticados: a censura prévia (que atingiu poucas publicações e teve o seu período mais longo de 1968 a 1978) e a autocensura. SMITH, Anne-Marie. Op. Cit., p. 95-97.

crescer sobre todos os veículos de informação, exceto a televisão, que aos poucos foi se transformando no grande veículo da ditadura. “Na ânsia de transmitir o espírito do Milagre Brasileiro, a vitória da Copa de 70 e até a chegada do homem à Lua foram cooptados pela agência oficial, filtrando e pasteurizando os noticiários”<sup>184</sup>. Do mesmo modo, a copa do mundo realizada na Argentina, em 1978, serviu para tentar amenizar a forte repressão no país vizinho; no entanto, foi a partir deste evento que as *Madres da Plaza de Mayo* conseguiram obter repercussão internacional para sua luta<sup>185</sup>.

No editorial de número 1 do *Persona* era destacado inicialmente que algumas palavras permitiam uma polissemia de significados e estavam envolvidas numa nuvem um pouco difusa em sua semântica. Isso ocorreu com a palavra feminismo: “*Es – será – la tarea de Persona disipar, dentro de la capacidad de nuestros medios, las capas que entorpecen el camino de la comprensión del hecho feminista*”<sup>186</sup>.

Ao contrário de encerrar a palavra “feminismo” em um significado fechado, *Persona* tentou possibilitar uma abertura à sua compreensão, aproximando à palavra um leque de possibilidades práticas, ligadas a um “agir” feminista. Podemos perceber isso pelos seguintes dizeres:

*[...] preferimos resaltar que es un instrumento para conocer la realidad, la realidad externa – social, relacional – tanto como la realidad interna – psicológica, emocional, mental -. Es una herramienta cuyo funcionamiento permite seccionar lo histórico y lo cotidiano de modo como nunca antes fue intentado. [...] Hay un antes y un después del feminismo: un estadio que debe ser transitado obligatoriamente por cualquier teoría, sistema o ideología que pretenda*

---

<sup>184</sup> PIMENTEL, Gláucia Costa de C. As armas da rebeldia. In: \_\_\_\_\_. *Guerrilha do prazer: Rita Lee Mutante e os textos de uma transgressão*. Dissertação em Literatura, Florianópolis: UFSC, 2001, p. 20.

<sup>185</sup> Para maiores informações, cf. BIANCHI, Susana. Madres de Plaza de Mayo. In: MORANT, Isabel. *Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Vol. IV. Madrid: Cátedra, p. 687.

<sup>186</sup> “É – será – a tarefa de Persona dissipar dentro da capacidade de nossos meios as nuvens que entorpecem o caminho da compreensão da ação feminista”. Tradução livre. *Persona*. Editorial. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 4.

*comprender o modificar el mundo en que vivimos  
y las condiciones que lo rigieron y rigen*<sup>187</sup>.

Entre os artigos que informavam sobre a “condição da mulher”, podemos destacar um, intitulado “¿*Qué es la liberación de las mujeres?*”<sup>188</sup>. O artigo enfocava o movimento feminista, relacionando sua trajetória com “[...] *la milenaria insatisfacción y frustración de la mujer, en su realización como **persona***”<sup>189</sup>. O texto destacava o pioneirismo de mulheres como Lucy Stone e Flora Tristán e o lugar ocupado por elas na conscientização do que era o “ser mulher”. Ressaltava ainda que graças às pioneiras do movimento foi possível o avanço da liberação feminina no campo político e social, e fazia também uma citação direta do livro de Betty Friedan A mística feminina. As editoras utilizaram-se da feminista estadunidense para demonstrar como foram percebidas pelos homens as primeiras mulheres que lutaram pela emancipação “feminina”. Segundo Betty Friedan, estas as viam como

[...] neuróticas de ansiedade fática, que desejavam ser homens e que em sua luta pelo direito da mulher a participar nos trabalhos principais e nas decisões da sociedade, como iguais aos mesmos homens, negavam sua verdadeira natureza de mulheres, que somente chega a realizar-se na passividade sexual, na aceitação do domínio do homem e na maternidade<sup>190</sup>.

No artigo de Kate Millet “*La cultura sexista*”<sup>191</sup>, publicado também em Persona, encontramos a afirmação de que o feminismo não seria uma “guerra dos sexos”, ou seja, que o movimento feminista não é contrário aos homens como pessoas humanas, “[...] *pero frecuentemente*

---

<sup>187</sup> “Preferimos ressaltar que é um instrumento para conhecer a realidade, a realidade externa – social, relacional – tanto como a realidade interna – psicológica, emocional, mental. É uma ferramenta cujo funcionamento permite seccionar o histórico e o cotidiano de modo como nunca antes foi tentado. [...] Existe um antes e um depois do feminismo: uma etapa que deve ser transitada obrigatoriamente por qualquer teoria, sistema ou ideologia que pretenda compreender ou modificar o mundo em que vivemos e as condições que o regeram e regem”. Tradução livre. Persona. Editorial. Ano I. N. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 4.

<sup>188</sup> Persona. ¿Qué es la liberación de las mujeres? Ano I. N. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 7-9.

<sup>189</sup> “[...] a milenária insatisfação e frustração da mulher, em sua realização como **peessoa**” (negrito do original). Tradução livre. Persona. Idem.

<sup>190</sup> FRIEDAN, Betty. Persona. Idem.

<sup>191</sup> MILLET, Kate. La cultura sexista. Persona. Ibidem, p. 14-17.

*debe afrontar y entrar en conflicto con la supremacia del macho y sus siniestras manifestaciones. Entendemos que todos, varones y mujeres vivimos en una sociedad que ha creado en nosotros actitudes inhumanas*<sup>192</sup>.

Esse tipo de referência publicada no *Persona* pode ser interpretada como um questionamento em relação ao feminismo radical. Essa corrente do movimento feminista contemporâneo é quase sempre pensada como contrária aos homens, ou seja, preconizavam uma total separação entre homens e mulheres.

De modo que, assim como para assegurar a eliminação das classes econômicas, é preciso a revolta da classe baixa (o proletariado) e, numa ditadura temporária, a tomada dos meios de produção, assim também, para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolta da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais da nutrição e educação das crianças. E, assim como a meta final da revolução socialista não era apenas a eliminação do *privilégio* da classe econômica, mas também da própria *distinção* da classe econômica, assim também a meta final da revolução feminista deve ser, ao contrário da meta do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do *privilégio* do homem, mas também da própria *distinção* sexual: as diferenças genitais não mais significariam culturalmente<sup>193</sup>.

Parte do feminismo pós-1968 utiliza-se da diferença como palavra de ordem e exige direitos diferentes e a derrota do sistema de classes baseado no sexo, como podemos observar com a citação acima. Shulamith Firestone foi uma das emblemáticas representantes do

---

<sup>192</sup> “[...] mas frequentemente deve afrontar e entrar em conflito com a supremacia do homem e suas sinistras manifestações. Entendemos que todos, homens e mulheres, vivemos em uma sociedade que tem criado em nós atitudes inumanas”. Tradução livre. MILLET, Kate. *Ibidem*, p. 14.

<sup>193</sup> FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*: um estudo da revolução feminista. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 20-21.



feminismo radical, autora de A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista, defendeu a liberdade das mulheres nos moldes do slogan “Nosso corpo nos pertence”. Essa prática feminista foi marcada pelo acento separatista e sexista, com um discurso a favor da bissexualidade e contra a família tradicional, tendo ações políticas bem direcionadas e até por vezes violentas. As posições e as atitudes defendidas por feministas radicais podem ter contribuído para a formação de um estereótipo feminista que acompanhou algumas pioneiras.

A feminista e socióloga brasileira Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que nos anos 1970 o feminismo internacional dividia-se em duas tendências divergentes: as feministas radicais (ou sexistas), norte-americanas em sua maioria, e as feministas socialistas – atuantes na França, na Itália e na Inglaterra. Estas últimas “[...] preconizavam a incapacidade da antiga teoria em dar conta da situação da mulher, ao mesmo tempo que sua metodologia permitia novas análises e que ‘a teoria das classes sociais e a necessidade de fazer a revolução são fundamentais’”<sup>194</sup>.

Joana Maria Pedro nos explica as divergências entre as diferencialistas e as igualitaristas: “[...] enquanto as ‘igualitaristas’ reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as ‘diferencialistas’ preconizavam a ‘feminização do mundo’”<sup>195</sup>.

Outras autoras analisam esse debate taxionômico em torno das “correntes feministas”. Teresa Aguilar García no artigo “*El sistema sexo-género en los movimientos feministas*” realiza uma análise bastante interessante sobre o sistema sexo-gênero. A autora afirma que “[...] *es el investigador John Money, quien propuso el término «papel de género» (gender role) para describir el conjunto de conductas atribuidas a las mujeres y los varones ya en 1955*”. Ela nos apresenta as principais obras vinculadas à formação de um feminismo radical e do feminismo diferencialista francês<sup>196</sup>.

Na edição de número 1 do Persona de 1974 (primeira etapa), o artigo “*Liga del derecho de las mujeres*”<sup>197</sup> pode soar como ressonância do movimento francês na imprensa feminista argentina. O artigo, sem

---

<sup>194</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte anos de feminismo. Op. Cit., p. 45.

<sup>195</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate... Op. Cit.

<sup>196</sup> GARCÍA, Teresa Aguilar. El sistema sexo-género en los movimientos feministas. Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale Europe/Amériques. Disponível em: [www.univ-brest.fr/amnis](http://www.univ-brest.fr/amnis).

<sup>197</sup> Persona. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 37.

autoria explícita (portanto podemos imaginar que fosse de María Elena Oddone), afirma que “*Noticias que nos llegan de Francia nos informan que se ha fundado en París la Liga del Derecho de las Mujeres, presidida por Simone de Beauvoir*”<sup>198</sup>. E ainda destacava os princípios que regiam a mencionada organização.

A Liga era percebida como um novo instrumento de ação dentro do contexto histórico de mobilização em prol dos direitos das mulheres, que permitia seu agrupamento dentro desse contexto para denunciar todas as formas de preconceitos que lhes eram imputadas em todas as esferas e em todos os níveis de relações. Seu objetivo era “[...] *convencer cada vez a mayor número de mujeres de la necesidad de toma de conciencia de su situación y a enrolarlas en la lucha contra el sexismo, que es la raíz de nuestro sistema económico y social*”<sup>199</sup>. Outras propostas da Liga, pelo que nos informa o artigo, eram: denunciar todas as formas de discriminação de sexo; defender as mulheres e informá-las de seus direitos atuais; e empreender toda ação para promover um novo direito das mulheres. Estavam se referindo à liberalização do aborto.

Dentro do contexto do movimento feminista, ou do de libertação das mulheres, é quase impossível descolar os termos patriarcado e sexismo. Mesmo que atualmente essas categorias de análise já estejam sendo substituídas, principalmente nas Ciências Humanas, por uma análise das relações de gênero; naquele momento essas categorias eram importantíssimas para se pensar a questão da opressão da “mulher” e de sua percepção como “o Outro”, enfim, como “o segundo sexo”.

Por esses temas estarem tão imbricados dentro daquele contexto histórico, cultural, político, social e econômico, alguns artigos dos periódicos analisados abordavam conjuntamente sexismo, patriarcado e opressão<sup>200</sup>. No editorial de número 2, de 1974, encontramos o que a

---

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> “[...] convencer cada vez a um número maior de mulheres da necessidade da tomada de consciência de sua situação e envolvê-las na luta contra o sexismo, que é a raiz de nosso sistema econômico e social”. Tradução livre. Persona. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro de 1974, p. 37.

<sup>200</sup> Marcela Lagarde indica que “[...] el orden patriarcal se caracteriza por una organización social de géneros y por una cultura sexista [...] que expresa y recrea la opresión de las mujeres y de todas las *personas* que son diferentes del paradigma social, cultural y político masculino”. Es “[...] un sistema político público y privado, de dominio de los hombres sobre las mujeres y de los adultos poderosos sobre otros hombres”. LAGARDE, 1991, p. 13. Assim como “de enajenación entre las mujeres”. LAGARDE, 1997. Disponível em:

diretora do *Persona* entendia por sexismo: “[...] *distribución de roles en función del sexo*”<sup>201</sup>.

No Dicionário Crítico do Feminismo encontramos três sentidos para as teorias do patriarcado. Christine Delphy nos relata que a palavra “patriarcado” é muito antiga e que teria mudado de sentido ou significação por volta do fim do século XIX. Delphy informa que foram Morgan e Bachofen que deram o segundo sentido, que se manteve até os anos de 1970. “Eles postulavam a existência de um direito materno que teria sido substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado por Bachofen de patriarcado. Ele é seguido por Engels e depois por Bebel (1893/1964)”<sup>202</sup>. Uma nova significação teria sido elaborada no final do século XX com a Segunda Onda do feminismo ocidental. A invenção do terceiro sentido é atribuída a Kate Millet (Política sexual, 1970<sup>203</sup>), que é uma clara continuidade do segundo sentido. “[...] é compreendido que a palavra designa a dominação dos homens, quer sejam pais biológicos ou não”. Ou seja, designa “[...] o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres”<sup>204</sup>.

O artigo “¿*Que es la liberación de las mujeres?*”<sup>205</sup>, da escritora estadunidense Susan Sontag foi publicado no periódico *Persona* em novembro de 1974 e é um bom exemplo de como naqueles anos setenta se confrontavam as questões das chamadas “luta geral” e “luta específica”.

*Se dice a menudo que la liberación de la mujer no puede tener lugar sin la liberación del hombre (de todo el pueblo). Hasta cierto punto esto puede ser verdad, pero hay que advertir que esta afirmación es peligrosa pues niega la existencia de la particular opresión que sufre la mujer dentro del*

---

[www.uned.ac.cr/sep/recursos/investigaciones/Violencia/Violenciaintrafamiliar.pdf](http://www.uned.ac.cr/sep/recursos/investigaciones/Violencia/Violenciaintrafamiliar.pdf). Acessado em 31.05.2008.

<sup>201</sup> *Persona*, Editorial. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 3.

<sup>202</sup> DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 174.

<sup>203</sup> No livro Política Sexual, Kate Millet define patriarcado como “[...] una institución en virtud de la cual una mitad de la población (es decir las mujeres) se encuentra bajo el control de la otra mitad (los hombres). MILLET, Kate. Edición de 1995. Disponível em:

[www.uned.ac.cr/sep/recursos/investigaciones/Violencia/Violenciaintrafamiliar.pdf](http://www.uned.ac.cr/sep/recursos/investigaciones/Violencia/Violenciaintrafamiliar.pdf). Acessado em 31.05.2008.

<sup>204</sup> DELPHY, Christine. Op. Cit., p. 175.

<sup>205</sup> SONTAG, Susan. ¿Que es la liberación de las mujeres? *Persona*. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, nov. 1974, p. 11-12.

*sistema falocrático en que vivimos. Todos los seres del mundo necesitan ser liberados tanto los oprimidos como los opresores, los amos como los esclavos. Pero el tipo de opresión de una india de cualquier país latinoamericano, no es igual al de un obrero de una gran ciudad. El obrero es oprimido por ser obrero, pero como varón, él es opresor de su mujer. La india es oprimida por ser india y además es oprimida por pertenecer a una clase y también a una casta, es mujer*<sup>206</sup>.

Sontag afirmava que era falso pensar que a emancipação dos homens e das mulheres fazia parte de um processo recíproco. E que era clichê dos partidos de esquerda a afirmação de que “cuando se libere el pueblo las mujeres se liberarán”<sup>207</sup>. E ainda que todas as mulheres estavam sob uma condição de dominação imperialista, onde os homens são os colonos e as mulheres, as índias. Isso independente de em qual país elas vivessem: colonizadas no Terceiro Mundo ou neocolonizadas em países avançados, tanto comunistas como capitalistas.

*Todo programa de liberación femenina debe partir de la base que la liberación no toca solo a la igualdad (idea liberal-burguesa de liberación) sino que afecta EL PODER. La mujer no puede liberarse sin reducir el poder del varón. La liberación de las mujeres no solo significa cambiar la conciencia y las estructuras sociales sino que ese cambio debe tener como consecuencia la transferencia a las mujeres del poder monopolizado por los varones*<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> “Se diz frequentemente que a libertação da mulher não pode ter lugar sem a libertação do homem (de todo o povo). Até certo ponto isto pode ser verdade, mas há que advertir que essa afirmação é perigosa, pois nega a existência da opressão da mulher dentro do sistema falocrático em que vivemos. Todos os seres do mundo precisam ser livres, tanto os oprimidos como os opressores, os amos e os escravos. Mas o tipo de opressão de uma índia de qualquer país latino-americano não é igual a de um operário de uma grande cidade. O operário é oprimido por ser operário, mas como homem ele é opressor de sua mulher. A índia é oprimida por ser índia e além disso é oprimida por pertencer a uma classe e também a uma casta, é mulher”. Tradução livre. SONTAG, Susan. ¿Que es la liberación de las mujeres? Persona. Ano 1, N. 2. Buenos Aires, p. 11-12, novembro 1974.

<sup>207</sup> “[...] quando o povo estiver livre as mulheres também serão livres”. Tradução livre. Idem.

<sup>208</sup> “Todo programa de libertação feminina deve partir do princípio de que a libertação não é somente a igualdade (pensamento liberal-burguês de libertação), mas que afeta o PODER. A mulher não pode libertar-se sem reduzir o poder do homem. A liberdade das mulheres não significa somente mudar a consciência e as estruturas sociais, mas que essa mudança deve ter

A autora comentava que desde há uns oitenta anos, na maioria dos países, a “mulher” tinha acesso à educação superior e ao voto<sup>209</sup>, e acreditava que em vinte anos as mulheres já teriam conquistado direito ao próprio corpo mediante o uso de anticoncepcionais e o direito ao aborto, como também receberiam salário igual para trabalho igual. Sontag percebia essas conquistas como “concessões” às mulheres, o que não modificava “[...] *las actitudes fundamentales que mantienen a la mujer en la categoria de ciudadano de segunda clase; los privilegios masculinos permanecerán intactos*”<sup>210</sup>. Receber o mesmo salário que o homem por igual trabalho representaria apenas uma igualdade formal, que “[...] *no garantiza que habrá igual oportunidad de acceso para la mujer que para el varón para el mismo cargo. Cuando la mitad aproximada de quienes realizan un trabajo sean mujeres, recién entonces habrá verdadera igualdad*”<sup>211</sup>.

Pontuava que a liberação da mulher requeria uma revolução cultural que mudasse os hábitos mentais. E o processo seria iniciado com a tomada de consciência dela mesma, quando pensasse em si e esquecesse a satisfação do homem. E imaginar que essa mudança pudesse ser levada em conjunto com ele poderia acabar “[...] *minimizando el alcance y profundidad revolucionaria de la lucha.*” Portanto era necessário que fosse “[...] *un cambio ‘radical’ (en el sentido en que se opone al ‘liberal’) en el status de la mujer abolirá la mística de la ‘naturaleza’ y la lucha tendría que orientarse hacia este objetivo sin compromiso alguno*”<sup>212</sup>.

Corroborando com o artigo de Sontag com relação à importância da tomada de consciência por parte das mulheres temos uma citação de Juliet Mitchell, logo abaixo do artigo, nesse mesmo periódico:

---

como consequência a transferência para as mulheres do poder monopolizado pelos homens”. Tradução livre. Idem.

<sup>209</sup> Creio que a autora esteja se referindo aos países ocidentais, porque até hoje em muitos países de orientação muçulmana as mulheres não têm direito ao voto.

<sup>210</sup> “[...] as atitudes fundamentais que mantêm a mulher como cidadã de segunda classe; os privilégios masculinos permaneceram intactos”. Tradução livre. SONTAG, Susan. Op. Cit., p. 11.

<sup>211</sup> “[...] não garante que haverá igual oportunidade de acesso para a mulher e para o homem para o mesmo cargo. Quando aproximadamente a metade dos que realizam um trabalho sejam mulheres, aí então haverá uma verdadeira igualdade”. Tradução livre. Ibidem, p. 12.

<sup>212</sup> “[...] minimizando o alcance e profundidade revolucionária da luta.” “[...] uma mudança ‘radical’ (no sentido em que se opõe ao ‘liberal’) no status da mulher abolirá a mística da ‘natureza’ e a luta teria que orientar-se para este objetivo sem compromisso algum”. Tradução livre. Idem.

*Las mujeres debemos tomar conciencia del sufrimiento y necesidades comunes. Este sentimiento de colectividad es el que nos va a ayudar a comprender que nuestros problemas no son individuales sino problemas sociales que todas compartimos. Desde esta posición las mujeres pueden encaminar nuestra compleja realidad como el único grupo oprimido que es absolutamente necesario en la historia*<sup>213</sup>.

O artigo expressava claramente o pensar do que é comumente classificado como feminismo radical. *Persona*, em sua edição de número 3 de 1974, trazia também o artigo de Kate Millet “*La fuerza del patriarcado*”<sup>214</sup>, no qual a autora abordava como o patriarcado estava relacionado diretamente com a força das instituições. Analisarei esse artigo no segundo capítulo.

Voltando ao brasileiro Nós Mulheres, questiono por que um jornal que se declarava feminista, apesar de trazer em seu interior artigos sobre o controle da natalidade, a submissão da mulher e a prostituição feminina, não exibia nenhum texto cujo título remetesse ao feminismo ou à liberação das mulheres. Encontramos sim, nos editoriais e em alguns artigos, o que as editoras compreendiam como feminismo ou um breve histórico do movimento feminista no Brasil. No editorial da primeira edição, afirmam:

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. [...] São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher<sup>215</sup>.

---

<sup>213</sup> “As mulheres devem tomar consciência do sofrimento e das necessidades comuns. Este sentimento de coletividade é que nos ajudará a compreender que nossos problemas não são individuais, mas sociais, que afetam a todas. Partindo desta posição as mulheres podem se perceber como o único grupo oprimido da história”. Tradução livre. MITCHELL, Juliet. *Persona*. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, nov. 1974, p. 12.

<sup>214</sup> MILLET, Kate. *Persona*. La fuerza del patriarcado. Ano 1. N. 3. Buenos Aires, dez. 1974, p. 15-17.

<sup>215</sup> Nós Mulheres. Editorial. N. 1. São Paulo, junho 1976.

Como podemos perceber pelo excerto acima, apesar de certa omissão e invisibilidade, temáticas como movimento feminista, movimento de mulheres, patriarcado (termo muitas vezes substituído pela palavra “opressão”) e sexismo estavam presentes no interior de editoriais e artigos. Na edição de número 3 encontramos a definição de feminismo do Nós Mulheres:

Para nós, o feminismo é a conjugação desses dois elementos inseparáveis [emancipação da mulher brasileira e a sua participação mais ativa na defesa da democracia], em uma luta que nos leva a examinar mais profundamente o lado específico da opressão social que recai sobre a mulher<sup>216</sup>.

O periódico Nós Mulheres publicou algumas entrevistas com operárias e mulheres trabalhadoras em geral, dizendo o que elas entendiam por movimento feminista. Esses depoimentos faziam parte da coluna Nós Mulheres, um espaço reservado às mulheres trabalhadoras. As editoras justificavam: “[...] **nós** achamos importante saber o que cada uma dessas mulheres, em situações tão diferentes, tem a nos ensinar sobre nossas semelhanças e diferenças”<sup>217</sup>. Para a tecelã Olga, “A maioria entende errado este movimento feminista. A maioria entende que o movimento feminista é gostar de outra mulher. Então tá todo mundo indo pra trás. É lógico, aí até eu ia pra trás”<sup>218</sup>.

O pensamento das editoras expresso ao relatar o porquê de uma coluna dedicada às mulheres trabalhadoras corrobora com o que elas entendiam por feminismo e sinaliza a quem pretendiam chegar com o periódico. Verificamos isso em algumas respostas a leitoras como esta, na seção Cartas:

As considerações que você faz sobre o público ao qual se dirige o NÓS MULHERES merecem alguns esclarecimentos. Somos as primeiras a afirmar que todas as mulheres, indiscriminadamente, sofrem uma opressão específica. Só que o lugar da mulher na sociedade não é determinado nem unicamente nem principalmente pelo seu sexo: pertencer à classe

---

<sup>216</sup> Nós Mulheres. Um momento da nossa História. N. 3. São Paulo, nov./dez. 1976, p. 7.

<sup>217</sup> Nós Mulheres. Nós mulheres: operárias – quando o apito da fábrica de tecido... N 1. São Paulo, jun. 1976, p. 9.

<sup>218</sup> Idem.

trabalhadora ou à classe proprietária significa uma diferença essencial. Mas é claro que o fato de ser mulher trabalhadora ou dos estratos mais baixos não é, por si só, garantia de maior consciência<sup>219</sup>.

Podemos inferir que, por conseguinte, outras questões relacionadas ao movimento da Segunda Onda, dentro dessa proposta, teriam sido quase deixadas de lado face à realidade vivida pelas brasileiras mais pobres.

Esses movimentos na sua maioria lutam pela emancipação da mulher brasileira e por sua participação mais ativa na defesa da democracia. Para nós, o feminismo é a conjugação desses dois elementos inseparáveis, em uma luta que nos leva a examinar mais profundamente o lado específico da opressão social que recai sobre a mulher<sup>220</sup>.

Na terceira etapa do periódico argentino *Persona*<sup>221</sup> os artigos relacionados ao feminismo, propriamente dito, e à liberação feminina ou da “mulher” foram cedendo espaço – mas continuavam ainda bem presentes até a publicação se tornar um boletim e ser editada mensalmente – para outras temáticas relacionadas ao feminismo, como questões envolvendo a prostituição<sup>222</sup>.

Refletindo o momento vivido, do início de uma redemocratização e o fim de um período de governo ditatorial, quando a política partidária aparecia como novo caminho também para as feministas, tanto *Persona* como *Mulherio* abordaram em suas páginas as questões relacionadas ao voto e à participação das mulheres nos partidos políticos<sup>223</sup>.

Em *Mulherio*, o que podemos observar é uma visibilidade um pouco difusa com relação à divulgação do que seria o movimento feminista ou de liberação da mulher. Apenas no seu terceiro ano de

---

<sup>219</sup> *Nós Mulheres*. Cartas. N. 4. São Paulo, mar./abr. 1977, p. 10.

<sup>220</sup> *Nós Mulheres*. Um momento da nossa História. N. 3. São Paulo, nov./dez. 1976, p. 7.

<sup>221</sup> Como mencionado anteriormente, a terceira etapa do periódico corresponde ao período iniciado em 1980.

<sup>222</sup> Fora isso, para marcar o contexto histórico, a questão da Guerra das Malvinas, travada contra a Inglaterra pela posse das ilhas britânicas em mar considerado território argentino, também esteve bem presente no periódico durante o ano de 1982.

<sup>223</sup> Cf. *Mulherio*. O longo caminho da participação política. N. 3. São Paulo, set./out. 1981 e A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos. *Ibidem*, p. 16-17.



existência é que temos referência a uma seção denominada “Feminismo”<sup>224</sup> e que retornará novamente no periódico no ano de 1985. Anteriormente a essa seção encontramos poucos artigos que traziam em seu título palavras como feminismo ou liberação da mulher, mas um número um pouco maior que trazia a palavra “mulher”.

O primeiro editorial, assim como vários artigos e citações do primeiro número de *Persona*, são exemplares no que concerne à divulgação e explicitação do que vem a ser feminismo e movimento de liberação das mulheres, diferentemente do que ocorria nos periódicos brasileiros, que não deram a mesma visibilidade a essa temática. Ressalto essa questão, pois, se pensarmos em termos do público leitor a quem se destinavam os periódicos brasileiros, principalmente o Nós Mulheres – as mulheres trabalhadoras, operárias, tecelãs, metalúrgicas, entre outras –, estas não teriam muito tempo para ler todo o periódico. De todo modo, temos que considerar que sua edição era bimensal, enquanto que o argentino *Persona* em sua primeira etapa era veiculado mensalmente. Mas acredito que o que mais influenciou essa não visibilidade das palavras movimento feminista e feminismo era a visão estigmatizada que a esquerda (e não menos a direita) tinha de tudo o que se referia a isso.

O estigma que persegue as feministas vem de longo tempo, como destaca Margareth Rago. Nos anos vinte do século passado Oswald de Andrade ridicularizava as chamadas *sufrajettes* inglesas: “Em Londres, fui encontrar vivas nas ruas duas novidades: o assalariado e a sufragette. Esta representada por mulheres secas e machas que se manifestavam como se manifestava o operário”<sup>225</sup>. Entretanto, poderia se pensar que com o passar dos anos o estereótipo que acompanhou as feministas se tornaria inócuo, mas a desqualificação das mulheres que lutam pelos direitos de suas congêneres permanece nos relatos e nas memórias dessas ativistas. Rose Marie Muraro, em conversa com Marta Suplicy, declarou: “Quando comecei a falar de mulher, em plena repressão, tive livros censurados, me chamaram de feia e mal-amada, abusaram, mas persisti”<sup>226</sup>. Mas o que Margareth Rago questiona no texto citado é o porquê da permanência desse estigma sobre

---

<sup>224</sup> Mulherio. Seção Feminismo. Nem sós, nem mal acompanhadas. Ano 3. N. 11. São Paulo, jan./fev., 1983, p. 8.

<sup>225</sup> ANDRADE, Oswald apud RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: São Paulo Perspectiva. Vol.15. N. 3. São Paulo, jul./set. 2001, p.53-66. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado em 14.03.2006.

<sup>226</sup> SUPLICY, Marta. Reflexões sobre o cotidiano. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 149.

[...] mulheres que lutam e lutaram por outras mulheres, que se empenham pela melhoria da condição feminina, que dão visibilidade a questões radicalmente novas, que propõem outras alternativas para o pensamento e que, sem dúvida ajudam a construir um mundo novo e muito mais saudável também para os homens<sup>227</sup>.

Não obstante, para os grupos de esquerda, feminismo era coisa para as “pequeno-burguesas”, conforme nos informa a historiadora Cristina Scheibe Wolff em seu artigo “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”<sup>228</sup>. A autora, utilizando-se de uma perspectiva comparativa, discute sobre as “[...] interfaces entre o feminismo de segunda onda e as configurações de gênero na guerrilha urbana durante o regime de Ditadura Militar” e nos relata que militantes brasileiras e argentinas vivenciaram igualmente a experiência de ter que esperar acontecer a revolução socialista para depois terem contemplada a revolução feminista<sup>229</sup>.

As constatações levantadas por Rago e Wolff, encontram eco no que observou e definiu Anette Goldberg como o feminismo “bom para o Brasil”.

Para o novo feminismo brasileiro<sup>230</sup> as prioridades do movimento até 1978 pareciam estar centradas principalmente nas lutas pela anistia e pelas liberdades democráticas contra as discriminações e pelos direitos da mulher trabalhadora, por creches, [...] “lutas específicas” para, a partir delas, inserir nas “lutas mais gerais da sociedade”<sup>231</sup>.

---

<sup>227</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit.

<sup>228</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. In: Revista Brasileira de História, Vol. 27. N. 54.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>230</sup> A autora refere-se aos primeiros grupos de mulheres que surgiram em 1975, adotando a denominação de feministas, já utilizada pelas sufragistas brasileiras.

<sup>231</sup> GOLDBERG, Anette. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.54.

Maria Paula Araújo aponta que o movimento feminista brasileiro se diferenciava dos movimentos europeus e do estadunidense,

Lá, os movimentos de minorias políticas muitas vezes elegiam como principais adversários os partidos de esquerda. Aqui, vivendo sob ditadura militar, o movimento feminista não se antagonizava diretamente com a esquerda. O inimigo comum, a ditadura, obrigava a relações de aliança nem sempre fáceis, mas necessárias<sup>232</sup>.

A autora afirma que os próprios jornais feministas – ela analisa mais especificamente o Brasil Mulher e o Nós Mulheres – consideravam-se “[...] jornais de esquerda e de oposição ao regime. [...] A imprensa feminista brasileira nos anos 1970 era, portanto, uma imprensa de oposição, de esquerda e socialista”<sup>233</sup>.

O que se pode observar é que nos periódicos Persona – da primeira e segunda etapas – e Nós Mulheres estava mais explícito nos artigos e nos editoriais o que as editoras, as militantes feministas e as colaboradoras pensavam e discutiam sobre o movimento feminista e o de liberação das mulheres. Persona ainda divulgava artigos de militantes emblemáticas ou pioneiras, como Simone de Beauvoir, Kate Millet, Juliet Mitchell e Betty Friedan<sup>234</sup>.

Diante do que foi apresentado até o momento, podemos pensar que entre os três periódicos analisados, foi o argentino Persona, da primeira e da segunda etapa, que trouxe em suas páginas um volume maior de informações relacionadas ao movimento feminista e ao movimento de liberação de mulheres. A edição de número 6 da segunda etapa de Persona foi quase que exclusivamente dedicada ao movimento de liberação das mulheres. Este número repercutia o debate que havia em torno da opressão da mulher, como já mencionado anteriormente.

Essas comparações entre os periódicos e em qual deles aparecia com mais frequência determinado tema serão tratadas na parte final do trabalho, onde trarei uma análise mais detalhada. A seguir abordarei como a temática do aborto e dos métodos contraceptivos foi veiculada nos periódicos analisados.

---

<sup>232</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 160.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Em Nós Mulheres encontrei referências a Betty Friedan, como no artigo “Nós mulheres: donas de casa – a rainha do lar não tem cetro nem coroa”, na edição de número 2, set./out 1976, p.8 e 9.

## 2 O ABORTO E MÉTODOS CONTRACETIVOS, NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS

As décadas de 1960 e 1970 trouxeram muitas mudanças para a sociedade, principalmente para as mulheres. As minorias estavam conseguindo alguns direitos que permitiam a livre expressão do pensar e do viver. Com o surgimento da pílula anticoncepcional, as mulheres que tinham acesso a esse tipo de medicamento podiam controlar a sua reprodução. Dentro desse contexto, a sexualidade foi colocada em discussão. Direito ao corpo, direito à reprodução e ao prazer são demandas e questões que foram debatidas amplamente, mesmo que em círculos restritos.

Em 1973, Simone de Beauvoir e mais trezentas francesas assinaram uma carta declarando que já tinham abortado. Muitas delas não haviam passado realmente por essa experiência, mas faziam essa declaração como forma de apoio à mobilização e à moção para a liberalização do aborto na França<sup>235</sup>. Elas formavam o grupo *Choisir* (Escolher).

Mas o que é um aborto? Algumas tentativas de explicação e justificação ocorreram. O periódico Mulherio apresentou o livro da feminista Danda Prado O que é aborto<sup>236</sup>, de 1985, que trazia alguns dos significados. A autora pontuava várias definições de aborto, com o intuito de “[...] desmontá-las e repensar tudo de novo pelo começo”<sup>237</sup>. Para tanto, fez uma lista dos significados da palavra aborto em dicionários como o Larousse – edição em espanhol de 1950 –, o dicionário Petit Robert – edição francesa de 1970 – entre outros. Prado esclarecia que, nos meios médicos, o termo utilizado era “abortamento” e que aborto seria uma corruptela da palavra. “[...] a definição obstétrica do abortamento é: a perda de uma gravidez antes que o embrião e posterior feto (até à 8ª semana diz-se embrião, a partir da 9ª semana, feto) seja potencialmente capaz de vida independente da mãe”<sup>238</sup>.

---

<sup>235</sup> No artigo “O aborto, uma condição para a emancipação feminina” de Michèle Ferrand, publicado na revista Estudos Feministas, a autora nos informa que muitos acontecimentos marcaram a trajetória que culminaria com a descriminalização do aborto na França. Entre elas, o “Manifeste de 343 sans-salopes” (Manifesto das 343 sem vergonhas) publicado pelo periódico de esquerda Nouvel Observateur. Ferrand, que relata que a lei era abertamente descumprida. Cf. Estudos Feministas. V. 16. N. 2. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 654.

<sup>236</sup> PRADO, Danda. O que é aborto. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 11.

Antes de Danda Prado, em 1980, Carmen Lúcia de Melo Barroso e Maria Carneiro da Cunha escreveram o livro O que é o aborto<sup>239</sup> para a Frente de Mulheres Feministas<sup>240</sup>. Na apresentação do livro, as autoras afirmavam que “[...] nosso único objetivo foi, portanto, o de contribuir para o debate de uma questão atualíssima, mostrando-a em suas linhas gerais e apresentando os aspectos mais controvertidos”. Apontavam a pouca bibliografia existente à época no Brasil<sup>241</sup> e inicialmente abordavam o tema da maternidade, questionando se essa era realmente uma opção. Na parte final do livro encontramos definições do que era o aborto.

No sentido médico estrito, aborto é a interrupção da gravidez antes da visibilidade do feto, isto é, antes que ele possa sobreviver fora do organismo materno. Isto costuma ocorrer por volta da 28ª semana depois da concepção.

A Organização Mundial de Saúde fornece por sua vez uma definição mais abrangente: é a morte fetal antes da expulsão do produto completo da gestação, independentemente da duração da mesma<sup>242</sup>.

Informavam ainda que, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS –, o aborto poderia ser classificado como: precoce (até 19 semanas de gravidez), intermediário (de 20 a 27 semanas) e tardio (depois de 28 semanas). Dependendo da causa ou origem, poderia ser espontâneo ou provocado e, conforme a legislação do país onde ocorresse, poderia ser legal ou ilegal<sup>243</sup>.

Entre os estudos atuais sobre o aborto podemos destacar o livro Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no

---

<sup>239</sup> FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS. O que é o aborto. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

<sup>240</sup> A Frente de Mulheres Feministas era um grupo de mulheres das mais variadas áreas, como ensino, pesquisa, jornalismo, direito, teatro e artes plásticas, que se reunia desde 1979 para debater questões especificamente femininas e problemas sociais mais amplos. Ruth Escobar, Carmem Barroso, Eva Alterman Blay, Maria Carneiro da Cunha, Sílvia Pimentel, Alda Marco Antonio integravam essa frente. Informação retirada de uma carta da Frente de Mulheres Feministas datada de 1980. Fundação Carlos Chagas.

<sup>241</sup> Citavam Maria Lucila Milanesi e sua tese de doutorado Aborto provocado: estudo retrospectivo em mulheres não-solteiras, de 15 a 49 anos, residentes no distrito de São Paulo (1965). Defendida em 1968, a tese virou livro, publicado em 1970 pela editora Pioneira. A tese de Milanesi está disponível em: [www.en.scientificcommons.org/maria\\_lucila\\_milanesi](http://www.en.scientificcommons.org/maria_lucila_milanesi).

<sup>242</sup> FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS. Op. Cit., p. 51.

<sup>243</sup> Idem.

século XX<sup>244</sup>, organizado por Joana Maria Pedro. O livro, composto de doze capítulos, mostra como o aborto e o infanticídio eram práticas costumeiras no início do século XX na cidade de Desterro, atual Florianópolis.

A dissertação de mestrado de Cláudia Regina Nichnig Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985) aborda algumas questões referentes ao aborto no Brasil na década de 1975 a 1985, entre elas as discussões acerca do tema na imprensa feminista e na legislação vigente<sup>245</sup>.

Encontramos em uma revista Estudos Feministas (REF) publicada em 2008 um dossiê intitulado “Aborto”, composto de sete artigos que debatem as questões em torno da temática no Brasil, no Uruguai, em Portugal e na França<sup>246</sup>. Com relação à Argentina podemos citar o artigo “*Argentina: contexto político y social de la política de salud y derechos sexuales y reproductivos*”, que nos relata como aconteceu o processo de inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no país, neste caso especificamente o aborto, a partir de 1983 – início da redemocratização argentina<sup>247</sup>.

Mario Pecheny, no artigo “*‘Yo no soy progre, soy peronista’: ¿por qué es tan difícil discutir políticamente sobre aborto?’*” contextualiza a discussão em torno do tema na Argentina nas últimas décadas do século XX. A frase “*Yo no soy progre (progressista), soy peronista*” foi a resposta dada pela então primeira-dama e senadora Cristina Fernández (Kirchner)<sup>248</sup> ao ser questionada sobre porque o aborto não era despenalizado na Argentina. A senadora pontuou que cada sociedade tem seu tempo próprio e ela acreditava que não era o caso da Argentina. Pecheny comenta que, a partir do ano de 1983, quando o país saiu de uma pesada ditadura militar para entrar em um período de democracia política, o governo que o assumiu promoveu

---

<sup>244</sup> PEDRO, Joana Maria (Org.). Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

<sup>245</sup> NICHNIG, Cláudia Regina. Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985). Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 2008.

<sup>246</sup> Dossiê Aborto. Estudos Feministas. V. 16. N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2008. O aborto já foi tema de outro Dossiê Aborto, em 1997, e anteriormente, em 1992, era publicado na mesma revista, na edição de número 0, o artigo de Leila Barsted intitulado “Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista”.

<sup>247</sup> PETRACCI, Mónica. Argentina: contexto político y social de la política de salud y derechos sexuales y reproductivos. In: \_\_\_\_\_ y PECHENY, Mario (Coord.). Argentina: Derechos Humanos y sexualidad. Buenos Aires : CEDES, 2007, p. 29-35.

<sup>248</sup> Cristina Fernandez foi interpelada por Sophie Thonon, uma advogada francesa, defensora de vítimas da repressão na Argentina, em Paris, no ano de 2003.

reformas nos direitos civis com intento de reparar algumas das injustiças promovidas durante a ditadura e o governo prévio de Isabelita Perón, “[...] *incluyendo decretos restrictivos en materia de anticoncepción*”<sup>249</sup>. O autor destaca os aspectos culturais, políticos e a influência da Igreja Católica enquanto opositora da despenalização do aborto na Argentina.

\*\*\*

Este capítulo prioriza os artigos veiculados nos periódicos *Persona*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, que abordavam as questões específicas do direito ao uso do corpo, bastante imbricadas com a sexualidade – o que o historiador americano Peter Brown chama “o sismógrafo de nossas subjetividades”<sup>250</sup>. Para isso destacarei os textos que abordaram temas como pílulas anticoncepcionais, planejamento familiar, aborto, entre outros, lembrando que esses temas estão relacionados e foram abordados conjuntamente em alguns dos artigos analisados; por isso um mesmo artigo poderá ser mencionado em momentos distintos.

No periódico *Persona*, a temática do aborto não era mais visível do que nos periódicos brasileiros. Notamos uma diferença em relação à escrita dos artigos, como já explicitarei no primeiro capítulo. O número de artigos publicados no *Persona* era bastante variável. Encontramos na primeira edição, de 1974, quatorze artigos, sem contar o Editorial e a seção Cartas; então, nessa primeira etapa da revista tivemos uma média de treze artigos publicados por edição. A palavra aborto não estampava nenhum título de reportagem nessa etapa de *Persona*. Aparecerá estampada em título de artigo apenas na edição de número 5 de 1975, na segunda etapa do periódico argentino. E em 1981, já em sua terceira etapa, encontramos outro artigo que trazia em seu título a palavra aborto. Pensando estatisticamente, somente em relação à primeira etapa da publicação, não havia qualquer visibilidade com relação à temática, pois, das três edições às quais tivesse acesso, que perfazem um total de 41 artigos publicados, apenas um trazia em seu título a palavra aborto.

Outros dois textos abordavam o tema em seu interior – um de 1980 e o outro de 1981. Enfatizo a questão da palavra estar explicitada no título, pois é o espaço destinado a chamar a atenção do(a) leitor(a),

---

<sup>249</sup> PECHENY, Mario. “Yo no soy progre, soy peronista”: ¿por qué es tan difícil discutir políticamente sobre aborto? P. 254. Disponível em [www.ciudadaniasx.org/docs/IV%20parte%20-%20Sexualidad,%20estigma%20y%20acceso%20a%20los%20servicios%20de%20salud.pdf](http://www.ciudadaniasx.org/docs/IV%20parte%20-%20Sexualidad,%20estigma%20y%20acceso%20a%20los%20servicios%20de%20salud.pdf).

<sup>250</sup> GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 20.

além de anunciar o que vai ser tratado no texto. Talvez essas nuances em relação aos títulos dos artigos aponte para a forma discreta da escrita expressa nos periódicos e para uma estratégia das publicações, para não se tornarem alvos de uma censura mais ferrenha e de sua consequente perseguição.

O primeiro artigo localizado por mim que trazia em seu título a palavra aborto, data de 1975. Era uma reprodução do texto de Ivan Illich intitulado “*El aborto*”<sup>251</sup> e estava dentro da seção “*Ensayos y teorías*”. Ressalto que no sumário do periódico o título aparece como “*El aborto en la América Latina*”, mas no interior encontramos apenas “*El aborto*”. Nele, o autor mostrava como as leis em relação ao aborto eram restritivas em toda a América Latina e que, ao mesmo tempo em que essa restrição era muito mais prejudicial aos pobres, favorecia a uma minoria que podia praticá-lo impunemente. “*En otras palabras, las leyes que hoy existen en los códigos no protegen la vida antes del nacimiento en cambio legitimizan la destrucción selectiva de los pobres*”<sup>252</sup>. O autor percebia essa estratégia proibitiva como uma forma de eliminação dos pobres, pois o índice de mortalidade das mulheres que o praticavam a domicílio era de 80 a 150 vezes maior do que o praticado em boas condições de higiene e esterilização, isto é, em clínicas clandestinas, onde essas mulheres eram atendidas por médicos competentes, de acordo com Illich. Enquanto isso, as mulheres pobres “[...] *se lo hacen comadronas, brujos, o ellas por sus propias manos*”. O único elo que as ligaria seriam os danos psicológicos aos quais ficariam sujeitas.

Imaginemos duas mulheres brancas, grávidas e jovens. Uma casada, classe média, a outra solteira e operária. A primeira tem automóvel e amigas; a segunda utiliza-se do transporte público, poucas amigas ou nenhuma, que a possam levar aonde ela “deve” ir, pois a menstruação estava atrasada em duas semanas. Ouviu falar de uma parteira que pode resolver o seu problema, mas será que o salário cobriria o preço da tal dona? O medo e a incerteza a paralisavam. Tomou chá de arruda, de artemísia e nada das regras descerem. A moça rica tem uma conhecida que indica um local seguro, com assepsia e hora marcada. Vai acompanhada, a tensão é muito tênue, é apenas mais um compromisso. A operária pensa na culpa: o que está prestes a fazer é um “pecado” que a acompanhará por muito tempo. Num leito de hospital

---

<sup>251</sup> ILLICH, Ivan. El aborto. Apuntes de una charla del CIDOC, Cuernavaca. Persona. Sección Ensayos y teorías. Año 2. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 14-17.

<sup>252</sup> “Em outras palavras, as leis que existem hoje nos códigos não protegem a vida antes do nascimento, mas legitimam a destruição seletiva dos pobres”. Tradução livre. *Ibidem*, p.14.



público do México, ao qual chegou carregada com hemorragia, é vista como mais uma dos 80% das vítimas de complicações pós-aborto.

Utilizo-me desta pequena digressão, referenciada no texto de Ivan Illich, para refletir como a prática ilícita do aborto atingia, e ainda atinge, às mulheres de formas variadas, dependendo muito do lugar onde estejam no momento da emergência do aborto. O autor pontuava que apenas no Uruguai e na Argentina havia alguns poucos lugares com médicos que praticavam abortos em pessoas pobres, como questão pessoal de contribuição profissional<sup>253</sup>.

Segundo as autoras do livro O que é o aborto, a partir dos anos sessenta, em razão das mudanças nos padrões das relações sexuais, das mulheres estarem mais atuantes no espaço público e da pressão dos movimentos feministas para a legalização do aborto, nos Estados Unidos e em diversos países da Europa a descriminalização cresceu consideravelmente na década de 1970. Portanto, “[...] em 1971, só 38% da população do globo viviam em países que permitiam o aborto; em 1976, essa proporção passou para 64%, ou seja, 2/3 da população mundial”<sup>254</sup> pode optar por interromper uma gravidez indesejada. Com relação à América Latina, apenas o Uruguai e Cuba admitiam o aborto por motivos sociais.

Joana Maria Pedro, em seu artigo “A descriminalização do aborto: estranhas relações com lutas mais antigas”<sup>255</sup>, relata que no Uruguai o aborto foi despenalizado em 1934; entretanto, em 1938, retornou à categoria de crime passível de punição, permanecendo assim até os dias atuais. Segundo a autora,

Naquela data (janeiro de 1938), a lei 9.763 declarou que o aborto era um delito, mas aceitou uma ampla gama de situações, entre elas: motivo de honra, eliminar fruto de violação, problemas de saúde e razões de angústia econômica. A decisão ficaria nas mãos da justiça<sup>256</sup>.

Na América Latina, conforme nos informa Joana Pedro, somente em Cuba e em Porto Rico o aborto não é criminalizado. “Todos

---

<sup>253</sup> “[...] fazem os abortos as parteiras, os bruxos ou elas, por suas próprias mãos”. Tradução livre. Idem.

<sup>254</sup> FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS. Op. Cit., p. 43.

<sup>255</sup> PEDRO, Joana Maria. A descriminalização do aborto: estranhas relações com lutas mais antigas. Revista do Mestrado de História. Vol. 8. Vassouras, RJ, 2006, p. 71-102.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 93.

os demais países permitem aborto para salvar a vida da gestante”<sup>257</sup>. Em caso de estupro, o aborto é permitido no Brasil, na Argentina, na Bolívia, em El Salvador, no Panamá e no Uruguai. Somente o Uruguai aceita a alegação de condições sociais difíceis como justificativa para se interromper a gravidez.

No mencionado artigo de Illich publicado no *Persona*, era aberto um espaço para dar visibilidade às penas a que estavam sujeitas as mulheres que praticassem o aborto na Argentina. Segundo o Código Penal Argentino, reproduzido pelo periódico,

**Art. 85:** El que causare un aborto será reprimido  
**Inciso 1º** Con reclusión o prisión de tres a diez años, si obrase sin consentimiento de la mujer. ...  
**Inciso 2º** Con reclusión o prisión de uno a cuatro años si obrase con consentimiento de la mujer. ...  
**Art. 86:** Incurrirán en las penas establecidas en el artículo anterior y sufrirán, además inhabilitación especial por el doble tiempo de la condena, los médicos, parteras, cirujanos y farmacéuticos que abusaren de su ciencia o arte para causar el aborto o cooperación.  
**Art 88:** Será reprimida con prisión de uno a cuatro años, la mujer que causar su propio aborto. La tentativa de la mujer no es punible<sup>258</sup>.

Em relação ao artigo 86, informavam que o aborto praticado por um médico diplomado e com o consentimento da mulher não seria punido nas seguintes situações: para salvar a vida da mãe, se esta não pudesse ser salva por outros meios ou se a gravidez decorria de uma “[...] *violación o de un atentado al pudor cometido sobre una mujer idiota o demente*”<sup>259</sup>. O Código Penal argentino data de 1921<sup>260</sup>.

---

<sup>257</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>258</sup> “**Art. 85:** O que provocar um aborto será punido, **Inciso 1º:** Com reclusão ou prisão de três a dez anos, se o fizer sem o consentimento da mulher. **Inciso 2º:** Com reclusão ou prisão de um a quatro anos se o fizer com o consentimento da mulher. **Art. 86:** Podem ser punidos pelo artigo anterior e passíveis de pena dobrada, os médicos, parteiras, cirurgiões e farmacêuticos que fizerem uso do seu conhecimento para praticar o aborto ou colaborarem com sua prática. **Art 88:** Será reprimida, prisão de um a quatro anos a mulher que provocar seu próprio aborto. A tentativa não será punida”. Tradução livre. *Persona*. Sección Ensayos y teorías. Ano 2. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 15.

<sup>259</sup> “[...] violação, ou atentado ao pudor cometido contra uma mulher idiota ou demente”.

Tradução livre. Idem.

<sup>260</sup> PEDRO, Joana Maria. A descriminalização do aborto... Op. Cit., p. 95.

Illich, nesse artigo, utilizava-se da questão do aborto mais como um tema de fundo, pois a impressão que fica é a de que o que ele queria realmente era abordar as questões relacionadas ao planejamento familiar e ao controle da natalidade, que estavam muito presentes naquele contexto da década de 1970. O risco da explosão demográfica e de “novas Cubas” nos países periféricos assustavam os países desenvolvidos, que implementavam na América Latina programas de controle da natalidade e a distribuição de pílulas através da BEMFAM. Essa interferência por vezes foi pensada como uma ameaça à soberania nacional dos países sem democracia, como era o caso do Brasil (desde 1964) e da Argentina (a partir de 1976). O citado artigo de Joana Pedro nos conta como a partir dos anos 1960 e 1970 o movimento feminista começou a reivindicar o direito das mulheres decidirem sobre a reprodução e como essa luta esteve envolta em relações um tanto quanto estranhas. E segundo a autora,

Grande parte da rejeição, feita pela esquerda dos anos de 60 e 70 à vinculação com estes grupos (a autora, refere-se aos grupos neomalthusianos), deve-se, certamente, a um discurso de características eugênicas, classistas e racistas, do qual podemos localizar os rastros desde o século XVIII. [...] De qualquer maneira, por vias transversas, promoveu, com eficiência, a divulgação de métodos contraceptivos, e preparou para que, em vários países, a descriminalização do aborto fosse uma realidade<sup>261</sup>.

Talvez essas relações expostas acima expliquem o teor de alguns dos artigos publicados por Nós Mulheres, mas principalmente por Mulherio. Não percebi esse questionamento nos artigos analisados em Persona em nenhuma das suas etapas de publicação.

Retornando a Ivan Illich, ele destacava que em temas tão polêmicos como o aborto era difícil encontrar pronunciamentos de pessoas públicas e de organizações que tivessem um posicionamento favorável à legalização. Em uma escrita direta, o autor pontuava que os políticos não falavam porque tinham medo; os médicos tampouco se pronunciariam, pois temiam ser vistos como praticantes de aborto. E “[...] *los abortistas, por supuesto, temen perder sus jugosos honorarios*

---

<sup>261</sup> Ibidem, p. 73.

*al tener que trabajar como médicos*”<sup>262</sup>. São afirmativas contundentes desse ex-padre, teólogo, filósofo que cobrava um posicionamento de alguns homens da Igreja Católica Romana, em face de seu compromisso com a vida<sup>263</sup>.

*Nadie puede dudar de su compromiso personal a contribuir a evitar todos y cada uno de los abortos, y por lo tanto, nadie puede tomar su crítica a las presentes leyes como un llamamiento para aumentar el número de abortos, o para fomentar la costumbre de practicarlos*<sup>264</sup>.

Num primeiro momento, a fala de Illich parece contraditória, pois o que transparece é a sua preocupação com o elevado índice de mortalidade de mulheres pobres que precisavam recorrer à prática do aborto e não uma clara posição frente a sua descriminalização; seu posicionamento é humanitário. Acreditava que com a chegada dos marxistas ao poder seriam abolidas as leis relacionadas à prática do aborto em vigor naquele momento.

Ivan Illich, ao publicar um artigo sobre um tema polêmico, contribuiu para dar visibilidade a questões relacionadas ao controle dos corpos das mulheres, que foram e são de extrema relevância para a autonomia com relação a esses corpos. O autor apontava os inconvenientes da prática abortiva sem o auxílio médico adequado, fazia ressalvas à utilização do aborto como um método contraceptivo e constatava que aborto, planejamento familiar e controle da natalidade estavam inter-relacionados e eram comumente confundidos.

Com relação ao periódico Nós Mulheres, não localizei nenhum artigo que trouxesse a palavra aborto no título. No entanto, ela estava presente no interior de alguns deles. Em muitos momentos a questão da

---

<sup>262</sup> “[...] os abortistas, evidentemente, temem perder seus rendosos honorários ao ter que trabalhar como médicos”. Tradução livre. ILLICH, Ivan. Op. Cit., p. 15.

<sup>263</sup> No livro O que é o aborto, da Frente de Mulheres Feministas, encontrei informações que mostram que em 1971 “[...] a revista católica francesa *Esprit* (Espírito), contestara a afirmação de que interromper o desenvolvimento de um feto é suprimir uma individualidade determinada”. E que no México, o CIDHAL – um centro de informação e documentação dirigido por padres e leigos católicos – tinha tomado uma posição favorável à liberalização do aborto. Esses informes denotam uma mobilização, mesmo que “suave”, importante para dar visibilidade e favorecer o debate em relação à despenalização e legalização do aborto.

<sup>264</sup> “Não se pode duvidar de seu compromisso pessoal em evitar todos os abortos e, portanto, não se pode tomar sua crítica às presentes leis como um chamamento para aumentar o número de abortos ou para incentivá-los”. Tradução livre. ILLICH, Ivan. Op. Cit., p. 15.

interrupção da gravidez era apenas relatada brevemente, sem um maior questionamento ou posicionamento frente ao tema. Seguimos com uma análise geral dos periódicos escolhidos.

Na edição de número 1, de 1974, *Persona* traz o artigo “*Ser mujer ¿destino o decisión?*”<sup>265</sup>, de María Renard de Leebeeck, que, ao analisar a inexorabilidade do destino das mulheres, relata que em alguns países são realizados quase tantos abortos quanto partos normais. Dentro do contexto do artigo, a questão do aborto servia apenas para ilustrar a questão central defendida pela autora: a maternidade responsável. Leebeeck abordava também a questão do planejamento familiar, citando a Holanda como país “[...] donde hace tiempo que se han atrevido a enfrentarse abiertamente y con decisión con el problema de la programación familiar, la interrupción de la gravidez solamente se da en un tercio de los casos examinados”<sup>266</sup>.

*Persona*, na edição número 3 de 1974, trazia o artigo de Kate Millet, traduzido para o espanhol como “*La fuerza del patriarcado*”. Nele, a autora mostrava como o patriarcado estava relacionado diretamente com a força das instituições e como essa força era direcionada contra as minorias sexuais, sociais e raciais. Apoiado no sistema legal, estaria patrocinando indiretamente uma forma de pena de morte. “*El sistema patriarcal, al privar a las mujeres del control de su propio cuerpo, las empuja a los abortos ilegales; se estima que entre dos y cinco mil mujeres mueren cada año por esta causa*”<sup>267</sup>.

Nesse mesmo número de *Persona*, a seção *Actualidad*<sup>268</sup> exibia duas notas que relatavam que no México a Câmara de Deputados discutia o projeto de “*Ley de Derechos Civiles de la Mujer, un código que intenta modificar normas jurídicas tildadas de obsoletas*”<sup>269</sup>, e que anteriormente o Parlamento havia debatido a legalização do aborto. A nota continuava, pontuando os argumentos dos favoráveis e dos contrários à legalização do aborto naquele país.

---

<sup>265</sup> LEEBEECK, María Renard. Ser mujer ¿destino o decisión? *Persona*. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, 1974, p. 28-31.

<sup>266</sup> “[...] há tempos que se tem falado abertamente e com firmeza sobre o problema do planejamento familiar, a interrupção da gravidez acontece somente em um terço dos casos examinados”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 31.

<sup>267</sup> “O sistema patriarcal, ao privar as mulheres do controle de seus corpos, as empurra à prática ilegal de abortos; se estima que entre duas e cinco mil mulheres morrem a cada ano em decorrência de sua prática”. MILLET, Kate. La fuerza del patriarcado. *Persona*. Ano 1. N. 3. Buenos Aires, dez. 1974, p. 15-17.

<sup>268</sup> *Persona*. Actualidad. Ano 1. N. 3. Buenos Aires, dez. 1974, p. 45-48.

<sup>269</sup> “Esta lei permite que uma mulher aborte segundo sua vontade, mas nunca depois da 10ª semana de gravidez. Os debates foram transmitidos pela televisão”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 47.

A outra nota informava que a Assembleia Nacional Francesa autorizava a prática do aborto. “*Esta ley permite que una mujer aborte según su voluntad, nunca después de la 10ª semana de embarazo. Los debates fueron televisados*”<sup>270</sup>. Esta nota em forma de artigo é exemplar para pensarmos como era necessário tentar ocultar “[...] uma palavra explosiva, carregada de tabus e preconceitos”<sup>271</sup>.

O artigo destacava a atuação da ministra da saúde pública francesa, Simone Veil que “[...] *defendió la aprobación del proyecto con una energía que asombró a los adversarios*”<sup>272</sup>. O texto consegue transmitir, ao reproduzir algumas falas de deputados e da ministra, toda a emoção e a polêmica que envolvia a discussão em torno da legalização do aborto. Ele se tornou um gancho para as editoras de *Persona* retratarem as situações vivenciadas pelas mulheres argentinas e, por conseguinte, por todas as mulheres que optavam pela prática do aborto.

*A partir de la decisión surgen sentimientos de culpa y fantasías homicidas de esterilidad que entre otros factores ponen a prueba de la estructura psicológica de la mujer. El aborto es una situación en sí penosa para la mujer, también para el varón y en última instancia para la pareja*<sup>273</sup>.

Pontuavam que o número de abortos provocados na capital e na grande Buenos Aires se elevava a cifras alarmantes, bem como o índice de mortalidade. O desfecho do artigo não refletia um posicionamento favorável. Temos que considerar que estar publicamente a favor do aborto, em 1974, era bastante complicado e perigoso na sociedade argentina. As editoras informavam que países como a República Popular da China, a República Democrática Alemã, a União Soviética, os países escandinavos (Noruega, Dinamarca e Suécia), alguns estados dos Estados Unidos (Alaska, Havaí e Nova York) e mais recentemente a França haviam “[...] *implantado el aborto libre cuyo único requisito es el consentimiento de la mujer*”. Ao final, ressaltavam que se não se

---

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> PRADO, Danda. Op. Cit. Contracapa.

<sup>272</sup> “[...] defendeu a aprovação do projeto com uma energia que surpreendeu aos seus adversários”. Tradução livre. *Persona*. Actualidad. Ano 1. N. 3. Buenos Aires, dez. 1974, p. 47.

<sup>273</sup> “Após a prática do aborto surgem sentimentos de culpa e fantasias homicidas de esterilidade que entre outros fatores põem a prova a estrutura psicológica da mulher. O aborto é uma situação difícil para a mulher, bem como para o homem e também para o casal”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 48.

organizasse na Argentina uma estratégia que modificasse as condições das mulheres, principalmente as do setor do “proletariado”, continuariam os riscos físicos e psíquicos do aborto, por falta de informação e educação adequadas<sup>274</sup>.

O artigo acima citado, no início tão promissor, ao final nos mostra todo um ranço hierárquico que Anette Goldberg percebeu ao analisar o movimento feminista brasileiro ressurgido na década de 1970<sup>275</sup>. Traço uma analogia, pois Goldberg se referia às relações entre as militantes feministas. Aqui, me refiro a uma relação entre saber e poder. O texto publicado em *Persona* parece considerar que apenas (ou principalmente) as mulheres proletárias praticavam abortos e que elas eram as que sofriam com os problemas decorrentes dessa escolha. As relações de poder, como Michel Foucault nos mostra, estão descentradas<sup>276</sup>, mas naqueles anos de 1970 prevalecia a ideia do(a) “intelectual orgânico(a)”, aquele que deveria libertar a classe trabalhadora ou proletária de seu jugo (portanto seria hierarquicamente superior a ela).

Enquanto isso, no Brasil, Nós Mulheres divulgava sua primeira edição em 1976. Poucas referências às questões pertinentes à temática podiam ser encontradas em suas páginas. Apenas numa edição de 1978, o texto “Pílulas: quem pediu?”, publicado na capa<sup>277</sup>, nos levava a acreditar que teríamos uma discussão sobre a pílula como um método contraceptivo eficiente. No entanto, o artigo era um informativo sobre o número de abortos (conhecidos) realizados no Brasil. Mesmo assim, este foi um dos únicos artigos que abordavam abertamente a problemática em torno da polêmica prática do aborto. De acordo com o periódico, naquele ano de 1978 o número de abortos no Brasil era menor apenas que os praticados no Japão, segundo a denúncia feita pelos bispos do Rio de Janeiro. Até aquele momento a única medida tomada pelo governo federal foi o Plano de Gravidez de Alto Risco, que consistia na distribuição massiva de pílulas anticoncepcionais para as mulheres. O diafragma, um método contraceptivo alternativo – que representaria menor risco à saúde das mulheres – não estava nos itens de constante distribuição, pois não era fabricado no país.

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> GOLDBERG, Anette. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 33-58.

<sup>276</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 24 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

<sup>277</sup> A capa deixou de ter imagens e passou a trazer artigos ou manchetes de reportagens.

Em nenhum momento localizei a palavra aborto em qualquer título de artigo publicado pelo periódico. Esta constatação me causou certa estranheza com relação a uma referência encontrada no trabalho posterior de uma das editoras do periódico, que afirma que o Nós Mulheres, defendia em suas páginas “[...] um programa de transformações que incluíam a liberalização do aborto e do divórcio”<sup>278</sup>. A ausência da temática e da palavra aborto pode ser mais bem compreendida se analisarmos o que dizem as pesquisadoras Fernanda Gil Lozano e Cynthia Sarti.

Fernanda Gil Lozano no artigo “Las experiencias de la ‘segunda ola’ del feminismo en Argentina y Uruguay”<sup>279</sup> relata uma sucinta mas importante história do movimento feminista nesses países, fazendo algumas incursões ao Chile. A autora pontua alguns desencontros entre as militantes feministas e as dos movimentos de mulheres quanto ao tema sexualidade e, principalmente, aborto. As participantes do movimento de mulheres consideravam-no “excessivamente provocativo”. Com a criação da Frente de Luta pela Mulher houve demandas em torno da igualdade de oportunidades, da difusão e do uso de pílulas anticoncepcionais, do aborto legal e gratuito, assim como da não discriminação da mãe solteira<sup>280</sup>.

Cynthia Sarti, ao fazer uma análise do feminismo brasileiro da Segunda Onda, ressalta as relações travadas entre diversas instituições e organizações, o que reflete bem o momento vivido no Brasil daqueles anos setenta. Quase não havia a possibilidade de descolar o movimento de mulheres da Igreja Católica na luta contra a ditadura, o que, segundo a autora, gerou “[...] uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Segundo ela, “[...] o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública”<sup>281</sup>.

Num primeiro momento do movimento feminista no Brasil, a vinculação da maioria das militantes era com a esquerda marxista e,

---

<sup>278</sup> Cf. MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte anos de feminismo. Tese de livre-docência em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp/SP, 1996, p. 11.

<sup>279</sup> LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel. Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madrid: Cátedra, p. 881-902.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 886-887.

<sup>281</sup> SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revistando uma trajetória. Estudos Feministas. Vol.12. N. 2, maio-agosto 2004, p. 39.



consequentemente, com a “luta geral”; isto quer dizer, conforme mencionei no capítulo anterior, que as demandas especificamente relacionadas com as mulheres só poderiam ser atendidas após o fim da ditadura militar e da implantação do socialismo.

Dar visibilidade a questões tidas como “tabus” demandava correr certo risco num contexto político e social desfavorável a essas reivindicações. No último número publicado de Nós Mulheres, encontramos uma carta de um subgrupo do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, interessado nas lutas das mulheres no Brasil. As autoras fizeram uma análise crítica do periódico, partindo dos editoriais. “[...] nos editoriais, Nós Mulheres apresenta os objetivos que pretende atingir, é através deles que procuraremos agrupar e organizar nossas questões”<sup>282</sup>.

Enfrenta-se também o problema de dar uma ‘outra’ abordagem às inúmeras questões que representam tabus, tais como a prostituição, educação sexual... e sofrer as consequências deste pioneirismo: várias vezes os artigos são tímidos e sente-se o vacilo da máquina com medo de avançar demais<sup>283</sup>.

Acredito que a citação acima, publicada em tom de autoanálise, é um bom exemplo para se compreender o dilema ou as dificuldades enfrentadas por essas militantes feministas ao tratarem de um tema tão delicado e carregado de simbolismo, como o aborto. Podemos inferir que naquelas reticências estariam incluídas as palavras aborto, pílulas, orgasmo e prazer.

Michel Foucault ressalta que dificilmente um autor se descola do momento e do contexto vividos<sup>284</sup>. E com certeza naquele momento vivido as alianças firmadas influíram muito no que estaria presente ou não nas páginas dos periódicos. Ocultar a temática do aborto no interior de artigos que não tinham essa palavra em seu título era uma forma de abordar o tema sem muita exposição.

As editoras do Nós Mulheres responderam às exiladas: “A carta de vocês agitou nossas cabeças. Há tempo vínhamos pensando nisso. É esse debate que nos interessa e estimula. Vamos continuá-lo”<sup>285</sup>. Não

---

<sup>282</sup> Nós Mulheres. Seção Cartas. N. 8. São Paulo, jun./jul 1978, p. 2.

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.26-33.

<sup>285</sup> Nós Mulheres. Seção Cartas. N. 8. São Paulo, jun./jul 1978, p. 2.

temos como saber se as sugestões apontadas pelo subgrupo do Círculo repercutiriam nos números seguintes, já que essa acabou sendo a última edição do periódico.

Podemos observar nesses dois jornais publicados na década de 1970 no Brasil e na Argentina a tradução do momento vivido nesses dois países. No Persona das primeira e segunda etapas o que vemos é a publicização de questões relacionadas mais propriamente ao movimento feminista como um todo; no Nós Mulheres temos uma linha editorial voltada para as questões gerais da luta feminista e da revolução socialista. Em função desse contexto, nos deparamos com a escassez de textos (apenas um), publicados no Persona, que trouxessem no título a palavra aborto; enquanto isso, no Nós Mulheres, a temática esteve totalmente ausente de qualquer título de artigo.

Em meados da década de 1970, alguns jornais da grande imprensa noticiavam a polêmica com relação ao aborto em suas páginas, mesmo que fossem reduzidas. Menciono apenas alguns artigos para ilustrar a visibilidade em torno da temática. O jornal O Estado, publicado em Santa Catarina, na edição de 14 de novembro de 1974 veiculava artigos como “Aspectos jurídicos e médicos do aborto”<sup>286</sup>, de Lúcia Pontes. Enquanto isso, o Zero Hora, do Rio Grande do Sul, trazia em sua edição de 20 de março de 1975 os artigos “Aborto (Crime, solução ou necessidade?)”<sup>287</sup> e “Mais um aborto criminoso de Florisbela”<sup>288</sup>. Encontramos, na revista Veja, da década de 1970, artigos que traziam no título a palavra aborto, mas nada muito distante do que era publicado nos periódicos da imprensa alternativa.

Na década seguinte o cenário se modificaria. A discrição continuaria como uma estratégia, mas os temas polêmicos estariam bem mais visíveis nas páginas do periódico brasileiro Mulherio e ausentes no argentino Persona da terceira etapa.

## 2.1 A difícil escolha

De um início pouco promissor em relação às publicações que (não) abordavam o tema do aborto, foi com o periódico Mulherio –

---

<sup>286</sup> PONTES, Lúcia. Aspectos jurídicos e médicos do aborto. O Estado, 14.11.1974. Acervo: LEGH/UFSC.

<sup>287</sup> ZULLIAN, José Antônio. Aborto (Crime, solução ou necessidade?). Zero Hora. N. 3464, 20.03.1975. Acervo: Museu de Comunicação, p. 4-5.

<sup>288</sup> Zero Hora. Mais um aborto criminoso de Florisbela. N. 3464, 20.03.1975. Acervo: Museu de Comunicação, p. 35.

inserido no contexto da redemocratização brasileira – que aos poucos o assunto pôde obter mais visibilidade e publicidade. As questões mais prementes da temática passaram a ser tratadas, como veremos mais à frente.

A Argentina também vivia seu momento de redemocratização na década de 1980. Aí encontramos o segundo artigo que trazia a palavra aborto em seu título. O *Persona* da terceira etapa já podia voltar sutilmente ao assunto e noticiava: “*El aborto ya no es mas delito en Italia*”<sup>289</sup>. Seis anos separam esse artigo do primeiro que abordou o tema na segunda fase do jornal, em 1975; quase o mesmo período em que *Persona* ficou fora de circulação.

O artigo de 1981 noticiava como as italianas e os italianos rejeitaram uma proposta apoiada pelo então papa João Paulo II, que “derrogava” a lei italiana do aborto. O “Movimento pela Vida” propunha que apenas fosse permitido o aborto quando a mãe corresse risco de morte. *Persona* historicizou as perseguições contra as mulheres pela igreja ao longo dos séculos, mostrando que ocupavam quase sempre uma posição de inferioridade, “[...] *solo redimible por la maternidad sometida o el convento*”<sup>290</sup>. Continuava afirmando que essa conquista na Itália, residência do Papa, seria um estímulo para todas as mulheres do mundo nesse litúrgio que já durava dois mil anos entre as mulheres e a igreja. Finalmente se havia votado pela vida das mulheres, sempre tão desvalorizada. “*Además del derecho a la propiedad del cuerpo, se ha elegido disponer de la existencia como un bien propio y un derecho inalienable, con lo que se ha asestado un golpe mortal al patriarcado*”<sup>291</sup>.

“*MI CUERPO ES MIO, fue el grito de lucha del movimiento de liberación de la mujer*”<sup>292</sup>. O artigo informava que na Itália 800.000 mulheres abortavam a cada ano e essas cifras aumentavam consideravelmente pelas estatísticas da Organização Mundial da Saúde, que estimava em torno de 1.200.000 mulheres interrompendo a gravidez. E para o CISA (*Centro Italiano Sterilizzazione e Aborto*) o total era de 3.000.000 por ano. A Itália era um país que tinha um

---

<sup>289</sup> *Persona*. El aborto ya no es más delito en Italia. Ano 2. N. 8. Buenos Aires, julho/agosto 1981, p. 40.

<sup>290</sup> “[...] a maternidade somente poderia ser trocada pela vida no convento”. Tradução livre. Idem.

<sup>291</sup> “Além disso o direito de propriedade do corpo, foi reconhecido como um bem próprio e um direito inalienável, com o qual se desferiu um golpe mortal contra o patriarcado”. Tradução livre. Idem.

<sup>292</sup> “‘Meu corpo é meu’, foi o grito de luta do movimento de liberação da mulher”. Tradução livre. Idem.

movimento operário forte organizado em partidos e sindicatos, dos quais faziam parte muitas mulheres militantes. “*Pero durante años ni los partidos ni los sindicatos ni los parlamentarios de todas las tendencias mostraron sensibilidad por la cuestión femenina*”<sup>293</sup>. Portanto, caberia às feministas lutarem por seus direitos, como poderemos perceber.

*Se fundaron centenares de consultorios y centros de asesoramiento sobre métodos anticonceptivos donde se realizaban abortos gratuitos. Estos centros eran organizados por los colectivos feministas, no solo en las ciudades importantes, sino también en ciudades medias y pequeñas de Calabria y Sicilia en el sur subdesarrollado donde la campesina y también la mujer pobre de la zona urbana usaba la aguja de tejer y el té de perejil para abortar*<sup>294</sup>.

O texto descreve a mobilização pela despenalização do aborto na Itália, trazendo alguns casos que alcançaram repercussão nacional, como o processo contra Gigliola Pietrobon, acusada de ter abortado.

*El proceso se convirtió en un acta de acusación contra una sociedad sexista que obliga a la mujer al aborto clandestino. El MLD (Movimento de Liberazione de le Donne) parlamenta con el tribunal. Algunas activistas se auto-acusan de haber abortado*<sup>295</sup>.

Esse texto evidencia a mobilização por parte das ativistas italianas em defesa do direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos. As italianas aparecem aqui como representantes de um movimento que encontraria eco em diversos países ao redor do mundo.

---

<sup>293</sup> “[...] durante anos nem os partidos, nem os sindicatos, nem os parlamentares de todas as tendências mostraram sensibilidade com a causa feminina”. Tradução livre. Idem.

<sup>294</sup> “Centenas de consultórios e centros de informações sobre métodos contraceptivos foram fundados, nos quais se realizavam abortos gratuitos. Estes centros eram organizados por coletivos feministas, não apenas nas grandes cidades, mas também em médias e pequenas cidades da Calábria e Sicília, no sul subdesenvolvido, onde a campesina e também a mulher pobre da zona urbana fazia uso da agulha de tricô e do chá de ‘salsinha’ para abortar”. Tradução livre. Idem.

<sup>295</sup> “O processo se converteu em uma ata de acusação contra a sociedade sexista que obriga a mulher ao aborto clandestino. O MLD (Movimento de Liberazione de le Donne) conversa com o tribunal. Algumas ativistas se autoacusavam de haver praticado o aborto”. Tradução livre. Ibidem, p. 41.

A edição número 4 do Mulherio de 1981 quebrava com a dinâmica de veicular a temática do aborto apenas no interior dos artigos. Até então, um texto aparentemente inofensivo como o intitulado “No Rio, APEM promove seminários e exposições”<sup>296</sup>, poderia trazer uma forte discussão em seu interior, como veremos mais adiante. Esse título dificilmente atrairia a atenção de censores ou religiosos.

Entre a discrição e a atuação panfletária – era assim que a temática do aborto circulava nas páginas dos periódicos pesquisados. Um exemplo da postura libertária e esclarecedora é o artigo “A lei ignora a verdade”, publicado na coluna “Aborto”, de 1981<sup>297</sup>. Vejam que neste momento a temática, antes proibida e supostamente intocada (já que sabemos que algumas vezes ela aparecia subliminarmente, seguindo a estratégia da discrição), ganhou centralidade em Mulherio, que chegou a dedicar a ela uma seção própria, que seria mantida regularmente pelas editoras do jornal. Certamente o contexto de redemocratização favoreceu a tomada aberta de um posicionamento político. Lembramos que em 1981 os corpos das mulheres e a sexualidade já vinham sendo temas de jornais, revistas e programas de televisão, como apontado anteriormente.

O aborto e o estupro tinham uma dinâmica relacional que pululava nas manchetes de noticiários dos periódicos nacionais e estrangeiros. Relembro que no Brasil a gravidez decorrente de estupro ainda é uma das situações na qual o aborto tem amparo legal, a outra situação é a prática do aborto para salvar a vida da gestante; em ambos os casos, só podem ser praticados por médicos, como estipula o artigo 128 do Código Penal brasileiro<sup>298</sup>. Aqui, o aborto ainda é considerado pela lei um crime, passível de punição. O Código Penal de 1940 permanece em vigor e define nos seus artigos de 124 a 128:

[...] o auto-aborto é punido da mesma forma que o praticado por terceiros, sendo a menor pena para o primeiro (detenção de 1 a 3 anos, pelo art. 124). [...] para o aborto provocado por terceiros, as penas também diferem quando há ou quando não há consentimento da gestante, sendo de reclusão

---

<sup>296</sup> Mulherio. No Rio, APEM promove seminários e exposições. Seção: Mulheres em ação. Ano 1. N. 1. São Paulo, maio/junho 1981, p. 5.

<sup>297</sup> CUNHA, Maria Carneiro da. A lei ignora a verdade. Mulherio. Seção Aborto. Ano 1. N. 4. São Paulo, nov./dez. 1981, p. 4.

<sup>298</sup> FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS. Op. Cit., p. 47.

de 1 a 4 anos, no primeiro caso (art. 125) e de reclusão no segundo caso (art. 126)<sup>299</sup>.

No artigo “A lei ignora a verdade”, a autora iniciava o texto relatando as contradições e ambiguidades que permeavam o caso de Edna Pereira dos Santos, de Minas Gerais, que buscava o amparo legal para a prática do aborto após ter sido estuprada; segundo o juiz do processo, estupro esse que não fora comprovado. Cunha analisava as consequências produzidas por mais um caso de estupro que resultaria em uma gravidez indesejada. Por não ter como provar o estupro, Edna seria obrigada pela justiça a manter a gravidez ou então optar por praticar um ato ilegal, sem amparo profissional médico e psicológico. Esse tipo de situação era vivenciado por muitas mulheres nas periferias das grandes cidades brasileiras, mas não somente nelas. Essa foi uma das constatações possíveis para o dilema enfrentado por Edna.

Mulherio relatava que uma ação produtiva foi o encaminhamento da proposta de criação de um grupo de estudos ao Sr. Bernardo Cabral, então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse grupo seria formado dentro da entidade para possíveis alterações em torno da lei do aborto, como sua liberalização ou descriminalização. A iniciativa partiu de várias entidades feministas do Rio de Janeiro, entre elas o Movimento das Mulheres Profissionais em Direito, o Grupo Ceres, o Núcleo Feminino de Cultura, o Coletivo de Mulheres e a Casa da Mulher do Rio de Janeiro. O artigo destacava os números brasileiros: algo em torno de 3.000.000 de abortos realizados clandestinamente por ano. Uma cifra aproximada, obtida a partir da extrapolação das tentativas de abortos mal sucedidas atendidas em hospitais. Entretanto, apontava que nos países onde o aborto havia sido legalizado, a partir da primeira década o número de abortos tendia a cair, sendo esse o terceiro método contraceptivo mais utilizado, atrás apenas da contracepção via oral e de práticas de esterilização. Entretanto, em países da América Latina, mesmo constituindo uma prática ilegal, o aborto estava em franca expansão. A autora colocava a questão da condição social das mulheres que abortavam e a diferença que fazia ter ou não opção de onde praticar o ato.

A legalização não aumenta o número de abortos, mas apenas cria condições para que aqueles que se

---

<sup>299</sup> Idem.

realizariam de toda forma se façam em condições menos perigosas e mais humanas para as mulheres que assim escolheram. [...] Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido<sup>300</sup>?

No periódico Mulherio, a palavra aborto retornou com força, como podemos observar pela nota que divulgava a “Campanha pelo Aborto Livre”, na edição de número 5 de 1982. A nota apareceu nas últimas páginas do periódico e informava que algumas mulheres integrantes do movimento feminista do Rio de Janeiro estavam reunindo-se para retomar “[...] o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil”<sup>301</sup>. Destacava o contexto vivido, pois justamente naquele período estava sendo elaborado um anteprojeto de reforma do Código Penal (cujos artigos de 124 a 127 penalizam o aborto) pelo Ministério da Justiça. Diante disso, pediam a mobilização das mulheres para forçarem a supressão desses artigos. As vozes das feministas afirmavam que os artigos “[...] ao mesmo tempo, apontam a importância da luta pelo reconhecimento do direito das mulheres decidirem livremente quando querem ser mães”<sup>302</sup> (e “se” querem ser mães). O texto termina expressando algumas das reivindicações feministas da Segunda Onda:

[...] pelo estímulo à pesquisa, comercialização e ampla divulgação de métodos seguros para evitar filhos, tanto para mulheres quanto para homens, e pela criação de condições sociais para que todos os que nascem tenham assistência à saúde, educação e creches em horário integral<sup>303</sup>.

A questão, como podemos observar acima, é o tratamento da mulher enquanto um ser reprodutivo e as vinculações inerentes a essa função. Em 1983 no Brasil foi lançado o PAISM – Programa de Assistência Integrada à Saúde da Mulher. Até aquele momento as mulheres eram vistas pelos médicos e pela sociedade em geral como

---

<sup>300</sup> CUNHA, Maria C. Mulherio. Seção Aborto. Op. Cit., p. 4.

<sup>301</sup> Mulherio. Ano 2. N. 5. São Paulo, jan./fev. 1982, p. 23.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Idem.

“úteros gravídicos”, resultando disso uma política de assistência nos moldes “materno-infantil”, que percebia as mulheres apenas como reprodutoras e perpetuadoras da espécie. O PAISM, como qualquer política pública, recebeu apoio por parte de segmentos do movimento feminista, mas gerou controvérsias, pois foi entendido como uma forma de planejamento familiar.

Com esse início promissor, Mulherio alternaria períodos de abertura e discricção, em que a temática do aborto voltava para dentro de artigos e entrevistas<sup>304</sup>. A palavra aborto só esteve visível novamente em um título de artigo na edição de número 8 e depois na de número 13, em maio de 1983, com o artigo “Congresso discutirá o aborto”<sup>305</sup>.

Esse artigo apresentava às(aos) leitoras(es) um breve relato do projeto de lei da então deputada Cristina Tavares, que não pretendia descriminalizar o aborto e sim “[...] ‘ampliar os espectros legais das indicações permissivas’ do aborto”. A liberalização ou criminalização do aborto constituíam (e constituem) uma questão delicada, um ponto nevrálgico nas sociedades ocidentais. Países onde as mulheres conseguiram o direito de votar e de ser votadas, ainda lhes negam o direito de escolha em relação ao próprio corpo, de optar por prosseguir com uma gravidez indesejada, pois isso envolve questões religiosas e biológicas, que passaram a ser legais. Na década de 1980, como apresentado no artigo acima, o projeto da deputada visava ampliar os casos nos quais o aborto estaria amparado pela lei vigente. Até aquele momento, no Brasil, o aborto “legal” era permitido apenas nos já citados casos de risco de morte da gestante e de estupro. Joana Maria Pedro nos ajuda a compreender o quadro: “Até meados dos anos noventa, entre 46 proposições à mudança na lei, 25 foram favoráveis à ampliação das possibilidades do aborto legal, e 21 pretendiam restringi-la ainda mais”<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> Como exemplo, podemos destacar os seguintes artigos de Mulherio: Seção Leitura. Resenha do livro de Maria Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva: “Vida de mulher” (Ano 2. N. 6, mar./abr. 1982, p. 21); Seção Cozinha (Ano 2. N. 10, nov./dez. 1982, p. 22); Legalização do aborto em Portugal (Ano 3. N. 11, jan./fev. 1983, p. 20); Agnes Eller “Uma escolha entre a vida e a liberdade”, de Carmen Barroso e Elizabeth Souza Lobo (Ano 2. N. 8, jul./ago. 1982, p. 15-16); Cresce a campanha pela legalização do aborto, de Maria Carneiro da Cunha e Lúcia Araújo (Ano 3. N. 13, maio/jun. 1983, p. 14-15); Congresso discutirá o aborto (Ano 4. N. 15, set./out. 1983, p. 8); Primavera, início de ação conjunta – Dia Nacional pelo Direito ao Aborto (Ano 4. N. 16, p. 9-10); Aborto – caso real (Ano 4. N. 16, mai./jun. 1984, p. 7); Seção Cozinha (Ano 4. N. 16, mai./jun. 1984, p. 20); Aborto, de Fúlvia Rosenberg (Ano 4. N. 19, nov./dez. 1984, p. 7); Seção Rumos. Aborto hoje, de Carmen Barroso (Ano 5. N. 20, jan./fev. 1985, p. 19); Lei do aborto causa polêmica /Pílula do aborto (Ano 5. N. 20, jan./fev. 1985, p. 16-17).

<sup>305</sup> Mulherio, Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 8.

<sup>306</sup> PEDRO, Joana Maria. A descriminalização do aborto... Op. Cit., p. 95.



A indicação médica de então se restringia à hipótese extrema de inexistir outro meio de salvar a vida da gestante. Pelo projeto da deputada, o aborto praticado a qualquer tempo não seria punido se a gravidez determinasse perigo para a vida ou a saúde física ou psíquica da gestante. Esse posicionamento era uma estratégia política para se conseguir a descriminalização. A indicação ética vigente dizia que era permitido somente no caso de gravidez resultante de estupro. No projeto, o aborto praticado nas primeiras 12 semanas não seria punido, se a gravidez estivesse relacionada à prática de crime contra os costumes. Cristina Tavares propunha duas novas indicações: a embriopática e a social. Na embriopática, não se puniria o aborto praticado nas primeiras 20 semanas de gestação

[...] ‘quando em razão de enfermidade grave e hereditária, física ou mental, da qual sejam portadores o pai ou a gestante, seja possível estabelecer com alta probabilidade que o nascituro já padece ou virá a padecer de idêntica enfermidade; ou qualquer tempo quando alguma moléstia, intoxicação ou acidente sofridos pela gestante comprometam demonstradamente a saúde do nascituro’<sup>307</sup>.

A questão da talidomida é um dos argumentos utilizados pela autora do projeto para apoiar a indicação embriopática, que talvez possa ser pensada como uma forma de eugenia. Com relação à indicação social, Cristina Tavares propunha que não se punisse o aborto praticado nas primeiras 16 semanas, quando

[...] ‘face às condições sócio-econômicas (sic) e familiares da gestante, não puder ela atender às exigências do prosseguimento da gravidez nem prover mais tarde as necessidades elementares do filho, sem privar-se do indispensável à própria subsistência ou à de sua família’<sup>308</sup>.

No entanto para a prática do aborto por indicação embriopática ou social era necessário o consentimento do marido da gestante, quando casada. Estavam detalhados no artigo outros dispositivos do projeto,

---

<sup>307</sup> Mulherio. Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 8.

<sup>308</sup> Idem.

como os locais de atendimento para a prática do aborto e as questões éticas, no caso de algum médico negar-se a participar da cirurgia abortiva.

O periódico finalizava o artigo expondo que apenas naquele momento o projeto estava sendo discutido pelos grupos de mulheres e que vários questionamentos estavam sendo levantados em relação a ele, tais como: “Por que a diferença de prazo para a realização do aborto em cada tipo de indicação?” Em seus números posteriores Mulherio continuou a tratar da discussão em torno do projeto de lei da deputada Cristina Tavares e da presença ou ausência do tema na Constituinte que estava surgindo.

Até a edição de número 16, poucos dos artigos que traziam a palavra aborto expressa no título estavam assinados, uma prática pouco usual no periódico. O artigo “Aborto”<sup>309</sup>, de Fúlvia Rosemberg, publicado em 1984, quebrou essa dinâmica. Nele, a autora abordava alguns temas relacionados à descriminalização. Usando uma linguagem mais acadêmica e fugindo do formato jornalístico, Rosemberg, afirmava que havia quatro meses que a questão em torno da descriminalização do aborto estava mobilizando a opinião pública, setores da sociedade brasileira e ocupando posição de destaque nos meios de comunicação. Para evidenciar essa mobilização, a autora citava o caso de uma jovem de Brasília, portadora do Mal de Jansen, que tomava remédios à base de talidomida<sup>310</sup> e que decidira abortar. Para isso contatou seu médico, que por sua vez consultou o Conselho Regional de Medicina, que delegou à Justiça a decisão final. Como decisão, a Justiça declarou que “O aborto é crime, ela não pode realizá-lo”<sup>311</sup>. Com esse mote, Rosemberg desenvolveu o seu artigo, percorrendo outros vieses relacionados ao tema, como a regulamentação e legalização no DIU no Brasil, assim como seu fabrico. Seu uso era proibido até abril de 1984, “[...] pois de acordo com o tipo de material com que é fabricado, a ação do DIU é abortiva, impedindo a fixação do óvulo no útero, mesmo que ele tenha sido fecundado”<sup>312</sup>. Apontava que a legalização do DIU, juntamente com a tramitação do projeto de lei da deputada Cristina Tavares (PMDB/PE), seriam os “agentes instigadores” da mobilização em torno do tema. Ressaltava que o projeto de lei da deputada não visava a

---

<sup>309</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. Aborto. Mulherio. Ano 4. N. 16. São Paulo, mai./jun. 1984, p. 7.

Com a colaboração de Wanda Nestlener e Inês Castilho.

<sup>310</sup> Um medicamento que pode provocar deformações genéticas no feto. Foi muito utilizado para diminuir o enjoo em mulheres grávidas nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>311</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. Aborto. Mulherio. Op. Cit., p. 7

<sup>312</sup> Idem.

descriminalização do aborto, mas ampliava e atenuava o rigor da legislação da época, “[...] permitindo que ele seja praticado por médico especialmente autorizado em apenas quatro espécies de indicações”<sup>313</sup>, ou seja, indicação médica, ética, embriopática e social.

E por onde tramitava o projeto da deputada Cristina Tavares? Fúlvia Rosemberg mostrava que ele estava percorrendo um longo caminho, seguindo os trâmites “normais” de um projeto de lei. E “[...] retrazar essa caminhada, apesar de implicar em esforço fastidioso, significa também nos reapoderarmos de nosso corpo e destino, retalhados e disputados publicamente”<sup>314</sup>. A autora descreveu a trajetória até então feita pelo projeto, que já teria recebido por dois pareceres até aquele momento: um favorável, do então deputado José Genoíno Neto (PT/SP) e outro contrário, do deputado Hamilton Xavier (PDS/RJ). E que por falta de quorum não tinha sido até aquele momento apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Fúlvia ressaltava que toda essa demora era “habitual” e que isso deveria motivar as entidades, grupos e pessoas favoráveis à descriminalização do aborto a se mobilizarem em apoio à causa, enviando cartas e ou telegramas de apoio a Cristina, a Genoíno e à Câmara dos Deputados.

É interessante de perceber que os artigos com temáticas voltadas para o corpo, a sexualidade e o prazer eram escritos pelas mesmas pesquisadoras. É como se esse fosse o campo de domínio dessas feministas. Entre as colaboradoras do Mulherio que escreviam sobre o aborto podemos destacar Fúlvia Rosemberg, Maria Carneiro da Cunha e Carmen Barroso.

Na edição de número 19, de 1984, o artigo “Aborto hoje ou, como mudou o Brasil em 4 anos”<sup>315</sup> fazia uma comparação entre o livro de Danda Prado, O que é aborto, com o outro de título quase igual: O que é o aborto, de autoria de Carmen Barroso e de Maria Carneiro da Cunha<sup>316</sup>, lançado em 1980 e escrito para a Frente de Mulheres Feministas, já mencionada neste trabalho. Carmen Barroso, autora do artigo e uma das autoras do livro lançado em 1980, relatava as diferenças do contexto político brasileiro no espaço de tempo entre a publicação dos dois livros: os quatro anos referidos no título do artigo. Nesse período ocorreram muitas mudanças na cena política brasileira

---

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> BARROSO, Carmen. Aborto hoje ou, como mudou o Brasil em 4 anos. Mulherio. Ano 4. N. 19. São Paulo, nov./dez. 1984, p. 19.

<sup>316</sup> BARROSO, Carmen e CUNHA, Maria Carneiro da. O que é o aborto. São Paulo: Cortez, 1980.

em relação ao aborto, conforme as autoras. E nada melhor para expressar essa mudança do que relatar a saga para conseguir editar o primeiro livro sobre aborto no Brasil. O manuscrito do livro O que é o aborto havia sido recusado pela Editora Brasiliense, embora considerado “[...] de boa qualidade, porém de natureza não adequada à coleção Primeiros Passos, por tomar partido numa controvérsia”<sup>317</sup>. Ficaram contentes quando a Editora Cortez o publicou, mas, “[...] um tanto amedrontadas, consultamos nosso grupo feminista, a Frente que resolveu assumir sua autoria”<sup>318</sup>. Carmen Barroso afirmava que elas discutiam exaustivamente com a esquerda sobre a descriminalização do aborto e como essa descriminalização resultaria em uma economia para os serviços de saúde pública, “[...] a viabilidade política de uma campanha em favor de uma legalização, apesar da aliança com a Igreja Católica, e a independência em relação a políticas de controle da natalidade”<sup>319</sup>. Os dois livros abordavam as posições das religiões sobre o aborto.

Como em 1984, o contexto político e social estaria modificado e, de acordo com o artigo, Danda Prado pôde abordar essas questões sucintamente para dar ênfase “[...] a associação da proibição do aborto com as ideias predominantes sobre a sexualidade em nossa cultura, a importante discussão sobre a quem pertence o feto, e a análise das causas que levam a uma gravidez indesejada”<sup>320</sup>.

Contudo, seria bastante importante que fosse abordada uma questão, tratada nos dois livros, mas que mereceria um estudo mais específico: “as condições sociais e culturais que dificultavam a opção livre pela maternidade”.

\*\*\*

No periódico argentino *Persona*, entre os artigos que abordavam a questão do aborto sem explicitá-la no título, podemos citar a crônica “*Una historia verídica – aborto*”, que relatava a “história” de Teresa, uma empregada doméstica que tinha engravidado e que abortou em condições insalubres. Num estilo excessivamente melodramático, o fato é relatado por sua empregadora, que a acompanhou até a *partera*, embaixo de uma chuva torrencial. A narrativa, rica em detalhes,

---

<sup>317</sup> BARROSO, Carmen. Aborto hoje... Op. Cit., p. 19.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Idem.

descrevia as salas de espera do lugar, a falta de assepsia, a desumanização com as abortantes e os momentos de espera para a realização do aborto. Relatava que o silêncio inicial acabava sendo quebrado pelo som das dores e que, como uma forma de amenizá-las, as mulheres começavam a conversar entre si<sup>321</sup>.

Celia María Roldan inclui no texto perguntas sobre o que havia acontecido com as mulheres que estavam na mesma situação de Teresa, por que decidiram abortar? O que essas mulheres diziam é o que muitas dizem ainda hoje: “*Dejé de tomar la píldora*”; “*Yo tengo una nena de seis meses y me dijeron que mientras tuviera leche no quedava*”; “*A mi la píldora me hace mal*”<sup>322</sup>.

Constatou a faixa etária de mulheres que estavam ali naquela manhã: “*Cuatro son jóvenes, las otras dos aparentan cuarenta años o muy poco menos*”<sup>323</sup>. Pouco se afastam das encontradas nos dados estatísticos levantados por pesquisas realizadas no Brasil<sup>324</sup>. As condições em que as mulheres das classes populares são obrigadas a praticar o aborto continuam sendo tão desumanas quanto aquelas da Buenos Aires de 1980. E o relato continua: “*A los tres días Teresa era internada en el hospital Rivadavia con el útero perforado y un principio de septicemia. Se salvó. Esto lo vi yo. Sucedió aquí en Buenos Aires y sucede todos los días en ese lugar y en cientos de lugares en todo país*”<sup>325</sup> (ou ainda, em todos os países que forçam a clandestinidade dessas situações). A autora, no final da crônica, questionava se tudo permaneceria assim.

*En las cinco horas que permanecí allí  
comerciantes de la muerte y la tortura hacen su  
negocio al amparo de los que dicen defender la*

---

<sup>321</sup> ROLDAN, Celia María. Una historia verídica – aborto. Persona. Buenos Aires, s/d. (terceira fase, pós-1980), p. 17-20.

<sup>322</sup> “Deixei de tomar a píldora”; “Eu tenho uma criança de seis meses e me disseram que enquanto eu tivesse leite não engravidaria”; “Para mim a píldora faz mal”. Tradução livre. Ibidem, p. 18.

<sup>323</sup> “Quatro são jovens, as outras aparentam quarenta anos ou um pouco menos”. Tradução livre. Idem.

<sup>324</sup> No estudo aborto e saúde pública: vinte anos de pesquisa no Brasil que sistematiza os estudos realizados nesses vinte anos, encontramos a mesma reflexão do artigo argentino. Cf. Versão preliminar. Disponível em: [www.sbgm.org.br/artigos/aborto\\_e\\_saude\\_publica\\_vs\\_preliminar.pdf](http://www.sbgm.org.br/artigos/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf). Acessado em 05.02.2009.

<sup>325</sup> “No terceiro dia Teresa foi internada no hospital Rivadavia com o útero perfurado e com um início de septicemia. Salvou-se. Isto eu presenciei. Aconteceu aqui em Buenos Aires e acontece todos os dias aqui e em muitos lugares de todo o país”. Tradução livre. ROLDAN, Celia María. Persona. Op. cit., p. 20.

*vida del embrión sin importarles la de las mujeres y su calvario. ¿Hasta cuando seguirá así? Mientras las mujeres continúen en un silencio cómplice, mientras sigan teniendo miedo a decir la verdad y mientras exista la indiferencia egoísta de las que pueden pagar más y tener mejor atención*<sup>326</sup>.

Esses mesmos questionamentos, que também estavam presentes no artigo de Illich analisado anteriormente, não traziam qualquer preocupação em ensinar às mulheres que interrompiam uma gravidez como evitar outras.

O seriado Malu Mulher, produzido no Brasil pela Rede Globo entre 1979 e 1980, retratou uma situação muito parecida ao relato exposto no periódico Persona. O episódio, que foi ao ar em 1980<sup>327</sup>, contava os conflitos vivenciados pela protagonista Malu quando a filha do zelador do prédio em que ela residia, ficou grávida e procurou sua ajuda quando pensou em interromper a gravidez.

Entre os textos publicados no Persona que traziam no seu interior a palavra aborto podemos citar o Editorial de maio-junho de 1981. As questões políticas relacionadas à votação da lei de Pátrio Poder estavam no seu ápice. As feministas promoveram uma campanha de assinaturas, juntamente com uma solicitação ao governo argentino para reformar o artigo 264 da chamada lei de *Patria Potestad*. Nesse editorial encontramos a palavra aborto relacionada com a dita função da mulher. “*En este número, un informe de la Unesco sobre los gastos militares en el mundo. Este tema está estrechamente relacionado con la ideología de la limitación de la vida femenina al rol de esposa y madre y a la condena al aborto*”<sup>328</sup>.

No periódico brasileiro Mulherio, a edição de número 1 veiculava o artigo “No Rio, APEM promove seminários e exposições”, que informava que um novo grupo de mulheres estava sendo formado

---

<sup>326</sup> “Nas cinco horas que permaneci no local, comerciantes da morte e da tortura faziam seu comércio ao abrigo dos que dizem defender a vida do embrião sem se importar com as mulheres e seu calvário. Até quando continuará assim? Entretanto as mulheres continuam em silêncio, seguem tendo medo de dizer a verdade e resta a indiferença egoísta das que podem pagar e ter uma melhor atenção”. Tradução livre. Idem.

<sup>327</sup> Malu Mulher. Rede Globo de televisão. Brasil, 1980.

<sup>328</sup> “Neste número, um informe da Unesco sobre os gastos militares no mundo. Este tema está estreitamente relacionado com a ideologia de limitar a vida feminina à função de esposa e mãe e a condenação do aborto”. Tradução livre. ODDONE, María Elena. Editorial. Persona. Ano 2. N. 7. Buenos Aires, mai./jun. 1981, p. 3.

no Rio de Janeiro: a APEM (Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher). E em comemoração ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher – promoveu uma programação cultural e artística com a exposição de pinturas, desenhos e filmes de curta-metragem, tendo a “mulher” como tema. Um dos curtas-metragens era sobre “[...] a marcha das 100 mil mulheres francesas pela livre concepção e direito ao aborto”<sup>329</sup>.

Esse era o enfoque presente até aquele momento nas edições de Mulherio: publicizavam e tematizavam o aborto apenas enquanto uma palavra, uma informação, e não sob uma problematização que abordasse essa forma de contracepção como tal e suas possíveis consequências enquanto prática ilegal ou ainda como um posicionamento por sua descriminalização no Brasil. Questões relacionadas ao direito de escolha e como é pensado o aborto já estavam presentes nos números iniciais do periódico, mas apenas no interior de algumas matérias como “Do machismo ao socialismo”<sup>330</sup>, que abordava a questão do aborto em Cuba, ou numa nota que divulgava um congresso em Genebra<sup>331</sup>, ambos publicados na edição número 2, de 1981.

No artigo “Do machismo ao socialismo”, escrito pela socióloga Heleieth Saffioti, que esteve em Cuba naquela época, a autora tentava retratar “[...] a situação da mulher cubana antes e depois da Revolução”. Destacava que havia uma ampla liberalidade sexual, que não havia preconceito em relação às práticas sexuais antes do casamento e que o aborto “é legal e gratuito”, assim como os demais serviços de saúde pública. Informava que a partir dos 14 anos “[...] a mulher pode apresentar-se sozinha a uma clínica e o aborto será feito segundo a mais rigorosa prática médica com anestesia e, portanto, sem a tortura punitiva da não anestesia praticada em certas instituições ‘médicas’ brasileiras”. Para a mulher menor de 14 anos seria necessário a autorização da mãe, pai ou responsável legal<sup>332</sup>.

Saffioti ressaltava que, mesmo com essa liberalidade legal, não havia o registro de um grande número de abortos em mulheres com menos de 14, provavelmente em decorrência das inúmeras campanhas educativas que mostravam “[...] os riscos para a saúde representados por abortos e a necessidade de se esperar o desenvolvimento completo do

---

<sup>329</sup> Mulherio. Seção Mulheres em ação. No Rio, APEM promove seminários e exposições. Ano 1. N. 1. São Paulo, maio/jun. 1981, p. 5.

<sup>330</sup> Mulherio. Ano 1. N. 2. São Paulo, jul./ago. 1981, p. 4.

<sup>331</sup> Mulherio. Um Congresso saudável. Ano 1. N. 2. São Paulo, jul./ago. 1981, p. 8.

<sup>332</sup> SAFFIOTI, Heleieth. Do machismo ao socialismo. Mulherio. Ano 1. N. 2. São Paulo, jul./ago. 1981, p. 4.

organismo e da consciência”. Destacava também que em Cuba a educação sexual era bem difundida, o que ocasionaria em uma prática sexual mais saudável<sup>333</sup>.

Na mesma edição do periódico Mulherio, o livro Cícera, um destino de mulher, de Cícera Fernandes de Oliveira e Danda Prado<sup>334</sup> encontrou um espaço de divulgação na seção Leitura. A Cícera que dá nome ao título do livro é a mesma que na década de 1970, ao ter tido a filha violentada pelo próprio companheiro, iniciou uma campanha para que a filha Jacilene pudesse abortar e denunciou o companheiro. Algumas feministas, entre elas Danda Prado e Hildete Pereira de Melo, que faziam parte do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, ao terem conhecimento do fato procuraram Cícera, e desses encontros resultou o livro, “[...] em forma de depoimento autobiográfico de Cícera e comentários de Danda”<sup>335</sup>.

Na edição número 4 de 1981, a seção Cartas, de Mulherio, trazia novamente a temática do aborto. Apareceu em uma nota endereçada à redação pela feminista e economista Hildete Pereira de Melo, que relatava que nas pesquisas que estava realizando sobre as sequelas do aborto, na Maternidade Carioca da Praça XV fora informada pelos médicos “[...] que nos últimos meses tem dado entrada mulheres que tentaram provocar aborto introduzindo na vagina comprimido de permanganato”. O uso do permanganato já era conhecido pelas mulheres, mas não tendo efeito como abortivo, poderia provocar sérios danos à sua saúde<sup>336</sup>. A nota informava sobre um dos tantos métodos “caseiros” para tentar praticar o aborto; também prestava um serviço ao alertar para o quanto as mulheres colocavam em risco as suas vidas ao utilizarem um método tão lesivo à saúde. Temos nesta edição um ponto de ruptura, pois, além de a palavra aborto ter aparecido em títulos de artigos, mudou também a forma como a temática estava sendo abordada pelo periódico.

---

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> Ana Maria Veiga chama a atenção para as publicações conjuntas de feministas com mulheres trabalhadoras, migrantes e pobres. Além de Danda Prado e Cícera Oliveira, Mulherio indicou também o livro Vida de Mulher, já mencionado neste trabalho, de autoria conjunta de Maria Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva. Segundo Veiga, havia uma tendência das feministas de esquerda buscarem se colocar mais perto das experiências dessas mulheres pobres, para trazê-las com mais fidelidade às discussões e propostas do campo feminista teórico. Cf. VEIGA, Ana M. Op. Cit., p. 138.

<sup>335</sup> MORAES, Maria. Resenha. Mulherio. Seção Leitura. Ano 1. N. 2. São Paulo, jul./ago. 1981, p. 20.

<sup>336</sup> MELO, Hildete Pereira de. Alerta às mulheres. Mulherio. Seção Cartas. Ano 1. N. 4. São Paulo, nov./dez. 1981, p. 4.



No mesmo número encontramos o artigo “Primavera, início de ação conjunta”<sup>337</sup>, que expunha como o dia 22 de setembro, que marcava o início da primavera, também marcaria o Dia Nacional pelo Direito ao Aborto, a ser comemorado em cada estado do Brasil, de acordo com o programa dos grupos locais de mulheres, com filmes, debates e passeatas. “Nesta data, se procurará traçar as linhas de uma campanha nacional pelo direito ao aborto, guardando as especificidades de cada região”<sup>338</sup>. O informativo relatava que a proposta de se fazer a mobilização surgiu no Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto, realizado no Rio de Janeiro<sup>339</sup>. Descrevia brevemente a dinâmica do encontro, quais grupos estavam presentes e os grupos de trabalho que aconteceram. “O mais importante, contudo, foi a maturidade do debate, que abriu definitivamente a luta comum em torno da necessidade das mulheres terem o controle de seu próprio corpo”<sup>340</sup>. Informava ainda que até o dia 22 de setembro de 1983 seriam intensificadas as ações sobre o debate em relação ao aborto no país. Uma das formas de divulgação seria a exibição do filme Vida de mãe é assim mesmo?<sup>341</sup>, de Eunice Gutman, o primeiro filme feito sobre o aborto no Brasil<sup>341</sup>.

Podemos dividir este artigo em três partes, para efeito de análise. A primeira parte é a referida acima. Num segundo momento, nos é apresentado um resumo do manifesto do encontro, resultante de um pronunciamento de Zuleika D’Alambert, então da Frente de Mulheres Feministas de São Paulo. E a parte final colocava a posição das “mulheres”, com ponderações interessantes em relação às políticas natalistas e antinatalistas e as contradições entre essas políticas.

Hoje, a posição do governo em relação ao tema é ambígua. No plano internacional assumimos posições natalistas. Internamente, existe uma legislação profundamente restritiva ao controle populacional (o aborto é considerado um crime, as

---

<sup>337</sup> Mulherio. Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 9-10.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>339</sup> O encontro foi realizado entre os dias 4 e 6 de março, por iniciativa da Casa da Mulher e dos grupos Coletivo de Mulheres, Mulherando, Ceres e Projeto Mulher do IDAC.

<sup>340</sup> Mulherio. Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 9.

<sup>341</sup> O filme apresenta depoimentos “[...] de mulheres que já abortaram, de uma que tentou fazê-lo pela via legal, mas foi impedida, [...], e de uma que, com dois filhos, não exclui a possibilidade de vir abortar. Mostra ainda uma entrevista com a advogada Romy Medeiros da Silva em defesa do direito ao aborto e manifestações de feministas do Rio realizadas no ano passado em feiras livres”. Mulherio. Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 9.

informações sobre anticoncepcionais são sonegadas, existem estímulos à maternidade, como o salário-família, o auxílio-natalidade, o auxílio-maternidade). Ao mesmo tempo, a Bemfam age livremente em todo o território nacional, amplia suas atividades e estabelece convênios com universidades, governos municipais e estaduais, enquanto o governo faz ampla distribuição de pílulas às populações de baixa renda<sup>342</sup>.

Como podemos perceber, houve certo desvio em relação ao tema central do artigo. A questão continuava na temática do controle do corpo, agora mais direcionada à questão da reprodução. Esses temas apareciam realmente imbricados e por vezes é difícil descolar as questões relacionadas ao aborto daquelas sobre contracepção e suas congêneres. Na parte final do artigo, ficava explícito o pensar das “mulheres”: “Um fato é verdadeiro: tanto a política antinatalista quanto a natalista manipulam nossa sexualidade, nosso órgão genital, nossa função reprodutora, nos alienando de modo profundo de nosso próprio corpo”. Concluíam apresentando uma proposta que poderia contribuir para uma política de reprodução que “realmente considere a condição da mulher”<sup>343</sup>.

Na mesma página 10 do periódico Mulherio temos o artigo de Leslie Brown, “Dez anos de legalização não abrandam o debate”<sup>344</sup>, onde a autora destacava que, mesmo a legalização do aborto nos Estados Unidos, ocorrida em 1973, e os passados dez anos que o Supremo Tribunal de Justiça estabeleceu que o direito constitucional da mulher “[...] ‘confere-lhe uma amplitude suficientemente grande de forma a abranger sua decisão de terminar ou não uma gravidez’”, não foram suficientes para abrandar as discussões em torno do tema. A autora destacava as manifestações semanais que aconteciam nas escadas da Park-Med – clínica de aborto considerada a maior do país, com cerca de 120 intervenções por dia, sediada em Nova Iorque – aos sábados, quando reuniam-se padres, freiras, entre outras pessoas e grupos contrários ao aborto, com cartazes escritos “Isto é Auschwitz” e chamando as mulheres que entravam na clínica de “assassinas”<sup>345</sup>. Com

---

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> Idem.

a eleição de Ronald Reagan para presidente, as discussões ficaram ainda mais aquecidas.

Em 1989 Carmen Barroso, ao analisar os estudos que abordavam a temática do aborto na Revista Brasileira de Estudos da População, afirmava que “A cena latino-americana apresenta duas diferenças principais em relação aos países industrializados: a pobreza generalizada e a influência da Igreja Católica. A pobreza afeta menos a motivação para o aborto que as condições para a sua prática”<sup>346</sup>. A autora, no decorrer do texto mostra que a influência da Igreja Católica não é tão decisiva em relação ao direito de escolha das mulheres sobre essa prática, já que a maioria das mulheres que abortavam era de católicas, casadas e com filhos. Contudo, a igreja estava muito presente na manutenção da proibição da prática do aborto. Essa mesma impressão é expressada por Mario Pecheny:

*Como dijimos, la influencia católica en la política argentina se ejerce más a través de la presión directa sobre la clase política, que a través de la movilización de sus fieles mediante el voto. Entre otras razones, porque sus fieles, en sus opiniones, actitudes y, sobre todo, en sus prácticas, son mucho más próximos al discurso laico (divorcio, anticoncepción, sexo prematrimonial, uso de preservativo, educación sexual...) que al discurso religioso oficial. En el caso del aborto, la influencia de la Iglesia Católica se verifica ante todo al nivel de los discursos, bastante menos al nivel de las actitudes y casi nada al nivel de las prácticas –pues como muestran las investigaciones del país y la región, las mujeres católicas interrumpen embarazos en proporciones similares al resto de las mujeres*<sup>347</sup>.

---

<sup>346</sup> BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. Revista Brasileira de Estudos da População. Vol. 6. N. 1. São Paulo, 1989, p. 35-60. Disponível em:

[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol6\\_n1\\_1989/vol6\\_n1\\_1989\\_3artigo\\_35\\_60.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_3artigo_35_60.pdf). Acessado em 05.02. 2009.

<sup>347</sup> “Como dissemos, a influência católica na política argentina é exercida mais através da pressão direta sobre a classe política do que através da mobilização dos fiéis mediante o voto. Entre outras razões, porque seus fiéis, em suas opiniões, atitudes e, sobretudo, em suas práticas, são muito mais próximos do discurso laico (divórcio, anticoncepção, sexo pré-matrimonial, uso de preservativo, educação sexual...) que do discurso religioso oficial. Em relação ao aborto, a influência da Igreja Católica se verifica mais ao nível dos discursos e menos ao nível das atitudes e quase nada ao nível das práticas – pois como mostram as investigações do país e da

Certamente a questão aborto já estava mais ou menos presente em outros meios de comunicação de massa no Brasil. Esteve nos artigos da sexóloga Marta Suplicy, no início da década de 1980. Podemos mencionar: “Machismo e farisaísmo no Brasil contra o aborto”, “Lei do aborto, questão a ser decidida pela mulher” e “Filme contra aborto não tem nada de científico”, publicados no jornal Folha de São Paulo.

Portanto, volto a dizer que a relação entre os periódicos feministas e alguns setores da Igreja Católica ocasionaria uma forma mais amena de questionamentos frente às demandas do feminismo, já que os textos de feministas como Suplicy passaram a tratar desse tema abertamente a partir dos anos 1980<sup>348</sup>. Apenas com Mulherio começamos a perceber passos em direção a uma ruptura.

## 2.2 A quem pertence o corpo das mulheres?

Um dos temas mais presentes nos periódicos analisados são os textos que envolvem a temática da maternidade em suas várias vertentes. Analisaremos a seguir alguns dos artigos que retratavam a “experiência” da maternidade.

Em *Historia de los anticonceptivos*, Angus McLaren afirma que havia métodos alternativos para evitar a reprodução, entre eles o postergar dos enlaces matrimoniais. Em certas regiões da Europa, algumas pessoas optavam por permanecer solteiras durante a vida toda, enquanto outras se casavam somente após os 23 anos (mulheres) e os 30 anos (homens)<sup>349</sup>. Certamente estas opções parecem um tanto obsoletas para o nosso cotidiano ocidental e distantes dos nossos dias, principalmente depois do que a chamada “revolução sexual” dos anos sessenta e setenta significou.

Mas quando começou essa preocupação com o controle da população? No Brasil, após a Revolução Cubana, os receios ficaram exacerbados principalmente em relação à região Nordeste. Seriam a

---

região, as mulheres católicas interrompem a gravidez nas mesmas proporções do restante das mulheres”. Tradução livre. PECHENY, Mario. Op. Cit.

<sup>348</sup> O livro Reflexões sobre o cotidiano expressa o pensar de Marta Suplicy em relação a uma das bandeiras mais diretamente relacionadas ao movimento feminista como um todo.

SUPLICY, Marta. Reflexões sobre o cotidiano. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

<sup>349</sup> McLAREN, Angus. El Neomaltusianismo y la transición en la fertilidad. In: \_\_\_\_\_. Historia de los anticonceptivos: de la antigüedad a nuestros días. Madrid: Minerva Ediciones, 1993, p. 208-249.

miséria e o crescimento populacional combustível para uma nova Cuba<sup>350</sup>?

Na Argentina, segundo Karina Felitti, o número de filhos por casal teria sofrido um decréscimo entre 1895 e 1914. Essa redução na taxa de natalidade foi considerada uma das mais eficientes e precoces da América Latina. A autora pontua os mesmos métodos alternativos informados por Angus McLaren: o celibato e a postergação para contrair matrimônio e engravidar. Contudo, Felitti, ressalta que houve um incremento nas práticas anticonceptivas conscientes, como o coito interrompido e o preservativo, ambos sob a responsabilidade dos homens; para as mulheres ficavam reservados o aborto, o infanticídio e o abandono das crianças<sup>351</sup>.

Nos três periódicos analisados podemos encontrar artigos que abordavam o planejamento familiar e a contracepção como temáticas indissociáveis da maternidade. Novamente a questão da taxionomia, de como classificar artigos que abordam ao mesmo tempo contracepção e maternidade, pois, com a utilização dos métodos contraceptivos, as mulheres passaram a ter poder de decisão e escolha. Além disso, o tema maternidade não está dissociado também do prazer.

Uma das questões mais presentes nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial era a questão populacional, que se apresentava diretamente ligada ao corpo das mulheres, bem como a “sublime missão de ser mãe” e ajudar a pátria a crescer. O periódico *Persona* em seu artigo “*La profesión: ama de casa*”<sup>352</sup>, publicado no número 1 de 1974, trazia uma reflexão de como era percebida por algumas feministas a ocupação de dona de casa. Este texto, também analisado no capítulo anterior, ressaltava que as mulheres estavam “[...] *obligadas, no sabemos por quién, a dar servicios sexuales además de tener, criar y educar hijos*”<sup>353</sup>. As mulheres, além da obrigação como donas de casa, também eram percebidas neste artigo como “máquinas de procriação”; podemos pensar que nem as mais independentes financeiramente estariam livres dessa obrigação.

---

<sup>350</sup> Cf. FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população*: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993.

<sup>351</sup> FELITTI, Karina. El placer de elegir: anticoncepción y liberación sexual en la década del sesenta. In: LOZANO, Fernanda Gil, PITA, Valeria S. y INI, María Gabriela (Coord.). *Historia de las mujeres en la Argentina*. Tomo II, Siglo XX. Taurus: Buenos Aires, p. 157.

<sup>352</sup> ODDONE, María Elena. La profesión: ama de casa. *Persona*. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro 1974, p. 25-27.

<sup>353</sup> “[...] *obligadas, não sabendo por quem, a prestar serviços sexuais além de ter, criar e educar filhos*”. Tradução livre. ODDONE, María Elena. La profesión: ama de casa. *Persona*. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro 1974, p. 25-27.

Outras edições do *Persona* de 1974 veiculavam textos que abordavam a questão da maternidade, tida no passado como único destino das mulheres. No entanto, o artigo “*Ser mujer ¿destino o decisión?*”, de María Renard de Leebeeck, afirma que se “[...] *inscribimos la maternidad dentro de las dimensiones de la libertad, podemos hablar de vocación o de misión*”<sup>354</sup>. O título deste artigo fazia uma clara referência a Sigmund Freud e a Simone de Beauvoir. Após apresentar uma crítica sobre a dita “vocaçào natural das mulheres” e defender a maternidade (e inclusive a paternidade), como mais uma “[...] *función parcial, la mujer tiene que situarse en condiciones de poderle dar a su propia existencia un significado distinto de la maternidad*”<sup>355</sup>. Ela defendia a maternidade e a paternidade responsáveis. E com relação a isso, via-se obrigada a pensar na legitimidade ou não dos “*productos anticonceptivos*”, mas para isso seria necessário haver uma discussão mais aprofundada, não realizada no artigo. Apenas no final a autora abordava a utilização dos meios contraceptivos, afirmando que se via obrigada a concordar com as afirmações de Evelin Sullerot:

*La mujer del mañana concebirá a la humanidad futura no solo en su seno, sino también en su cabeza, porque estará en disposición de querer o no querer un hijo y podemos estar seguros de que, una vez emprendido este camino, no se detendrá tan pronto. Ahora que la ciencia se ha puesto finalmente a su servicio, la mujer pretenderá sin duda su divulgación y una elaboración cada vez más eficaz de los datos referentes a la concepción, para poder enfrentarse con conocimientos de causa a los problemas inherentes a la esterilidad o a una excesiva fecundidad*<sup>356</sup>.

---

<sup>354</sup> “[...] inscrevemos a maternidade dentro das dimensões da liberdade, podemos falar de vocação ou de missão”. Tradução livre. LEEBEECK, María Renard. Op. Cit., p. 28.

<sup>355</sup> “[...] função parcial, a mulher precisa situar-se em condições de poder dar a sua própria existência um significado distinto da maternidade”. Tradução livre. Ibidem, p. 29.

<sup>356</sup> “A mulher de amanhã conceberá a humanidade não apenas no seu seio, mas também em sua cabeça, porque ela poderá querer ou não um filho e podemos ter certeza de que, uma vez neste caminho, nada as fará retornar. Agora que a ciência se pôs a serviço da mulher, esta requererá a divulgação e elaboração das informações referentes à concepção para poder se posicionar frente aos possíveis problemas decorrentes de uma esterilização ou de uma fecundidade”. Tradução livre. SULLEROT, Evelin apud LEEBEECK, María Renard. Op. Cit.

No artigo “*El mito de la maternidad*”<sup>357</sup>, publicado no *Persona* da segunda etapa, também encontramos uma importante reflexão sobre a mitificação da maternidade ou o mito da maternidade. De acordo com o texto, este era “[...] *el obstáculo ideológico más importante que encontramos en el camino de nuestra liberación*”<sup>358</sup>. Continuava, afirmando que desde o nascimento as meninas e os meninos eram educados de forma distinta: as mulheres para serem esposas e mães; os homens para exercitarem suas capacidades com o objetivo de se realizarem através do trabalho. Com isso, desde pequenas era internalizado nas meninas-mulheres o sentimento da “maternagem”. De acordo com o texto, a teoria do instinto materno não resistiria a uma análise mais aprofundada. “*El amor a los niños es la culminación de un proceso psíquico llamado madurez y en muchos casos la maternidad biológica poco tiene que ver con la psíquica*”<sup>359</sup>. Ainda questionava por que nunca se falava em instinto paterno, mas apenas em instinto materno e utilizava Simone de Beauvoir para explicitar a diferença entre maternidade e criatividade com a conhecida frase “*Esa es la razón por la cual la humanidad ensalza al sexo que mata y no al sexo que engendra*”<sup>360</sup>. O artigo terminava com a citação de Beauvoir que afirmava: “*Es una paradoja criminal negar a una mujer toda actividad pública, proclamar su incapacidad en toda clase de actividades, y al mismo tiempo se le confiar la empresa más grave y delicada que existe: la formación de un ser humano*”<sup>361</sup>.

No Brasil, em *Nós Mulheres*, cujo enfoque principal eram as questões que envolviam mais especificamente as demandas relacionadas com a luta geral de classes, estavam bem presentes artigos que abordavam as mulheres operárias, as mulheres tecelãs e as dificuldades enfrentadas nessa dupla jornada de trabalho. Localizei poucos artigos que abordavam a questão dos métodos contraceptivos, mas no primeiro número do periódico o artigo “Controle de natalidade – ser ou não ser

---

<sup>357</sup> *Persona*. Sección Digamos la verdad. El mito de la maternidad. N. 6. Buenos Aires, s/d, p. 9-10.

<sup>358</sup> “[...] o obstáculo ideológico mais importante que encontramos no caminho da nossa liberação”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 9.

<sup>359</sup> “O amor aos meninos é o final de um processo psíquico chamado de maturidade e em muitos casos a maternidade biológica pouco tem a ver com a psíquica”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 10.

<sup>360</sup> “Essa é a razão pela qual a humanidade exalta ao sexo que mata e não ao sexo que engendra”. Tradução livre. *Idem*.

<sup>361</sup> “É um paradoxo criminal negar à mulher toda atividade pública, proclamar sua incapacidade em todas as atividades e, ao mesmo tempo, lhe confiar uma tarefa mais crucial e delicada que existe: a formação de um ser humano”. Tradução livre. *Idem*.

mãe” nos apresentava as demandas relacionadas ao direito de escolha e ao direito ao corpo, ou seja, a questão que há algum tempo é pensada como direitos reprodutivos<sup>362</sup>.

‘Não tenham mais de dois filhos’ dizem-nos na Índia. ‘Tenham muitos filhos’ diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlando-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós mulheres. À sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferirmos<sup>363</sup>.

Com esse enunciando as editoras do Nós Mulheres abriram o debate sobre uma das questões centrais a respeito do corpo das mulheres e do movimento feminista da Segunda Onda: o direito de escolha, isto é, a opção das mulheres de terem filhos ou não. Podemos dizer que há muito tempo elas já faziam essa escolha, das mais diversas formas, como vimos anteriormente, mas para isso era preciso certa “ousadia”. De qualquer forma, uma mulher sem filhos era mal vista no seu ambiente social. Era uma “figueira estéril” que até hoje, em alguns países, pode ser devolvida para a família se não der seus “frutos”. E quando uma mulher opta por não ter filhos, a cobrança, mesmo que sutil, permanece; e para muitas não é menor a cobrança pessoal.

Como dito anteriormente, reprodução e sexualidade estavam intrinsecamente ligadas. Os métodos contraceptivos quebraram essa dinâmica; desse momento em diante, a maioria das mulheres poderia optar e inclusive escolher o melhor momento para ter seus filhos, diante das novas oportunidades relacionadas à vida profissional. Uma falácia? É interessante perceber como algumas rupturas vão acontecendo, ao mesmo tempo em que a tarefa, ou melhor, a responsabilidade de evitar a gravidez continuava sob a responsabilidade das mulheres.

Anette Goldberg nos mostra que a “revolução sexual” e os reflexos do movimento da contracultura no Brasil podem ter facilitado o rompimento de algumas mulheres com o “modelo” vigente até aquele momento. Além disso, a autora relata que a pílula anticoncepcional pode

---

<sup>362</sup> Nós Mulheres. Controle de natalidade – ser ou não ser mãe. Ano 1. N. 1. São Paulo, 1976, p. 17.

<sup>363</sup> Idem.



ter sido a facilitadora para a formação de uma nova mentalidade, mas suas entrevistadas deixavam claro que primeiro era necessário encontrar uma médica “mais avançada e moderna” para depois encontrar coragem suficiente para entrar numa farmácia com a receita e comprar o medicamento<sup>364</sup>.

O artigo do Nós Mulheres, num tom bastante incisivo, abordava inicialmente a questão da expansão demográfica, salientando que o discurso de que havia miséria e pobreza porque a população do mundo não parava de crescer era infundado. Para fundamentar essa afirmação citava a Índia, onde as famílias com mais de dois filhos eram punidas com a cobrança de impostos. Havia uma política de incentivo à esterilização de homens e mulheres. Afirmava que dezessete milhões e meio de homens foram esterilizados em troca de rádios de pilha e guarda-chuvas. No entanto, até aquele momento a Índia continuava tão populosa e pobre como antes. Porém, nos países desenvolvidos o controle de natalidade aconteceria naturalmente, como resultado de um padrão de vida melhor, com uma melhor distribuição de renda, saneamento básico, educação, assistência médica. Portanto, com a melhoria no padrão de vida populacional, conseqüentemente teríamos uma diminuição da miséria<sup>365</sup>. Isso estava na base do pensamento socialista, bastante difundido entre as feministas de esquerda naquele momento.

No artigo de Nós Mulheres as autoras buscavam contemplar a questão populacional, tanto por um viés econômico e social, como sob uma perspectiva feminista, mas preponderava a preocupação com o econômico e o social com relação à maternidade. Com a questão do cuidado com as crianças, a necessidade de creches aparecia. “[...] para que ela possa optar por ter filhos, a mulher deve ter garantias quanto à manutenção de emprego e salário durante a gravidez”. Em outra reportagem<sup>366</sup>, ressaltavam a importância da estabilidade no emprego da mulher gestante, “[...] complementando a passagem do salário-maternidade para o INPS”, bem como a da ampliação da licença maternidade. Ainda não se falava em licença paternidade, mas mencionavam que na Suécia a licença-maternidade cabia ao casal.

---

<sup>364</sup> GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 22-23.

<sup>365</sup> Nós Mulheres. Controle de natalidade – ser ou não ser mãe. Ano 1. N. 1. São Paulo, 1976, p. 17.

<sup>366</sup> Nós Mulheres. Seção Nós Mulheres operárias. Bem cedo vai pro trabalho. Ano 1. N. 1. São Paulo, 1976, p. 11.

Apontavam ainda a necessidade de um método anticoncepcional que pudesse ser usado pelos homens, “afinal, não há nenhuma razão pela qual só nós, mulheres, devemos arcar com esse peso: a matéria prima para um anticoncepcional masculino já consta das pílulas que tomamos”<sup>367</sup>.

Continuavam destacando que mesmo que todas as condições necessárias para ter filhos e criá-los fossem atendidas, como creches, escolas, hospitais públicos que atendessem à gestante e a seu futuro bebê e com a garantia de manutenção do emprego, as mulheres poderiam optar por não ter filhos, “[...] já que sexo e procriação não andam necessariamente juntos”. Mas para isso “[...] todas as mulheres devem ter todas as informações sobre os métodos anticoncepcionais que existem”, para que pudessem fazer a melhor opção para cada caso. Só assim se poderia pensar em planejamento familiar<sup>368</sup>.

Podemos perceber que toda a questão que perpassava o artigo era a reclamação da falta de informação com relação aos métodos contraceptivos e da política de planejamento ou controle familiar, assim como das questões econômicas e sociais que envolviam a reprodução.

Uma das únicas referências mais diretamente relacionada ao corpo das mulheres e o uso dos métodos contraceptivos que encontramos no artigo dizia respeito aos perigos da utilização do DIU e das pílulas existentes à época. Alertavam ainda para a distribuição maciça e arbitrária de pílulas e do DIU no Nordeste do Brasil, realizadas pela BEMFAM, “[...] organização que se diz a serviço do planejamento familiar. [...] Só no ano passado [1975], ela atendeu 1.398.000 mulheres. Calcula-se que 3.000 mulheres foram esterilizadas na região da Transamazônica”<sup>369</sup>.

A BEMFAM será alvo de outro artigo na edição de número 6: “Pílulas para milhões”, de 1977, iniciava com uma citação do ex-presidente estadunidense Lindom Johnson<sup>370</sup>, pontuando exemplarmente a preocupação dos ditos “países desenvolvidos” com a ameaça populacional dos “países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos”. Joana Pedro nos conta que, a partir da Segunda Guerra Mundial, “[...] a

---

<sup>367</sup> Nós Mulheres. Controle de natalidade – ser ou não ser mãe. Ano 1. N. 1. São Paulo, 1976, p. 17.

<sup>368</sup> Idem.

<sup>369</sup> Idem.

<sup>370</sup> “Não se esqueçam, nós somos apenas 200 milhões (falando da população dos EUA) num mundo de 3 bilhões. Eles cobiçam o que nós temos – mas nós não vamos dar o que eles querem”. Lindom Johnson, ex-presidente dos EUA. Cf. Nós Mulheres. Ano 2. N. 6. São Paulo, 1977, p. 12.

ameaça de uma explosão demográfica entrou na pauta das políticas internacionais”<sup>371</sup>. E que essa “ameaça” levou a uma política de disseminação na divulgação e distribuição dos novos métodos contraceptivos. E a BEMFAM – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar – ocupou um papel muito importante no combate à possível explosão demográfica que tanto preocupava aos Estados Unidos.

No mesmo número 6 encontramos outros artigos que problematizavam questões relacionadas ao corpo, mais especificamente ao controle da reprodução que com o “advento” da pílula anticoncepcional – como um método contraceptivo mais “eficaz” – conseguia romper o binômio relação sexual (sexo) e reprodução. Claro que em números anteriores o periódico abordava a temática da sexualidade, mas nada muito forte, com algumas exceções, como o artigo que tratava da menstruação e de alguns tabus relacionados a esse período, quando teoricamente o sexo não seria permitido, de acordo com o senso comum<sup>372</sup>.

O texto afirmava que “[...] um dos preconceitos mais arraigados em nossa moral sexual é o que não se deve ter relações sexuais durante a menstruação”. Mas explicava que “[...] o período é aquele em que a mulher pode, com certa margem de segurança, ter relações sexuais com a certeza de não engravidar”. Certa margem de segurança e certeza de não engravidar são por si só contraditórias. Em seguida aparecia a suposição de que a proibição que acontecia nas primeiras tribos judaicas quanto às relações sexuais durante o período menstrual talvez viesse do fato de que nesse período a mulher não engravidava, o que consequentemente dificultaria a continuidade das tribos<sup>373</sup>.

O artigo destacava também o lugar ocupado pela BEMFAM no Brasil, que desde 1965 desenvolvia uma política de controle de natalidade e distribuía milhões de pílulas anticoncepcionais sem nenhuma orientação, mesmo não havendo por parte dessa organização uma política oficial de controle da natalidade<sup>374</sup>. Em seguida questionava o que estaria por trás dessa “benevolência” de países ricos financiarem tal política. Essa preocupação poderia advir de seguidores da teoria Malthusiana que preconizava que com o crescimento populacional exagerado haveria a falta de alimentos no mundo. Nós Mulheres não compartilhava dessa opinião. “Esta teoria, que muitos

---

<sup>371</sup> PEDRO, Joana Maria. A descriminalização do aborto... Op. Cit., p. 82.

<sup>372</sup> Nós Mulheres. Menstruação: vamos falar nela? Ano 2. N. 5. São Paulo, jun./jul. 1977, p. 4.

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> Idem.

defendem ainda hoje, não tem fundamento, pois se a população cresce, as possibilidades de alimentar um número maior de pessoas também cresceram”<sup>375</sup>.

Ainda na edição número 6, de 1977, era publicado o artigo “Como evitar a gravidez”, que começava dizendo que não era de hoje (1977) a preocupação em separar a sexualidade da procriação e que há mais de 2000 anos se usavam métodos para evitar filhos. Contudo, esses métodos – o coito interrompido e o preservativo ou camisa de Vênus, reservavam apenas aos homens a responsabilidade de evitar a gravidez indesejada. Com uma série de avanços essa responsabilidade foi transferida para as mulheres, que finalmente poderiam assumir o controle de seus corpos, sem se sujeitar às “irresponsabilidades de alguns homens”. O artigo fazia uma crítica às indústrias que produziam os métodos anticoncepcionais, que lucravam muito com sua comercialização e que não estariam interessadas em produzi-los para quem fossem eficientes, seguros e baratos, sem prejudicar a saúde de mulheres e homens. Em seguida explicava cada um dos métodos existentes, seus prós e contras: tabelinha (Ogino e Knaus), pílula, DIU (na época não era fabricado no Brasil), preservativo masculino, diafragma e injeções contraceptivas (ambos não fabricados no Brasil em 1977).

Mulherio, em sua edição de número 8, de 1982, trazia a manchete “Planejamento familiar – basta opor-se aos programas impostos pelo governo?”<sup>376</sup>. Na mesma edição, o artigo “Repensando nossas propostas”<sup>377</sup> mostrava que o movimento de mulheres não podia ignorar as questões que envolviam o planejamento ou controle familiar. De uma oposição pura e simples a qualquer tipo de planejamento, deveria admitir que o planejamento era necessário, dentro de outros moldes. As autoras ressaltavam que, com a atuação das feministas, os partidos de oposição começaram a dar a devida importância a um tema tão complexo<sup>378</sup>.

Carmen Barroso e Wanda Nestiehner haviam entrevistado para o artigo a demógrafa Elza Berquó, cassada em 1969, na época uma importante estudiosa da reprodução humana. A entrevistada apontava que uma das possíveis causas para a queda na taxa de fecundidade

---

<sup>375</sup> Nós Mulheres. Pílulas para milhões. Ano 2. N. 6. São Paulo, agosto/set. 1977, p. 12.

<sup>376</sup> Mulherio. Ano 2. N. 8. São Paulo, jul./ago. 1982, capa.

<sup>377</sup> BARROSO, Carmen e NESTIENHER, Wanda. Repensando nossas propostas. Mulherio.

Ano 2. N. 8. São Paulo, jul./ago. 1982, p. 14.

<sup>378</sup> Idem.

estaria relacionada a fatores como a utilização de anticoncepcionais, a idade ao se casar e as mudanças nos padrões de casamento, além de fatores estruturais. Segundo Berquó, isso denotava uma regulação da fecundidade, principalmente a marital, pois nela se encontrava a maior queda<sup>379</sup>.

A esterilização que ocorria em massa no Nordeste do Brasil era uma das questões que preocupavam a demógrafa, como meio anticoncepcional que ultrapassava o uso da pílula. Informava que das esterilizações feitas em Pernambuco, 651 foram praticadas de 1976 em diante, a maioria delas pelo INAMPS. “O Nordeste é um exemplo claríssimo de que o planejamento familiar está sendo desenvolvido de forma massificada”, sendo essa uma das formas mais autoritárias do controle da natalidade já presenciadas. A esterilização feminina não estava ocorrendo apenas no Brasil. E questionava se seria simples reverter uma laqueadura como teria sido realizá-la. Afirmava que essa crítica à esterilização em massa não indicava um posicionamento contra o planejamento familiar, mas que ele deveria ser conduzido de forma adequada<sup>380</sup>.

Entrando por um viés de classe, as entrevistadoras salientavam que para as mulheres de classe média o acesso aos métodos contraceptivos nunca foi negado, mas mesmo assim elas não estavam satisfeitas com o que lhes era ofertado. Questionavam de que modo o dinheiro destinado às pesquisas era gasto e afirmavam que “[...] feministas de vários países estão se articulando para uma atuação política ao nível da definição das prioridades de pesquisa”<sup>381</sup>. Destacavam que no ano de 1976, para dar um exemplo, dos 70 milhões de dólares gastos em pesquisas contraceptivas, fora do âmbito farmacêutico, somente 50 mil foram gastos nos métodos de barreira: diafragma e camisinha. Pontuavam que esses métodos mais seguros e mais baratos não trariam lucros para as multinacionais do ramo.

Berquó afirmava que as pesquisas realizadas com as pílulas anticoncepcionais para diminuir os efeitos colaterais e sua periodicidade estavam estagnadas e que as pessoas naquele momento (em nível internacional) preferiam métodos mais definitivos; os mais simples, como o preservativo, tinham voltado ao uso em países como o Japão,

---

<sup>379</sup> Idem.

<sup>380</sup> Idem.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 15.

mas em geral mulheres e homens queriam certo “modernismo” e dispensavam a simplicidade dos antigos métodos<sup>382</sup>.

A mim me parece que esta liberação feminina com seu corpo, com sexo, na utilização de anticoncepcionais, etc., tem também como consequência imediata que o homem nunca esteve tão liberado. Foram tiradas das suas costas todas as responsabilidades. A mulher faz aborto, a mulher toma a pílula, a mulher põe o DIU, se esteriliza, a mulher amamenta, a mulher tudo<sup>383</sup>.

A autora falava ainda sobre a questão ao aleitamento materno, que ela percebia como mais uma exploração da mulher, já que isso também era sua responsabilidade. Porque mamadeiras os homens poderiam aquecer, enquanto que amamentar caberia apenas às mulheres. Novamente entramos no viés de classe. Berquó destacava que uma campanha do aleitamento materno no Brasil relacionava esse ato com a economia, por diminuir a importação de leite. Segundo a autora, ganhava o Brasil, enquanto que as mulheres pobres ganhavam mais um ônus, pois mesmo desnutridas, seu leite era bom. E as mães pobres, como ficavam? Pois as mães de classe alta não amamentavam, compravam o seu leite em pó. “[...] os anticorpos que o filho precisa ter, você resolve tudo de outro jeito. E, se tiver algum problema por não ficar pertinho de você põe no psicanalista”<sup>384</sup>.

Quanto ao planejamento familiar propriamente dito, a demógrafa afirmava que cabia às pessoas que trabalhavam na área preparar os documentos para uma possível orientação do Ministério da Saúde “[...] naquilo que deve ser feito no Brasil dentro dos serviços de proteção materno-infantil, prevendo acompanhamento e tudo o mais”<sup>385</sup>. E que isso seria impraticável sem a presença e a participação das mulheres e dos organismos ligados a elas<sup>386</sup>. “Estou convencida de que as mulheres estão bastante conscientes de que existe o planejamento familiar, que ele deve ser acessível independentemente da faixa de renda, de educação, etc., etc.”<sup>387</sup>, mas fazendo parte de um projeto

---

<sup>382</sup> BARROSO, Carmen e NESTIENHER, Wanda. Repensando nossas propostas. Mulherio. Ano 2. N. 8. São Paulo, jul./ago. 1982, p. 15.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Idem.

<sup>387</sup> Ibidem, p. 16.

maior, de acompanhamento da saúde e das peculiaridades de cada mulher em relação a uso e métodos. Finalizava afirmando que “[...] visto do ângulo da saúde, o planejamento familiar não é prioritário, mas visto do ângulo da mulher é tão prioritário quanto qualquer coisa.” E nesta área faltavam pesquisas sobre a sexualidade que estivessem atreladas a um programa de planejamento familiar<sup>388</sup>.

Tive acesso a estudos mais recentes da demógrafa Elza Berquó em que ela aponta uma queda na taxa de fecundidade na década de 1970, mostrada pelo censo de 1980. Para Berquó, essa queda era global e girava em torno de 24%, um número considerado muito alto. O estudo de Berquó e Cavenaghi afirma que a transição da fecundidade no Brasil teve início na década de 1960. “As taxas sofreram redução de 24.1% entre 1970 e 1980, de 38.6% na década seguinte e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000”<sup>389</sup>. Os motivos para a baixa taxa de fecundidade nos anos sessenta foram vários, como respondeu Berquó à Folha de São Paulo.

Antigamente, as famílias tinham muitos filhos porque sabiam que, com a alta taxa de mortalidade infantil, pelo menos a metade iria morrer. E precisavam que uma parte sobrevivesse para sustentar a família na velhice. Com a Previdência Social, o governo assume esse papel. Outro fator é a questão do crédito direto ao consumidor, que também é da década de 70. Isso significa que as pessoas passaram a ter aspirações de consumo e a pensar um pouco mais se vão ter três filhos e comprar alguma coisa, ou se vão ter dois. Além disso, as mulheres passaram a ficar muito mais expostas ao setor da saúde e começaram a receber informações sobre as pílulas, laqueadura etc. O quarto fator fundamental foi a verdadeira revolução das telecomunicações no Brasil. Isso tudo acontece de 70 para a frente. No momento em que os sinais de TV alcançam os rincões mais afastados, você

---

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>389</sup> BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. In: *Novos Estudos*, N. 74, março de 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf](http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf). Acesso em 16.05.2009.

veicula valores. Nas telenovelas, por exemplo, as famílias são sempre pequenas<sup>390</sup>.

Esse tipo de análise merece ainda mais atenção se colocada ao lado da opinião que muitas feministas tinham sobre o posicionamento da esquerda diante do assunto. Ruth Cardoso e Tereza Caldeira no artigo “Esquerda repete velhos chavões”, veiculado no Mulherio em 1982, realizavam uma interessante crítica a essas posições com relação à taxa de fecundidade e ao controle familiar, que permaneciam os mesmos, enquanto inúmeras mudanças e rupturas sacudiram as estruturas familiares naqueles anos de “revoluções”. “O desejo ao prazer e a controlar o próprio corpo é hoje reconhecido, (será?) e quase todos – homens e mulheres – aceitam que a reprodução deve ser um ato responsável”<sup>391</sup>. A reprodução já aparecia dissociada do prazer e da sexualidade.

Segundo as autoras, a “esquerda” ainda bradava que o Estado e as instituições estadunidenses queriam resolver a pobreza do mundo diminuindo a fecundidade. Então a “essência” das políticas de controle da natalidade estaria inserida nessa relação fecundidade versus pobreza. E seguindo essa linha de raciocínio, ser natalista era ser anti-imperialista, mesmo tendo conhecimento de que as razões do subdesenvolvimento seriam de outra ordem e que o controle da fecundidade não seria capaz de resolvê-las<sup>392</sup>.

As autoras mostravam que, quando a questão era a reprodução, entrava-se em um campo sensível, onde o que estava em jogo era a preservação de um velho padrão de família, pois o planejamento familiar era da alçada exclusiva dos cônjuges, e havia um senso comum referente a esse tema. “[...] grupos com uma visão política radical e estatizante se juntam a nacionalistas-conservadores para defender a liberdade das famílias”. E quanto às mães solteiras e às relações extraconjugais, não eram consideradas para se pensar a fecundidade feminina. Parafraseando Michel Foucault, as autoras afirmavam que “Só no quarto do casal são autorizadas as relações sexuais”.

Em nome de um Estado que não existe mais, as oposições preservam um padrão que associa sexo

---

<sup>390</sup> Entrevista de Elza Berquó à Folha de São Paulo. Disponível em:

[www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439](http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439). Acessado em 15.05.2009.

<sup>391</sup> CARDOSO, Ruth e CALDEIRA, Tereza. A esquerda repete velhos chavões. Mulherio. Ano 2, N. 8. São Paulo, jul./ago. 1982, p. 18.

<sup>392</sup> Idem.



a casamento. O mais grave é que, ao fazerem isso, defendem, na prática, uma desigualdade social, já que as mulheres ricas não têm problemas para controlar sua fecundidade<sup>393</sup>.

E assim seguiam os debates que pudemos encontrar sobre o tema em Mulherio, um jornal que alternava discrição e ousadia ao abordar temas como o aborto em seus artigos, como podemos observar com a tabela em anexo no final deste trabalho. Partindo disso, é possível inferir que essa forma de publicização ou visibilidade de uma temática tão nevrálgica e polêmica pode ser explicada em função de todo o contexto em que a publicação estava inserida.

Quanto a Nós Mulheres, excetuando os artigos analisados anteriormente, não fica clara uma tomada de posição em relação a essas temáticas. Isso advém principalmente das relações com alguns setores da Igreja Católica, com objetivo de conquistar espaços para outras possíveis conquistas, como a redemocratização do país.

O periódico argentino Persona (da primeira e da terceira etapa) se aproxima de Mulherio em sua forma de abordar as temáticas relacionadas ao corpo. Em dado momento dá visibilidade a elas, como no artigo de Illich que analisamos, mas depois os temas aborto e contracepção passaram a atravessar outros assuntos, perdendo centralidade.

Vejamos agora, no próximo capítulo, o que os periódicos tinham a dizer sobre sexualidade.

---

<sup>393</sup> Idem.

### 3 A SEXUALIDADE IMPRESSA

Mas eu quero que fique claro: para mim, a revolução mais importante da história humana nos últimos séculos, é a revolução da mulher. A mulher assumir o seu corpo, o orgasmo, é de uma importância enorme. A revolução da pílula deu à mulher a atitude responsável. O homem dava uma transadinha, uma trepadinha e ia embora tranquilo. A mulher tinha que se guardar, se ela deixasse enxertar, tinha que fazer um aborto, não tinha dinheiro e logo o sujeito a deixava sozinha. Portanto, a pílula deu uma liberdade de transar enorme para a mulher.

*Darcy Ribeiro*<sup>394</sup>

No capítulo anterior, abordamos a temática do corpo associado à reprodução; neste capítulo analiso as questões do corpo ligado à sexualidade, problematizando a maneira que elas eram tratadas pelos periódicos pesquisados.

Meses atrás ouvi um comentário dentro do ônibus que costumo usar para chegar ao campus universitário e me reporto a ele neste momento, pois acredito que indiretamente remete à “*querelle des femmes*” ou “guerra dos sexos”: “No começo elas eram só cobradoras, agora já são motoristas, afinal, elas são iguais aos homens e têm os mesmos direitos”. O tom usado para o “afinal” me soou estranho, como se a pessoa quisesse dizer: “Não tem mais jeito, elas estão aí ocupando o nosso lugar”.

E se estendermos esses direitos a áreas como a sexualidade, poderíamos fazer uma ilação e imaginar qual teria sido a reação desses homens ao comentário de Darcy Ribeiro citado acima, publicado em Mulherio na década de oitenta. Entendo que nem todas as mulheres quiseram ou puderam usufruir dos novos “direitos adquiridos”, como nem todos os homens devem ter reagido da mesma maneira a essa “nova

---

<sup>394</sup> RIBEIRO, Darcy apud PADILHA, Solange. Queremos assumir a pobreza, a morenitude, a feminilidade. Mulherio. Ano 3. N. 13. São Paulo, maio/jun. 1983, p. 14-15.

mulher”<sup>395</sup>. Mas podemos levantar algumas conjecturas sobre como foi essa reação. É como se por algum “direito natural adquirido” ou “decreto divino” algumas prerrogativas tivessem sido reservadas apenas às pessoas do sexo masculino, como o direito ao prazer, ao orgasmo e ao desejo.

Tendo contato com os escritos de Foucault e com leituras acerca do movimento feminista<sup>396</sup>, vislumbrei uma oportunidade de pesquisar e refletir sobre como a sexualidade era abordada pelas militantes feministas em seus escritos e, se era abordada, de que forma traziam a público essas questões. Então, partindo destas considerações iniciais, analiso como os discursos das autoras feministas estudadas refletiam esse construir de identidades e de que maneira foi sendo desconstruída a “ideia” da superioridade masculina, principalmente no que concerne à questão do direito ao prazer.

A escrita sobre a sexualidade esteve por muito tempo restrita aos saberes masculinos em relação ao comportamento sexual das mulheres. Corpos dóceis, corpos disciplinados, uma nova forma de alienação. Para Michel Foucault, a nossa sociedade ocidental é caracterizada por viver uma *scientia sexualis*<sup>397</sup>, enquanto a oriental vive uma *ars erótica*. Mas como falar em silêncio sobre a sexualidade se, de acordo com Foucault, nenhuma outra sociedade produziu tanto em matéria de sexo? É um interessante desafio a ser enfrentado.

Foucault nos mostra que em meados do século XVIII “[...] nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma

---

<sup>395</sup> No meu Trabalho de Conclusão de Curso, analisei sucintamente como foi pensada nos anos 1980 a questão da “nova mulher”. Cf. ATHAYDE, Maria Cristina de O. Prazer em conhecer: Feminismo e sexualidade nas obras de Marta Suplicy. Departamento de História da UFSC – TCC. Florianópolis, 2006.

Anette Goldberg, na sua dissertação, dedica espaço ao tema “a mulher ‘Nova’ e as ‘novas mulheres’” dos anos setenta. Cf. GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

<sup>396</sup> Michele Perrot, em seu artigo “Michel Foucault e a história das mulheres”, nos mostra não só a ausência e a presença das mulheres em sua obra, mas também a seriedade com que ele encarava o Movimento de Liberação das Mulheres, que ocorreu na França nos anos 1970. In: SCAVONE, Lucila., ALVAREZ, Marcos C. e MISKOLCI, Richard (Orgs.). O legado de Foucault. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

<sup>397</sup> Segundo Foucault, *scientia sexualis* são os procedimentos que se ordenam quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão para dizer a verdade do sexo; enquanto que na *ars erótica* “[...] a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido enquanto experiência”. Cf. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber, p. 57-58.

de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais”<sup>398</sup>. As práticas sexuais até o final do século XVIII eram regidas por três grandes códigos explícitos: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Estas fixavam a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Os praticantes de uma sexualidade regular – o casal legítimo – teriam direito a uma maior discricção, mesmo que estivessem sob uma norma mais rigorosa, porém mais silenciosa. Os objetos de interrogatório são a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos que amam os seus iguais, enfim as sexualidades periféricas<sup>399</sup>.

A análise dos periódicos pesquisados aponta para a invisibilidade das sexualidades periféricas. Nas páginas desses jornais, pouco ou nenhum espaço lhes era reservado. Mas vamos trazer uma parte das discussões de outros(as) autores(as).

Roselane Neckel dedica parte de sua tese de doutoramento<sup>400</sup> a analisar “os discursos de Reich”, bem como a encontrar evidências da utilização das suas proposições nas revistas femininas no Brasil na década de 1970. Afirma que o nome de Wilhelm Reich raramente aparecia nas revistas de comportamento, mas “[...] suas análises foram mostradas nas páginas dessas revistas através de considerações em torno da liberdade sexual das mulheres, da virgindade e do papel da sexualidade como essencial para a ‘felicidade dos indivíduos’”<sup>401</sup>. Neckel nos mostra que a “revolução sexual” que era expressa nos artigos daqueles anos estava relacionada às “[...] mudanças nos comportamentos sexuais nos limites do casamento e da família”<sup>402</sup>. Isso corrobora com o que afirma Foucault sobre a sexualidade: “[...] quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações”<sup>403</sup>.

No livro Um ensaio sobre a revolução sexual: após Reich e Kinsey, Daniel Guerin realiza uma releitura das obras de Reich e Kinsey, detendo-se mais neste último. Em relação a Reich, comenta que a obra do psicanalista “[...] era lida avidamente pela juventude escolar e estudantil, antes e depois de 1968. [...] A batalha contra a segregação dos sexos na residência universitária de Nanterre deu-se sob a bandeira

---

<sup>398</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>400</sup> NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de Doutorado em História. PUC: São Paulo, 2004.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 151-152.

<sup>402</sup> Idem.

<sup>403</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 138-139.

de Wilhelm Reich”<sup>404</sup>. O autor pontua que Reich seria o herdeiro mais direto de Freud em sua primeira fase – do Freud “revolucionário”. Contudo, o discípulo se ressentiu com o mestre e dele se afastou. Reich entendia que alguns discípulos de Freud, Adler e Jung, teriam “dessexualizado” a psicanálise, tendo sacrificado a teoria da libido ou diluindo-a, como fez o próprio Freud, que teria cedido às pressões da burguesia. “Castrada, privada de seu conteúdo sexual, transformada em uma concha vazia, a psicanálise, aos olhos de Reich, ‘sofreu o mesmo destino que o marxismo nas mãos dos socialistas reformistas’ e da reação stalinista”<sup>405</sup>.

Guerin nos conta que o psicanalista austríaco recebeu uma dupla formação, freudiana e marxista, e que Reich se situaria “[...] na intersecção de duas grandes disciplinas das quais procurou fazer uma síntese”, que o teria afastado do marxismo ortodoxo, bem como da psicanálise ortodoxa. “Tornou-se um combatente solitário e foi desautorizado pelas duas igrejas”<sup>406</sup>.

Após essa breve exposição, que mostra o caldo cultural, político e social de um contexto mais amplo, podemos refletir um pouco sobre como essas questões estavam sendo trazidas para as(os) leitoras(es) dos periódicos analisados. Lembro que diversas autoras, como Germaine Greer e Kate Millet, entre outras, publicaram obras fundantes para o movimento feminista da Segunda Onda, inserindo nelas parte das discussões sobre a temática da sexualidade dentro do movimento. Contudo, devemos lembrar que no Brasil, conforme ressalta Anette Goldberg, tivemos um tempo próprio para o feminismo<sup>407</sup>, como já foi dito anteriormente. Certamente a psicanálise deixou suas marcas nesse

---

<sup>404</sup> GUERIN, Daniel. Um ensaio sobre a revolução sexual: após Reich e Kinsey. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 14.

<sup>405</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>407</sup> Anette Goldberg pontua que “[...] os movimentos de mulheres surgidos no final dos anos 60 nos EUA e em vários países europeus haviam-se centrado nas lutas contra a opressão das mulheres *enquanto sexo*, contra todas as manifestações do poder patriarcal na esfera da sexualidade, buscando redefinir as instâncias do ‘privado’ e do ‘político’ na vida cotidiana, partindo desta para questionar o binômio dominação/submissão em todas as esferas de relacionamento mantidas pelos seres humanos. Baseado na ideia de que ‘o pessoal é político’, e de que a família é um espaço político de manutenção e reprodução desse binômio, o feminismo na França e na Itália definiu como eixos prioritários a luta pela livre disposição do corpo por parte das mulheres (controle das funções reprodutoras e liberação do aborto) e a denúncia das violências praticadas contra as mulheres em todas as instâncias que compõem a sociedade, a começar pela família”. Cf. GOLDBERG, Anette. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel (Org.), O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 54-55.

ressurgir do movimento feminista, como abordarei brevemente no decorrer da exposição.

E refletindo sobre essa problemática em relação aos movimentos feministas brasileiro e argentino, analiso neste capítulo se houve uma divulgação de discursos relacionados à sexualidade nos periódicos feministas – os veículos de “propaganda” desses movimentos, por meio de suas militantes.

### 3.1 Sexo e pecado

Diferentemente do periódico argentino *Persona* das primeira e segunda etapas, onde não localizei qualquer artigo que trouxesse em seu título as palavras sexualidade, sexo, orgasmo e prazer (refiro-me às edições às quais tive acesso), *Nós Mulheres*, no número 6 de 1977 trazia o artigo “Sexo: pecado para as mulheres”. Nele, as editoras colocavam a questão do corpo como apenas um atrativo e lembravam: “[...] queremos agradar aos homens para encontrar um que nos ame e a quem amemos. Daí, nos casaremos, teremos muitos filhos e seremos muito felizes, como nas histórias de fadas”. Não podemos deixar de destacar a clara ironia presente nesta fala. Entretanto, esse era apenas o mote para o periódico abordar a questão da sexualidade, dos métodos contraceptivos e da apropriação do corpo das mulheres<sup>408</sup>.

A questão inicial que abria o artigo retratava a preocupação com um físico em forma e saudável. Em seguida encontramos um interessante posicionamento, que afirmava que a vida sexual das mulheres não poderia ficar resumida tão somente a “agradar ao marido e procriar”. E que a

[...] sexualidade é muito mais que isso: é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimentos e de ampliação da afetividade. Infelizmente, porém, nem todas as mulheres conseguem usufruir de seu corpo pois são, muitas vezes, usadas de forma brutal como objeto sexual do marido, ou então tratadas como meras máquinas de parir filhos<sup>409</sup>.

---

<sup>408</sup> *Nós Mulheres*. Sexo: pecado para as mulheres. Ano 2. N. 6. São Paulo, 1977, p. 13.

<sup>409</sup> Idem.

No mesmo artigo afirmavam que, a partir do momento em que as mulheres puderam dominar seus corpos, “[...] pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina”<sup>410</sup>. Ressaltavam que desse modo ficava mais fácil escolher “[...] se desejam ou não ter filhos e, desta maneira amar sem o temor da gravidez indesejada”<sup>411</sup>. A palavra “amar” soa um tanto quanto deslocada no sentido geral da frase, uma discrição num artigo tão contundente? Ou simplesmente um vocábulo da época que podia ser traduzido como relação sexual? Talvez na parte final do artigo consigamos mais subsídios para compreender o que queriam expressar com a palavra “amor”; nela destacavam que outros passos importantes precisavam ser dados.

[...] é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres<sup>412</sup>.

No artigo citado percebemos o que a equipe que compunha o corpo editorial do periódico Nós Mulheres entendia como sexualidade. Este modo de compreensão se aproxima daquilo que o sociólogo Anthony Giddens apresenta em seu livro A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. O autor nos dá uma primeira noção do que é para ele sexualidade, utilizando-se de um conceito moderno, no momento em que a sexualidade já está desvinculada da reprodução: “A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, [...] liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina”<sup>413</sup>.

Ressalto que essa desvinculação é uma característica mais acentuada na sociedade ocidental, onde os métodos contraceptivos contemporâneos estiveram, desde o começo, mais acessíveis a um número maior de mulheres e homens, assim como as novas tecnologias reprodutivas.

---

<sup>410</sup> Idem.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> Idem.

<sup>413</sup> GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 10.

Desde muito tempo sexualidade e reprodução estiveram imbricadas. Entendamos aqui reprodução e sexualidade femininas. Inicialmente, a sexualidade era vista como ligada apenas à relação sexual, mas hoje podemos pensar sexualidade como uma dimensão fundamental do ser humano, que implica sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo, afeto, amor e reprodução. Experimenta-se e expressa-se em pensamentos, fantasias, desejos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos<sup>414</sup>.

Muitas rupturas vão acontecendo no decorrer do século XX em relação à sexualidade. Freud, em 1905, comunicou um “descolamento de perspectiva”<sup>415</sup> no qual a satisfação era a função primeira da sexualidade, mas ainda como norma permanecia a satisfação obtida através da relação heterossexual-genital. Ele não transcendeu a normalidade heterossexual e reprodutiva, mas introduziu ao palco dos debates o prazer, a satisfação.

Mariska Ribeiro, em seu artigo “Direitos reprodutivos e políticas descartáveis”, de 1993<sup>416</sup>, nos conta que “Os direitos de reprodução têm sido a reivindicação primeira e mais significativa do movimento de mulheres no mundo inteiro”. Bem como os direitos reprodutivos “Constituem os direitos que as mulheres têm – ou deveriam ter – de viver a sexualidade a partir de seus desejos, desvinculando-a ou não da maternidade”. E incluíram, em sua conceituação, a “[...] responsabilidade do homem nas consequências da vida sexual, responsabilidade essa tradicionalmente delegada às mulheres”. Além disso, políticas públicas como “[...] instrumentos capazes de ampará-las para que suas escolhas possam ser conscientes, dentro de um contexto que lhes facilite a tomada de decisões”<sup>417</sup>. O que a feminista Mariska Ribeiro expõe em seu artigo de 1993 está próximo dos anseios trazidos pelo Nós Mulheres com o artigo em questão.

Esse é um dos textos em que constatei um posicionamento mais contundente em relação à utilização dos corpos das mulheres como objeto de desejo, mesmo que a escrita estivesse imbuída de certa aura de vitimização. Outra questão importante tocada no artigo é a do prazer sexual das mulheres, bem como a expressão do desejo, que já tinha sido

---

<sup>414</sup> Disponível em [www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005\\_cap4\\_salud.pdf](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005_cap4_salud.pdf), p. 241. Acessado em 20.08.2006.

<sup>415</sup> GIAMI, Alain. Palestra: Cem anos de heterossexualidade. Florianópolis: UFSC, 13.04.2006.

<sup>416</sup> RIBEIRO, Mariska. Direitos reprodutivos e políticas descartáveis. Estudos Feministas. Ano 1. N. 2. Rio de Janeiro: CIEC Escola de Comunicação UFRJ, 1993, p. 400-407.

<sup>417</sup> Idem, p. 400.



abordada na crônica “Lindonéia ou o peso da vida”, veiculada na primeira edição do periódico brasileiro, e que veremos mais à frente.

Um pouco antes disso, na Argentina, questões relacionadas ao prazer, ao desejo e ao sexo, entre outras, praticamente não eram tratadas no *Persona* de 1974 a 1976. Encontramos pouquíssimas referências a esses assuntos. Algumas vezes a palavra sexo aparecia, mas como categoria de análise, ligada ao sexismo.

O sexismo era definido no editorial do primeiro número do *Persona*, em 1974: “*El sexismo es el sistema por el cual se distribuyen tareas – y roles – en función del sexo*”<sup>418</sup>. Acrescentavam que essa prática levava a classificações como o “feminino passivo” e o “masculino ativo”, entre outras; e que fixar linhas demarcatórias entre os sexos é o mesmo que ignorar “[...] *la amplitud y movilidad de la vida humana y reducirla a una limitadísima visión maniquea*”<sup>419</sup>. Apenas com a igualdade de possibilidades para ambos os sexos desde o nascimento se poderia derrubar as arbitrariedades impostas pelo sexismo<sup>420</sup>.

*Igualdad de posibilidades que incluya educación no tendenciosa para mujeres y varones, expectativas similares para ambos y apertura para el ingreso de mujeres en los dominios creativos, legales, profesionales, etc. y viceversa. Que los límites de acción estén diseñados por la capacidad de cada uno como individuo y no por los que su sexo parece imponerles*<sup>421</sup>.

Esse tipo de pensamento polarizado refletiu como por muito tempo se elaborou estruturas mentais e físicas que determinaram os lugares ocupados por mulheres e homens na sociedade. Vários estudos nos mostram como se hierarquizavam os “sexos” e como, mesmo entre os “iguais”, se estabelecia essa diferenciação.

---

<sup>418</sup> “O sexismo é o sistema pelo qual se distribuem as tarefas e os papéis em função do sexo”. Tradução livre. *Persona*. Editorial. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p.4.

<sup>419</sup> “[...] a amplitude e mobilidade da vida humana e reduzi-la a uma estreita visão maniqueísta”. Tradução livre. *Idem*.

<sup>420</sup> *Persona*. Editorial. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p. 4.

<sup>421</sup> “Igualdade de possibilidades que inclua educação não tendenciosa para mulheres e homens, expectativas similares para ambos os sexos e abertura para o ingresso das mulheres nos domínios criativos, legais, profissionais, etc. e vice-versa. Que os limites de ação estejam desenhados pela capacidade de cada um como indivíduo e não pelo o que seu sexo pareça impor”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 5.

No Nós Mulheres, localizei artigos que abordavam a questão da divisão de sexos<sup>422</sup>, ou seja, que criticavam a estrutura da sociedade que definia como se deveria educar as meninas e os meninos. Eles deveriam ser educados para ser os futuros provedores; enquanto elas seriam ensinadas ou construídas nos moldes da submissão e docilidade para assumir o papel de futuras mães. Um dos artigos que abordava essa temática era “Menino pode, menina não”<sup>423</sup> publicado na edição número 5 de 1977.

Na primeira edição do Persona o texto “*La Cultura Sexista*”, da feminista radical Kate Millet, abordava a dominação masculina e como as relações entre homens e mulheres deveriam ser pensadas pelo viés político, assim como eram pensadas as relações entre brancos e negros. Dizia que a revolução cultural que estava acontecendo poderia definir novas formas de relação entre os sexos e que elas, assim como a revolução, deveriam começar com amor<sup>424</sup>.

Para Millet, o sexo era assim pensado: “*El sexo es cómico, es sucio, y es algo que tienen las mujeres. Los varones no son seres sexuales, son Personas, son la humanidad*”<sup>425</sup>. A autora abordava a questão do homem dominado pela mulher, que segundo ela “[...] *no es solamente un mito, sino que es un mito político eficaz, mito inventado o difundido para servir a la finalidad política de una racionalización o un ablandamiento y en parte una negación del poder*”<sup>426</sup>. Portanto a autora negava a possibilidade da existência de uma sociedade matriarcal, anterior ao estabelecimento do patriarcado.

Falar ou escrever sobre sexualidade armava os ouvidos dos confesores. Era uma questão tão delicada, considerada de foro íntimo, que na primeira e na segunda etapa do argentino Persona, as palavras relacionadas ao tema como prazer, orgasmo, sexo estavam quase ausentes. Tendo em mente essas mudanças, podemos analisar como essas transformações nas relações familiares e nas relações interpessoais foram abordadas (se é que foram) nas páginas dos periódicos feministas.

---

<sup>422</sup> Nós Mulheres. Isto é coisa de menina” – meninas jogando futebol ... por que não? Ano 2. N. 6. São Paulo, 1977, p. 7.

<sup>423</sup> Nós Mulheres. Menino pode, menina não. Ano 2. N. 5. São Paulo, 1977, p. 5.

<sup>424</sup> MILLET, Kate. La cultura sexista. Persona, Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p. 14-17.

<sup>425</sup> “O sexo é cômico, é sujo e é algo que somente as mulheres têm. Os homens não são seres sexuais, são Pessoas, são a humanidade”. Idem.

<sup>426</sup> “[...] não é somente um mito, mas sim um mito político eficaz, inventado ou difundido com um fim político para uma racionalização ou um abrandamento, visando uma negação do poder”. Idem (grifo da autora).

Anthony Giddens pontua as transformações que modificaram a noção que se tinha de “intimidade”. O privado, de vários modos tornou-se público e as questões que anteriormente eram debatidas apenas em divãs de psicanalistas ou nos confessionários passaram a ser tocadas também nas páginas dos jornais e em alguns programas de televisão. Mas como a sexualidade passou da sombra à luz de estudos e das manchetes dos periódicos?

Jornais brasileiros traziam notas ou artigos que abordavam a temática. Podemos citar o Jornal do Brasil, a revista Claudia e a revista Realidade. Com relação aos periódicos da Argentina, algumas poucas pesquisas abordam as questões da sexualidade e do erotismo na grande imprensa<sup>427</sup>.

A feminista brasileira Mariska Ribeiro aponta que

[...] a partir dos anos de 1960, a sexualidade feminina, com tudo que contém de específico, tornou-se ‘visível e audível’ em todo mundo pela voz do movimento das mulheres, em cujo contexto o reconhecimento do corpo como instrumento de prazer cunhou o slogan “nosso corpo nos pertence”<sup>428</sup>.

Como continuidade dessa observação, Maria Andréa Loyola pontua que a sexualidade passou a ser estudada por antropólogos, em sua opinião, os primeiros a se interessarem pelo tema em seus estudos de campo. Ela estaria nas bases da formação da sociedade.

Em primeiro lugar, os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental dentre todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido e

---

<sup>427</sup> Rose Marie Muraro. O sexo, a inconsciência que ilumina. Jornal do Brasil. Ano 4. N. 75. Rio de Janeiro, 10.05.1975, p. 8; AMARAL, Zózimo Barrozo do. A greve do Sexo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17.10.1975, p. 3; DIAS, Ivan Morão. Amar Melhor. Claudia. São Paulo, fevereiro de 1979, p. 218-219; Claudia. O sexo bem explorado. N. 217. São Paulo, outubro de 1979, p. 27. Acervo: Museu de Comunicação, Porto Alegre, RS.

<sup>428</sup> RIBEIRO, Mariska. Op. Cit., p. 401.

permitido, do modo com que, pelo bias da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social<sup>429</sup>.

Voltando ao periódico argentino, encontramos outra referência à sexualidade no editorial da sua segunda edição de 1974. “*Otra pauta cultural es la amplitud de la represión – o no – de la sexualidad*”<sup>430</sup>. Uma referência a Foucault? Possivelmente.

Na mesma edição, temos a seguinte pergunta: “¿*Por qué?*” Ao lado dela aparece a imagem de uma mulher com a cabeça voltada para o chão, denotando sua submissão. A chamada destacava os efeitos que a transformação da mulher “*en puro objeto erótico*” estava acarretando. E apontava a ideologia machista como a responsável pelo confinamento do papel feminino que culminava na maternidade e que a destruição da mulher como ser humano trazia seus efeitos:

- a) *desajuste, perturbaciones mentales y enfermedades provocadas por esta situación;*
- b) *paralización y deterioro de las facultades creadoras, posibilitando regresiones mentales y afectivas serias, quedando marginadas del proceso evolutivo ascendente de la especie humana;*
- c) *desequilibrante carencia para la sociedad y la cultura, que se ha visto privada del pensar, sentir y obrar de la mitad de la humanidad*<sup>431</sup>.

O quadro acima descrito é perturbador, mas eficiente no sentido de abalar as estruturas mentais das(os) leitoras(es).

Ainda tendo como enfoque a “mulher”, enquanto objeto erótico, encontramos no artigo “*El machismo en la calle – o una agresión cotidiana*”<sup>432</sup>, publicado na mesma edição de número 2, um relato de

---

<sup>429</sup> LOYOLA, Maria A. Op. Cit., p. 18-19.

<sup>430</sup> “Outra pauta cultural é a amplitude da repressão ou não da sexualidade”. Tradução livre. Persona. Editorial. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 4.

<sup>431</sup> “a) desajuste, perturbações mentais e enfermidades provocadas por esta situação; b) paralização e deteriorização das facultades criativas, possibilitando regressões mentais e afetivas sérias, ficando à margem do processo evolutivo ascendente da espécie humana; c) importante carência para a sociedade e para a cultura que se vê privada do pensar, sentir e do fazer da metade da humanidade”. Tradução livre. Persona. Editorial. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 19.

<sup>432</sup> HILDA. El machismo en la calle – o una agresión cotidiana. Persona. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 54-55.

como as mulheres eram abordadas e tratadas nas ruas. Destacava que as mulheres, mesmo em companhia de outras, eram questionadas com a “[...] famosa pergunta: ‘¿solas? con todas sus variantes (‘¿que hacen por aquí unas chicas tan monas SOLAS?’ , etc.)”<sup>433</sup>. Esse comportamento refletia uma mentalidade machista, de acordo com o artigo, que afirmava que para uma mulher não estar sozinha ela precisaria estar acompanhada por “un varón”. No final, aparece a relação desse tipo de conduta de sedução masculina com a agressividade em relação às mulheres: “[...] porque nos cosifica, nos convierte en un OBJETO. [...] creen tener el derecho y la obligación de decirnos cuanta cosa se les ocurra acerca de nuestro cuerpo”<sup>434</sup>.

Essa questão de mulher objeto estava presente em alguns estudos e podemos relacioná-la com as diferentes posições do movimento feminista em relação tanto ao uso do corpo da mulher na publicidade como das divergências quanto ao tema prostituição<sup>435</sup>.

Retornando ao periódico argentino, encontramos no *Persona* da segunda etapa a reprodução do artigo “*El falocentrismo y el acto*”<sup>436</sup>, de K. Totkin, publicado anteriormente no *Rough Times*. Acima do artigo vê-se uma epígrafe que contava a história de Tirésias, que vivera a experiência de ser homem e mulher. Questionado pelos deuses Júpiter e Juno sobre qual dos dois sexos sentiria maior prazer,

*Tiresias, sin dudar, contestó que las mujeres. Sin embargo, en los dos mil años que van desde la época de Ovidio a la nuestra, se ha construido una mitología que no solo sostiene lo contrario,*

---

<sup>433</sup> “[...] famosa pergunta ‘sozinha?’ com todas as suas variantes (que fazem por aqui umas meninas tão bonitas sozinhas?, etc.” Tradução livre. Idem (grifo da autora).

<sup>434</sup> “[...] porque nos coisifica, nos converte em um objeto. Creem ter o direito e a obrigação de ensinarmos coisas sobre o nosso corpo”. Tradução livre. Idem (grifo da autora).

<sup>435</sup> A prostituição, como a pornografia, é um tema controverso. As posições das feministas sobre o assunto são divididas, assim como as das autoridades. Temos a corrente abolicionista, cujas militantes “[...] definem o comércio sexual em si como uma violência, independentemente das condições de autonomia ou coerção das mulheres que o realizam”. No entanto, as “trabalhadoras do sexo”, nos anos 1970, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, exigiram o reconhecimento social e legal de seu trabalho e das pessoas que fornecem serviços sexuais como cidadãs. Recebem apoio de outra corrente feminista: as antiabolicionistas. Cf. PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, 205-206. As antiabolicionistas sustentam que “[...] se é profissão escolhida, deve ser reconhecida e contar com os direitos trabalhistas”. Cf. *Estudos Feministas*. Encarte. Vol. 15. N. 1. Florianópolis, janeiro-abril, 2007, p. 11.

<sup>436</sup> TOTKIN, K. El falocentrismo y el acto. *Persona*. Sección Ensayos y teorías. Columna Sexualidad. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 18-20.

*sin que la sexualidad femenina, definida por los machos, ha sido degradada, reprimida, negada y canalizada con el objeto de sostener la supremacía masculina*<sup>437</sup>.

Totkin pontuava que existia um culto ao falo, que era ao mesmo tempo um símbolo de toda a sexualidade, bem como de poder. O artigo fazia uma crítica a essa veneração, mostrando que, da mesma forma que havia uma opressão econômica e social, seria conveniente que houvesse uma opressão sexual, e que a origem a esse culto “[...] *intenta convencer a varones y mujeres de que el falo es la fuente de todo poder y de toda sexualidad*”<sup>438</sup>. Destacava que o clitóris era descrito como “*pene atrofiado y disminuído*” e que isso ocorria em razão de mulheres e homens conhecerem o que seria um pênis, mas não sabiam o que era um clitóris. Continuava, afirmando que nas relações heterossexuais não havia uma “[...] *promesa de placer físico para la mujer, nos vemos inclinadas a considerar nuestros contactos sexuales como actos de amor y de comunicación íntima que como placeres de la carne*”<sup>439</sup>. Os prazeres estariam reservados apenas aos homens, enquanto que as mulheres almejavam companheiros que as amassem<sup>440</sup>.

Interessante observar o argumento de Thomas Laqueur, elaborado duas décadas depois. Segundo ele, “O lugar-comum da psicologia contemporânea – de que o homem deseja o sexo e a mulher deseja relacionamentos – é a exata inversão das noções do pré-Iluminismo que, desde a Antiguidade, ligava a amizade aos homens e a sensualidade às mulheres”<sup>441</sup>. Na prática anterior à “revolução sexual”, a

---

<sup>437</sup> “Tiresias, respondeu que são as mulheres. Contudo, nos dois mil anos que separam a época de Ovídio da nossa, foi construída uma mitologia que não somente sustenta o contrário, mas a sexualidade feminina, definida pelos homens, tem sido degradada, reprimida, negada e canalizada como objeto que sustenta a supremacia masculina”. Tradução livre. *Ibidem*, p. 18. O mito de Tírésias foi a base do enredo do filme *Tírésias* (2003, do diretor francês Bertrand Bonello). No filme, Tírésias é um transexual brasileiro que se prostitui nos subúrbios de Paris e é sequestrado e mantido em cativeiro por um cliente. Como no mito, Tírésias é cego e adquire o dom da profecia.

<sup>438</sup> “[...] pretender convencer aos homens e as mulheres de que o falo é a fonte de todo poder e de toda sexualidade”. Tradução livre. TOTKIN, K. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>439</sup> “[...] promessa de prazer físico para a mulher, somos levadas a considerar nossos contatos sexuais como atos de amor e de comunicação íntima no lugar de prazeres carniais”. Tradução livre. *Idem*.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>441</sup> LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.15.

sensualidade e a própria sexualidade não eram para as mulheres que queriam ser respeitadas socialmente.

K. Totkin problematizava como o falocentrismo inculca nas mulheres o sentido de culpa.

*Si deseamos que se nos estimule el clítoris directamente nos sentimos culpables o egoístas por distraer al varón de su pene, órgano en el cual se supone que deben estar concentrados ambos participantes. [...] En resumen, nos sentimos culpables cada vez que pensamos en nuestra sexualidad en un contexto que no está orientado hacia el falo*<sup>442</sup>.

A parte final do artigo, era dedicada a abordar a questão da frigidez. A autora destacava que o movimento feminista da época estava estudando a sexualidade feminina, preocupado em encontrar soluções para o “grave problema da frigidez”<sup>443</sup>. Entretanto, se estava tentando resolver esse “problema” através dos homens, ou seja, estimulando a ereção mais prolongada, para atender “[...] *la mujer [...] más lenta para llegar orgasmo*”. Termina afirmando que “[...] *la verdadera revolución sexual solo puede tener éxito como parte integrante de la más amplia revolución feminista*”<sup>444</sup>. Com este artigo, encontramos pela primeira vez a palavra orgasmo e clítoris, dentro de um contexto freudiano<sup>445</sup>.

Essa edição de *Persona*, em sua segunda etapa, marca uma ruptura ao veicular artigos que abordavam de forma tão clara a questão da sexualidade. Nessa mesma edição temos o texto “*Mito y religion*” de Kate Millet, outro exemplo de artigo que não trazia explícito em seu

---

<sup>442</sup> “Se pedimos que nos acariciem o clítoris, imediatamente nos sentimos culpadas ou egoístas por tirarmos a atenção do homem do seu pênis, no qual ambos deveriam se concentrar. Em suma, nos sentimos culpadas cada vez que pensamos em nossa sexualidade em um contexto não relacionado ao falo”. Tradução livre. TOTKIN, K. Op. Cit.

<sup>443</sup> A questão da frigidez também esteve muito presente nos jornais brasileiros da grande imprensa. Era a época dos sexólogos, como afirma André Béjin. Cf. BÉJIN, André. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 236-254.

<sup>444</sup> “[...] a mulher é mais lenta para chegar ao orgasmo. A verdadeira revolução sexual somente pode ter êxito como parte integrante da mais ampla revolução feminista”. Tradução livre. TOTKIN, K. Op. Cit., p. 20.

<sup>445</sup> Segundo Juliet Mitchell, Freud afirmava que “Na infância ambos os sexos têm uma sexualidade masculina (o clítoris é o equivalente exato do pênis)”. Cf. MITCHELL, Juliet. Sobre Freud e a distinção entre os sexos. In: \_\_\_\_\_. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 5.

título a palavra sexualidade, mas que tinha como tema central a sexualidade feminina e a sua relação com o patriarcado<sup>446</sup>.

Enquanto isso, no Brasil, localizamos no primeiro editorial do periódico Nós Mulheres, de 1976, certo posicionamento do grupo editor<sup>447</sup>, como podemos observar pelo excerto abaixo.

Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir maridos. [...] E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa.<sup>448</sup>

Na mesma edição era publicada a carta de um leitor que comentava a questão da liberdade sexual para as mulheres e como uma certa obrigação em “[...] aceitar sexo como uma coisa corriqueira, sem que elas próprias no fundo estivessem preparadas para manter relações sexuais sem serem casadas”<sup>449</sup> as levaria fatalmente a um divã de psicanalista. A resposta do periódico foi que os problemas decorrentes de uma relação sexual insatisfatória não estavam relacionados a nenhuma classe, estado civil ou sexo. Uma solução seria a discussão e a desmitificação de certos temas, como o orgasmo, já que, segundo as editoras, 80% das mulheres não chegavam a ter orgasmo. Com a divulgação e discussão desses temas, “[...] isso deixa de ser problema a ser levado ao psicanalista, **porque não é simplesmente um problema individual**”<sup>450</sup>. A mulher frígida não existiria.

---

<sup>446</sup> MILLET, Kate. Mito y religión. Persona. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 21-22.

<sup>447</sup> O corpo editorial nesse primeiro periódico ainda não estava dividido em conselho editorial e colaboradoras, como nas publicações seguintes. No número 1 aparecem apenas as colaboradoras e Marisa Correa como jornalista responsável. Ela seria a responsável até a edição número 3 do jornal. No editorial, agradeciam a Ruth Escobar pelo financiamento do número e as todas as demais mulheres, que com seus depoimentos contribuíram para o “nascimento” do jornal. Nós Mulheres Editorial. Ano 1. N. 1. São Paulo, jun. 1976, p. 2.

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Nós Mulheres. Cartas. Ano 1. N. 1. São Paulo, p. 18. O autor da carta está identificado como Marcos Behâr, do Rio de Janeiro.

<sup>450</sup> Idem. Grifo do texto.



Esse posicionamento das editoras<sup>451</sup>, que a uma primeira impressão se mostraria “libertário” ao abordar essa temática, não estava tão visível em nenhum dos artigos, crônicas ou em qualquer outra forma de apresentação dos textos, a não ser nos aqui analisados. Talvez porque, conforme Gilda Fucs, “Durante muito tempo falar de sexo era inviável, já que sexo era sempre associado a ideias negativas de ‘coisa feia’, pecado, erro, vergonha, imoralidade e sujeira”<sup>452</sup>.

Tratados sobre a anatomia e a fisiologia do corpo humano já eram conhecidos desde a Antiguidade, como demonstra Thomas Laqueur no livro Inventando o sexo<sup>453</sup>, mas estavam restritos a um grupo de iniciados, quer dizer, falava-se muito de sexo, mas, com quem e para quem?

O falar sobre sexo sobressaltava a padres, pedagogos, pais, psicanalistas. Agora, psicólogos e sexólogos, com o conhecimento obtido através dos discursos de uma prática de “confissão”, transpunham normas para esse “confessante”, um discurso de verdade. O filósofo francês Michel Foucault nos mostra como a sexualidade do indivíduo está permanentemente em discurso, para tanto, a sociedade organizou e utilizou mecanismos que disciplinaram os corpos. “Uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições”<sup>454</sup>.

Na mesma edição do Nós Mulheres, de 1976, na crônica “Lindonéia ou o peso da vida” temos um retrato do desejo reprimido ou da não permissão de sentir desejo. Fiquemos com ela:

Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela. Depois, como é que eu posso querer ficar com a fama de mulher que não presta, que larga o marido? Eu tenho minha filhinha pra criar e não quero que os outros chame ela (sic) de filha de uma coisa que não sou. A gente não deve ser aventureira. Esses moços da rua é muito bonito (sic), mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro

---

<sup>451</sup> Maria Lygia Q. de Moraes utiliza-se do termo produtoras no lugar de editoras; em seu livro A experiência feminista dos anos setenta, a autora faz um interessante relato de como era o funcionamento e a organização da redação e produção do periódico.

<sup>452</sup> FUCS, Gilda Bacal. Prefácio. In: SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, s/d, p. 15.

<sup>453</sup> LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>454</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Op. Cit., p. 35.

da menina? Eu sozinha não consigo, tenho até medo de pensar<sup>455</sup>.

Muito do que é expresso por Lindonéia vai ao encontro dos argumentos de Betty Friedan, no livro Mística Feminina. Mas, aqui, temos uma mulher pobre que não pode ou não tem como gastar suas tardes em shoppings ou jogando bridge. No depoimento, Lindonéia expõe como foi criada para o casamento, mas que seu sonho era casar com um moço bonito, não com o Dito, que era velho (dez anos a mais) e gordo. Contudo, Dito era um homem bom, que até tinha guardado dinheiro para o casamento deles. Então o que fazer? Lindonéia casou. E deu esse depoimento como interna do Hospital Psiquiátrico do Estado em São Paulo. Ela relatava a sua rejeição em praticar sexo com o marido. Ao mesmo tempo em que não queria a relação sexual, sentia-se culpada, pois era sua obrigação atender aos seus pedidos.

Na fala de Lindonéia<sup>456</sup> vemos expressa a angústia de muitas mulheres, que fogem e negam a prática do ato sexual com os maridos. Mulheres que eram tolhidas na expressão de seus desejos mais íntimos, relacionados tanto à vida profissional quanto afetiva, por vezes viam ou tinham como solução apenas o casamento. Além de sofrerem opressão, a própria educação não as incentivava ou não lhes mostrava que podiam ser donas de suas vidas. Seria interessante pensar como essas mulheres de classes populares recebiam informações que diziam respeito à sexualidade e ao corpo, entre outras questões. O ano do depoimento de Lindonéia é 1976. A jornalista Carmen da Silva no início da década de 1960 já abordava o “problema sem nome” em seus artigos publicados na revista Claudia.

A socióloga brasileira Madel Luz, no artigo “O lar e a maternidade: instituições políticas”, de 1982, analisa algumas estratégias históricas que o capitalismo “[...] instituiu para organizar os sexos e a reprodução humana, num contexto de dominação: o *lar*, como *situs* institucional do casamento, e a maternidade”<sup>457</sup>. Acredito que a autora force um pouco as tintas ao generalizar mulheres e homens. Mas, de todo modo, é mais um aporte para pensarmos a questão do prazer, tendo como base um texto da época estudada.

---

<sup>455</sup> Nós Mulheres. Lindonéia ou o peso da vida. Ano 1. N. 1. São Paulo, p. 16.

<sup>456</sup> Idem.

<sup>457</sup> LUZ, Madel. O lar e a maternidade: instituições políticas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 11. (grifo da autora).

Luz mostra que por esse “pacto”, mesmo nas crises do casal, mantinham-se, e certamente ainda se mantêm, algumas relações. “A mulher, por sua vez, ‘cumpre seu dever’ quando cede seu corpo – passivamente, em geral – nas relações sexuais com o homem. É sua parte no ‘pacto’”, que traz como encargo “[...] muito dever e pouco prazer sobretudo no que concerne à mulher”. E a autora prossegue: “O prazer é uma característica da mulher devassa, ‘experiente’, ou da prostituta, degenerada. O lar burguês é uma instituição asséptica”. Luz comenta que, em linhas gerais, esse é o “[...] modelo de casal que se estrutura no século XIX”<sup>458</sup>.

No entanto, o cumprimento dos papéis, e mesmo a identificação profunda com eles, predominam tanto num como no outro, até que transformações mais amplas da sociedade, a nível da (sic) produção e da estrutura política, fazem implodir essas relações no seio mesmo do seu *situs* institucional: o lar<sup>459</sup>.

Essa autora cita os desvios para a realização do prazer e da felicidade, presentes na figura do amante ou da amante, reflexos de Foucault; segundo ele, o prazer e ou as sexualidades ilegítimas têm um domínio que é seu território: os bordéis e as casas de saúde. Foucault mostra que no século XIX a moral vitoriana confiscou a sexualidade para o quarto conjugal, com a única função de reproduzir. Os códigos e as práticas restringiram ao máximo a expressão da sexualidade, que se calou em torno do sexo.

Madel Luz concluiu, como outras pesquisadoras da época, que tudo estaria bem, enquanto as mudanças de comportamento não atingissem a família. Para ela, somente a partir das mudanças de costumes<sup>460</sup> que “[...] as mulheres começarão a questionar as estruturas institucionais do ‘lar’ e da ‘maternidade’ nas sociedades capitalistas. Pedirão o divórcio, a legalização do aborto, tomarão contraceptivos e poderão ter relações independentemente do casamento”<sup>461</sup>.

Luz acrescentava que essa situação, vivenciada principalmente na Europa e nos Estados Unidos, teria reflexos muito limitados no Brasil. Ela referia-se às transformações ocorridas com a entrada das

---

<sup>458</sup> Ibidem, p. 17. (grifo da autora).

<sup>459</sup> Ibidem, p. 18. (grifo da autora).

<sup>460</sup> Iniciadas na segunda metade da década de quarenta e início da de cinquenta do século XX.

<sup>461</sup> LUZ, Madel. Op. Cit., p. 20. (grifo da autora).

mulheres no mercado de trabalho em substituição aos homens que foram para a guerra. E com relação ao Brasil,

[...] serão mais as migrações internas, ligadas ao estilo de industrialização do país, bem como o processo interno de urbanização intenso que se opera sobretudo a partir da década de cinquenta (com a industrialização associada ao capital internacional monopolista), e o desenvolvimento e difusão dos meios de comunicação de massa, os condicionantes das mudanças de costumes, e de novos comportamentos das mulheres<sup>462</sup>.

Mas parte boa do ranço sobre a situação das mulheres permanecia. Nós Mulheres exibiu em 1976 a reportagem “A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, em que podemos ver um dos primeiros posicionamentos das redatoras do jornal sobre o tema sexo. Em uma conversa com sete mulheres<sup>463</sup>, a entrevistadora as questionava sobre como vivenciavam sua sexualidade. Uma das perguntas era:

Sexo: prazer ou obrigação?

E conforme C: “Obrigação, é que a mulher é obrigada a lavar, passar, fazer comida e ainda quando o marido vem, a dormir com o marido”.

M., uma das entrevistadas, discorda questionando que manter relações sexuais com o marido seria diferente das obrigações domésticas e que estas ficavam a cargo das mulheres.

E, C. rebate: “E, agora, do jeito que a gente foi educada e tudo, você tem que satisfazer o seu marido, e não o teu marido te satisfazer”.

Outra entrevistada, H. não percebia que manter relações sexuais era uma obrigação. “Se a gente quer, muito bem, se não quer...”<sup>464</sup>.

Acredito que as entrevistas dessa reportagem sintetizam exemplarmente o dilema enfrentado por muitas mulheres naqueles anos pós-revolução sexual. Algumas conseguiam vivenciar o prazer, viver a

---

<sup>462</sup> Idem.

<sup>463</sup> Algumas das entrevistadas eram donas de casa e também faziam dupla jornada, exercendo atividades além das do lar.

<sup>464</sup> Nós Mulheres. A rainha do lar não tem cetro nem coroa. Ano 1. N. 2. São Paulo, set./out. 1976, p. 9.

sexualidade amplamente, mas muitas, como Lindonéia e C., se viam confrontadas pelo padrão de educação que receberam e as exigências de uma revolução sexual.

Mas como os corpos se tornaram objetos de estudo historiográfico? Jean-Jacques Courtine, na introdução da obra História do Corpo, nos diz que “O século XX é que inventou teoricamente o corpo”. Citando Merleau-Ponty, destaca que “‘Nosso século apagou a linha divisória do ‘corpo’ e do ‘espírito’ e encara a vida humana como espiritual e corpórea de ponta a ponta, sempre apoiada sobre o corpo [...]. O século XX restaurou e aprofundou a questão da carne, isto é, do corpo animado”<sup>465</sup>.

Courtine destaca que isso “[...] surgiu em primeiro lugar da psicanálise, a partir do momento em que Freud [...] decifrou a histeria de conversão e compreendeu o que iria constituir o enunciado essencial de muitas interrogações que viriam depois: o inconsciente fala através do corpo”.

Desejos, pulsões e controles. Como esses conceitos têm sido estudados? John H. Gagnon, em Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade<sup>466</sup>, realiza uma interessante análise sobre a sexualidade na sociedade contemporânea, tomando alguns teóricos(as) e pesquisadores(as) da sexualidade, como Sigmund Freud, Wilhelm Reich, Alfred Kinsey, William Masters e Virginia Johnson, apenas para citar os principais. O autor pontua que os primeiros pesquisadores da sexualidade, entre eles Sigmund Freud e Havelock Ellis, “[...] basearam suas visões da sexualidade em modelos de controle/repressão e de impulsos”<sup>467</sup>. Para Escoffier, Foucault “[...] julgara interessante que a sexualidade fosse parte integrante de uma forma de poder que havia despontado paralelamente a novas formas do Estado, nos séculos XVII e XVIII”<sup>468</sup>. Escoffier pontua que, para Foucault, a conduta sexual não era apenas moldada por mecanismos repressivos, como afirmavam Freud e Reich, “[...] mas também por um processo de construção discursiva”. A “hipótese repressiva” de Foucault se afastava do modelo “hidráulico” da sexualidade como arcabouço teórico. “A metáfora hidráulica, tal como

---

<sup>465</sup> COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). História do corpo – as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 7-12.

<sup>466</sup> GAGNON, John H. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>468</sup> ESCOFFIER, Jeffrey. Introdução. In: GAGNON, John H. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 23.

usada por Freud, Reich ou até Kinsey, implicava que o sexo se baseava em energias biológicas. A crítica de Foucault deslocou a atenção para a produção discursiva da sexualidade”. A sexualidade deixava de ser uma característica essencial da natureza humana para ser uma construção rigorosamente sócio-histórica. “Foucault, afirmou que o eu é socialmente construído e que a sexualidade é moldada por meio da coordenação corporal e da interação simbólica de sujeitos sociais”. Essa compreensão de Foucault da sexualidade tem muito em comum com a elaborada pelos sociólogos Gagnon e Simon<sup>469</sup>.

Essas questões viriam também para as páginas dos periódicos feministas, no Brasil e na Argentina, como em tantas outras partes. A questão do corpo enquanto objeto de desejo estava bem presente nos periódicos; é o que analisaremos a seguir.

### 3.2 O corpo: objeto do desejo, fonte de prazer e de controle

Na década de 1980 o tema da sexualidade se tornou mais presente no periódico *Persona*, como podemos observar pela publicação do artigo “*Historia de la Sexualidad: del matriarcado al feminismo*”<sup>470</sup>. Nestor Perlongher, sociólogo, refletia neste artigo as ideias debatidas naquele contexto histórico de luta pelos direitos de reconhecimento de escolha em relação ao próprio corpo e por vivenciar a sexualidade da melhor forma para cada um. Baseado em autores como Jean- François Lyotard, Pascal Bruckner, Alain Finkielkraut e outros, Perlongher narra como ocorreu a instituição do patriarcado, que objetivava “*Toda la saga viril gira en torno a un despojo fundamental: la propiedad masculina sobre el cuerpo de la mujer y sobre los productos de su cuerpo*”<sup>471</sup>. Apoiado em estudos antropológicos, percebe as diversas formas e os diferentes “papéis sexuais” que os homens e as mulheres assumiam e que ainda assumem em algumas sociedades<sup>472</sup>. O autor, dentro dos limites impostos a um texto jornalístico, e se aproximando da estrutura de um artigo acadêmico, nos conduzia por um relato da história da sexualidade linear que navegava pelos egípcios, gregos, romanos, lídios.

---

<sup>469</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>470</sup> PERLONGHER, Néstor. *Historia de la Sexualidad: del matriarcado al feminismo*. *Persona*. Ano 2. N. 8. Buenos Aires, jul./ago. 1981, p. 28-37.

<sup>471</sup> Idem.

<sup>472</sup> Margaret Mead em seu livro *Sexo e temperamento* analisa como, em diferentes sociedades, os homens e as mulheres vivenciavam diferentes “papéis sexuais”.

Da Idade Média ao reinado da rainha Vitória, passando por Freud e Reich e chegando à “revolução sexual”<sup>473</sup>.

A revolução sexual é percebida como de fundamental importância, tanto por quebrar paradigmas, romper barreiras, como também por criar algumas imposições, ou melhor, estabelecer algumas normas. Jeffrey Escoffier, na introdução do livro de Gagnon, realiza uma reflexão interessante sobre a revolução sexual, onde afirma que o sociólogo sempre fora cético em relação a ela, se pensada em termos de mudanças rápidas de comportamento. Contudo, teriam havido “[...] imensas mudanças nas atitudes sociais para com a sexualidade, na aceitação e na proliferação de representações culturais e debates públicos sobre os problemas de sexo”<sup>474</sup>. O autor destaca a publicação dos livros de Alfred Kinsey sobre a sexualidade humana<sup>475</sup> como fundamentais na concepção do que se tem sobre sexualidade. Complementa afirmando que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que começou muito lentamente “[...] o reconhecimento de uma revolução nas atitudes públicas com a sexualidade”<sup>476</sup>.

Daniel Guerin, em seu livro de 1969, nos fala sobre a liberdade sexual, ou simplesmente a liberdade, afirmando que o erotismo era e é um de seus instrumentos. “Ele contém, como afirmou Simone de Beauvoir, um ‘princípio hostil à sociedade’ ou, mais exatamente, à sociedade de opressão do homem pelo homem, à sociedade autoritária”<sup>477</sup>.

O livro de George Bataille, O erotismo, afirma que ele “[...] é a aprovação da vida até na morte” e que se define “[...] pela independência do gozo erótico e da reprodução como fim, o sentido fundamental da reprodução não deixa de ser a chave do erotismo”. O autor explica que a discussão que faz em torno da reprodução e do erotismo é filosófica e abrange a questão da continuidade e descontinuidade dos seres envolvidos no jogo<sup>478</sup>.

Eliane Moraes, no ensaio “Olho sem rosto”, que faz parte da História do Olho de Bataille, pontua que o autor afirma num dos seus últimos escritos:

---

<sup>473</sup> PERLONGHER, Néstor. Op. Cit.

<sup>474</sup> ESCOFFIER, Jeffrey. Op. Cit., p. 15.

<sup>475</sup> Jeffrey Escoffier refere-se aos livros de Alfred Kinsey: O comportamento sexual do homem, publicado em 1948, e O comportamento sexual da mulher, de 1953.

<sup>476</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>477</sup> GUERIN, Daniel. Op. Cit., p. 7.

<sup>478</sup> BATAILLE, Georges. O erotismo. São Paulo: Arx, 2004, p. 19-21.

‘O sentido do erotismo é a fusão, a supressão dos limites’[...]. À união dos corpos corresponde a violação das identidades: nesse processo, as formas individuais se fundem e se confundem até o ponto de se tornarem indistintas umas das outras, dissolvendo-se na caótica imensidão do cosmos<sup>479</sup>.

A imagem retratada por Bataille de dois seres que se fundem e confundem até se dissolverem não corresponde aos relatos dos artigos, pois quem se dissolve, segundo Bataille, é a mulher, a forma passiva, “[...] que é desagregada como ser constituído”<sup>480</sup>. O que encontramos nos discursos dos periódicos era a busca das mulheres ao prazer, o permitir sentir o prazer.

Então voltando a eles, na edição número 5 do Mulherio de 1982, encontramos uma seção intitulada Corpo, composta de quatro artigos: “A beleza produzida” e “Beleza é fundamental, sim” de Maria Rita Kehl e de Célia Chalm; “Quem ganha quando a moda pega” e “As bruxas estão de volta” de Rosiska Darcy de Oliveira. Cada um dos textos abordava um viés das questões relacionadas ao corpo, mas um corpo percebido ainda como objeto e produto do desejo e das sensações.

No artigo, as “Bruxas estão de volta”, Rosiska Darcy de Oliveira relatava a experiência do movimento *self-help* (autoajuda) em Genebra. Os movimentos de autoajuda tiveram início nos Estados Unidos, nos anos setenta, e depois se estenderam até a Europa. Propunham que a saúde era mais questão de prevenção e de educação do que um problema médico e que, partindo desse princípio, “[...] todo mundo deveria conhecer melhor seu próprio corpo e ser capaz de cuidar dele, evitar ficar doente, consumir menos remédios e pagar menos consultas médicas”. Afirmavam que as mulheres não conheciam os seus corpos e o sexo, pois “[...] protegidos pelo pudor, acabaram sendo um mistério insondável para as próprias mulheres”. E com os médicos “[...] ficaram a autoridade, a competência e o direito de falar nesses assuntos”. Em Genebra esse movimento se transformou em um Dispensário de Mulheres, uma clínica para atendimento delas. “Antes do exame médico, as mulheres falam de si mesmas, queixam-se de seus males. Elas, que ouvem as queixas de todo mundo, do marido, dos filhos, que consolam os aflitos, vêm ali para, finalmente, serem

---

<sup>479</sup> MORAES, Eliane R. Um olho sem rosto apud BATAILLE, Georges. História do olho. São Paulo: Cosac&Naify, 2003, p. 14.

<sup>480</sup> BATAILLE, Georges. O erotismo. Op. Cit., p. 29.



ouvidas”<sup>481</sup>. E a autora continua: “As responsáveis pelo Dispensário entendem que a mulher foi expropriada de seu corpo, perdeu todo direito sobre ele. E começar a conhecê-lo, a se olhar, a se tocar, são passos importantes na reapropriação deste corpo”<sup>482</sup>.

No Brasil, oito grupos de autoajuda funcionavam em Recife naquele ano de 1982, inspirados diretamente na experiência do dispensário de Genebra. Esses grupos foram formados pela socióloga suíça Regine Nogueira e pela bióloga catarinense Dolores Wanscheer. O primeiro SOS Corpo pernambucano era composto por oito mulheres. O artigo de Virgínia Botelho informava que “[...] funcionam cinco grupos de mulheres de classe média e três de moradoras em bairros periféricos”<sup>483</sup>.

O que os dois artigos nos trouxeram de importante foi a maneira como as mulheres que procuravam atendimento nessas clínicas eram atendidas. Em Genebra, chinelos coloridos ocupavam o lugar do estribo metálico da mesa de exame ginecológico. Em Recife, as mulheres atendidas eram estimuladas a procurar um tratamento mais natural possível, como a utilização de remédios caseiros para as infecções mais comuns que afligiam à grande maioria delas. Tanto em Genebra como em Recife, as mulheres eram orientadas a se conhecer, a conhecer o seu corpo através do autoexame.

No artigo “Beleza é fundamental, sim”, ainda na seção Corpo do número 5 de Mulherio, a autora mostrava como eram construídas as noções de desejo em relação ao homem e à mulher: “[...] o homem é aquele que olha; seu desejo passa pelo olhar. A mulher é olhada e seu desejo passa principalmente por aí – por se fazer desejada”. A autora seguia afirmando que “[...] a mulher não olha porque foi reprimida, ensinada e educada para não olhar”, mas que essas seriam apenas algumas das razões de a mulher não encarar um homem. Aqui ainda não se estava falando da arte da conquista ou do olhar e da percepção de se sentir desejada, mas sim do perigo enfrentado pela mulher que ousasse “flertar” com um homem, pois ela estaria sendo alvo de seu julgamento; em suma, seria uma mulher fácil e, segundo Maria Rita Kehl, “Na nossa cultura, a mulher que encara ostensivamente o homem é a prostituta, e

---

<sup>481</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Bruxas estão de volta. Mulherio. Ano 2. N. 5. São Paulo, janeiro/fevereiro 1982, p. 18.

<sup>482</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>483</sup> BOTELHO, Virgínia. O SOS Corpo. Mulherio. Ano 2. N. 5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982, p. 19.

este signo todas nós fomos ensinadas a não portar em nenhuma situação<sup>484</sup>.

A maior beleza é a do corpo livre, desinibido em seu jeito próprio de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão de nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; é a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória; é a liberdade, a ternura e a autoconfiança que nos tornarão belas. É essa a beleza fundamental<sup>485</sup>.

O texto escrito na primeira pessoa do plural, “nós”, pode ser uma opção de escrita para se aproximar das leitoras e uma maneira de identificação, já percebidas em Nós Mulheres, na década anterior.

Na mesma edição do Mulherio de 1982, com o intuito de mostrar que o corpo não era apenas objeto da construção de modelos de beleza, o artigo que seguia o dossiê Corpo era “Muito prazer, periferia”, que analisava duas experiências que contradiziam o jargão de muitos militantes políticos de que a sexualidade era apenas uma preocupação de burguesas ociosas ou intelectualizadas. Uma das experiências que o artigo trazia era a do atendimento que acontecia no ambulatório de ginecologia do Hospital das Clínicas de São Paulo. Ali, no setor de Sexologia e Ginecologia Psicossomática, atendiam uma psicóloga e um médico a muitas mulheres de baixa renda que apresentavam algum “[...] tipo de problema sexual – na maioria das vezes, a falta de prazer”<sup>486</sup>.

A escrita do artigo, na sua parte inicial, parecia querer suavizar a abordagem relacionada ao prazer sexual, mostrando que as mulheres que procuravam o atendimento no ambulatório tinham também preocupações como o desemprego, a inflação, a falta de água encanada, mas mesmo assim elas “[...] encontravam tempo para ir a um hospital à procura de ajuda na busca do prazer”. Era como se tivessem que antecipadamente pedir desculpas por se (pré)ocuparem com elas mesmas, numa atitude egoísta e que com certeza não era pertinente à maioria das mulheres, apenas às burguesas ociosas e intelectualizadas.

---

<sup>484</sup> KELH, Maria Rita. Beleza é fundamental, sim. Mulherio, Ano 2. N. 5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982, p. 14-15.

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> Muito prazer, periferia. Mulherio, Ano 2. N. 5. São Paulo, janeiro/fevereiro de 1982, p. 17.

Então causa certa estranheza esse “pudor”, como um pedido de desculpas pelas mulheres estarem se preocupando em se conhecer e se permitindo sentir prazer<sup>487</sup>.

E, confirmando essa impressão inicial, a psicóloga que realizava o atendimento afirmava que um dos “[...] problemas que aparece mais frequentemente no HC é a repressão do desejo sexual”. Destacava que ““Há um grande número de mulheres que não se permitem sentir desejo e excitação. Elas sentem-se culpadas de ter desejo, como se pudessem ser confundidas com prostitutas””. A psicóloga pontuava que conviver com esse sentimento de culpa ligada às sensações do desejo e da excitação as levava a uma fuga mental no momento da relação sexual, com o objetivo de não sentir prazer. Essas mulheres usavam como tática no momento da relação sexual pensar em outras coisas, como nos filhos, para ter um descolamento do estímulo sexual. Permanecia o estigma da “mulher desonesta” para aquelas que sentiam prazer. Como consequência desse comportamento, “[...] a mulher não assume a responsabilidade de que depende dela se permitir prazer. Vê o sexo como uma responsabilidade do homem”.

Acredito que, além de não se permitir sentir prazer, o próprio desconhecimento de seu corpo dificultava o explorar da sexualidade como um todo. Mas quando algumas mulheres se permitiam esse conhecimento, elas eram olhadas como transgressoras que queriam se igualar aos homens. O artigo “Imitação da liberdade”<sup>488</sup>, de Maria Rita Kehl para Mulherio, em 1981, mostra o pensamento da psicanalista em relação ao “novo comportamento” sexual das mulheres, que segundo ela estavam falando de sexo como falavam os homens e que haviam se perdido na busca da liberdade sexual.

Pobres das nossas subjetividades. Pobre das subjetividades deles. Adornaram tanto o encontro sexual de elementos pirotécnicos, acrobáticos, espetaculares, que o encontro dançou. Sobrou o sexo-fonte-de-prazer (leia-se orgasmo: o único comprovante legítimo do prazer) [...]. Sobrou a enorme decepção por não entendermos que o sexo desprovido do encontro realmente se torna, como

---

<sup>487</sup> Idem.

<sup>488</sup> KEHL, Maria Rita. Imitação da liberdade. Mulherio. Ano 1. N. 4. São Paulo, nov./dez. 1981, p. 22.

desejam os sexólogos americanos, uma função fisiológica como outra qualquer<sup>489</sup>.

Kehl questionava o sexo mecânico com o único fim: do orgasmo, a confirmação da satisfação plena. O orgasmo ganhou destaque e apareceu transformado em obrigação e *performance* em alguns textos de Masters e Johnson, que colocavam didaticamente os passos a seguir para se conseguir esse tão desejado sonho de consumo do período inaugurado com a década de 1940. O orgasmo pode ser tomado como um divisor de águas da proto-sexologia para a sexologia contemporânea, como nos mostra André Béjin, mas a obrigação de atingir um orgasmo “perfeito” perseguiu e persegue ainda muitas mulheres e homens que sonham com orgasmos múltiplos, que os(as) transportem ao prazer total.

Béjin, no artigo “Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos” traça um breve histórico dessa ciência não tão nova. A ciência do sexual, a sexologia, teria tido dois nascimentos para esse autor: o primeiro em 1844 com o livro Psychopatia Sexualis, de Heinrich Kaan, e em 1866, com outro livro que trazia o mesmo título, dessa vez do célebre Krafft-Ebing. Era a época da “protossexologia”, que se preocupava mais com a nosografia (descrição metódica das doenças) do que com a terapêutica, e era focada principalmente “[...] nas doenças venéreas, na psicopatologia da sexualidade (as grandes ‘aberrações’ e suas relações com a ‘degenerescência’) e no eugenismo”<sup>490</sup>. O segundo nascimento da sexologia o autor situa nas três décadas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, entre 1922 e 1948. Em 1922, Wilhelm Reich descobriu a “verdadeira natureza da potência orgástica” e em 1948 é publicado Comportamento Sexual do Homem, de Alfred Kinsey. “A sexologia circunscreve e define nesse quarto de século seu problema central: o orgasmo”<sup>491</sup>.

Pela análise de Béjin, o sexólogo contemporâneo diferencia-se radicalmente do protossexólogo do século XIX, tanto em seus objetivos como nas funções. Os estudiosos daquele tempo preocupavam-se mais em observar e taxionomiar os “anormais” do que realmente tentar compreender o que acontecia com esses pacientes. Os “desvios” e as “perversões” deixaram de ser o foco principal do sexólogo “moderno”,

---

<sup>489</sup> Idem.

<sup>490</sup> BÉJIN, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). Sexualidades ocidentais. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 210-211.

<sup>491</sup> Idem.

que visa libertar pacientes das disfunções sexuais que os(as) possa afligir<sup>492</sup>. A sexóloga Marta Suplicy, nos anos 1980, nos mostrava outro olhar sobre o orgasmo, que abordarei mais à frente.

Voltando a Maria Rita Kehl, a psicanalista trazia em seu artigo, algumas reflexões interessantes. Ainda em relação à busca do sexo pelo sexo, sem o encontro (Kehl sugere que as mulheres necessitam do outro, do contato, da interação), ficaria apenas o vazio ocupando o lugar do

[...] medo e de todos os segredos da vida. Não tem mais nada lá onde nos disseram estar o pecado e a fonte de todos os males sociais. Não tem mais nada lá, onde estiveram uma vez nossas fantasias de segurança, amor eterno, casamento feliz. [...] As mulheres encabeçaram essa luta. As mulheres se fizeram portadoras desse desejo de liberdade, enquanto face mais oprimida dessa moeda de autoritarismo, machismo, repressão e dupla moral sexual. As mulheres deram a primeira virada na mesa, exigiram a condição de sujeitos de sua sexualidade<sup>493</sup>.

Sim, mas enquanto sujeitos da sua sexualidade, as mulheres trilharam um caminho e foram protagonistas da sua história, com acertos e desvios. Por que elas não poderiam usufruir do prazer pelo prazer simplesmente? Se pensarmos na prática da masturbação, ela é o prazer pelo prazer, além de um conhecimento e uma exploração do próprio corpo, das sensações e da satisfação sexual.

A escrita de Maria Rita Kehl mostra reflexos de um feminismo diferencialista, de uma idealização da essência inerente a todas as mulheres. A questão da escolha em buscar o prazer é individual e permeada por encontros e desencontros, sujeita às mesmas vicissitudes que os homens já enfrentavam, mas que escondiam, como a falta de prazer, o mecanicismo do ato, a obrigatoriedade do orgasmo, agora travestidas em frigidez, murmúrios ensaiados e uma rotatividade de parceiros.

A questão da dupla moral sexual foi retratada pela autora como uma visão dominante nas relações conjugais, ainda naquela dicotomia: prazer de um lado, amor de outro. Mulheres para casar, versus mulheres para se divertir. A fragmentação ocorria, distorcendo uma possível

---

<sup>492</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>493</sup> KEHL, Maria Rita. Imitação da liberdade... Op. Cit., p. 22.

junção entre amor e prazer. Isso tudo parece muito forçado, baseado num senso comum. “A dupla moral sexual nos oprimia mas num primeiro momento só conseguimos desfazê-la adotando a moral masculina”<sup>494</sup>, completa a autora.

[...] mas com isso perdemos também o que havia de mais íntegro em nós, aquilo que a mulher tem para ensinar ao homem se quiser a integração entre a sexualidade e a afetividade, entre a expressão do desejo e a expressão da carência, entre a possibilidade do orgasmo e a possibilidade da subjetividade<sup>495</sup>.

Ao finalizar o artigo, Kehl apresentava a questão do desejo como a expressão de uma carência, de uma falta, a falta do outro. Somos sujeitos desejantes. Citava Freud: “[...] saber-se castrado é simplesmente perder a onipotência, reconhecer-nos incompletos”<sup>496</sup>.

Entendo que não se faz necessário adentrar questões mais fundantes da psicanálise, mas sim compreender qual o papel que ela desempenhou na formação de novas subjetividades e como se passou de uma análise marxista para uma análise freudiana. Freud, amado e detestado pelas feministas, teve em Juliet Mitchell uma “revisora” de suas teses. Para Shulamith Firestone o “freudismo” e o feminismo foram produtos da Era Vitoriana, onde imperava uma exagerada opressão e repressão sexuais. Para a autora, Freud tocou no problema crucial da vida moderna: a sexualidade; mas ressalta que ele foi apenas um diagnosticador “[...] daquilo que o feminismo pretendia curar”. Ainda segundo Firestone, Freud não levava em conta o contexto social ao analisar seus diversos pacientes e ao elaborar suas teorias<sup>497</sup>.

Para Malvina Muszkat, a ideologia falocêntrica da superioridade masculina não foi inventada por Freud. “Trata-se de uma ideologia que justifica uma prática que por séculos produziu mulheres desamparadas e dependentes, que aceitaram a dominação como forma legítima de proteção dos homens, enquanto gerentes do social”<sup>498</sup>.

---

<sup>494</sup> Idem.

<sup>495</sup> Idem.

<sup>496</sup> Idem.

<sup>497</sup> FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, p. 23-76.

<sup>498</sup> MUSZAT, Malvina. Sexualidade e psicanálise – Comentários sobre a exposição de Joel Birman. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 281.

Mostra-nos a autora que para pensarmos a feminilidade é necessário escutarmos as mulheres sem medo, que a feminilidade e a masculinidade só se definem no nível da alteridade – não na anulação de um sexo perante o outro – mas igualam-se na sua incompletude<sup>499</sup>.

Uma leitora, no número seguinte de Mulherio, fez algumas observações em relação ao artigo de Maria Rita Kehl. Em sua carta, a leitora questionava o posicionamento de Kehl em relação ao que dissera sobre os sexólogos; para essa leitora – uma médica – sexo é “[...] uma função psicofisiológica. O ser humano não pode ser estraçalhado em corpo e mente, porque é tudo isso”. Tecia ainda comentários sobre a questão do falo, não acreditando que as mulheres queriam se libertar através da posse do falo; dizia uma afirmação como essa ficava melhor nos detratores do movimento feminista que afirmavam que “[...] as feministas são mulheres que querem ser homens”. Mas o que tinha mais chocado a leitora em relação ao artigo de Kehl era a afirmação de que as mulheres estariam fazendo sexo como os homens fazem. Era como se a leitora pedisse certa tolerância em relação ao “novo comportamento sexual” das mulheres, afirmando que:

[...] muita exigência não permitir a mulher construir valores sobre sua sexualidade. Como muitas coisas da vida, sexo se aprende fazendo. Nós nunca tivemos valores reais para nossos desejos e tesões. E se jogamos fora os valores antigos (a contraposição puta x santa), por que temos de construir os novos correta e verdadeiramente em tão pouco tempo?<sup>500</sup>

Mas o que seria o “correto” em termos de prazer e sexualidade? E qual seria o problema em uma mulher querer fazer sexo como o senso comum pregava e algumas pesquisas propalavam que os homens fazem e faziam? Penso que isso é uma questão individual, uma escolha. E lutava-se pelo direito de escolha, mas uma escolha que não afrontasse muito os valores tradicionais de uma esquerda ainda bastante conservadora.

Cristina Scheibe Wolff relata que alguns grupos armados tinham diferentes posicionamentos em relações às questões ligadas ao corpo e ao prazer. Ela nos conta que em alguns grupos de esquerda

---

<sup>499</sup> Idem.

<sup>500</sup> VIEIRA, Elizabeth Meloni. Sexo se aprende fazendo. Mulherio. Seção Cartas. Ano 2. N. 5. São Paulo, jan./fev. 1982, p. 2.

estava em formação um “novo homem” e uma “nova mulher”. Essas novas subjetividades compreendiam um outro modo de ser e de viver as relações no coletivo, bem como na relação a dois. A autora mostra como alguns grupos lidavam com a questão da maternidade, da educação dos(as) filhos(as) dos(as) militantes, entre outras questões abordadas<sup>501</sup>. A pesquisadora argentina Ana Guglielmucci, no artigo “*Mujeres y praxis revolucionaria en Argentina: una aproximación a la militancia setentista a través de la perspectiva de sus protagonistas*”<sup>502</sup>, corrobora com as impressões da historiadora brasileira.

Em “O desejo de não ter desejo”, artigo veiculado na edição 14 do Mulherio de 1983, Maria Rita Kehl referia-se a uma pesquisa sobre o exibicionismo masculino, de Luiz Mott, que dava uma aula sobre a consciência da falta, mas numa linguagem por demais acadêmica. Na pesquisa, realizada em 1982, Mott entrevistou cem mulheres “[...] que haviam sido surpreendidas ou perseguidas por homens que lhes mostravam os genitais, aberta ou disfarçadamente”. O objetivo era investigar as reações dessas mulheres que foram: desde “[...] a fuga (22%), raiva, choro, paralisação em consequência do medo (18%), até a gozação (12%), a tentativa de ignorar o exibicionista (9%) ou de ocultar o acontecido com medo e vergonha da opinião dos outros (10%)”. Kehl prossegue dando informações sobre os resultados da pesquisa e de como ela impulsionou um grupo de mulheres que se reuniam para estudar psicanálise a refletir mais acuradamente sobre o exibicionismo masculino<sup>503</sup>.

Especificamente nesse artigo a autora abordava “[...] algumas questões, ainda em aberto, sobre a participação feminina na perversão do exibicionismo masculino, sob a ótica da psicanálise”. Pretendia superar o paradoxo que acompanhava a mulher vítima de ataques sexuais: por um lado era percebida como culpada, pois de alguma forma teriam provocado o agressor e desejado a agressão, “[...] e, portanto, não podendo reclamar ou exigir/propor mudanças a seu favor”; e por outro

---

<sup>501</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. Revista Brasileira de História. Vol. 27. N. 54, p. 19-38.

<sup>502</sup> GUGLIELMUCCI, Ana. Mujeres y praxis revolucionaria en Argentina: una aproximación a la militancia setentista a través de la perspectiva de sus protagonistas. Annis: Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale. N. 8, 2008, p. 1-11. Ejemplar dedicado a: Mujeres y Militantismo (Europa-América, Siglo XIX-Siglo XXI).

<sup>503</sup> KEHL, Maria Rita. O desejo de não ter desejo. Mulherio. Ano 3. N. 14. São Paulo, jul./ago. 1983, p. 6.



lado, era a vítima “[...] alienada de seu próprio papel social, representado inconscientemente”<sup>504</sup>.

Partindo dessa “perversão”, a autora realizava uma interessante análise sobre o desejo, relacionando-o com o lugar ocupado pela mulher nessa relação: o de desejada. Segundo a autora “A mulher tem o papel social de não-desejante”. O desejo manifesto estava ainda restrito apenas às prostitutas. “A mulher que quer ver é a prostituta”<sup>505</sup>.

Segundo Deleuze e Parnet,

O desejo é o sistema de signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconsciente no campo social. Não há eclosão de desejo, seja qual for o lugar em que aconteça, pequena família ou escolinha de bairro, que não coloque em xeque as estruturas estabelecidas. O desejo é revolucionário, porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos<sup>506</sup>.

E a mulher que sentia desejo também era mal vista; sentir desejo e manifestá-lo estava reservado apenas aos homens ou às mulheres “desonestas”. Seria impensável uma mulher casta e honrada se permitir sentir as manifestações do desejo percorrendo o seu corpo. Menos ainda manifestar externamente esse desejo. As mulheres eram o objeto do desejo a ser conquistado, mas essa arte da conquista tinha muitas sutilezas, então não poderiam parecer “oferecidas”, pois nesse caso mudavam de categoria. Era a tarefa de se adaptar a um comportamento ambíguo, no jogo social da sedução, onde o silêncio parecia ser a única possibilidade para as mulheres.

Tradicionalmente, as mulheres têm vivido a sexualidade do lado do silêncio. Até a década de 60, eram praticamente inexistentes, na literatura, na música popular, na ciência ou na história, depoimentos femininos que descrevessem a maneira como as mulheres viviam seus desejos e prazeres<sup>507</sup>.

---

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> Idem.

<sup>506</sup> DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. Dialogue apud ROLNIK, Sueli. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007, p. 29.

<sup>507</sup> RIBEIRO, Mariska. É preciso escutar o próprio corpo. In: PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d, p.153.

Na edição de número 14 do Mulherio de 1983, era reproduzido o artigo “Sujas!” de Xavière Gauthier, tradução e compilação de Fúlvia Rosemberg, que abordava a questão do corpo do ponto de vista da sujeira das mulheres como estigma.

Nossa luta, nossa esperança, não seria antes a transformação de uma economia do direito e do avesso, do branco e do negro, do vazio e do pleno (ou antes, do tapado, como se tapa o sexo das mulheres quando é violado ou costurado) numa economia que aceite o outro (e não mais como sujeito: porca ou negro sujo, mesma rejeição, mesma recusa, mesma repulsa) que aceite o corpo da mulher aberto-fechado como troca, gozo (e não apenas como aberto: puta emporcalhada ou somente como fechado: virgem imaculada?). Suja e limpa: não como categorias opostas, mas fluindo de uma para outra, decorrendo de uma e de outra. Suja e limpa: não estagnantes, não fixas, não definitivas, mas numa renovação incessante. Todas as aparências são contra o sexo da mulher, pantanoso, sanguinolento, malcheiroso...<sup>508</sup>

Para compreendermos melhor essa relação “maldita” com os corpos das mulheres, Michel Bozon, citado nos estudos de Françoise Héritier, pontua que a maior parte das culturas – mesmo as que não produziram mitos de justificação quanto ao lugar dos homens e das mulheres – traduziu a diferença dos sexos em uma linguagem binária e hierarquizada, na qual apenas um dos termos era valorizado. Ele destaca como o corpo e a observação das diferenças ligadas à reprodução (humores corporais, esperma, sangue menstrual, leite materno) são “a matéria prima do simbólico” e do pensamento lógico – este também um pensamento binário. Dentro desse raciocínio estritamente polarizado e diferencial, o feminino está sempre assinalado no lado inferior, mesmo quando existe uma certa arbitrariedade quanto aos outros termos. Os órgãos sexuais masculinos e femininos, para os quais todas as línguas usam metáforas expressivas, são sempre percebidos de acordo com essa lógica hierarquizante. Tradicional ou erudito, o pensamento simbólico justifica a supremacia do homem, produzindo aquilo que Françoise

---

<sup>508</sup> GAUTHIER, Xavière. Sujas. Mulherio. Ano 3. N. 14. São Paulo, 1983, p. 7.

Héritier chama de “valência diferencial dos sexos”, que é universal nos sistemas de representação utilizados pelas sociedades humanas<sup>509</sup>.

Na edição número 14 de Mulherio, de 1983, o artigo “Suécia, anos 80: em busca da originalidade feminina” trazia informações sobre a liberalização do aborto naquele país, onde “[...] em 1975, as mulheres conquistaram a liberdade de decidir sobre o próprio corpo” e também sobre como a sexualidade passou a ser considerada uma função biológica no século XIX, devido ao prestígio da ciência. Esses dados foram fornecidos pela socióloga Rita Lijeström, que na época visitava São Paulo e realizou palestras no Cedec, Fundação Carlos Chagas e USP. Segundo a sueca, ao mesmo tempo em que a sexualidade começou a ser entendida como uma função biológica,

[...] veio acrescentar-se a perspectiva do sexo como comércio e mercado ‘que a liberação sexual legitimou a comercialização da sexualidade, uma vez que as práticas abertas não podiam ser criticadas. Precisou chegar-se ao final dos anos 70 para se começar a entender a sexualidade como um complexo de relações psicossociais’<sup>510</sup>.

Na mesma edição do periódico, na seção Cozinha, Vera Lima apresentava uma análise da parte final do livro de Rose Marie Muraro Sexualidade da mulher brasileira, onde a autora mostrava que a “[...] classe média urbana já apresenta um comportamento de vanguarda comparável ao das classes médias de países desenvolvidos. E os universitários seriam os elementos mais progressistas deste estrato social”. Vera se percebia como uma representante deste segmento, mas não acreditava que “[...] os estudantes das áreas científico-tecnológicas” apresentassem, em sua grande maioria, “essa ‘cabeça progressista’, revelada pela pesquisa”<sup>511</sup>. Um dado interessante é que boa parte das feministas brasileiras que participaram de grupos de militância nos anos setenta era ingressa nas universidades na área de Ciências Humanas<sup>512</sup>.

---

<sup>509</sup> BOZON, Michel. A sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 21.

<sup>510</sup> Mulherio. Suécia, anos 80: em busca da originalidade feminina. Ano 3. N. 14. São Paulo, 1983, p. 20.

<sup>511</sup> Idem.

<sup>512</sup> Cf. entrevistas com militantes feministas (mais de 140 entre todos os países de Cone Sul), disponíveis no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

Voltando ao livro de Muraro, foi lançado no Brasil em 1983<sup>513</sup>. Poderíamos, por analogia, compará-lo a um primo afastado do Relatório Hite, mas diferentemente deste, a autora fazia um contraponto entre mulheres burguesas, rurais, operárias e camponesas. As perguntas referiam-se basicamente à percepção corporal: sexualidade, orgasmo, masturbação, frigidez e aborto.

### 3.2.1 Mãe também sente prazer?

Adentrando as questões relacionadas mais propriamente à chamada “condição da mulher” e ao espaço privado ocupado por ela, temos no já mencionado artigo “*La profesión: ama de casa*”<sup>514</sup>, publicado em outubro de 1974 no periódico Persona, uma reflexão sobre como algumas feministas percebiam essa ocupação. Sua autora, María Elena Oddone, nos mostrava a dura rotina de uma dona de casa, ou seja, de uma mulher do lar. A autora afirmava que a execução das tarefas domésticas não era prova de uma inteligência extraordinária de quem realizava as tarefas de manter uma casa limpa, de preparar uma comida e de passar uma roupa. E chamava a atenção de que essas trabalhadoras domésticas pertenciam apenas ao sexo feminino e que não existiam “*amos de casa*”. Oddone destacava a falta de uma organização sindical de “*amas de casa*” já que elas somavam, naquele momento, cinco milhões de pessoas. Além de não receberem salários, essas trabalhadoras não tinham leis sociais para protegê-las, nem direito a férias e eram “[...] *obligadas, no sabemos por quién, a dar servicios sexuales además de tener, criar y educar hijos*”<sup>515</sup>.

Encontramos no brasileiro Nós Mulheres, de junho de 1976, uma crônica, que com sutil ironia açambarcava quase que as mesmas preocupações expostas no artigo do argentino Persona:

Quero uma esposa que seja sensível às minhas necessidades sexuais, quero uma esposa que faça amor de forma apaixonada e ferosa quando me der vontade. [...] Quero uma esposa que assuma

---

<sup>513</sup> MURARO, Rose Marie. Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

<sup>514</sup> ODDONE, María Elena. La profesión: ama de casa. Persona. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro 1974, p. 25-27.

<sup>515</sup> “[...] obrigadas, não sabendo por quem, a prestar serviços sexuais além de ter, criar e educar filhos”. Tradução livre. ODDONE, María Elena. La profesión: ama de casa. Persona. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro 1974, p. 25-27.

ela mesma a responsabilidade de utilizar métodos anticoncepcionais, porque eu não quero mais filhos. [...] MEUS DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa<sup>516</sup>.

Na crônica “Procura-se uma esposa” aparecia o questionamento de o que seria ser uma esposa<sup>517</sup> naqueles anos setenta. E em torno dele encontramos um vocabulário que remetia a questões pertinentes à sexualidade e ao corpo da mulher. As autoras, através de uma escrita irônica, traduziam qual seria o padrão ideal de comportamento que se esperaria de uma “esposa” naquele momento e mesmo antes ou depois dele. Além de ser “fogosa”, teria que ser uma boa companheira, esmerando-se no cuidado da casa e das crianças. Melhor do que isso, só se fosse uma excepcional “datilógrafa” para auxiliar o marido em seu trabalho profissional. Outra crítica que fica forte é com relação aos anticoncepcionais, responsabilidade das mulheres, isenção para os homens.

No artigo “Entre a solidão e a plenitude”, de Inês Castilhos, a jornalista relaciona temas como prazer, dor e maternidade. “Penso também que esse mesmo prazer muitas vezes nos afasta do homem, que poucas mulheres vivem a maternidade sem contradição com a sua sexualidade”<sup>518</sup>.

Aí vemos surgir a palavra sexualidade em um contexto mais próximo do que busco analisar, mas mesmo assim essas palavras avizinham-se de um feminismo diferencialista. Inês Castilhos estava referindo-se a uma mulher entrevistada por ela que afirmava que “[...] não conseguimos conciliar prazer sexual com o ser mãe, numa sociedade que nos divide em ‘santas’ e ‘putas’.” Partindo dessas colocações, podemos refletir sobre algumas temáticas relacionadas ao prazer, ao orgasmo e à masturbação.

Um ponto que pode ser interessante é tentarmos compreender como o orgasmo era percebido pelas mulheres pesquisadas no livro de Rose M. Muraro de 1983, ““Olha, dona, eu não gosto destas coisas, mas a gente tem que ir para a cama é mesmo para servir o marido””<sup>519</sup>. Essa

---

<sup>516</sup> Nós Mulheres. Procura-se uma esposa. Ano 1. N. 1. São Paulo, jun., 1976, p. 5 (grifo da autora).

<sup>517</sup> É curioso observar que, em espanhol, *esposas* é o nome dado às algemas, que servem para prender e atar pessoas que cometem delitos.

<sup>518</sup> CASTILHOS, Inês. Entre a solidão e a plenitude. Mulherio. Ano 1. N. 1. São Paulo, maio-junho 1981, p. 9.

<sup>519</sup> MURARO, Rose M. Op. Cit., p. 172.

mesma queixa foi expressa por várias outras mulheres. Por outro lado, tivemos uma exposição pública, através da grande imprensa, do que seria um orgasmo, da existência de orgasmos múltiplos, da descoberta do “ponto G” e da constatação por Masters e Johnson de que a mulher poderia ter tanto orgasmos clitorianos como vaginais, contradizendo a teoria de Freud. A exposição desse tipo de assunto, antes guardado a sete chaves, fez com que muitas mulheres procurassem apoio em clínicas para tentar se conhecer melhor e poder alcançar o prazer, empurrando para longe de si a hipótese da frigidez.

Mas então, o que era esperança acabou virando norma e o orgasmo passou a ser uma obrigação para as mulheres. As feministas queriam que as mulheres retomassem sua capacidade de escolha, alcançando então a liberdade com relação aos padrões estabelecidos. “Assim como poder ter ou não orgasmo, sem virar cidadã de segunda categoria se não o tivesse, como apregoavam algumas revistas”<sup>520</sup>.

Como nos mostra Thomas Laqueur, o orgasmo, até determinado momento da nossa história ocidental, foi considerado como fundamental para o processo da reprodução humana. Próximo ao final do Iluminismo, ele foi perdendo o seu papel de peça-chave nesse jogo. “A alegada independência da concepção com relação ao prazer criou o espaço no qual a natureza sexual da mulher podia ser redefinida, debatida, negada ou qualificada. E assim seguiram-se as coisas. Infindavelmente”<sup>521</sup>.

O livro Conversando sobre sexo (1982), da sexóloga Marta Suplicy, tem um capítulo intitulado “Masturbação”. A autora o inicia apresentando um conceito e já colocando uma questão importante para as mulheres: “A masturbação que é a estimulação dos próprios genitais [...] aparece na cultura ocidental muito mais como fonte de culpa do que prazer”<sup>522</sup> e complementa dizendo que o estigma que acompanha esse ato está relacionado a uma forma de prazer que não está vinculada a fins reprodutivos. Não esqueçamos que, das mulheres, por muito tempo se disse que eram feitas para a procriação.

Mas para desmitificar, Suplicy continuava a escrever seus livros. Em Condição da Mulher, de 1984, a autora trazia algumas ponderações interessantes, como esta:

---

<sup>520</sup> SUPPLICY, Marta. Prefácio. In: TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 8.

<sup>521</sup> LAQUEUR, Thomas. Op. Cit., p. 15.

<sup>522</sup> SUPPLICY, Conversando... Op. Cit., p. 86.

Em relação à mulher, pesquisas sérias como as de Masters e Johnson mostram exatamente o contrário: que a mulher que se masturba tem maior possibilidade de ter orgasmo no coito do que a que nunca se masturbou. As pesquisas de Kinsey e o relatório Hite apontam que as mulheres que nunca tiveram orgasmo antes da relação sexual demoram mais a responder sexualmente do que aquelas que já sabem o que é satisfação sexual<sup>523</sup>.

Marta Suplicy salientava que as mulheres que faziam uso da masturbação mostravam uma aceitação maior da sua sexualidade e, conseqüentemente, tinham maior conhecimento sobre seus corpos e sobre como poderiam propiciar o prazer para si mesmas e para os seus companheiros. Ressaltava ainda que o orgasmo, que era atingindo com maior facilidade durante a masturbação, poderia não ocorrer da mesma maneira durante o coito e que essa transposição de um prazer solitário para um prazer a dois implicaria em mudanças, como o postergar do orgasmo para a inclusão da satisfação do outro.

Retomando a questão da maternidade e do prazer, no Mulherio de número 9 temos o artigo “Quero ser mãe”<sup>524</sup>, que contava a “luta” de Jo Pollentine em sua busca da maternidade e de como ela poderia afetar a vida sexual das mulheres. A autora afirma que “As mulheres de hoje, em sua luta para definir suas vidas, são, com frequência, compreensivelmente ambivalentes no que se refere à maternidade. Ter ou não ter filhos é uma questão com a qual quase toda mulher já se defrontou”<sup>525</sup>. Com isso a autora já nos dava sinais da possibilidade de se negar a maternidade como opção de vida – um bônus advindo da “revolução sexual”.

No desenrolar do artigo, Pollentine, percebia que a busca pela tão sonhada gravidez acabava matando a sexualidade. Esse mesmo ponto era abordado em outros artigos do periódico: a dificuldade de

---

<sup>523</sup> SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 28-29.

<sup>524</sup> Com o subtítulo “Conversando sobre sexo no clube de mães”, veiculado na edição do Mulherio, de 1982, relatava a troca de experiências num Clube de Mães em Diadema, grande São Paulo, entre donas de casa e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Aqui elas utilizavam as práticas dos grupos de reflexão, com oficinas para as mulheres conhecerem seus corpos.

<sup>525</sup> POLLENTINE, Jo. Quero ser mãe. Mulherio. Ano 2. N. 9. São Paulo, set./out. 1982, p.12.

conciliar maternidade com a sexualidade.

O ‘sexo consciente’, com a finalidade de procriar, acaba matando a sexualidade, depois dos primeiros meses de excitação. Quando sentimos um desejo espontâneo, a precisa coisa que ocorre é checar se a hora ‘é boa’. E lá estou eu, rigidamente imóvel, pernas para cima, tentando não desperdiçar aquele precioso esperma, músculos tensos. Não sobra lugar, aqui, para as minhas necessidades sexuais.

[...] Sinto a forte necessidade de escrever tudo isso, para ver se desperto maior compreensão e apoio, da parte do movimento feminista, para as mulheres com problemas de infertilidade. A infertilidade não foi até agora encarada a sério pelo feminismo: todos os esforços foram dirigidos para o tema da ‘escolha’. Mulher liberada é a que controla seu corpo e sua vida, cuja vida é resultado das suas decisões. Mulheres inférteis não se encaixam nessa moldura, infertilidade é tabu, mulher infértil é um problema<sup>526</sup>.

Em diversas ocasiões, dentro da pesquisa, nos deparamos com questões desse tipo. O sociólogo mexicano Rafael Montesinos em *Las rutas de la masculinidad: ensayos sobre el cambio cultural y el mundo moderno*, ao estudar as questões relacionadas à masculinidade frente a “[...] *la emergencia de nuevas identidades femeninas en todos los espacios sociales y su acceso a las estructuras de poder obligan a reconocer que la realidad ha cambiado*”<sup>527</sup>. Montesinos destaca que seria impensável abordar essa temática sem considerar o lugar ocupado pelos *estudios de la mujer*, bem como pelos diferentes movimentos feministas contemporâneos na construção da “identidade” feminina<sup>528</sup>.

Reporto-me a esse autor pois, ao estudar as questões dedicadas à masculinidade, ele realiza uma interessante reflexão sobre as mulheres e os estudos de gênero, além de levantar uma questão delicada e não aceita por algumas estudiosas feministas, já que pode remeter a uma

---

<sup>526</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>527</sup> “[...] a emergência de novas identidades femininas em todos os espaços sociais e o acesso as estruturas de poder obrigam a reconhecer que a realidade mudou”. Tradução livre. Idem.

<sup>528</sup> MONTESINOS, Rafael. Introducción. In: \_\_\_\_\_. *Las rutas de la masculinidad: ensayos sobre el cambio cultural y el mundo moderno*. Barcelona: GEDISA, 2002, p. 11.



essencialização. Contudo, o autor faz uma análise crítica da questão *¿Qué es ser mujer?* Montesinos afirma que tanto a teoria como a prática feminista tentam responder a esse questionamento. “*Distintas autoras coinciden en señalar que la conceptualización de ‘mujer’ se ha realizado a partir del cuerpo femenino*”<sup>529</sup>. E que o corpo feminino foi e ainda é pensado como um receptáculo e que a identidade feminina se definia em função do seu lugar ocupado na reprodução humana, isto é, mulher = mãe.

Montesinos aparece aqui citado, pois historiciza o movimento feminista trazendo uma discussão que hoje em dia estaria ultrapassada – a da essência feminina –, mas que aborda elementos que estavam sendo discutidos nos periódicos daquelas décadas, e mesmo depois delas. Percebemos que a questão da maternidade estava bastante presente nos periódicos brasileiros e argentino analisados, mas para aí ainda uma questão pertinente ao simbólico: a “*madre*” remete à mãe-italiana ou à mãe-judia, que realmente viam nessa “função maternal” a sua realização e satisfação pessoal. No entanto, não tratamos aqui de qualquer mulher que pudesse ser uma mãe exemplar, Montesinos ressalta que, para ser mulher e mãe, teria-se que caber em estereótipos “[...] *idóneos para las labores de la maternidad y para convivencia en el ámbito privado o familiar*”, ou seja, ser amorosa, altruísta, dedicada e desprendida, bem como “[...] *lograr su realización personal a través de los otros, quienes principalmente son hombres, ya sea el padre, los hermanos, el esposo o los hijos*”<sup>530</sup>.

Nos anos sessenta do século XX, as mulheres, assim como outras minorias sexuais, começaram a exigir o direito ao prazer e a expressar livremente outras formas de amar. Até aquele momento, para várias mulheres, viver plenamente sua sexualidade implicava em correr riscos. O medo de uma gravidez indesejada poderia ser um deles, e as impediria de gozar plenamente uma relação amorosa, como podemos observar por alguns artigos analisados.

Refletindo brevemente sobre o contexto histórico e cultural daqueles anos oitenta, a liberalidade aparentemente estava presente nas relações cotidianas. A televisão brasileira exibia séries como a já mencionada “Amizade Colorida” (1981), onde o fotógrafo vivido pelo ator Antônio Fagundes representava um “novo homem”, que em vez de

---

<sup>529</sup> “Diferentes autoras afirmam que a conceituação de ‘mulher’ é feita a partir do corpo feminino”. Tradução livre. Idem.

<sup>530</sup> “[...] ter a realização pessoal através dos outros, que é proporcionada principalmente através de homens, seja seu pai, irmãos, esposo ou os filhos”. Tradução livre. Ibidem, p. 19.

relacionamentos sérios tinha amigas coloridas com várias mulheres que buscavam viver a vida, sem maiores compromissos.

Contudo, essa liberalidade não foi retratada nos artigos dos periódicos aqui analisados. Existia um espaço reservado para essas discussões, que eram os grupos de reflexão, alguns setores da grande imprensa e havia feministas, como Marta Suplicy e outras, mediando esses debates.

Conforme nos dizia Michel Foucault,

Quanto a nós, estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor “de sexualidade”: os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. [...] o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo.<sup>531</sup>

O filósofo Michel Foucault pontuava que a sexualidade era alvo de normas e normatizações com objetivo de perpetuação da espécie e de controlar as sexualidades periféricas. O que pudemos perceber neste estudo foi a dificuldade das militantes feministas que escreviam nos periódicos analisados em traduzir para o seu público leitor as questões que envolviam a sexualidade – que permeavam e permeiam as redes de poder – e um entendimento mais claro de como os corpos das mulheres se tornaram dóceis e sujeitados. Contudo, essas feministas em vários momentos questionaram em seus escritos a relação que havia entre sexualidade e reprodução e como o gozo e o prazer estavam reservados, geralmente, aos pertencentes ao sexo masculino. Podemos, a partir desta análise, afirmar que, mesmo que em alguns momentos essa divulgação tenha sido um pouco “discreta”, ela foi fundamental para a visibilidade e o alcance atingido na percepção das mulheres como “donas” da sua sexualidade, e com direito ao prazer.

---

<sup>531</sup> FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. Op. Cit., p. 138.

## Considerações finais

A partir de uma análise comparativa, pretendi avaliar de que maneira três periódicos, um da Argentina e dois do Brasil, discutiram as questões relacionadas ao sexo e ao prazer, que faziam parte das reivindicações do movimento feminista pós-1960, expressas pelo slogan “nosso corpo nos pertence”. Este estudo me possibilitou compreender questões relacionadas ao direito de escolha e ao direito ao prazer, e como eles estão perpassados por disputas de poder, tendo sido moldados lentamente dentro de contextos culturais. Ao mesmo tempo, procurei argumentar no sentido de podermos repensar e relembrar a militância das feministas na luta pelos direitos das mulheres.

A comparação entre os periódicos permitiu perceber que essa foi a maneira como as mulheres sul-americanas discutiram e expuseram as questões relacionadas ao sexo e ao prazer. Podemos afirmar que os temas referentes às questões sexuais muitas vezes ficavam fora dos periódicos feministas; entre os aqui analisados, principalmente de Nós Mulheres, publicado no Brasil a partir de 1976. Podemos afirmar que esse era um reflexo do momento vivido no país, como assinalou a pesquisadora Cynthia Sarti, pois, para contar com o apoio de alguns setores da Igreja Católica e da esquerda na luta contra a ditadura, fazia-se necessário o silêncio diante de algumas das reivindicações do movimento feminista da Segunda Onda que geravam forte polêmica, como o aborto. Mas como conceber que um periódico feminista fosse mais discreto na abordagem desses temas do que um jornal como a Folha de São Paulo, por exemplo?

Penso que pudemos encontrar uma resposta no contexto social, político e cultural em que estavam inseridos esses periódicos. Várias das feministas colaboradoras e editoras dos jornais realizavam uma dupla militância: eram feministas e militantes políticas, ligadas a partidos ou grupos de esquerda. Neles, aparentemente já havia uma “igualdade”, mas sempre as questões específicas eram relegadas a um segundo plano. Entre os temas considerados “menores” estava a sexualidade; eles seriam pensados depois, não eram prioritários, mas coisa de “burguesas”, que perdiam tempo com isso e acabavam por dividir a grande “luta”. Ser vista como “burguesa” era a pior ofensa para as mulheres de esquerda, mesmo que boa parte delas pertencesse a classes privilegiadas. As mulheres que descobriam o feminismo naquele momento procuravam o equilíbrio e viviam o dilema da ambiguidade, lidando também com a “moral revolucionária”, conservadora.

O tema da interrupção da gravidez – o aborto –, foi discutido no Persona da primeira etapa e também no Nós Mulheres, mas de forma muito discreta neste último. Isso, entretanto, não ocorreu com a discussão sobre reprodução, que teve maior destaque. Sobre este assunto, Nós Mulheres trazia artigos que o tocavam de maneira ampla. Era o reflexo de um debate que acontecia em torno da política populacional em países “subdesenvolvidos”, partindo do medo que os países “centrais” tinham de uma provável explosão demográfica. Os grupos da esquerda adotaram posições contrárias à política governamentista militar. Essa discussão estava bastante presente nas páginas do Nós Mulheres. Em suma, não podemos afirmar que este periódico tenha sido discreto ao abordar a temática dos métodos contraceptivos e da política do controle da natalidade. Sua discricção esteve ligada à descriminalização do aborto.

Em relação ao periódico argentino Persona da primeira etapa (1974), essas questões estiveram ausentes dos títulos das reportagens; encontramos, no entanto, várias referências no interior de textos, quase sempre aqueles que abordavam a temática da maternidade, bastante presente na publicação. Essa presença talvez possa ser explicada pelo momento histórico vivido na Argentina, com o debate lançado pelas feministas em torno da *Patria Potestad* compartilhada, correspondente ao Pátrio Poder no Brasil. Em alguns artigos, notamos uma preocupação em levar às leitoras uma informação mais detalhada em relação às questões que eram discutidas no momento e que afligiam a muitas delas e às mulheres em geral, como a questão do orgasmo e o temor da frigidez. Neste mesmo periódico encontrei um texto que abordava o tema da frigidez, do falocentrismo e da dificuldade da mulher em se dar prazer.

Sobre a questão do aborto, foi exceção o artigo de Ivan Illich, publicado na edição de número 6 do Persona da segunda etapa<sup>532</sup>. Era a reprodução do texto deste autor que abordava também a questão das políticas populacionais.

Analisando o periódico Nós Mulheres, pude constatar que questões como sexo, sexualidade, corpo, desejo, entre outras relacionadas às temáticas abordadas na minha pesquisa, foram esporadicamente citadas e ou referenciadas. Isso causa certa estranheza em vista do depoimento de uma das editoras do Nós Mulheres, que apontava que o periódico se propunha a defender em suas páginas um

---

<sup>532</sup> Sem data, mas certamente editado durante o ano de 1975.

programa de transformações que incluíam a liberalização do aborto e do divórcio, como já citado anteriormente. Esse posicionamento pode ser pensado como um reflexo do movimento feminista brasileiro, de suas demandas e contradições, bem como das ligações com alguns setores da Igreja Católica. Em suma, os artigos e demais notas veiculadas nesse periódico versavam sobre política e condições de vida das mulheres proletárias; reflexões sobre relações afetivas e sexualidade não eram habituais, salvo quando o assunto estava ligado ao sexo como obrigação, aqui pensado como mais uma forma de opressão.

Na década de oitenta o Nós Mulheres já tinha deixado de circular, enquanto que o Persona argentino retornava para sua terceira etapa, a partir de 1980, e no Brasil era fundado o Mulherio, em 1981.

Persona retornou com outra roupagem e observamos o aprofundamento de algumas questões relacionadas à sexualidade. Ainda continuava um pouco tímido ao abordar determinados assuntos, mas entre continuidades e mudanças, alguns movimentos foram acontecendo. Apontamos o artigo do sociólogo Néstor Perlongher, que abordava a sexualidade, ancorado nos aportes teóricos de Wilhelm Reich e Sigmund Freud, entre outros, para refletir sobre questões como sexualidade e patriarcado.

Tanto Persona quanto Mulherio traziam artigos sobre sexualidade, prazer e sexo, sob a responsabilidade sempre das(os) mesmas(os) autoras(es), geralmente pessoas ligadas a áreas como a psicanálise e a psicologia. No Mulherio, a maioria dos artigos que analisei tratando deste assunto foi escrita pela psicanalista Maria Rita Kehl, o que refletia a influência da psicanálise no movimento feminista da Segunda Onda. A sexualidade parecia ser um domínio da psicanálise e dos psicanalistas.

A discrição observada no Nós Mulheres não foi percebida no Mulherio, em relação à abordagem dos temas aqui analisados. Certamente temos que considerar a distância temporal e a diferença de contextos quando colocamos lado a lado os dois jornais, o primeiro lançado em 1976 e o segundo em 1981. Cinco anos podiam contar muito no contexto brasileiro, com as várias nuances do regime militar.

Mulherio deu mais ênfase a essas reivindicações. De qualquer modo, em comparação com alguns artigos publicados em jornais da grande imprensa, a abordagem do periódico feminista pode ser vista como mais contida. Em relação ao aborto, por exemplo, quase todos os artigos falavam inicialmente sobre a mobilização para sua liberalização no Brasil, e nas edições seguintes o tema aparecia dentro de artigos, em entrevistas e ou em notas que informavam que em outros países se

mobilizavam pela legalização do aborto e que em alguns ele havia sido descriminalizado. Não encontramos uma defesa contundente, embora saibamos da posição do periódico, que aparece mais no trato das notícias do que em artigos opinativos. De qualquer forma, dos três periódicos analisados, Mulherio foi o que mais abordou essa temática. Estávamos vivendo um novo momento político e social tanto no Brasil como na Argentina.

No Persona da terceira etapa havia mais artigos e notas que refletiam o tema da sexualidade. Entretanto, as questões pertinentes ao aborto permaneceram quase que ocultas. O periódico, nas últimas edições que analisei, se tornou mais um jornal que veiculava informes sobre a Guerra das Malvinas e questões políticas. As referências constantes ao movimento feminista e de mulheres, onipresentes nas duas primeiras etapas, praticamente deixaram de existir, assim como as referências e citações de trechos das obras de Betty Friedan e Simone de Beauvoir. Nos periódicos brasileiros localizei pouquíssimas referências diretas a essas autoras.

Quanto aos artigos que retratavam a utilização de métodos anticoncepcionais, continuavam escassos no Persona da década de 1980. No Mulherio localizei artigos que problematizavam a questão do controle populacional por um viés diferente do que era exposto no Nós Mulheres, já que estava afastado das questões dos grupos de esquerda, mais vigentes nos anos setenta, que eram contra o planejamento familiar. Isso refletia a postura mais autônoma dos grupos feministas a partir dos anos oitenta.

A temática da maternidade continuou com lugar de destaque no Persona da terceira etapa. No Mulherio alguns artigos abordavam a maternidade como opção e chamavam a atenção para como as mulheres que optavam por não ter filhos eram olhadas com outros olhos. Outros textos discutiam como a sexualidade das mulheres era afetada pela maternidade. Tanto nesses artigos como em alguns de Maria Rita Kehl, percebemos a influência do chamado “feminismo da diferença”.

Em alguns artigos sobre sexualidade e prazer vislumbrei certo conservadorismo, como na afirmação de que as mulheres que queriam exercer livremente sua sexualidade estavam querendo se igualar aos homens no seu sentido mais pejorativo, tornando-se libertinas. Aqui podemos inferir que algumas redatoras do Mulherio divulgavam apenas mudanças que não abalasse demais as estruturas da instituição familiar? Parecia ser necessário manter certo “verniz” para não chocar e confrontar demais. Ou estariam esses valores tradicionais arraigados

também no seio da luta contra eles? O confronto mais direto era deixado para algumas feministas que escreviam em periódicos da grande imprensa e para alguns programas de televisão. Por outro lado, Marta Suplicy tinha o mesmo posicionamento em qualquer veículo: tanto na grande imprensa, como nos artigos do Mulherio, ou nos seus livros, quando a temática era liberdade sexual.

A desconstrução da “ideia” de uma superioridade masculina, principalmente no que concernia à questão do direito ao corpo e ao prazer, foi discutida no Persona de 1974 e 1975, através de artigos que abordavam a categoria patriarcado enquanto fonte de toda opressão econômica, política, social e de classe, principalmente através dos textos de Kate Millet e dos editoriais. O corpo editorial questionava em vários artigos o lugar destinado a cada sexo na instituição familiar e como as meninas e os meninos eram educados para a perpetuação dessa hierarquia. Na reprodução do artigo de K. Thokin foi abordada a opressão masculina pelo viés da sexualidade e a educação das mulheres para se preocuparem, principalmente, com a satisfação masculina. Com certeza temos uma generalização e uma carregada na pena, pois muitas mulheres já se permitiam sentir prazer; de todo modo era uma maneira eficiente na tarefa de conscientização enquanto oprimidas por serem mulheres.

Uma questão a ser pensada é o público-alvo dessas publicações. No caso dos periódicos feministas propriamente ditos sabemos com clareza que tinham como alvo um público restrito, ou seja, por mais que a meta de suas editoras, tanto no caso do Nós, Mulheres como do Mulherio, fosse a inserção nas bancas de revista, acabaram tendo uma divulgação restrita a assinaturas, distribuição em associações e ou clubes de mães e outras reuniões de mulheres. Partindo da premissa de que havia um público alvo específico, podemos refletir sobre a escrita dos artigos. Uma constatação é que a escrita do periódico argentino era mais intelectualizada, enquanto que a do Nós Mulheres parecia mais coloquial e direta (apesar de suas editoras serem intelectuais), e a do Mulherio situou-se num “entrelugares” de um acadêmico coloquial, que traduzia para suas leitoras pensamentos e questionamentos de autores como Sigmund Freud.

Nesse aspecto, as feministas que escreviam para esses periódicos tornaram-se redes-chaves na difusão de uma consciência feminista da opressão que recaía sobre as mulheres em geral e de como era importante o conhecimento do seu corpo e de seus direitos para a “emancipação feminina”. Faziam uma interlocução com toda a

movimentação e as mudanças que ocorriam nos Estados Unidos e em parte da Europa.

Os temas abordados nas décadas de setenta e oitenta, nos periódicos focalizados, continuam a ser discutidos e debatidos amplamente na mídia. Este é o caso da descriminalização do aborto, que segue presente e polêmica nos meios de comunicação.

Recentemente li um artigo num periódico de circulação nacional que mostrava que a legalização do aborto poderia realmente efetivar uma igualdade entre as mulheres, pelo menos em relação ao direito de escolha de abortar ou não e de toda uma assistência de apoio a essa prática. O autor do artigo analisava a prisão de uma mulher de Belo Horizonte, que havia jogado o seu bebê recém-nascido num ribeirão nos fundos de casa. Ele relata que essa mulher tentou abortar ao saber que estava grávida, mas, não conseguindo, acabou chegando a esse ato condenável pela justiça. Dois atos considerados “condenáveis” pela justiça: a prática do aborto e o abandono de um bebê. Na imprensa nacional é feita a crítica: “Elisabete dos Santos, que matou a filha, vai para a cadeia. É justo. Elisabete cometeu um crime repulsivo. Mas é hipocrisia que só as mulheres abastadas tenham acesso ao aborto”<sup>533</sup>.

Outro caso que ocupou a mídia foi o aborto realizado numa menina de nove anos, grávida de gêmeos, como resultado da violência praticada pelo padrasto. A notícia alcançou repercussão nacional e internacional graças às declarações do arcebispo que condenou a ação e excomungou o médico, a mãe e outros familiares que apoiaram a interrupção da gravidez. O médico responsável pela equipe que realizou o aborto, disse que agradecia ao arcebispo de Recife pela excomunhão. Segundo ele, eram realizados no hospital em média dois abortos por mês em função de estupro, mas só agora o assunto estava sendo discutido pela sociedade. Mulheres morrem por não ter acesso ao tratamento de saúde adequado, mas as de classe média, a população que tem educação, não morre. “Se o abortamento atingisse as nossas irmãs, nossas mães, se a filha do deputado morresse de aborto, a lei avançava”<sup>534</sup>. A crítica do médico aparece como sinal da permanência e agora da visibilidade de uma antiga discussão.

As mulheres que publicavam nos anos setenta e oitenta nos periódicos feministas, mesmo com os limites do contexto da época, abriram portas para que se pensasse o que fazer ou não com a sexualidade. Ajudaram, de algum modo, outras mulheres a se

---

<sup>533</sup> PETRY, André. O aborto e a igualdade. *Veja*. N. 2029 (10.10.2007).

<sup>534</sup> Cf. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/03/09/ult5772u3182.jhtm>



conhecerem e a se tornar visíveis. Criar uma nova consciência é algo demorado, tornar-se um ser independente parece não ser tarefa simples. E é só darmos uma olhada nos meios de comunicação como a televisão, a internet, os jornais, que a sexualidade permanece envolta em jogos de sedução, da quantidade de orgasmos, de como se obter mais prazer com “brinquedos sexuais”. Portanto os discursos ainda se fazem necessários, mesmo que passem pelas mais diversas vias, como a acadêmica.

## **Fontes:**

### PERIÓDICOS

#### **Brasil:**

##### Nós Mulheres

Acervo: Centro de Informação da Mulher (CIM) – São Paulo

Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth – Campinas, São Paulo

##### Mulherio

Acervo: NIGS/UFSC

Acervo: Fundação Carlos Chagas – São Paulo

#### **Argentina:**

##### Persona

Acervo: CIM (Centro Informação Mulher) – São Paulo

Acervo: CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina) – Buenos Aires

\* Todos os periódicos aqui analisados também estão disponíveis em CDs e fotocópias no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

### ENTREVISTA

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis, 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. Prazer em conhecer: feminismo e sexualidade nas obras de Marta Suplicy. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BARROSO, Carmen e CUNHA, Maria Carneiro da. O que é o aborto. São Paulo: Cortez, 1980.

BARSTED, Leila de A. Linhares. É falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, s/d, p. 13-16.

BATAILLE, Georges. Introdução. In: \_\_\_\_\_. O erotismo. São Paulo: Arx, 2004, p. 15-40.

BÉJIN, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). Sexualidades ocidentais. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 210-235.

\_\_\_\_\_. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). Sexualidades ocidentais. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 236-254.

BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do século XIX. In: KOTHE, F. (Org.), Walter Benjamin: Sociologia. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

BIANCHI, Susana. Madres de Plaza de Mayo. In: MORANT, Isabel. Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madrid: Cátedra, p. 675-699.

BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, s/d, p. 22-24.

BOZON, Michel. A sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BUTTONI, Dulcília H. S. Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CALVERA, Leonor. Mujeres y feminismo en la Argentina. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. Coleção Controversia.

CARDOSO, Iredé. Temos que invadir os meios de comunicação. In: PROJETO MULHER. As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d, p.25-26.

CHEJTER, Silvia. Feminismo por feministas: fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. Cecym – Centro de encuentros Cultura y Mujer. Travesías 5: Temas del debate feminista contemporáneo. Año 4. N. 5, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Governos militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Repensando s História do Brasil.

COMISIÓN NACIONAL Sobre la DESAPARICIÓN de PERSONAS (CONADEP). Prólogo. Nunca más. Primera Parte. Buenos Aires, setiembre de 1984.

COSTA, Albertina de Oliveira (et alii). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Albertina de O., MARTINS, Angela M. e FRANCO, Maria Laura P. (Orgs.). Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Org.). História do corpo: as mutações do olhar – o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 7-12.

CRUZ, Anette G. V. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): os primeiros elementos para um estudo

comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (Org.). O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 33-57.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. Mulheres por cima. In: \_\_\_\_\_. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 107-128.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 173-178.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos Avançados. Vol. 17. N. 49, 2003, p. 151-176.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980 In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 582-611.

ESCOFFIER, Jeffrey. Introdução. In: GAGNON, John H. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 13-30.

FARRELL, Amy E. Introdução. In: \_\_\_\_\_. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. São Paulo: Barracuda, 2004, p. 13-30.

FAUSTO, Boris O regime militar e a transição para a democracia (1964-1984). In: \_\_\_\_\_. História concisa do Brasil. 1 ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2002, p. 257-265.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada. São Paulo: Editora 34, 2004.

FELITTI, Karina. El placer de elegir: anticoncepción y liberación sexual en la década del sesenta. In: LOZANO, Fernanda Gil, PITA, Valeria S. y INI, María Gabriela (Coords.). Historia de las mujeres en la Argentina. Taurus: Buenos Aires. Tomo II, Siglo XX, p. 154-171.

FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo. In: \_\_\_\_\_. A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976, p. 11-24.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. Michel. Microfísica do poder. 24 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Para além da irmandade. In: Estudos Feministas. N. 0. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 31-56.

FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS. O que é o aborto. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

FRIEDAN, Betty. A mística feminina. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GAGNON, John H. Pesquisa sobre práticas sexuais. In: \_\_\_\_\_. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 65-110.

GARCIA, Marco A. Introdução. In: \_\_\_\_\_ e VIEIRA, Maria A. (Orgs.). Rebeldes e Contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1999.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

GISSI, Jorge. La mitología de la femineidad. Buenos Aires: Ed. E. Ander-Egg, 1972.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1987.

\_\_\_\_\_. Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exterior. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. (Org.). Mulheres: da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos e democratização. Águas de São Pedro, SP: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987, p. 77-86.

GÓMEZ-FERRER, G.; CANO, G.; BARRANCOS, D. y LAVRIN, A. (Coords.) Historia de las mujeres en España y América Latina, del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madrid: Cátedra, 2006.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). Historia, género y política en los ‘70. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

GROSSI, Miriam, HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. Estudos Feministas. V. 6. N.1, 1998.

GUERIN, Daniel. Um ensaio sobre a revolução sexual: após Reich e Kinsey. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUGLIELMUCCI, Ana. Mujeres y praxis revolucionaria en Argentina: una aproximación a la militancia setentista a través de la perspectiva de sus protagonistas Amnis: Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale. N. 8, 2008. Ejemplar dedicado a: Mujeres y Militantismo (Europa-América, Siglo XIX-Siglo XXI).

GUILLEBAUD, Jean-Claude. A tirania do prazer. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998, p.205-216.

HENAULT, Mirta, MORTON, Peggy e LARGUÍA, Isabel. Las mujeres dicen basta. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1970.

HOBSBAWM, Eric. Revolução Cultural. In: \_\_\_\_\_. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 314-336.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. A imprensa alternativa pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2004.

LOYOLA, Maria Andréa. Apresentação. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 7-15.

LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel. Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madrid: Cátedra, p. 881-902.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-151.

LUZ, Madel. O lar e a maternidade: instituições políticas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 9-31.

MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo – USP, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de e SOIHET, Rachel (Orgs.). O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003.

McLAREN, Angus. El Neomaltusianismo y la transición en la fertilidad. In; \_\_\_\_\_. Historia de los anticonceptivos: de la antigüedad a nuestros días. Madrid: Minerva Ediciones, 1993, p. 208-249.



MITCHELL, Juliet. Sobre Freud e a distinção entre os sexos. In: \_\_\_\_\_. Psicanálise da sexualidade feminina. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 1-12.

\_\_\_\_\_. Prefacio. In: \_\_\_\_\_. La condición de la mujer. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 9-13.

MONTESINOS, Rafael. Introducción. In: \_\_\_\_\_. Las rutas de la masculinidad: ensayos sobre el cambio cultural y el mundo moderno.

MORAES, Eliane R. Um olho sem rosto. In: BATAILLE, Georges. História do olho. São Paulo: Cosac&Naify, 2003, p. 7-20.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Família e feminismo no Brasil: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, PUC, SP, 1982.

\_\_\_\_\_. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara, SP: UNESP, 1990.

\_\_\_\_\_. Vinte anos de feminismo. Tese de livre-docência em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp – SP, 1996.

MURARO, Rose Marie. Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 172.

\_\_\_\_\_. (Org.) Sexualidade, libertação e fé. Por uma erótica cristã: primeiras indagações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. O feminismo nos anos 70. In: \_\_\_\_\_. Memórias de uma mulher impossível. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999, p. 165-184.

MUSZAT, Malvina. Sexualidade e psicanálise – Comentários sobre a exposição de Joel Birman. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 277- 281.

NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de Doutorado em História. PUC – São Paulo, 2004.

NICHNIG, Cláudia Regina. Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985). Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 2008.

ODDONE, María Elena. La pasión por la libertad: memorias de una feminista. Buenos Aires: Ediciones Colihue Mimbipa, s/d.

PEDRO, Joana Maria (Org.). Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História. Vol. 24. N. 1. São Paulo, 2005, p.77-98.

\_\_\_\_\_. A descriminalização do aborto: estranhas relações com lutas mais antigas. Revista do Mestrado de História. Vol. 8. Vassouras, RJ, 2006, p. 71-102.

\_\_\_\_\_. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne* – Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). Leituras em rede: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 307-328.

\_\_\_\_\_. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-1989). In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (Orgs.). Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro, FGV, 2008, p. 157-169.

PERROT, Michelle (Org.). História das mulheres no Ocidente. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

\_\_\_\_\_. Mulheres Públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e a história das mulheres. In: SCAVONE, Lucila., ALVAREZ, Marcos C. e MISKOLCI, Richard (Orgs.). O legado de Foucault. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PETRACCI, Mónica. Argentina: contexto político y social de la política de salud y derechos sexuales y reproductivos. In: \_\_\_\_\_ y PECHENY, Mario (Coord.). Argentina: Derechos Humanos y sexualidad. Buenos Aires : CEDES, 2007.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, 203-208.

PIMENTEL, Gláucia Costa de C. Guerrilha do prazer: Rita Lee Mutante e os textos de uma transgressão. Dissertação de Mestrado em Literatura, Florianópolis: UFSC, 2001.

PINTO, Céli Regina J. O novo feminismo nasce na ditadura. In: \_\_\_\_\_. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 41-66.

PRADO, Danda. O que é aborto. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-41.

\_\_\_\_\_. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. São Paulo Perspectiva. Vol. 15. N. 3. São Paulo, jul/set 2001, p.53-66.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 178-199.

RIBEIRO, Mariska. Direitos reprodutivos e políticas descartáveis. Estudos Feministas. Ano 1. N. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 400-407.

\_\_\_\_\_. É preciso escutar o próprio corpo. In: PROJETO MULHER (Org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d, p.153-156.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. Estudos Feministas. Vol. 14. N. 3. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLNIK, Sueli. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

ROWBOTHAM, Sheila. A conscientização da mulher no mundo do homem. Porto Alegre: Ed. Globo, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. Sexualidade e história – Comentários sobre a exposição de Margareth Rago. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas Ciências Humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 293-296.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: Editora da USP, 1997, p. 171-196.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revistando uma trajetória. Estudos Feministas. Vol. 12. N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, maio-agosto 2004, p. 35-50.

SCOTT, Joan W. Cidadãs, mas não indivíduos: antes e depois do direito de votar. In: \_\_\_\_\_. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 265-286.

SILVA, Carmen da. O Sistema percebeu a força explosiva do movimento feminista e se assustou. In: PROJETO MULHER. As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d, p. 28-30.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Angela M.; e FRANCO, Maria Laura P. (Orgs.). Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del gênero. Estudos Feministas. V. 12. N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2004, p. 77-105.

SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Conversando sobre sexo. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, s/d.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o cotidiano. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: ARIES, Philippe e DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 547-549.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VEIGA, Ana Maria. Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VIEZZER, Moema. Na Tribuna do Ano Internacional da Mulher. \_\_\_\_\_. Se me deixam falar: depoimento de uma mineira boliviana. 11 ed. São Paulo: Global, 1986.

WOITOWICZ, Karina Janz. Dizeres e fazeres feministas: A tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. Revista Brasileira de História. Vol. 27. N. 54, p. 19-38.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). In: História Unisinos. Vol. 13. N. 2. São Leopoldo, maio/agosto de 2009.

## **Referências Eletrônicas**

ANDÚJAR, Andrea (et alii). Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em [www.feminaria.ar](http://www.feminaria.ar).

BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. Revista Brasileira de Estudos da População. Vol. 6. N. 1. São Paulo, jan/jul 1989, p. 35-60. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol6\\_n1\\_1989/vol6\\_n1\\_1989\\_3artigo\\_35\\_60.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_3artigo_35_60.pdf).

BERQUÓ, Elza. Entrevista à Folha de São Paulo. Disponível em: [www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439](http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439).

BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. Novos Estudos 74, março 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf](http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf).

CARNEIRO, Suely. Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. Nouvelles Questions Féministes, Vol. 24. N. 2. 2005, p. 21-26. Dossiê: Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. Edición especial en castellano. Ediciones fem-e-libros. Disponível em: [www.creatividadfeminista.org](http://www.creatividadfeminista.org).

GARCÍA, Teresa Aguilar. El sistema sexo-género en los movimientos feministas. *Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale Europes/Amériques*. Disponível em: [www.univ-brest.fr/amnis](http://www.univ-brest.fr/amnis).

MORAES, Maria Lygia Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. Crítica Marxista, N. 11. São Paulo, 2000, p. 96. Disponível em [www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/06maria.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/06maria.pdf)

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. Vol. 26. N. 52. Dezembro de 2006, p. 249-272. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci).

PECHENY, Mario. “Yo no soy progre, soy peronista”: ¿por qué es tan difícil discutir políticamente sobre aborto? P. 254. Disponível em: [www.ciudadaniasx.org/docs/IV%20parte%20-%20Sexualidad,%20estigma%20y%20acceso%20a%20los%20servicios%20de%20salud.pdf](http://www.ciudadaniasx.org/docs/IV%20parte%20-%20Sexualidad,%20estigma%20y%20acceso%20a%20los%20servicios%20de%20salud.pdf).

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys, estudos feministas. N. 3, janeiro/ julho 2003. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/margal.htm>.

THEML, Neyde e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. Revista de História Comparada. Vol. 1. N. 1, jun. 2007, p. 10-11. Disponível em: [www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm](http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm)

VARLÁRCCEL, Amélia. O que é o feminismo e que desafios apresenta? Disponível em: [www.diba.es/urbal12/cdseminari/ponencias/ameliavalcarcelportu.pdf](http://www.diba.es/urbal12/cdseminari/ponencias/ameliavalcarcelportu.pdf)

www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005\_cap4\_salud.pdf, p. 241.

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-249902,00.html>.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/03/09/ult5772u3182.jhtm>

[www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=54422](http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=54422)

Entrevista de Elza Berquó à Folha de São Paulo. Disponível em: [www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439](http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53439).

### **Palestras e comunicações**

GIAMI, Alain. Palestra: Cem anos de heterossexualidade. Florianópolis: UFSC, 13.04.2006.

COSSE, Isabella. La revolución de Claudia y los cambios en el modelo femenino en la Argentina. Comunicação apresentada no III Encontro Internacional de Publicaciones Feministas, realizado em Buenos Aires de 22 a 24 de novembro de 2007.

### **Outros Periódicos**

PATARRA, Judith. Contra os favores do homem. Entrevista com Shere Hite. Veja. N. 507. São Paulo, 24.05.1978, p. 3-6. Acervo do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

PETRY, André. O aborto e a igualdade. Veja. N. 2029. São Paulo, 10.10.07. Acervo do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

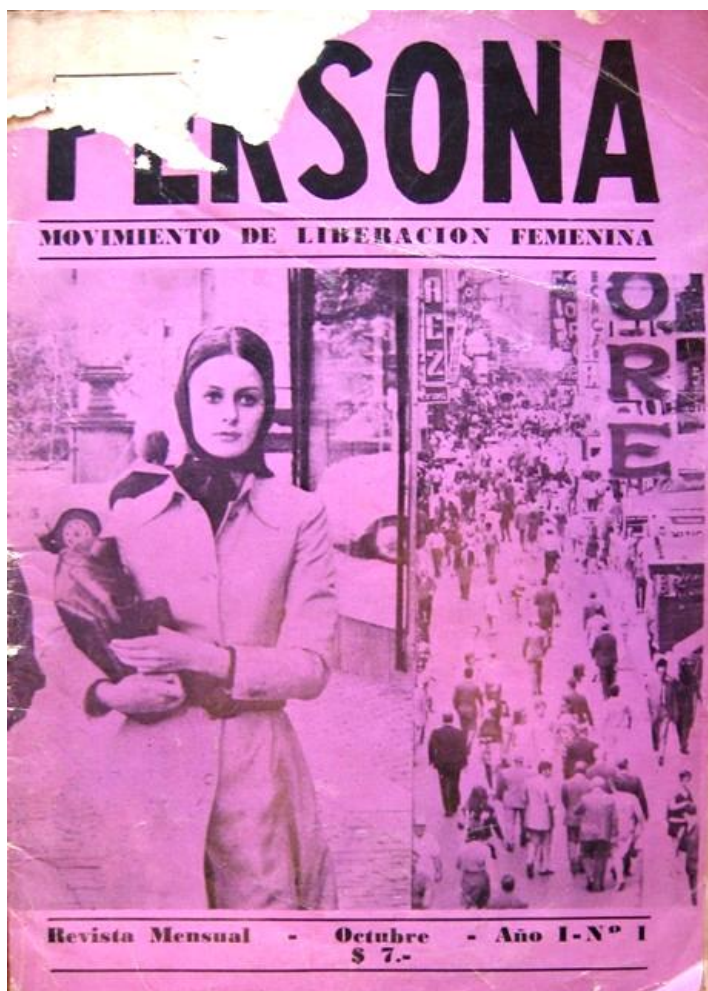
PONTES, Lúcia. Aspectos jurídicos e médicos do aborto. O Estado. 14.11.1974. Acervo: LEGH/UFSC.



Zero Hora. Mais um aborto criminoso de Florisbela. N. 3464, 20.03.1975. Acervo: Museu de Comunicação, p. 35.

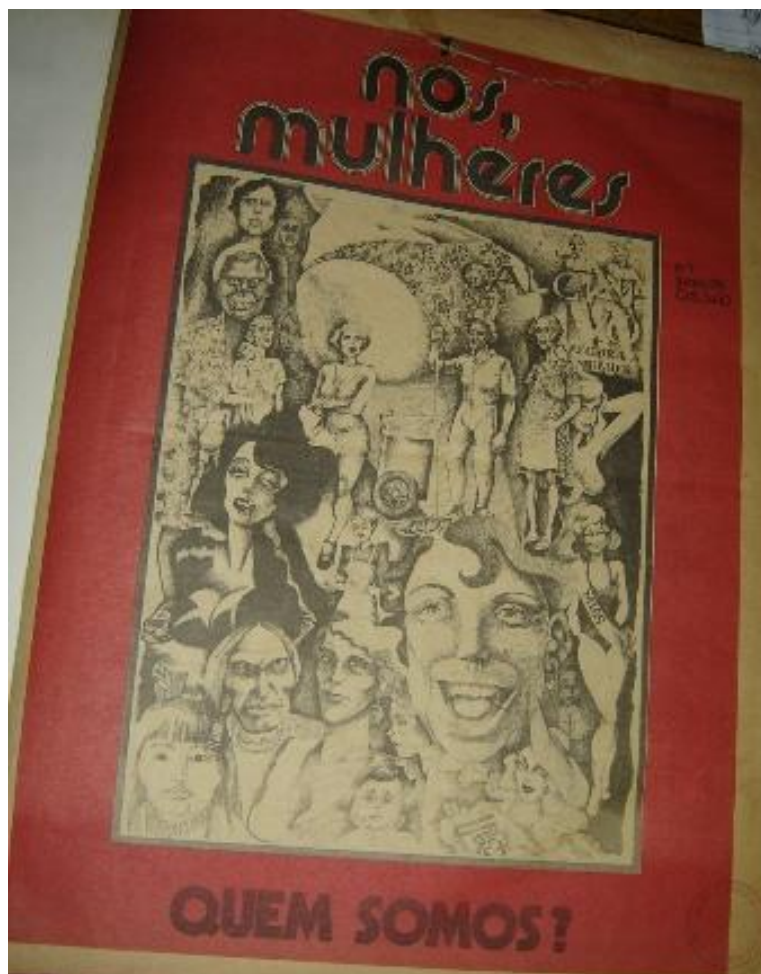
ZULLIAN, José Antônio. Aborto (Crime, solução ou necessidade?). Zero Hora. N. 3464, 20.03.1975. Acervo: Museu de Comunicação, p.4-5.

## Anexo 1 – Capas



**Figura 1:** Capa da primeira edição do periódico argentino *Persona* - outubro de 1974<sup>535</sup>.

<sup>535</sup> Arquivo do CIM – Centro de Informação da Mulher – São Paulo. Arquivo do CeDInCI – Centro de Documentación e Información de Cultura de Izquierdas – Buenos Aires.



**Figura 2:** Capa da primeira edição do periódico brasileiro Nós Mulheres, datada de junho de 1976<sup>536</sup>

<sup>536</sup> Acervo do CIM – Centro de Informação da Mulher – São Paulo.

Anexo 2 – Tabelas:

a) MOVIMIENTO FEMINISTA – PERSONA

| <b>Edição</b>                    | <b>No título ou seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>  |
|----------------------------------|---|---|
| N. 1, ano 1, out. 1974 - I etapa | ¿Qué es la liberación de las mujeres? – p. 7-9                                  | ¿Por qué Persona? – p. 3  |
| N. 1, ano 1, out. 1974 - I etapa | Liga del derecho de las mujeres – p. 37   | Editorial – p. 3-5  |
| N. 1, ano 1, out. 1974 - I etapa | Si todas las mujeres nos diéramos la mano... – p. 43 – Berenice Pichetto        | Cartas – p. 45  |
| N. 1, ano 1, out. 1974 - I etapa | S/título – p. 43 María Elena Walsh  | Editorial – p. 3-4  |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa | Que es la liberación de las mujeres? – p. 11-12 – Susan Sontag                  | La mujer en la actualidad – p. 23-24  |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa |   | Convocatoria al III Seminario Latino Americano de Mujeres – p. 25                 |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa |   | Cartas – p. 33-34<br>Crítica de libros – p. 47 – Diana Cobos<br>Qué lemos – p. 47 |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa |   | Las que abrieran camino – p. 15-16  |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa |   | Por un mundo mejor – p. 17 – Valeria Cano   |
| N. 2, ano 1, nov. 1974 - I etapa |   | La escuela de las mujeres – p. 49 – Diana Cobos                                   |
| N. 3, ano 1, dez. 1974 - I etapa | Disparen sobre Persona – p. 4-14  | Correo - cartas – p. 27<br>Visto e oído – p. 32-36<br>Actualidad – p. 48          |
| N. 3, ano 1, dez. 1974 - I etapa | Luisa Mercedes Levinson (madre e hija) Luisa Valenzuela – p. 18-20              |   |
| N. 5, ano 2, 1975 II etapa       | En nuestro país, año internacional de la mujer – p. 3-5                         | Editorial – p. 2<br>Libros – p. 31<br>Las mujeres, una casta – p. 28-31           |
| N. 6, ano 2, 1975 II etapa       | Ensayos e teorías: La igualdad e la participación en el poder – p. 2-8          | Actualidad: Año internacional de la mujer – p. 10-12                              |
| N. 6, ano 2, 1975 II etapa       | Religion: Dimensión espiritual de la liberación femenina – p. 14-20 – Mary Daly | “Eso” de la mujer – p. 12-13 – Luciana Fuchs                                      |
| N. 2, mai. /jun. 1980            | El prejuicio contra la  | Editorial – p. 3  |

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>III etapa</b>                          | mujer – p. 4-6 – Agustina Varsi   | Bibliografía – p. 11  |
| <b>N. 2, mai./jun. 1980<br/>III etapa</b> | Situación de la Mujer – p. 19-21 – Isabel Donato  | Pudiera ser ( poesía) – p. 12 – Alfonsina Storni<br>Manifiesto OFA – p. 12          |
| <b>N. 2, mai./jun. 1980<br/>III etapa</b> | Reseña histórica del feminismo Argentino – p. 25-26 – Susana Corona                                 |   |
| <b>N. 2, mai./jun. 1980<br/>III etapa</b> | Liberación: las mujeres deben ser liberadas del dominio patriarcal – contracapa – Erich Fromm       |   |
| <b>N. 4, set./out. 1980<br/>III etapa</b> | Feminismo e organizaciones políticas – p. 4-6 – María Elena Oddone                                  | Editorial – p. 3  |
| <b>N. 4, set./out. 1980<br/>III etapa</b> | Para lo hombre feminista la opción es una: Callarse – p. 19-20 – Benoit Groult                      | Bibliografía – p. 21  |
| <b>N. 4, set./out. 1980<br/>III etapa</b> | Tesis sobre la posición de la mujer en la iglesia y en la sociedad – p. 21 – Hans Küng - reprodução | Qué se trató en Copenhague – contracapa   |
| <b>N. 5, nov./dez. 1980<br/>III etapa</b> | Feminismo y teología de la liberación – p. 12-15 – Agustina Barci                                   | Editorial – p. 3  |
| <b>N. 5, nov./dez. 1980<br/>III etapa</b> | Un tema de nuestro tempo: la liberación femenina – p. 18-22   | Informe sobre la Conferencia... – p. 4-7 – Isabel Donato                            |
| <b>N. 3, jul./ago. 1981<br/>III etapa</b> | Juana Paula Manso una precursora del feminismo – p. 18-20   | Editorial – p. 1  |
| <b>N. 3, jul./ago. 1981<br/>III etapa</b> | Organización Feminista Argentina  | El prejuicio en la lengua – p. 18-20 – Victoria Mungo Del Segundo Sexo – contracapa |
| <b>N. 6, mar./abr. 1981</b>               | Hablan las mujeres – p. 26-27 – Sara Rioja Medrano  | Un tema de nuestro tempo – p. 13-15 – Victoria Ocampo – reprodução                  |
| <b>N. 6, mar./abr. 1981<br/>III etapa</b> | ¿La mujer es hombre(género humano) o mujer? – p. 36-38 – Inés Cano                                  | La familia e su transformación – p. 16-20 – Gregorio Martínez Sierra – reprodução   |
| <b>N. 6, mar./abr. 1981<br/>III etapa</b> | Charles Fourier, inventor de la palabra feminismo – p. 39   | ¿Por que no há habido mujeres gênios? – p. 21-25 – Montserrat Roig – reprodução     |
| <b>N. 6, mar./abr. 1981</b>               |   | Los mitos de la debilidad y el  |

|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>III etapa</b>                              |   | poder – p. 32-35 – Elizabeth Janeway – reprodução  |
| <b>N. 7, mai./jun. 1981<br/>III etapa</b>     | Las mujeres y el nuevo orden Informativo y de comunicacion(NOIC) – p. 7-13 – Marilee Karl, Boletín de Isis – reprodução |  |
| <b>N. 7, mai./jun. 1981<br/>III etapa</b>     | La vida de las mujeres – p. 20-22 – Agustina Barci  |  |
| <b>N. 7, mai./jun. 1981<br/>III etapa</b>     | La carta magna de la libertad intelectual de las mujeres – p. 24-27 – María Elena Oddone                                |  |
| <b>N. 7, mai./jun. 1981<br/>III etapa</b>     | Discriminación contra la mujer desde lo gobierno – p. 28-30 – María Elena Oddone  |  |
| <b>N. 8, jul./ago. 1981<br/>III etapa</b>     | <b>Historia de la mujer:</b> El matricentismo y la veneración de la madre – p. 4-8 – María Celia Roldán                 | El derecho a nuestra identidad – p. 9-15 – A. Prado  |
| <b>N. 8, jul./ago. 1981<br/>III etapa</b>     | Mujeres paulistas: un feminismo a la brasilera – p. 16-19   | ¿Por que se usa el color azul para los niños y el rosa para las niñas? – p. 38-39 – Claudia  |
| <b>N. 10, jan./fev. 1982<br/>III etapa</b>    | <b>Religión:</b> La dimensión espiritual del feminismo – p. 4-10 – Mary Dali - reprodução                               | Estado civil: soltera – p. 41-43 – María Dolores R. Diez   |
| <b>N. 10, jan./fev. 1982<br/>III etapa</b>    | <b>Religión:</b> La Virgen María y la sujeición de la mujer – p. 1-14   |  |
| <b>N. 12, mai./jun./jul. 1982 - III etapa</b> |   | Cine - película “señora de nadie” – p. 49-contracapa – María Elena Oddone  |
| <b>N. 13, ago./set./out. 1982 - III etapa</b> |   | <b>Ideas nuevas:</b> La reproducción como proceso de trabajo – p. 29-35 – Lidia Falcon, del secretariado del Partido Feminista Espanhol<br>Los mecanismos del controle social – p. 49-contracapa |
| <b>N. 1, agosto, 1983<br/>III etapa</b>       | El feminismo y la guerra – p. 13  | Nota de la editora – p. 2-3 – María Elena Oddone   |
| <b>N. 3, out. 1983 - III</b>                  | Hacia una filosofia feminista – p. 13-15 – Eva Figes  | Nota de la editora – p. 2-4 – María Elena Oddone   |

## **b) MOVIMENTO FEMINISTA – NÓS MULHERES**

| <b>Edição</b>                   | <b>No título ou seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>                            |
|---------------------------------|---|---|
| <b>N. 1, jun. 1976</b>          |   | Editorial – p.2<br>Daqui & Dali – p.4                   |
| <b>N. 1, jun. 1976</b>          | Nós mulheres: operárias – quando o apito da fábrica de tecidos... – p.9 | Procura-se uma esposa – p. 5<br>Essa Nega falou! – p.20 |
| <b>N. 3, nov./dez. 1976</b>     |   | Um momento da nossa história – p.7<br>Memória – p.11    |
| <b>N. 6, agosto / set. 1977</b> |   | Editorial / “Nós Mulheres” agradece                     |
| <b>N. 7, março 1978</b>         | Organizações de mulheres: abrindo caminho – p.4-5                       |   |

## **c) MOVIMENTO FEMINISTA – MULHERIO**

| <b>Edição</b>                | <b>No título ou seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>                        |
|------------------------------|---|---|
| <b>N. 1, maio/jun. 1981</b>  |   | Seção Rádio “‘Elas por Elas’: tribuna livre” – p.16 |
| <b>N. 1, maio/jun. 1981</b>  | Seção Notas (Grupo Feminista de Estudos de Goiânia) – p. 4  |   |
| <b>N. 1, maio/jun. 1981</b>  | Seção Notas (Primeiro Encontro Feminista da América latina e Caribe – p.7                         |   |
| <b>N. 1, maio/jun. 1981</b>  | “Mulher é tema de debates” – p.11   |   |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b>  | Seção Mulheres em ação “Memória” – p.5  |   |
| <b>N. 3, set./out. 1981</b>  |   | “O Encontro na Colômbia” – p.10                     |
| <b>N. 6, mar./abr. 1982</b>  |   | “Estamos menos longe” p. 11-18                      |
| <b>N. 9, set/out. 1982</b>   | “Feminismo e separatismo” – p.3 – Maria Malta Campos  |   |
| <b>N. 11, jan./fev. 1983</b> | Seção Feminismo “Nem sós, nem mal acompanhadas” – p.8 - Grupo feminista Germinal. Santa Maria, RS |   |

#### d) CORPO – PERSONA

| <b>Edição</b>   | <b>No título ou na seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>   |
|---|--|--|
| <b>N. 1, ano 1, out. 1974</b><br><b>I Etapa</b>       |  | “¿Ser mujer, destino o desición?” – p. 28-31, María Renard de Leebeck                          |
| <b>N. 3, ano 1, dez. 1974</b><br><b>I Etapa</b>       |  | “Disparen sobre Persona” - p. 04-11  |
| <b>N. 5</b><br><b>II Etapa</b>                        | Ensayos y teorías: “El aborto” – p. 14-17, de Ivan Illich                              | “Digamos La verdad: El mito de la maternidad” – p. 09-10                                       |
| <b>Depois de 1980</b><br><b>III Etapa</b>             |  | “Una historia verídica” – p. 17-20 de Celia María Roldan<br>“Misogonia en la medicina” – p. 28 |
| <b>N. 6, mar./abr. 1981</b><br><b>III Etapa</b>       |  | “En el principio fue la mujer” - p. Contracapa, de Erich Fromm                                 |
| <b>N. 7, mai./jun. 1981</b><br><b>III Etapa</b>       |  | Editorial – aborda o “aborto” – p. 3 – María Elena Oddone                                      |
| <b>N. 8, jul./ago. 1981</b><br><b>III Etapa</b>       | “El aborto ya no es mas delito en Itália” – p. 40-42.                                  | “Mujeres paulistas: un feminismo a la brasilera?” – p. 16                                      |
| <b>N. 14, mar./abr./mai. 1983</b><br><b>III Etapa</b> | “El cuerpo de la mujer” / “Auto analisis de una mujer” – p. 20-30, de Armanda Guiducci | “La institución de la maternidade” – p. 40-6   |

#### e) CORPO E SEXUALIDADE – NÓS MULHERES

| <b>Edição</b>                    | <b>No título ou na seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>                          |
|----------------------------------|--|---|
| <b>N. 1, jun. 1976</b>           |  | Procura-se uma esposa – p. 5                          |
| <b>N. 1, jun. 1976</b>           |  | Editorial p. 2<br>Lindonéia ou o peso da vida – p. 16 |
| <b>N. 1, jun. 1976</b>           | Controle de natalidade – ser ou não ser mãe – p. 17                            |   |
| <b>N. 1, jun. 1976</b>           |  | Cartas - p. 18 – as editoras respondiam as cartas     |
| <b>N. 2 - set./out. 1976</b>     |  | “A rainha do lar não tem cetronem coroa...” p. 9      |
| <b>N. 5 - jun. / jul. 1977</b>   |  | Menstruação: vamos falar nela? p. 4                   |
| <b>N. 6 - agosto / set. 1977</b> | Sexo e poder I<br>Pílulas para milhões / rumo ao planejamento familiar – p. 12 |   |



|                                |  |                    |
|--------------------------------|--|--------------------|
|                                | Sexo: pecado para as mulheres / como evitar a gravidez – p. 13 |                    |
| <b>N. 8 - jun. / jul. 1978</b> | Pílulas: quem pediu? - Capa                                    | Seção Cartas, p. 2 |

## f) CORPO – MULHERIO

| <b>Edição</b>               | <b>No título ou na seção</b>   | <b>No interior do artigo</b>   |
|-----------------------------|--|--|
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b> |  | “Do machismo ao socialismo” (Cuba) – p. 4  |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b> |  | “Miterrand e as mulheres” (França) – p. 5  |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b> |  | “Um Congresso saudável” (evento em Genebra que debate temas relativos à saúde, aborto, contracepção e sexualidade) – p. 8.   |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b> |  | O livro de Cícera  |
| <b>N. 3, set./out. 1981</b> |  | Seção Cozinha - aborto na Espanha  |
| <b>N. 4, nov./dez. 1981</b> | “A lei ignora a realidade” – seção Aborto  |  |
| <b>N. 5, jan./fev. 1982</b> | Seção Corpo<br>“Espelho, espelho meu” p. 12-3<br>“O SOS Corpo” (mulheres e corpo) - p. 19, de Virgínia Botelho<br>Notas diversas - Campanha pelo Aborto Livre/RJ – p. 23<br>“Este corpo é meu” – p. 24 | Beleza é fundamental, sim” p. 14-15, de Maria Rita Kehl<br>“As bruxas estão de volta” (mulher, medicina, controle do corpo, etc.) – p. 18-19, de Rosiska Darcy de Oliveira |
| <b>N. 6, mar./abr. 1982</b> | “Em torno da política do corpo” – p. 8-9, de Marilena Chauí  | “Estamos menos longe” - debate entre feministas pioneiras.   |
| <b>N. 6, mar./abr. 1982</b> |  | Seção Leitura (livros diversos) - resenha do livro de Maria Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva: “Vida de mulher” (aborto).  |
| <b>N. 6, mar./abr. 1982</b> |  | Seção Cozinha – anúncio de publicações que tratavam do aborto.<br>Comitê pela Legalização do Aborto. Av. D. Pedro  |

|                                   |   |   |
|-----------------------------------|---|---|
|                                   |   | 1920182. Cambuci. 01552. – p. 19  |
| <b>N. 8, jul./ago. 1982</b>       | “Cresce a campanha pela legalização do aborto”                          |   |
| <b>N. 10, nov./dez. 1982</b>      |   | Várias (legalização do aborto em Portugal)  |
| <b>N. 12, mar./abr. 1983</b>      |   | Seção Cozinha (despenalização do aborto na Espanha)   |
| <b>N. 12, mar./abr. 1983</b>      |   | Seção Cozinha: fala do livro de Marta “Conversando sobre sexo” que não foi editado pela Vozes, porque tem um capítulo favorável a despenalização do aborto            |
| <b>N. 12, mar./abr. 1983</b>      | “O uso do corpo nas classes sociais” – p. 4-5                           | + p. 21, 23 e 15(a mãe de... morreu ao fazer um aborto)   |
| <b>N. 13, maio/jun. 1983</b>      | “Congresso discutirá o aborto”  | “Primavera, início de ação conjunta”<br>EUA “Dez anos de legalização não abrandam o debate”   |
| <b>N. 14, jul./ago. 1983</b>      |   | “Sujas!” (crianças, corpo das mulheres) – p. 7, de Xavière Gauthier, tradução e condensação de Fúlvia Rosemberg   |
| <b>N. 15, set./out. 1983</b>      | Aborto (caso real) – p. 7   |   |
| <b>N. 16, mai./jun. 1984</b>      | “Aborto”  |   |
| <b>N. 18, set./out. 1984</b>      |   | Seção Saúde “O corpo é nosso... eles não acham” (auto-exame) – p. 16  |
| <b>N. 19, nov./dez. 1984</b>      | “Aborto hoje”   | “Códigos” (sobre mudanças nos códigos civil e penal no Brasil) – p. 8 (aborto) e tem mais em outras páginas.<br>Seção Saúde “A invasão das bruxas” (diversas) – p. 15 |
| <b>N. 20, jan./fev. 1985</b>      | “Lei do aborto causa polêmica” “Pílula do aborto”                       |   |
| <b>N. 21, abr./maio/jun. 1985</b> | Seção Saúde “De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo – p. 8 | Políticas Públicas “Ruth, no Conselho Nacional: ‘eles me acham um abacaxi’” – p. 11, de Ethel Leon - aborto   |
| <b>N. 21, abr./maio/jun. 1985</b> |   | Direito “A balança está torta” (Código Civil, aborto) p. 23?  |
| <b>N. 22, jul./ago./set. 1985</b> |   | “Irmãs na mira do Papa” (freiras ameaçadas de   |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  |  | expulsão pela Igreja Católica por posturas sobre a sexualidade, aborto, |
|--|--|---|

### g) SEXUALIDADE – PERSONA

| Edição                                  | No título ou na seção   | No interior do artigo  |
|---|---|--|
| N. 1, ano 1, out. 1974<br>I Etapa       | “La cultura sexista” – p. 14-17, de Kate Millet   | Seção – Cartas – p. 45   |
| N. 2, ano 1, nov. 1974<br>I Etapa       |   | ¿Por que? – p. 19<br>¿Qué leemos? – p. 47  |
| N. 3, ano 1, dez. 1974<br>I Etapa       |   | Actualidad – p. 45-48  |
| N. 5, 1975<br>II Etapa                  | Sexualidad – p. 18-20   | “Mito y religion” – p. 21-22, de Kate Millet<br>Libros – p. 31   |
| N. 6, 1975<br>II Etapa                  |   | Ensayos y teorías: “La igualdad es la participación en el poder” – p. 2-8, entrevista com Susan Sontag |
| N. 6, mar./abr. 1981<br>III Etapa       | “Identidad e sexualidad femenina” – p. 28-31  |  |
| N. 7, mai./jun. 1981<br>III Etapa       |   | “La vida de las mujeres” – p. 20-22, de Agustina Barci   |
| N. 8, jul./ago. 1981<br>III Etapa       | Historia de la sexualidade: Del matriarcado al feminismo – p. 28-37, de Nestor Perlongher | “El derecho a nuestra identidad” – p. 09-15, de A. Prado   |
| N. 10, jan./fev. 1982<br>III Etapa      | Sexualidad: “El falocentrismo” – p. 33-40   |  |
| N. 14, mar./abr./mai. 1983<br>III Etapa | Política e deseo: Reportage a Guattari – p. 35-39, de Nestor Perlongher                   |  |
| N. 1, agosto, 1983 - III Etapa          | “Por uma política sexual” – p. 8  | “Los métodos de la iglesia católica” – p. 10   |

### h) SEXUALIDADE – MULHERIO

| Edição               | No título ou na seção | No interior do artigo  |
|----------------------|-----------------------|--|
| N. 1, maio/jun. 1981 |                       | “Seção Notas” - (Primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe, Revista, sexología) |
| N. 2, jul./ago. 1981 |                       | Seção Cartas – uma carta solicitava que se abordasse o tema sexo (de                         |

|                              |  |  |
|------------------------------|--|--|
|                              |  | um leitor) – p. 2  |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b>  |  | “Um Congresso saudável” (evento em Genebra que debate temas relativos à saúde, aborto, contracepção e sexualidade) – p. 8. |
| <b>N. 2, jul./ago. 1981</b>  |  | Quadrinhos (sexualidade) – p. 22-23, na página 23 fala do jornal AUÊ – Jornal da Sexualidade                               |
| <b>N. 5, jan./fev. 1982</b>  | Seção Cartas – p. 2<br>“Sexo se aprende fazendo”                                       |  |
| <b>N. 5, jan./fev. 1982</b>  |  | “Muito prazer, periferia” (sexualidade) – p. 17  |
| <b>N. 6, mar./abr. 1982</b>  |  | Seção Corpo “Um debate se amplia” (sexualidade) – p. 5   |
| <b>N. 7, maio./jun. 1982</b> |  | Seção Mulheres em Ação (sexualidade, folheto “Prazer é Revolucionário”, etc.) – p. 21                                      |
| <b>N. 9, set/out. 1982</b>   |  | Seção Leitura (“Muito Prazer”) – p. 19 – livro de contos eróticos femininos, resenha de Mariska Ribeiro                    |
| <b>N. 11, jan./fev. 1983</b> |  | Notas sobre livro de sexualidade, de Rose Marie Muraro - p. 19 + 18  |
| <b>N. 12, mar./abr. 1983</b> |  | Rosas encarnadas” (cartas a Marta Suplicy, incluídas em seu livro “Conversando sobre sexo”) - p. 12 –                      |
| <b>N. 12, mar./abr. 1983</b> |  | “Menopausa, sexo e amor” – p. 17   |
| <b>N. 13, maio/jun. 1983</b> |  | Seção Cozinha (CPI do planejamento familiar, sexualidade) – p. 20-2  |
| <b>N. 14, jul./ago. 1983</b> | O desejo de não ter desejo” (feminino/masculino, Luiz Mott) - p. 6, de Maria Rita Kehl |  |
| <b>N. 14, jul./ago. 1983</b> | Fala do livro de Rose Marie Muraro: A Sexualidade da Mulher Brasileira /               |  |
| <b>N. 14, jul./ago. 1983</b> | “Sexo na escola”   |  |
| <b>N. 16, mai./jun. 1984</b> | Teatro “Muito prazer no Orgasmo ...” – p. 18   |  |
| <b>N. 17, jul./ago. 1984</b> |  | “Mulatas” (mito da sexualidade das mulatas) – p. 24  |
| <b>N. 18, set./out. 1984</b> |  | Seção Encontros (sexualidade) – p. 14  |
| <b>N. 19, nov./dez. 1984</b> | Tevê – Galãs “O desejo do desejo” – p. 21, de Anésia Pacheco Chaves                    |  |

|                                    |  |   |
|------------------------------------|--|---|
|                                    | Clip: anúncio da peça<br>“ <b>Orgasmo de volta!</b> ”  |   |
| <b>N. 22, jul./ago./set. 1985</b>  |  | “Irmãs na mira do Papa” (freiras ameaçadas de expulsão pela Igreja Católica por posturas sobre a sexualidade, aborto, etc.) |
| <b>N. 23, out. /nov./dez. 1985</b> | Seção Leitura – p. 19,<br>resenha do livro da<br>Rose Marie,<br>Sexualidade,<br>Libertação e Fé... |   |